

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LUCAS COELHO PEREIRA

**Os reis do quiabo**

***Meio ambiente, intervenções urbanísticas e constituição do lugar entre  
vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí***

Brasília – DF

2017

LUCAS COELHO PEREIRA

Os reis do quiabo

*Meio ambiente*, intervenções urbanísticas e constituição do *lugar* entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia

Orientadora: Cristina Patriota de Moura

Brasília – DF

2017

LUCAS COELHO PEREIRA

Os reis do quiabo

*Meio ambiente*, intervenções urbanísticas e constituição do *lugar* entre vazanteiros do médio Parnaíba em Teresina-Piauí

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Antropologia

Orientadora: Cristina Patriota de Moura

Avaliado em: \_\_\_/\_\_\_/2017

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/2017

BANCA EXAMINADORA

---

Cristina Patriota de Moura (DAN/ UnB – Presidente da Banca)

---

Maria Dione Carvalho de Moraes (DCS/CCHL/UFPI)

---

Guilherme José da Silva e Sá (DAN/UnB)

---

Henyo Trindade Barreto Filho (DAN/UnB – Suplente)

*Aos moradores e moradoras da Avenida Boa  
Esperança*

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, fora Temer!

Essa é a parte mais difícil da dissertação, porque nesse negócio de lembrar, a pessoa sempre acaba esquecendo e o *risco* de ser injusto aumenta consideravelmente. O fato é que há riscos dos quais a gente não tem como se furtar e, definitivamente, eu não posso deixar de agradecer às pessoas, aos encontros e às instituições sem as quais esse trabalho seria impossível! De já, peço desculpa pra você que eu não citei aqui, mas que sente – no fundo do seu coraçãozinho – que deveria ser citado. Porque se você sentiu isso é porque é e ponto. Mas eu peço, também, que não lide com esse desconforto calado/a: vem gritar comigo, nem que seja pelo *facebook*, pelo *whatsapp* ou por e-mail, que aí a gente chora as pitangas, fala o que devia e o que não devia ser dito um pro outro, mas nos resolveremos no final, com certeza. Não é qualquer ausência em agradecimento de dissertação que rompe vínculo ou desfaz laço, a vida é muito mais do que isso. De todo modo, tentarei ser justo. Então vamos.

Agradeço: aos/às moradores/as da Avenida Boa Esperança com quem convivi mais de perto pela disponibilidade doce e calorosa em me abrir espaço na casa e no tempo pra conversas demoradas, cafés e trocas espetaculares de conhecimentos e experiências.

Aos vazanteiros e vazanteiras que, com toda paciência do mundo, permitiram-me entrar nas suas vazantes, ensinaram-me a pisar no chão, a não matar os pés de quiabo ainda nascentes com o meu andar desengonçado, a saber que nem sempre é hora de conversa e que há coisas que foram feitas para não serem ditas. Seu Valdir, Luizinho, Carlos, James, Edu e dona Maria; Muito obrigado, seu Valdir, pelas conversas e pelo acolhimento, pela disposição em ensinar e lidar com minhas perguntas bestas e com uma presença que mais conversava do que trabalhava. “Se o Lucas trabalha? Rum! Só sabe é conversar!”; à Dona Sinforosa e dona Maria por, já quase nos meus últimos dias na Boa Esperança, terem me apontado o quanto de mulher aquela beira de rio também se constitui; à dona Dalva e seu Fernando; ao seu Mamede (*in memoriam*), vazanteiro conversador e solícito, sempre atencioso comigo quando eu chegava em sua vazante. Seu Mamede faleceu enquanto eu escrevia a dissertação, em janeiro de 2017. Deixo aqui o meu salve a este homem de luta. Salve seu Mamede! ; ao seu João; ao Gonçalinho; ao Filho; ao Cícero; ao Luiz Carlos; ao seu Raimundo. E ainda falta mais.

Ao Jorge, pela acolhida em sua casa, sua vida e sua vazante, por ter me apresentado a praticamente todos os homens vazanteiros com quem mantive contato na Avenida. Trago comigo o seu carinho e a sua preocupação em saber se a pesquisa estava dando certo, se eu estava conseguindo fazer o meu trabalho direitinho e a confiança em compartilhar comigo tantas histórias e experiências. À tia Claudilene por, igualmente, ser sempre tão calorosa e amável, pelos almoços gostosos depois de uma manhã inteira na vazante, pela preocupação quando eu chegava tarde e com as minhas andanças na Avenida que pareciam não ter fim.

À Andrea, prima querida e atenciosa, pelas conversas sobre uma das melhores coisas dessa vida – que é comer – e por me apresentar as músicas da Marília Mendonça de um jeito difícil de eu não associar o tempo na Avenida com: “Iê, iê, iê, infiel, eu quero ver você morar num motel/Estou te expulsando do meu coração/Assuma as conseqüências dessa traição!”. Eita sofrência, meu Deus!!! É nois!!!

Um alô de agradecimento para o Wanderson, George Medicamentos, estourado em todas as paradas de sucesso do Mafrense, Poty Velho, Boa Esperança e adjacências. Um abraço pra esse farmacêutico desenrolado, meu primo que tanto se dispôs a pensar comigo sobre atuação policial na zona norte e mais de uma vez me emprestou o carro pra eu acompanhar o tio Jorge na Ceasa.

Ao Pedro – Pedim – pelas piadas, conversas, gargalhadas e por me mostrar o tanto que Boa Esperança “é o lugar!”.

À dona Maria, mãe do tio Jorge, pelas conversas na porta da rua e pela alegria e bom humor de sempre. Ao Pedro, seu filho, por saber contar as melhores histórias. Ao Chiquinho e à Bené.

Ao Dindinho Claudionor e à Dindinha Maria da Paz, por tão solícitamente terem me acolhido no Mafrense, ali pertinho da Boa Esperança. Acho que vou precisar de pelos menos mais cinco vidas pra retribuir tanto carinho e aconchego. À tia Peta, tão carinhosa e sorridente, cuidadora da Dindinha e preocupada com a casa inteira, ansiosa por saber se todo mundo já almoçou, já merendou e tomou café. Muito obrigado, minha tia, pela presença sempre alegre e conversadeira. À tia Islene, pelos momentos de cantoria, descontração e pelos exercícios de respiração que fazíamos quando a ansiedade tomava de conta. E, ah, não posso deixar de agradecer pelos chocolates, pelos cremosinhos e pelos vídeos engraçados no *whatsapp*. Muito Obrigado!

À dona Dalvina, que me acolheu como neto em sua casa e muito me ensinou sobre sua vazante, seu tempo no município de José de Freitas e as danças e contradanças

no processo de se mudar para Teresina. Trago comigo o seu carinho, beleza e paciência em ouvir e contar. Ainda na casa de dona Dalvina, agradeço aos seus filhos e netos: à Miúda (pessoa que sabe fazer o café mais maravilhoso do mundo. Não, do mundo não, do Piauí!!!!), à Francisca e sua filhota Heloise; ao Francisco (Chico); ao Arnaldo; à Vera e seu neto José; ao Novinho; à Idalina, seu marido BayBay e os dois pequenos (nem tão pequenos assim, é verdade) Santiago e Estrela; à Lúcia, uma das principais intelectuais com quem esta dissertação dialoga, por tanto contribuir com suas análises, força e engajamentos para as reflexões trazidas aqui e pelas gargalhadas sinceras e amigas; agradeço também ao seu filho Francisco.

À Bel – Isabel – por todo carisma, conversas geniais e a aprendizados sempre pertinentes. Trago comigo a sua pulsão de vida e de luta e o quanto você parece justa ao falar, agir e ser no mundo. Agradeço também ao Ângelo, teu filho, e teu companheiro, Arnaldo.

À Dani – Daniele – pelas trocas sobre terreiros e afro-religiosidades na zona norte de Teresina, pelas caronas de moto, pelas trocas de texto e material e pela amizade acolhedora nesses tempos de Boa Esperança.

À Catarina Monte, pelas conversas sobre direitos culturais e Poti Velho e pelos lanches maravilhosos que organizavas na tua casa! Muito obrigado!

À Nayra, pelos diálogos sobre gentrificação e enobrecimento na zona norte e pelo riso sempre forte e carinhoso.

Ao Centro de Defesa Ferreira de Sousa e todos os seus membros, por me ensinarem da forma mais bela possível sobre o que é lutar, circular e permanecer na cidade e nos seus locais de residência e afeto; agradeço ainda pelas calorosas e frutíferas discussões nas reuniões que pude participar.

Ao povo lá de casa: Minha mãe – Maria de Lourdes – e meu pai – Francisco Pereira, o Chiquinho Pereira – pelos desmedidos esforços afetivos, financeiros e espirituais em ter um filho em Brasília, por segurarem a onda junto comigo quando tudo parecia desmoronar pelas bandas de cá; às minhas irmãs Rhayka Rhayla – minha mirindiba linda e poderosa, por me ensinar do jeito mais barulhento que tudo na vida tem “milite” (ou não) (leia-se: limite); à Livia e à Lara, mulheres lindas, talentosíssimas e fortes, pelo compartilhamento de alegrias e agonias e, também, pela leitura atenta de alguns capítulos que compõe essa dissertação. Agradeço também ao Cayo, amigo e, agora, cunhado, porque ele e a Lara estão de namoradxs.

Às minhas tias e tios, primos-irmãos e primas-irmãs por parte de mãe pelo apoio emocional e financeiro nos momentos mais críticos. Aqui, vou citar só os primeiros. As primas e primos, como são muitos, vão me perdoar, mas sintam-se citados nominalmente, pois vocês todos sabem o quanto somos conectados. Agradeço à tia Mana; à tia Etelvina; à tia Elza; à tia Socorrinha; à tia Neuma; ao tio Toim e à tia Lúcia; ao Tio Zé e ao Tio Dufilho. Não posso deixar de agradecer a minha avó, Maria Ferreira de Andrade Coelho (*in memoriam*) por ser sempre essa presença inspiradora entre nós, mesmo do lado de lá. E ao meu avô Biú – Raimundo Machado Coelho.

Às minhas tias, tios, primos-irmãos e primas-irmãs por parte e pai: ao tio Rubens e à tia Mara e os meninos todos: Raiana, Raissa e Ruan. À tia Efigênia, minha tia querida, uma das principais intermediárias entre mim e Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, obrigado por todas as preces, terços e promessas; aos meus primos-irmãos e também afilhados Gabriel e Samuel; à tia Claudia, pela torcida e conversas afetuosas no *facebook*; ao meu avô, o Dodô – Pedro Francisco da Silva Pereira – e à minha avó, a Dadá – Maria Nazaré da Silva Pereira.

Ao meu primo Lázaro e sua companheira Marília, por me receberem em casa no meu primeiro mês de Brasília. O carinho e acolhimento de vocês foi fundamental pra que eu continuasse caminhando nessa cidade. Com vocês aprendi boa parte do que sei sobre o DF e do quanto de Piauí que tem essa capital federal. Espero, um dia, poder retribuir tudo isso.

À Cíntia, minha companheira intelectual e de vida, porque existir contigo é um negócio cheio de dengo e chamego, é armar a rede na parede da varanda e deixar que o vento nos leve aonde a preguiça não nos deixa ir – pra usar os versos da Leão que são bem mais bonitos que os meus. Obrigado, minha cheirosa, pelos carinhos, acolhimentos mútuos, discussões, (des)construções e debates neste processo de escrita e também pela leitura atenta deste trabalho. Se 2017 é um ano regido por Oxum, essa dissertação é uma das nossas primeiras filhas. Parimos!

À Cristina, por tão gentil e solícitamente ter aceitado me orientar nesta pesquisa, pelos toques luminosos a respeito da escrita, do campo e de toda essa peleja que é produzir uma dissertação; por ser uma orientadora sincera, justa e acolhedora no diálogo com as minhas escolhas narrativas e ansiedades de escrita. Sem sombra de dúvidas, nossas discussões, seja nas orientações individuais, seja nas orientações coletivas, foram de crucial importância no desenrolar das reflexões feitas aqui. Obrigado! Agradeço



também aos amigos e amigas do grupo de orientação: Rafael, Vinicius, Paloma, Edson e Leiloca.

À Leiloca – Leila – por essa nossa amizade, que também é alcoólica. Coisa sentar no boteco às cinco da tarde pra tomar uma – apenas uma cerveja – e sair às duas da manhã. E também por todos os risos, discussões acaloradas sobre as antropologias, a vida e o destino do planeta, momento em que eu (dinodavis), você e Cíntia (dinoengel) gestamos o Devir Dinossauro. Um Beijo, dinomarx! Essa dissertação também não seria possível sem as nossas convenções dinossaurísticas. Aproveito também para agradecer à Carol Perini (Carolzinha), mais nova integrante do devir (dinogramsci), pelas risadas, torcidas e pelos memes de catoríneos!

Ao Felipinho – o Felipe Henrique – por dividirmos esse primeiro ano e meio de Brasília naquele apartamento “singelo” na W3 sul, junto aos nossos desconhecidos vizinhos que, de tão próximos, pareciam habitar nossos quartos, sala e banheiro junto conosco. Nossos primeiros meses não foram fáceis. Brasília não ajuda e eu também sou muito complicado de se conviver – admito – tenho um humor inconstante que às vezes é só amor, mas também sabe ser frio e indiferente. De todo modo, acho que sobrevivemos um ao outro e nossa amizade se constituiu de um jeito particular que eu nem imaginava ser possível quando saímos do Piauí. Obrigado!

Aos amigos e amigas Raul, Jaqueline, Lisandra, Elyda, Ricardo, Aelton e Gabriela Santana. Vocês são maravilhosos e maravilhosas!

Ao Dieguinho, Igã e Sanlayzinho, pelas peripécias de sempre.

Ao poeta e historiador Paulo Machado, a quem devo visita há décadas, mas carrego sempre na lembrança e no coração.

Ao Severo, a Eliane e aos dois pequenos Salomão e Maíra, por todas as alegrias e conversas. “Suor, violento e precário!”. Salve!

À Natália (diva e *coaching*), Bia e Cacá, pelas conversas, aprendizados, produção de conhecimento, fortalecimentos nos momentos de agonia e pelos estranhamentos coletivos com mil coisas que essa UnB é e tem.

A todos os meus colegas da turma do mestrado, pelas discussões em sala de aula e fora dela. Acho que – dentro das nossas possibilidades e impossibilidades – conseguimos criar um ambiente interessantíssimo de trocas e aprendizados que foram cruciais não só para o desenvolvimento deste trabalho, mas de todos os outros que fiz nestes dois anos. Meu muito obrigado à: Ana Carolina Fernandes, Awamirim, Beatriz Moura, Daniel Mendonça, Ester Oliveira, Felipe Silva, Felipe Sotto, Hugues Vallot,

Isabele Bachtold, Leila Saraiva, Luísa Molina, Marcos Alvarenga, Mariana Lima, Natália Bezerra, Túlio Diniz e também os colegas do doutorado: Francisco Apurinã e Eliane Monzilar.

Entre não-frequentadores, frequentadores esporádicos e “permanentes”, agradeço ao povo da Katakumba: à Carol Costa – preta, ainda te agradeço especialmente pela leitura cuidadosa do quarto capítulo dessa dissertação e pelas conversas de sempre; á Cacá Fernandes; à RannaMyrthes; à Rosana Castro; a Denise Costa; ao Rafa Bastos e ao Gui Moura, estes, estudantes negros assim como eu e que foram e são inspirações cotidianas para mim e para muitos outros pretos e pretas persistentes na luta pelo acesso e permanência nas graduações e pós-graduações Brasil a fora. Muito obrigado! Valeu à Leidiane, Felipe, Luísa, Chirley, Alex, Francisco Tukano, Leia Ramos, Bia, Janaína, Bruner, José, Fabiano e Natália, Anderson e Júnia, Janeth, Zeza Barral, Martiniano, Tatiane, Andressa Morais, Jurema, Leonardo, Emerson, Edson. Acho que ainda falta gente, então agradeço a todos/as os/as estudantes desse PPGAS.

Aos professores e professoras da universidade Federal do Piauí, especialmente às professoras Maria Dione Carvalho de Morais – pelo carinho, dicas de leitura e diálogos francos e afetuosos de sempre – e à Ana Beatriz Seraine – que acompanharam mais de perto minha trajetória na graduação; à professora Lídia Noronha e ao professor Francisco Barros Júnior.

Aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Antropologia pelas aulas, discussões, e indicações de leitura durante essa minha travessia pelo mestrado. À secretária e assistentes administrativos do Departamento de Antropologia, Rosa Cordeiro, Jorge Máximo e Caroline Greve, por serem extremamente solícitos com todos e brilhantes no trabalho que fazem. Obrigadíssimo!

À Branca, pelo café delicioso, e todos os funcionários, porteiros/as e zeladores/as do Instituto de Ciências Sociais da UnB! Salve!

Aos professores Henyo Barreto Trindade Filho e Guilherme Sá e à professora Maria Dione Carvalho de Morais por, gentilmente, terem aceitado participar da banca de defesa e pelos diálogos instigantes e produtivos que temos tido.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pela bolsa de estudos que me permitiu dedicar-me integralmente ao mestrado, fazendo da pós-graduação um universo possível para mim.

A Deus, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Jesus Cristo, Ogum, mamãe Oxum, Oxóssi, Oxalá e toda a espiritualidade pelo axé, proteção e inspiração de sempre. Ao *povo da rua* – Laroíê! – por mais de uma vez não me deixarem morrer atropelado nesses eixões e eixinhos sempre estranhos a um teresinense nascido e criado no Mafuá. Falando em Mafuá, não posso deixar de agradecer a todos os meus vizinhos e vizinhas, essas pessoas extremamente queridas.

Muito obrigado!

## RESUMO

Na zona norte da cidade de Teresina – Piauí – curso médio da bacia hidrográfica do Parnaíba – *vazanteiro/a* é como se autoneameiam agricultores/as que, entre outras ocupações, vivem do cultivo de leguminosas nas margens ou nas ilhas (*coroas*) do rio Parnaíba. Dialogo, especificamente, com os/as vazanteiros/as que residem na Avenida Boa Esperança a fim de acompanhar o cotidiano desses/as lavradores/as na lida com a terra, a cadência das águas, as chuvas, o *tempo*, as bombas hidráulicas, os *legumes* e suas sementes. Assim, a partir do meu encontro com estes/as vazanteiros/as, procuro pensar, por um lado, as formas pelas quais o *lugar* se constitui a partir das relações destes/as agricultores/as com seus ambientes. Por outro – ao investigar as conexões do *lugar* com a *cidade* – enveredo-me em seus trajetos e itinerários por Teresina, seja para comercializarem seus produtos, seja para – na interlocução com outros habitantes da Avenida – lutarem pela permanência em suas vazantes e casas. Essa luta ocorre em reação à expansão das obras do Programa Lagoas do Norte, executado pela Prefeitura Municipal de Teresina, em parceria com o Governo Federal e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Programa busca a *(re)vitalização* e *(re)qualificação urbana* e, para isso, uma de suas ações consiste no *reassentamento involuntário* dos moradores da região. Nestes processos, “terra”, “trabalho”, “natureza”, “meio ambiente”, “cheias”, “riqueza”, “sossego”, “risco” e “qualidade de vida” são categorias constantemente acionadas por vazanteiros/as em suas práticas diárias, nas relações com outros/as vazanteiros/as e com o Estado. Essas categorias são acionadas também por demais moradores (Movimento “Boa Esperança Resiste”) em suas reivindicações pelo *direito à cidade e à moradia*; e, ainda, pelo Programa Lagoas do Norte nos Relatórios de Avaliação Ambiental emitidos. Assim, a partir destes movimentos etnográficos, percebo: 1/ a Avenida como lugar de morada, trabalho e vida de vazanteiros/as e não-vazanteiros/as em um contínuo processo biointerativo de habitação e 2/ o caráter racista e perpetrador de segregações étnico-raciais e etnocídios no ambiente urbano presente em políticas de “revitalização e requalificação urbana”, como o Programa Lagoas do Norte.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Perspectiva habitante. Biointeração. Intervenções urbanísticas. Segregação étnico-racial. Etnocídio.

## ABSTRACT

In the northern part of the city of *Teresina – Piauí* – also middle course of *Parnaíba's* watershed – *vazanteiro* is the name gave to farmers who, among other occupations, live from their legume crops cultivated on the river side or islands of the Parnaíba river. I establish a dialogue, specifically, with the *vazanteiros* who live on the *Boa Esperança* (Good Hope) Avenue in order to follow the daily life of these farmers in their labor with land, cadence of the waters, rain fall, weather, hydraulic pumps, vegetables and their seeds. Thus, from my dialogues with *vazanteiros*, I try to think about the ways in which the place is constituted from the relations of these farmers with their environments. In order to investigate the connections of the place with the city, I follow the *vazanteiros's* trajectories and itineraries in *Teresina*, both in order to market their products and to struggle along with other inhabitants of the Avenue for the permanence in their cultivates and houses. This fight is related with the expansion of a Project called *Lagoas do Norte* (Northern Lakes), enforced by the Municipality of Teresina in partnership with the Federal Government and with the International Bank of Reconstruction and Development (IBRD), this Project seeks “urban revitalization and requalification”, for this purpose one of the actions consist in the “involuntary resettlement” of the locals of the region. Among those processes, categories such "land", "work", "nature", "environment", "floods", "wealth", "quiet", "risk" and "quality of life" are constantly managed by *vazanteiros* in their daily practices; in their relations with other *vazanteiros* and with the State. These categories are also managed by other residents and by a movement of resistance organized by them in their demands for the right to the city and to housing, and also by the program Lagoas do Norte in its Environmental Assessment Reports. Thus, it is from these ethnographic movements that I perceive: 1 / the avenue as a place of housing, work and life of the *vazanteiros* in a continuous biointeractive process of dwelling and 2 / the racist character of politics of urban revitalization, such as the *Lagoas do Norte*, that perpetrate ethnic-racial segregation and ethnocide on the urban environment.

**Key-words:** Environment. Dwelling perspective. Biointeraction. Urbanistic interventions. Ethnic-racial segregation. Ethnocide

## LISTA DE FOTOGRAFIAS, FIGURAS E MAPAS

<b>Fotografia 1-</b> Luizinho, filho de seu Valdir, na vazante da coroa (Rio Paranaíba).....	19
<b>Fotografia 2</b> – Dona Dalvina.....	40
<b>Fotografia 3</b> – Jorge e seu irmão Filho entre os quiabeiros.....	73
<b>Fotografia 4</b> – Dona Maria Campos.....	124
<b>Fotografia 5</b> – Seu Valdir entre os quiabeiros de sua vazante.....	165
<b>Figura 1</b> – Bairros atingidos pelo Programa Lagoas do Norte.....	34
<b>Figura 2</b> – Processo de expansão populacional e do “perímetro urbano” da cidade de Teresina.....	56
<b>Figura 3</b> – Hidrografia da zona norte: Rios Parnaíba, Poti, suas lagoas e barreiros.....	62
<b>Figura 4</b> – A avenida e as casas ficam ao leste das vazantes, o rio Parnaíba, a oeste. Este quadro também especifica os vazanteiros com quem teve contato nas Olarias.....	103
<b>Figura 5</b> – Desenho gráfico do espaço da vazante.....	116
<b>Figura 6</b> – Áreas de intervenção do PLN com destaque para o número de pessoas afetadas.....	136
<b>Mapa 1</b> – Mapa da cidade de Teresina, com destaque para as regionais administrativas demarcadas pela prefeitura.....	53
<b>Mapa 2</b> – Avenida Boa Esperança do começo ao fim: trajeto do Centro ao Encontro dos Rios.....	55

## LISTA DE SIGLAS

Agespisa	Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S.A.
ASSOUTER	Associação dos Oleiros Autônomos de Teresina
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CEAPI	Central de Abastecimento do Piauí
EJA	Educação de Jovens e adultos.
Engecopi	Engenharia Comércio e Representações Ltda
IAF	International American Foundation
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LAESER Raciais	Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais
PDV	Programa de Demissão Voluntária
PLN	Programa Lagoas do Norte
PM	Policia Militar
PMT	Prefeitura Municipal e Teresina
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SEMTCAS	Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## NOMES DE VEGETAIS E ANIMAIS CITADOS

Abóbora, *Cucurbita spp*

Alfaces, *Lactuca sativa*

Angico preto, *Anadenanthera macrocarpa (Benth) Brenan*

Angico branco, *Anadenanthera colubrina*

Anum, *Crotophaga ani*

Bem-te-vi, *Pitangus sulphuratus*

Bode e cabra, *Capra aegagrus hircus*

Burra, *Equus africanus asinus*

Cachorro, *Canis lupus familiaris*

Cágado, *Phrynops geoffroanusos*

Cajá, Cajazeira, *Spondias mombin*

Caju, Cajueiro, *Anacardium occidentale*),

Camaleão, *Chamaeleo chamaeleon*

Capivara, *Hydrochoerus hydrochaeris*

Caramujozinho, *Littorina littorea*

Carnaúbas, *Copernicia prunifera*

Cebolinha, *Allium schoenoprasum*

Coentro, *Coriandrum sativum*

Feijão, *Phaseolus vulgaris*

Gado bovino, *bos taurus*

Galinha e galo, *Gallus gallus domesticus*

Gangogi, *Lulus sabulosus cylindroiulus*

Gangogi, *Lulus sabulosus cylindroiulus*

Goiabeiras, *Psidium guajava*

Gonçalo-Alves, *Astronium fraxinifolium*

Iguana, *Iguana iguana*



Jacaré, *Alligatoridae*  
Jenipapeiro, *Genipa americana*  
Jibóia, *Boidae*  
Laranja, *Citrus sinensis*  
Mamão, mamoeiros, *Carica papaya*  
Maxixe, *Cucumis anguria*  
Melancia, *Citrullus lanatus*  
Melão, *Cucumis melo*  
Milho, *Zea mays*  
Muriçoca, *Culex quinquefasciatus*  
Papagaio, *Amazona aestiva*  
Pardal, *Passer domesticus*  
Pau d'água, *Dracaena fragrans*  
Pau d'arco, *Tabebuia serratifolia*  
Pimenta-de-cheiro, *Capiscum spp.*  
Pimentão, *Capsicum annuum Group*  
Pombo, *Columba livia*  
Porco, *Sus scrofa domesticus*  
Quiabo, *Abelmoschus esculentus (L.) Moench*  
Rolinha, *Columbina passerina*  
Severino, *Tyrannus Melancholicus*  
Taboca, *Bambuseae*  
Tomate, *Solanum lycopersicum*  
Unha de gato, *Uncaria tomentosa*

## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 1: Gira bem girada .....</b>	<b>30</b>
1.1. Entre (re) vitalizações e desterramentos .....	32
1.2. 20 de Agosto: organizando o evento.....	37
1.3. 21 de Agosto: o bingo .....	45
<b>Capítulo 2: Boa Esperança .....</b>	<b>53</b>
2.1. Hidrografias, geofísicas e demografias.....	55
2.2. No ritmo do caminhar .....	63
2.3. Vazantes saqueadas e quiabos anti-roubo: caminhando nas vazantes .....	71
<b>Capítulo 3: Trabalho e vida nas vazantes .....</b>	<b>82</b>
3.1. A vazante como lugar de trabalho .....	85
3.2. Sobre antigos posseiros e lutas pela terra .....	93
3.3. Co-habitando nas vazantes: sobre “vegetação nativa”, terras e dragas .....	103
3.4. Na luta com os animais .....	110
3.5. Terra: quiabos bons e buchudos, altos e baixões .....	115
3.6. Ciclos: inverno, verão, bombas hidráulicas e paisagens genderificadas .....	120
3.7. A fertilidade da lama: alto fraco, baixão forte .....	128
3.8. Plantando .....	132
<b>Capítulo 4: A morte dos quiabeiros? Os riscos do discurso da qualidade de vida. .....</b>	<b>135</b>
4.1. O risco e a culpabilização dos moradores nos Relatórios de Avaliação Ambiental .....	135
4.2. Degradação ambiental e qualidade de vida.....	141
4.3. Uma cidade de altos, baixões e percepções que desafiam o risco .....	147
4.4. “Lagoas do Norte pra quem?” Sobre retórica do risco, expulsão dos pobres e atração dos ricos.....	155

4.5. Os lugares da gente negra em Teresina e as políticas mortíferas de reassentamento .....	163
4.6. Coletivos afro-indígenas e nova versão da carta de Pero Vaz de Caminha.....	176
<b>Considerações finais: Os reis do quiabo .....</b>	<b>186</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>196</b>

## INTRODUÇÃO

Falarei nesta dissertação do meu encontro com vazanteiros residentes no curso médio do Parnaíba, na Avenida Boa Esperança, zona norte da cidade de Teresina, Piauí. Vazanteiros são agricultores que, entre outras coisas, vivem do cultivo de vegetais na margem do rio ou nas coroas (ilhas fluviais) acompanhando o movimento de cheias e vazantes das águas a fim de semear nas porções de terra recém descobertas pela correnteza (Fotografia 1). Não por acaso, autores como Pierson (1972), ao trabalhar com agricultores que partilhavam desta prática no rio São Francisco, os chamaram de *lameiros*. Aqui, irei me debruçar sobre o cotidiano das vazantes, a forma como se dá o plantio dos legumes, a relação dos vazanteiros com as águas e os animais no processo conjunto de humanos e não-humanos em existir e fazer existir coisas nas vazantes do lugar. Ponto. Eu poderia seguir assim por que, de fato, falarei disso também. Porém é outro o principal estilo narrativo adotado neste trabalho e acho interessante pontuar isto antes de continuarmos.



**Fotografia 1-** Luizinho, filho de seu Valdir, na vazante da coroa (Rio Parnaíba)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Todas as fotografias presentes nesta dissertação foram feitas por mim durante meu tempo na Avenida, em 2016.

Optei, em vários momentos, por fazer desta dissertação uma conversa e, como toda conversa, plurivocal por excelência. Assim, procuro dar conta dos diálogos e reflexões coletivas que tornaram possível os engajamentos aqui desenvolvidos. Estas conversas são tanto interações entre mim e as pessoas com quem me encontrei na Avenida Boa Esperança, quanto aquelas travadas com o/a leitor/a (aviso logo para que não se assuste quando, vez outra, dirigir-me a você no final de algum capítulo ou frase). Este modo de guiar a produção do conhecimento etnográfico não é novo. Crapanzano (1988) já apontava para o caráter eminentemente dialógico do “trabalho de campo” e do quanto procurava dar proeminência aos “diálogos” no processo de compreensão do “outro”. Este autor pontua que construções etnográficas dialógicas diferem narrativamente das produções “analógicas” – que seriam as etnografias clássicas – aonde os diálogos que originaram o conhecimento produzido não são citados e a realidade é apresentada de maneira abstrata, totalizante e encapsulada em um todo que pode ser chamado de “sociedade” ou “cultura”. Aqui, procuro distanciar-me desta perspectiva.

Apesar de trazer “literalmente” para o texto algumas conversas travadas durante o tempo em que estive na Avenida (fevereiro, agosto e setembro de 2016) e com isto fornecer maior autonomia às reflexões empreendidas por meus/minhas interlocutores/as, é fato que eu tenho algum controle sobre o que é citado ou não e como. Porém, este controle não é total e, nem se quisesse, teria cacife para – sozinho – gestar o tom das falas, as experiências, vivências e análises das pessoas com quem interagi. Algumas conversas são transcrições de entrevistas feitas por mim ou de vídeos que fiz de pronunciamentos públicos dos moradores da Avenida, sobretudo aqueles ligados ao Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Outros diálogos não necessariamente ocorreram da maneira como os transcrevo e são adaptações das cenas que vivenciei nas vazantes, nos bares, nas casas das pessoas que visitei e na militância com os/as colegas do movimento Boa Esperança Resiste. Trazer estas vozes para cá não seria possível se – ainda na Avenida – eu não me tivesse dedicado à confecção dos diários de campo, refazendo de memória as interações apresentadas aqui. Praticamente não usei gravador de voz e esse estilo de escrita meio dramatúrgico, entremeando as falas das pessoas às minhas, pode até lembrar um William Foote Whyte (2005). No entanto – filho de ator e diretor de teatro que sou – a minha inspiração está mais nas peças teatrais que li e assisti e no esforço deliberado de me conectar com a escrita *escura*, “quase falada” e certa de

colegas intelectuais negros. Antônio Bispo, quilombola piauiense, é uma das minhas referências mestras.

Ainda no campo dos diálogos, devo ressaltar que o fato de eu ser negro – assim como a maioria dos meus/minhas interlocutores/as – possibilitou-me conversas, entradas, afetações e entendimentos impossíveis caso eu fosse outro corpo. Dona Dalvina, por exemplo, acolhia-me em sua casa como neto adotivo e fazia questão de deixar isso claro ao me apresentar para outras pessoas: “esse aqui é um neto meu que mora em Brasília”. Nas vazantes, era com surpresa que um agricultor ou outro descobria ser eu “o rapaz da universidade” a fazer pesquisa. Seu Mamede – vazanteiro – contou-me aos risos das suas especulações sobre mim:

– Rapaz, eu ficava te olhando na vazante... Perguntei pra meu menino se ele sabia quem tu era... A gente pensava que tu era trabalhador do Jorge. Aí eu falei assim: “mas, olha, o Jorge está tendo é prejuízo com esse trabalhador bem aí. Ele quase não pega na enxada! Só quer saber de conversar! Um trabalhador desse eu não queria nem de graça!”

Notas metodológicas e “estilísticas” feitas, retomo o primeiro parágrafo desta introdução. Aqui, “falarei do meu encontro com vazanteiros residentes no curso médio do Parnaíba, na Avenida Boa Esperança, zona norte da cidade de Teresina, Piauí”. Contudo, este não é o começo da história, ou melhor, o meu começo nessa história, cujos inícios remontam a conversas esparsas sobre um bisavô carrancudo e comigo criança a andar de bicicleta por Teresina, cidade onde nasci e fui criado.

- Tia, a senhora vai pra onde?

- Acolá!

- Ô, tia, pra onde a senhora vaaaaaaai?

Quase chorando, meus sete anos insistiam com tia Efigênia ao vê-la arrumada, cabelo penteado e pegando a corrente e o cadeado da bicicleta. A tia também era minha vizinha e residia com minha avó Nazaré na casa ao lado. O terreno era o mesmo e, nessa época, ainda não existia o muro a separar as duas casas. Morávamos no bairro Mafuá – onde até hoje moram meus pais e minhas irmãs –, tia Efigênia trabalhava como costureira e, aos finais de semana, pegava a *bike* e partia rumo ao Poti Velho. O bairro

era Mafrense, na verdade, mas ela falava Poti, ambos localizados na zona norte e adjacentes um ao outro. Seu destino era certo: a casa do Dindinho, onde moravam suas primas Claudilene, Islene e Marilene ( a tia Peta, que era pra ser “tia Preta”, mas eu não pronunciava o “r” quando ela me ensinou a chamá-la assim).

– Pra onde tia? Pra onde? – eu passava horas nessa pergunta para escutar algo já sabido por mim.

– Acolá! A-co-laaaá! [ Esse “acolá” soletrado vinha com um puxão de orelha que direcionava minha cabeça e meu corpo para o sentido oposto ao da rua] E, vamos, passa pra dentro! Pas-sa pra den-tro! [ Agora, um pequeno empurrão]

– Eu quero ir, tia, eu quero ir... Deixa eu ir, tia, a senhora nunca deixa, nunca deixa!

– Cala a boca, entra e fecha o portão. Se tu sair, tu vai ver!

Minha tia ia séria e sem olhar para trás. Eu ficava. Aos prantos e soluçando no portão. Mas às vezes ela me levava junto, arrumava minha bicicletinha e pegávamos ruas e avenidas em direção à zona norte propriamente dita, já que para a Prefeitura morávamos no centro – centro-norte. Essas classificações – zona norte, sul, sudeste, centro-norte e leste –, não são nossas, são da Prefeitura Municipal de Teresina (PMT) que dividiu os bairros da cidade em “regiões administrativas” há um bom tempo. A finalidade declarada disto é colocar certos serviços mais próximos da população teresinense, como li no *site* oficial da PMT. Aqui, em larga medida, chamo de zona norte o que a prefeitura nominou, administrativamente, como tal. Apesar disso, tenho ciência de que estas territorializações empreendidas pelo estado, nem sempre – ou seria melhor “nem de longe”? – coincidem com os processos de construção de territorialidades empreendidos por nós, moradores da cidade. O caso é que cresci sabendo que o Mafuá era zona norte, até descobrir que a minha casa estava localizada no “centro”. Ok, se a Prefeitura diz, a gente não discute, no entanto - para mim e meus vizinhos – o Mafuá continua sendo zona norte – perto do centro, sim ( menos de um quilômetro, acho) – mas zona norte, nada de centro-norte! Agora, se o meu bairro está nesse limbo, Boa Esperança, Mafrense e Poti Velho são, inegavelmente, zona norte, tanto nos documentos da prefeitura quanto nas apropriações feitas pelos moradores deste sistema de zoneamento e classificação do espaço urbano.

Eu e tia Efigênia, então, pegávamos nossas bicicletas e íamos para a casa do Dindinho. Lembro de uma vez em que a tia Islene estava no Mafuá e não tínhamos bicicleta para ela. Fizemos desse contratempo uma brincadeira – que também era um teste para termos certeza do quanto era difícil deslocar-se para certos bairros da zona norte utilizando o transporte público: “Islene, tu vai de ônibus e eu e o Lucas vamos de bicicleta. Vamos ver quem chega primeiro”, minha tia propôs. Assim fizemos, ela foi para o ponto de ônibus. Eu e tia Efigênia pegamos a Avenida Centenário em direção ao Poti Velho. Pedalávamos rápido, não queríamos perder, corríamos, voávamos contra o vento, desafiando ônibus, carros e caminhões. Eu, um menino de sete anos, ela, uma jovem com seus vinte e poucos. Chegamos à casa do Dindinho em menos de meia hora. Tia Islene não teve a mesma sorte e esperamos por ela quase a tarde inteira.

Claudionor – o dindinho, adaptação da palavra padrinho, só que não meu, mas do papai – é casado com a dindinha Maria da Paz- de madrinha também, só que não minha, do meu tio Rubens. O fato é que o papai e seus irmãos – tio Rubens e tia Efigênia – chamam esses parentes assim – dindinho e dindinha – e, por tabela, eu, minhas irmãs, meus primos e primas também fomos ensinados a chamá-los desse jeito. Dindinho, além disso, é filho de criação da minha avó Nazaré. Isso foi bem antes do tio Rubens nascer - ele, o mais velho dos tios paternos. O tio me contou que a mãe do Dindinho morreu muito cedo, deixando-o junto com outro irmão seu sob os cuidados do meu bisavô Martiniano e da minha bisavó Francisca Eduarda, esta, tia-avó consanguínea do Dindinho e do seu irmão Joanor. Dadá – como chamo minha avó Nazaré – já era nascida e bem mais velha do que os primos recém-chegados em sua casa.

À medida que Martiniano e Francisca foram ficando mais velhos e cansados, ela tomou para si a responsabilidade dos pais de criar dindinho Claudionor e Joanor. Dindinho – Claudionor – tinha Martiniano como seu pai adotivo. Nessa época, eles moravam na Camboa, localidade próxima ao bairro Santa Maria da Codipi e dindinho trabalhava com Martiniano a cultivar as vazantes da beira do Parnaíba. Plantavam maxixe (*Cucumis anguria*), quiabo (*Abelmoschus esculentus (L.) Moench*), tomate (*Solanum lycopersicum*) e pimenta-de-cheiro (*Capiscum spp.*). Dindinho saiu da casa de Dadá aos 18 anos para trabalhar fora e, logo depois, casou-se com dindinha, Maria da Paz. Em fevereiro, agosto e setembro de 2016 (tempo em que residi na região da Avenida) fiquei hospedado na casa desses dois – no bairro Mafrense – , sobretudo à noite, depois de passar o dia inteiro na Boa Esperança, na casa de Jorge.



Dindinho e dindinha têm cinco filhos: tia Peta (Marilene), tia Islene, tia Claudilene, tio Gil e tio Claudionor Filho (falecido). Jorge, um dos meus principais interlocutores nesta dissertação, é casado com tia Claudilene. Eles moram na Avenida Boa Esperança e se, na casa do dindinho, eu passei as noites de fevereiro, agosto e setembro, na casa de Jorge e Claudilene eu passei os dias. À noite, Jorge trabalhava como balconista na farmácia do dindinho e íamos juntos para lá. Foi, portanto, a partir dessas relações familiares envolvendo meus bisavós e minha avó, que eu cheguei a Dindinho, pai de tia Claudilene, que casou com Jorge, que é vazanteiro, que mora na Boa Esperança desde os seis anos de idade e que me apresentou a boa parte dos lavradores com quem tive contato na Avenida.

Jorge é filho de dona Maria, 85 anos, e de seu Dotô, falecido há mais de cinco anos, mas conhecido e reconhecido como um dos vazanteiros mais antigos da região, emigrado do Maranhão para a Boa Esperança no final da década de 1960, junto com os filhos já nascidos á época. Uma vez chegado na avenida, seu Dotô deu início ao processo de habitação no lugar com o cultivo de legumes naquela beira de rio. Com isto, pontuo que um dos principais objetivos deste texto consiste em acompanhar vazanteiros e vazanteiras em suas práticas cotidianas de vida e trabalho a fim de perceber como o - lugar – Boa Esperança – é constituído por meio disso e, ao mesmo tempo, como as pessoas também vão sendo gestadas e gestam a si mesmas a partir dessa relação com as águas, a terra, os legumes e outros seres – humanos e não-humanos – no contínuo processo de habitar na Avenida. Estas relações são potencialmente geradoras de vida, trabalho e peleja.

Diante das ações do Programa Lagoas do Norte, uma política de “requalificação e revitalização” urbana empreendida desde 2008 pela Prefeitura Municipal de Teresina em parceria com o Governo Federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), estas interações com a terra e as águas são articuladas politicamente na luta empreendida por moradores e moradoras para permanecerem em suas casas. Nisto está a segunda inquietação norteadora deste trabalho, que é acompanhar os fluxos e contrafluxos da luta pela moradia no lugar vis-à-vis as políticas de desapropriações executadas pelo Programa Lagoas do Norte. A peleja dos habitantes, portanto, trata-se também de uma atuação política pautada no *lugar* e nas relações estabelecidas com e nos territórios que compreendem a região entre os rios Parnaíba e Poti, na Zona Norte de Teresina.

A noção de *lugar* perpassa a reflexão teórico-política empreendida nesta dissertação. Inspiro-me em Escobar (2010) para pensar *lugar* enquanto um local de densos envolvimento afetivos, identitários, culturais e físico-corpóreos das pessoas com seus ambientes de vida e morada. A despeito do recente foco das ciências sociais nas escalas globais de migração, circulação de mercadorias e uma suposta “homogeneização sócio-cultural” do mundo, Escobar (2010) pontua que nada disso subsume os movimentos de aterramento e localização da vida humana em determinados territórios. E que, não raro, é a partir dessas conexões estabelecidas com o *lugar* que uma série de enfrentamentos políticos anti-coloniais e anti-racistas são gestados.

Dialogando ainda com o geógrafo e antropólogo negro Alex Ratts, *lugar* indicaria o espaço “em que se observa a identificação e o reconhecimento do indivíduo com o *local* que, por sua vez, pode ser a rua, a praça, o bairro, a pequena cidade ou, para alguns autores, a cidade, a região ou a nação” (RATTS, 2012: 220). É, portanto, na interconexão com os autores acima, que tenho pensado a Boa Esperança como um *lugar* no qual pessoas, animais, rios, lagoas, plantas, terra e quiabos constituem-se reciprocamente através de uma contínua interação entre estes organismos e seus ambientes (INGOLD, 1996, 2002)

A Avenida Boa Esperança atravessa alguns bairros da região e, nesta dissertação, tomarei a Avenida como ponto de partida para falar do processo de constituição espaço-territorial desta localidade, sobretudo no trecho em que – para a Prefeitura – ela cruza os bairros São Joaquim e Olarias. Estas nomenclaturas barriais, digamos assim, eram raramente acionadas quando alguém ia falar do seu endereço. As pessoas diziam a mim que moravam na Boa Esperança. Somente.

– Mas e quando você precisa preencher algum formulário, fazer cadastro em alguma loja, coisas desse tipo, qual o bairro que você preenche? – eu perguntava.

– São Joaquim – dizia um

– Eu boto Olarias mesmo – arrematava outro

– Poti Velho, aqui é Poti Velho, eu coloco como Poti Velho – finalizava um terceiro.

Vale ressaltar que estas respostas eram dadas a mim por vizinhos próximos, pessoas cujas residências não distavam mais do que cinco metros. Foi Jorge quem me

disse algo do qual eu já suspeitava: “Aqui é Boa Esperança”. “Mas só Boa Esperança mesmo?”. “Humrrum, por causa da Avenida”. Percebi, também, que alguns moradores de bairros adjacentes referiam-se a habitantes da Avenida e do seu entorno como “o pessoal da Boa Esperança”. Levando isto a sério, e também as territorialidades empreendidas por alguns moradores da Avenida que a classificam em região dos “motéis” e das “olarias”, esta dissertação é basicamente sobre o meu encontro com a vida na Boa Esperança durante o tempo em que estive por lá. Por vezes, Boa Esperança - este lugar entre rios - é também acionada metonimicamente por mim como a zona norte de Teresina, contudo deixarei claro ao/à leitor/a quando isso for feito.

Eu poderia já colocar aqui alguns mapas, mas só farei isso no capítulo 2, porque, por enquanto, pretendo apresentar o que falarei daqui por diante e apresentar a mim também, falar do meu caminhar rumo a Boa Esperança. Na infância, eu pedalava com a tia Efigência para o encontro dos rios a fim de me aventurar pelo trânsito da cidade, observar a sucessão das paisagens em cima de duas rodas, roubar mudas de planta dos canteiros de clínicas e consultórios e ouvir as conversas das minhas tias. Alguns anos mais tarde – já matriculado no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí – eu caminhava para a zona norte como um estudante universitário a fazer pesquisa de iniciação científica. Em 2011, comecei a participar - como bolsista do “Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico” (PIBIC/CNPq) – do projeto “Mulheres do Poty: gênero, identidade, memória: arte cerâmica e economia da cultura”, sob a coordenação e orientação a professora Maria Dione Carvalho de Moraes.

Neste momento, nosso interesse recaía em captar como os saberes de artesãs locais se relacionavam com conhecimentos técnico-científicos de arquitetos e *designers* agenciados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) nos processos de concepção e confecção de artefatos feitos em argila. Este conjunto de peças em cerâmica – cinco bonecas<sup>2</sup> – trazia tipos femininos considerados, pelas artesãs, como representativos das mulheres do bairro: o Poti Velho. O trabalho com as ceramistas levou-me a conhecer e interagir em profundidade com outras instâncias do bairro. Assim, acabei por romper o domínio estrito das relações travadas na Cooperativa de Artesanato do Poti Velho e – interpelado por esta primeira experiência de pesquisa – decidi tratar em meu trabalho de conclusão de curso (TCC) questões relacionadas à

---

<sup>2</sup>Para mais detalhes ver Moraes e Pereira (2012b, 2013a, 2013b) e Moraes (2013).

memória social e produção de identidades no universo urbano, captando as dinâmicas culturais e sócio-históricas entre moradores do Poti e de outros lugares da cidade (PEREIRA, 2014).

Ao ingressar no mestrado, minha ideia inicial era adensar as discussões sobre alguns pontos abordados no TCC e trabalhar “festas populares”, sobretudo os festejos para São Pedro realizados naquele bairro. À época, muito informado por uma “antropologia do ritual”, eu estava preocupado em entender estes momentos festivos como importantes eventos onde uma série de valores, hábitos e marcadores identitários eram negociados e dramatizados. Com a intensificação das leituras na pós e – mesmo a distância – acompanhando os últimos acontecimentos do campo iniciado na graduação, optei por dar novos rumos às minhas primeiras intenções de pesquisa. Em 2011, quando iniciei pesquisas na zona norte, o Programa Lagoas do Norte (PLN) seguia com suas atividades a pleno vapor, junto com algumas (re) ações de moradores à forma como esta política urbana vinha sendo executada.

A justificativa do PLN pauta-se na ideia de “melhoria da qualidade de vida” (TERESINA, 2015) da população local através de uma série de medidas de “(re) qualificação sócio-ambiental”. Todavia se, por um lado, a melhoria na qualidade de vida tem como foco as pessoas do lugar, por outro, boa parte das ações do PLN tem culminado na desapropriação de um número considerável de moradores da zona norte, via de regra considerados pelo projeto como os principais algozes do meio ambiente em virtude de práticas tidas como predatórias para com o solo e as águas.

Diante disto, procurei por alguns documentos e Relatórios de Avaliação Ambiental emitidos pelo Programa e, ao ler páginas e páginas em *pdf*, percebi uma ruptura entre o modo como a relação das pessoas com o meio era gestada nestes arquivos e a forma como eu vinha percebendo esta interação no meu encontro com artesãs e artesãos do Poti Velho. Comecei, então, a questionar sobre como noções de “meio ambiente”, “terra”, “risco”, “degradação sócio-ambiental” e as experiências de desterramento frente à política de “reassentamentos involuntários” eram vivenciadas por pessoas residentes em áreas de atuação do PLN. Foi quando, conversando com Catarina Monte, com a professora Dione Morais e acompanhando pelo *facebook* a página “Atingidos pelo Projeto Lagoas do Norte”, decidi aproximar-me dos/as vazanteiros/as e, conseqüentemente, de uma parte da história da minha família, quase toda nascida na região norte de Teresina. Este trabalho, para mim, também tem um quê de revisita aos

meus ancestrais. Dito isto, pontuo que, além das considerações finais e desta introdução, estruturei a dissertação em quatro capítulos.

No capítulo um, através da etnografia de um bingo<sup>3</sup> realizado na Unidade Escolar Municipal Professor Dilson Fernandes, dialogo com a atuação do Boa Esperança Resiste e, conseqüentemente, do Centro de Defesa Ferreira de Sousa enquanto movimentações empreendidas por moradores da Avenida na luta por permanecerem em suas residências. Lutas estas pautadas territorial e politicamente no *lugar*. Utilizo-me da noção de “gira bem girada”, cunhada por Lúcia – Maria Lúcia de Oliveira Sousa -, a fim de acompanhar as andanças e alianças da Resistência na cidade de Teresina.

No capítulo dois, adoto o caminhar como ferramenta de construção etnográfica para falar da Avenida a partir de três perspectivas: 1/ a de quem caminha pelo asfalto, acompanhando as territorialidades empreendidas pelos/as moradores/as; 2/ aquela que parte das visões aéreas produzidas pelos que “caminham” em *drones*<sup>4</sup> e imagens via satélite, quando não só a Avenida é devassada por este “olho de Deus”, mas toda a região das Lagoas do Norte, tendo em vista a freqüência com que este “caminhar” é utilizado como linguagem de estado e 3/ a perspectiva de quem pisa e vivencia a Boa Esperança no convívio direto com a terra úmida e argilosa das vazantes.

No terceiro capítulo, a abordagem policial sofrida pelo filho mais velho de Jorge abre as reflexões sobre o lugar do *trabalho*, da *peleja* e, portanto, da *luta* no processo de habitação e constituição recíproca entre vazantes e vazanteiros, momento em que humanos e não humanos entram em agência biointerativa (BISPO, 2015) ao habitar na Boa Esperança. Assim, procuro mostrar como a relação genérica “homem/natureza” desfaz-se e, somente por conta disso, vidas fazem-se possíveis de serem gestadas no cotidiano das vazantes.

Por fim, no quarto e último capítulo, analiso os Relatórios de Avaliação Ambiental tentando apresentar como as práticas e existências dos moradores da zona norte são entendidas nestes documentos enquanto geradoras de riscos ao meio ambiente e, por conseguinte, aos próprios habitantes. Neste cenário, uma série de intervenções urbanísticas é prevista, tal qual a criação de parques ciliares nas margens das lagoas.

---

<sup>3</sup> Jogo de azar no qual se risca em um cartão os números que vão sendo sorteados. Ganha o jogo e, conseqüentemente, o prêmio, quem preencher todos os números da cartela.

<sup>4</sup> Devo a metáfora do *drone* a uma fala de Leila Saraiva quando, citando uma crítica de sua amiga Sheylane Brandão – psicóloga e militante no Movimento Passe Livre-DF - disse “a Shê falou uma vez que esses antropólogos têm complexo de *drone*, gostam de brincar de Deus, de ser esse olho que tudo vê”.

Estas obras só se tornam possíveis com a expropriação territorial de boa parte das famílias residentes na região da Boa Esperança a partir dos famigerados “reassentamentos involuntários”, entendidos por vazanteiros e vazanteiras com quem conversei como uma prática perpetradora de mortes. Assim, a ideia central é mostrar o quanto de etnocídio e segregação étnico-racial são empreendidos através de uma política de “revitalização urbana” cujo principal objetivo declarado consiste em melhorar a qualidade de vida das populações “atingidas”.

Nas considerações finais, dialogo com a ideia que originou o título desta dissertação – “os reis do quiabo” – e retomo algumas permanências e rupturas nos discursos produzidos a respeito do lugar da zona norte na cidade de Teresina.

Antes de seguir, mais uma breve nota: a maioria dos vazanteiros com quem conversei foram homens. Assim, tive acesso a paisagens que, além de tudo, são também genderificadas. Em virtude disso, “vazanteiros” aparece sempre no masculino até parte do capítulo 3, quando o encontro com dona Maria Campos e dona Sinforosa incitou-me a reflexões e presenças até então impensadas por mim. Somente depois disso “vazanteiro” aparece também no feminino, seja como “vazanteiro e vazanteira”, seja como “vazanteiro/a”.

## CAPÍTULO 1

### **Gira bem girada**

No diálogo com a etnografia de um bingo, procurarei mostrar neste capítulo a atuação do movimento Boa Esperança Resiste ou Resistência – institucionalizada na associação Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Este Centro congrega moradores e moradoras da Boa Esperança na luta de resistência por permanecerem em suas casas frente às obras do Programa Lagoas do Norte (PLN). No decorrer da dissertação faço referência a esta instituição como “Boa Esperança Resiste” ou “Resistência”, nomenclaturas também utilizadas pelos/as moradores/as da Avenida para se referirem a ela. Contudo, seja utilizando o primeiro termo ou o segundo estou referindo-me ao Centro de Defesa Ferreira de Sousa, que carrega o nome de um dos moradores mais antigos do lugar: o marido de dona Dalvina, falecido há mais de dez anos e comumente conhecido como “Roxo”, de quem falarei adiante.

*Escurecimentos* feitos, pontuo que a atuação do Centro de Defesa desempenha uma luta política pautada no *lugar*. É a partir da relação das pessoas com os ambientes que as constituem (e por elas são constituídos) que as vazantes, as hortas, as olarias e as religiosidades de matriz afro-brasileira são articuladas como linguagem política nas andanças da Resistência por Teresina. A atuação do Boa Esperança Resiste, como também ressaltaram Varão e Rego (2016) passa por protestos nas ruas da cidade, pichações e faixas nas portas das residências até contatos com o Ministério Público do Estado do Piauí, a Defensoria Pública do Estado do Piauí, coletivos de Assessorias Jurídicas Universitárias Populares, advogados populares, pesquisadores de instituições diversas, fotógrafos, dançarinos/as, artistas plásticos, músicos e uma série de outros coletivos da cidade. Todas estas movimentações do processo de luta por permanecer no *lugar* e na tentativa de abrirem outros canais de diálogo com a Prefeitura Municipal de Teresina são acionadas por Maria Lúcia de Oliveira Sousa através da noção de “gira bem girada”.

Em dezembro de 2015 eu estava indo para uma das reuniões da Resistência que havia sido divulgada no *facebook*. Peguei o carro com destino à Boa Esperança e tinha apenas informações muito vagas sobre o lugar do encontro e sobre Lúcia Sousa, de quem soube com Catarina Monte. Ao chegar perto da casa de dona Dalvina – que eu ainda não conhecia – vi uma mulher negra, magra e de cabelos cacheados. Sem saber de quem se tratava, parei o carro ao lado e perguntei onde ia ocorrer a reunião do

“Atingidos pelo Projeto Lagoas do Norte”. A mulher, antes de responder, perguntou quem eu era, de onde eu vinha e como eu havia ficado sabendo do encontro. Respondi a todas essas indagações. Disse ter sabido da reunião pelo *facebook* e que uma amiga, Catarina, havia me ensinado como chegar ao local.

- Catarina? Aquela que é parente do pessoal da arquidiocese?
- Sim, ela mesma – falei.
- Ah, conheço! Entra aí, a casa da mamãe fica logo aqui na frente.
- Tu vai pra reunião também?
- Vou sim – respondeu a moça já um pouco mais receptiva, porém não muito.
- Obrigado. Como é teu nome? – perguntei
- Lúcia.

Catarina, que vinha trabalhando com os artesãos e artesãs do bairro Poti Velho (MONTE, 2016) conhecia Lúcia Sousa e, inclusive, havia cooperado com o centro de Defesa Ferreira de Sousa no contato com a Arquidiocese de Teresina para que esta instituição intermediasse encontros entre os moradores, representantes da Prefeitura Municipal de Teresina, Ministério Público do Piauí e advogados populares solidários ao movimento. Foi, portanto, nessas circunstâncias que conheci Lúcia, presidente do Centro de Defesa e uma das minhas principais interlocutoras neste trabalho. Neste dia, cheguei em casa pensando o quanto o acaso tinha me favorecido aquela noite pois, entre tantas pessoas na avenida, decidi parar o carro exatamente ao lado de Lúcia, quem eu sequer conhecia até então. Alguns meses mais tarde, contei essa história para ela, que sorriu tímida e depois me olhou séria dizendo: “sabe o que foi isso, Lucas? Foi a gira! Essa gira é muito bem girada! Às vezes a gente duvida da espiritualidade, mas ela sabe de coisa que nós nem suspeitamos!”.

Percebi, então, que o *acaso*, esta grande invenção da modernidade ocidental para dar conta dos imponderáveis (PEIRANO, 1995; WEBER, 1999), não operava para Lúcia, umbandista e filha-de-santo. Conforme aprendi com ela, nossas movimentações no mundo não ocorrem de forma aleatória. Uma série de outras instâncias, que dizem respeito ao astral, ao cosmos e à espiritualidade entra em ação a partir do momento que começamos a agir no mundo. E isto ocorre sem que nós saibamos ao certo como as coisas operam. Se o meu encontro com ela ocorreu, foi porque a gira havia girado. A partir desse contato, eu iniciava, então, o meu envolvimento com o Centro de Defesa



Ferreira de Sousa e com os engajamentos dos moradores na *luta* por permanecerem em suas residências. Esta dissertação, entre outras coisas, também é fruto do meu encontro intelectual, teórico e político com os moradores militantes deste Centro. Com as moradoras, é bom ressaltar. A maioria das pessoas participantes das reuniões e atividades da Resistência é composta de mulheres.

Aqui, destaca-se o protagonismo das mulheres na resistência contra o deslocamento compulsório na Avenida Boa Esperança, Teresina – PI, haja vista constituir-se numa categoria que é afetada de modo diferenciado pelo Projeto Lagoas do Norte. [...] Além das atribuições como trabalhadoras, essas mulheres acumulam também os tradicionais papéis de mãe/esposa/doméstica do próprio lar, somando-se, no caso em tela, as tarefas políticas assumidas no processo de resistência, o que lhes exige uma maior interação com a esfera pública (VARÃO e REGO, 2016: 10)

Ponto isto para destacar que são as mulheres da Avenida as mais diretamente envolvidas com a organização do bingo que irei apresentar. Contudo, antes de começarmos com a etnografia deste evento e do seu lugar na atuação do Boa Esperança Resiste, convém falar brevemente do que se trata o projeto de cidade, digamos assim, contra o qual moradores e moradoras da avenida tem se posicionado. Falarei, portanto, do Projeto (ou Programa)<sup>5</sup> Lagoas do Norte (PLN) e de alguns atores, ações e acontecimentos envolvidos na construção e execução desta política.

### 1.1. Entre (re) vitalizações e desterramentos

O Programa Lagoas do Norte (PLN) tem como objetivos declarados (re)vitalizar e (re)urbanizar a área das lagoas da zona norte da cidade de Teresina-PI<sup>6</sup>. A cartilha explicativa do programa apresenta a definição institucional do PLN:

O Lagoas do Norte é um conjunto de ações integradas desenvolvidas pela Prefeitura de Teresina e que visa resolver problemas sociais, ambientais e urbanísticos que causam riscos, afetam a saúde, degradam o meio ambiente, comprometem a qualidade de vida e impedem o desenvolvimento sustentável da zona norte de Teresina (TERESINA, 2015: 5) [grifos meus]

“Risco”, “meio ambiente” e “qualidade de vida”<sup>7</sup> são categorias recorrentes nos textos relacionados ao Lagoas do Norte, que é fruto de parcerias entre poder público

<sup>5</sup> Às vezes, refiro-me ao Lagoas do Norte como Programa Lagoas do Norte, tal qual aparece nos documentos oficiais emitidos pela Prefeitura Municipal de Teresina. Contudo, também adoto a expressão Projeto Lagoas do Norte, conforme ouvi diversos moradores da Boa Esperança referindo-se a esta intervenção urbanística. O grupo e de mobilização dos/as moradores/as no *facebook*, inclusive, foi nominado como “Atingidos pelo Projeto Lagoas do Norte”.

<sup>6</sup> Trata-se de uma região localizada, na sua maior parte, entre os rios Parnaíba – que faz divisa dos Estados do Piauí e Maranhão - e seu afluente Poti, com nascente na Serra da Joanhina, estado do Ceará. No capítulo 1, ofereço mais detalhes a respeito das geofísicas e hidrografias da zona norte. Por ora, tomo a liberdade de falar apenas do bingo e do Projeto Lagoas do Norte.

municipal, governo federal e organismos internacionais, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) . Assim, configura-se como “um dos oito projetos municipais sendo apoiados pelo Banco [Mundial] como parte de um Programa de Empréstimo Municipal Brasileiro (BMPL) mais amplo” (BANCO MUNDIAL, 2008:4). Além de Teresina, as prefeituras de Uberaba, Recife, Belo Horizonte, Cubatão, São Luís, Santos e Guarujá foram “pré-identificadas” para participar deste Programa de Empréstimo com base nas seguintes características –presentes no relatório de nº 42668-BR do documento de *Appraisal* emitido pelo BIRD com relação ao PLN:

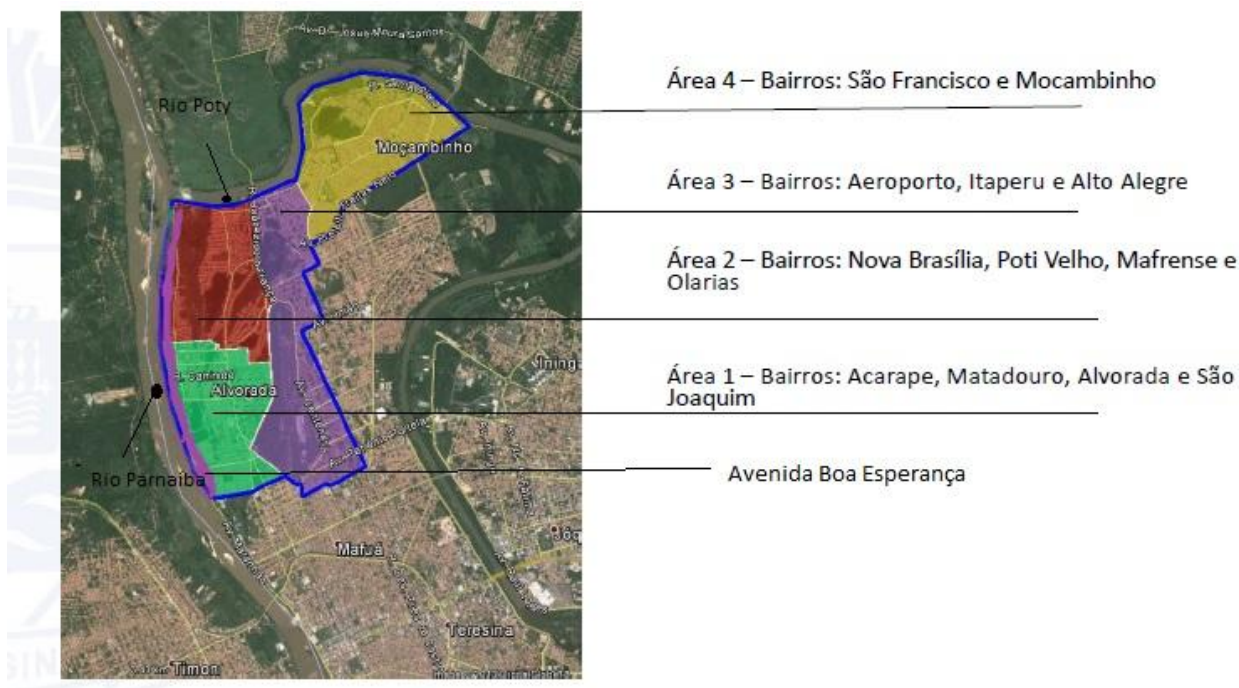
(i)Os projetos focalizam as prioridades da pobreza urbana, meio ambiente, desenvolvimento econômico e gestão municipal; (ii) elas [as cidades] são centros econômicos e governamentais a nível nacional ou regional ( quatro delas são capitais estaduais e três estão na baixada santista, o principal corredor logístico do estado de São Paulo [...]) (BANCO MUNDIAL, 2008: 8-9)

As negociações entre a Prefeitura Municipal de Teresina e o BIRD iniciaram-se em 2003 e a liberação do Acordo de Empréstimo para a implantação do Programa só foi firmada em 2008 (Nº7523-BR – 2008), no valor de 100 milhões de reais. Deste total, 70 milhões representam o financiamento do Banco Mundial e 30 milhões dizem respeito à contrapartida da Prefeitura e do Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além destes recursos referentes à implementação do PLN, houve ajuda de custo oriunda do Governo Japonês para o seu processo de concepção. Assim, de acordo com documento oficial da Prefeitura Municipal de Teresina, “buscou [-se] montar um mix de recursos para garantir tanto a concepção do programa como a execução do mesmo” (TERESINA, 2014: 10). Destarte, no bojo de mais sete projetos brasileiros com financiamentos advindos do banco Mundial, o Lagoas do Norte declara como principais objetivos:

modernizar e melhorar a capacidade da gestão da Prefeitura Municipal de Teresina nas áreas financeiras, urbana, ambiental, prestação de serviços e desenvolvimento econômico; e melhorar a qualidade de vida da população de baixa renda da região das Lagoas do Norte ( BANCO MUNDIAL, 2008: 2)

---

<sup>7</sup> Trarei essas ideias de maneira mais aprofundada no quarto capítulo.



**Figura 1** – Bairros atingidos pelo Programa Lagoas do Norte

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Planejamento, a zona norte é composta por cerca de 25 bairros, dos quais treze serão alvo das ações do PLN (Figura 1). A Avenida Boa Esperança conecta várias destas localidades na zona norte da cidade e atravessa uma série de lugares das intervenções do Projeto Lagoas do Norte, tanto na Área 1 quanto na área 2. Neste cenário, para que as ações a serem executadas pelo programa ocorram, um número considerável de famílias residentes na região serão “reassentadas involuntariamente”, conforme os termos do PLN. Os destinos das pessoas reassentadas são dois: elas podem optar por uma casa em conjuntos habitacionais a serem construídos com a verba do programa ou, caso queiram, é permitido a elas optarem pela indenização do imóvel. Este desterramento forçado, contudo, não é a única opção para as pessoas habitantes nas áreas de intervenção do Programa. De acordo com a cartilha de apresentação desta política:

Nem todas as famílias serão reassentadas, apenas o necessário para garantir a segurança das pessoas, a preservação ambiental, o respeito à legislação e à qualidade de vida. Muitas famílias receberão melhoria habitacional e permanecerão no local (TERESINA, 2015: 4)

Bom, há sérias controvérsias entre os/as moradores/as quanto ao “muitas famílias [...] permanecerão no local”. 493 famílias foram reassentadas com a execução da área 1. Destas, 327 “ganham um novo endereço no residencial Zilda Arns”, ao passo que 166 “optaram por receber indenização” (TERESINA, 2015: 3). Para a

segunda etapa do PLN, que envolve intervenções, sobretudo, na área 2, estima-se mais de duas mil famílias reassentadas, conforme discutirei no capítulo 4. A “mudança” destas pessoas para “outros lugares”, nem de longe, tem-se configurado como algo “pacífico” (TERESINA, 2011:11), tendo em vista os relatos e experiências de lutas, dor, aflições e sofrimentos que acompanhei enquanto estive na Avenida.

A morte de Isabel de Paula Sousa, 75 anos, no último sábado (16/05/2015), levantou o debate sobre o impacto social das obras Lagoas do Norte. Segundo informação dos vizinhos, a idosa teria sua saúde debilitada e, conseqüentemente, tido um infarto por conta do anúncio de que deveria deixar a casa onde mora há cerca de trinta anos às margens da Avenida Boa Esperança. [...] Helena Rodrigues Nogueira de Sales, 65 anos, vizinha de dona Isabel, conta que sua amiga tinha uma vida difícil. [...] “Acho que essa história de retiraram (os moradores) contribuiu para que a saúde dela piorasse”, acredita. [...] “Hoje tem muitos idosos que estão sofrendo, sem dormir, com problemas de saúde devido a essa pressão. O viúvo (de dona Isabel) Matias vive chorando. Ele é bem conhecido, tem um comércio, está muito mal”, relata.<sup>8</sup>

Na Área 2, um dos principais pontos de conflitos e controvérsias, diz respeito à duplicação da Avenida Boa Esperança, o que resultará na desapropriação de uma série de residências construídas nesta via. Ao me falarem do processo de selagem das casas da avenida – ocorrido em 2014 e cessado em fevereiro de 2015 – alguns/algumas moradores/as narravam condoídas/dos a morte de dona Isabel e a situação de instabilidade emocional na qual se encontravam idosos e idosas após a visita de técnicos/as da prefeitura para a fixação do “selo de congelamento”.

**Lúcia** – O povo da Boa Esperança é majoritariamente mulheres e são também pessoas idosas... Pessoas que contribuíram historicamente com Teresina e contribuíram com a sociedade de Teresina, porque essas mulheres, ali daquela região, elas tem uma importância! E nós, aqui em Teresina, esquecemos de valorizar o que é nosso! [...] [A prefeitura] adentrou as nossas casas de uma forma muito violenta, porque ela chegou nas nossas casas de manhã, pela manhã! Em um horário que só tinha crianças e idosos! Selou as nossas casas e foi perguntando pras pessoas se as pessoas queriam uma casa ou um apartamento. Agora, veja bem, uma pessoa que mora há mais de cinquenta anos em um local e nunca precisou da prefeitura pra nada [...]! Porque a gente estudava longe, as mulheres se viram como podem: lavando roupa, trabalhando

<sup>8</sup> “Morte de idosa levanta debate sobre impacto de obra pública”, disponível em: <http://cidadeverde.com/noticias/192856/morte-de-idosa-levanta-debate-sobre-impacto-de-obra-publica>  
Acesso em: 22/11/2016

na horta, trabalhando na olaria pra criar os filhos pra botar nessa sociedade e, aí, a gente se depara em uma situação como essa! Então, assim, muitas idosas adoeceram, nós tivemos o caso de uma senhora, que é a dona Bela, que ela disse: “meu deus, entraram na minha casa e selaram a minha casa e vão botar a gente pra onde? A gente fica angustiada”. Uma semana depois ela enfartou e morreu! As nossas idosas adoeceram e a gente aproveita esse momento pra denunciar.<sup>9</sup>

Este selo – no qual consta o número da residência nos arquivos municipais e o símbolo da prefeitura – informa tanto ao/a morador/a como aos/as vizinhos/as que aquele imóvel já fora analisado pelo poder público municipal e que qualquer alteração estrutural feita nele após esta adesivagem não entrará no cálculo da indenização a ser paga para a família passível de ser desalojada. Além disso, este adesivo comunica ainda que o imóvel já fora cadastrado nos registros da PMT com a devida anotação do número de famílias e pessoas nele residentes. O selo – geralmente fixado atrás da porta de entrada das residências – não significaria, portanto, a inevitável desapropriação do imóvel, conforme informa Monte (2016), baseada em entrevistas com funcionários da prefeitura. Porém, como foi vivenciado por esta pesquisadora e também por mim, é visível entre os/as moradores/as uma série de críticas à maneira como se deu o processo de selagem. Uma fala de dona Helena, presente na reportagem citada acima, sintetiza bem uma queixa que me era relatada constantemente:

Uma vez chegou uma assistente social e foi logo selando (marcando) as casas e perguntando se a gente queria casa ou apartamento. Não entendemos nada. Ficamos muito nervosos. Um ia pra casa do outro perguntando se já tinham selado, o que a gente ia fazer. Pedimos uma explicação à prefeitura e um secretário veio, mas ele mesmo disse que não estava entendendo e ia procurar saber para depois nos dizer.

Somado a isto, ouvi de vários/as moradores/as relatos de que algumas selagens haviam ocorrido na ausência dos/das homens e/ou mulheres responsáveis pelo imóvel, e somente com a presença de “menores de idade” – como também pontuou Lúcia em sua fala – ou pessoas alheias aquele agrupamento doméstico. As narrativas com relação a este processo são bastante heterogêneas: há também aqueles/las que não se queixam da forma como a selagem ocorreu. Contudo, vale ressaltar a seguinte constatação: se o selo não é sinônimo de um “reassentamento involuntário” incontestado, ele é, pelo menos, o anúncio da possibilidade real de demolição da casa. Tal fato, por si só, desencadeia

---

<sup>9</sup> Fala de Lúcia no “Grito dos Excluídos”/ “Grito da terra”, 5 de setembro de 2017, praça João Luiz ferreira, centro de Teresina.

uma série de afetações subjetivas, afetivas e políticas na experiência das pessoas com os ambientes que habitam. A morte de dona Bela e a situação de adoecimento, morte e agonia na qual se encontraram diversos idosos/as residentes na Avenida são reflexos disso. A intensificação das movimentações dos/as moradores/as pela cidade na busca de alianças também o são. E, em fevereiro de 2015, por conta de uma audiência pública provocada pelo Centro de Defesa Ferreira de Sousa, a PMT suspendeu as atividades do Programa e o cadastramento dos imóveis por um prazo de 60 dias.

No contexto das atividades executadas pelo Programa, a criação de espaços “para o lazer contemplativo, esportivo e cultural” (TERESINA, 2011:11) dá a tônica às diversas intervenções do PLN. O projeto de recomposição paisagística das lagoas, a duplicação da Avenida Boa Esperança e a aposta em transformá-la em um rico corredor turístico – propiciando um anunciado “desenvolvimento sustentável” à zona norte da cidade – caminha junto com um risco iminente de desterramento dos/as moradores/as, o que lhes gera desconfianças e apreensões com relação às ações da Prefeitura – conforme abordarei no quarto capítulo. “Lagoas do Norte pra quem?”<sup>10</sup>. Assim, questionando a “pacificidade”, abertura ao diálogo e “paciência franciscana” [sic] (TERESINA, 2014: 18) presentes nas negociações entre Prefeitura Municipal de Teresina e moradores da região durante a implementação do PLN, surge – juntamente com o início das atividades do Programa, em 2009 – um conjunto de movimentações dos/as moradores/as posicionando-se contrariamente aos inúmeros “reassentamentos involuntários” e a maneira como o Programa vem sendo desenvolvido. É, portanto, neste contexto de “(re)ações” (MONTE, 2016) ao Projeto Lagoas do Norte e de densos envolvimento dos/das habitantes da região com seus ambientes de vida e morada, que se insere o Movimento Boa Esperança Resiste. Começamos, então, a falar do bingo e de alguns acontecimentos que lhe antecederam.

## **1.2. 20 de Agosto: organizando o evento**

Acordei tarde, quase meio dia, depois de ter perambulado a madrugada inteira pela Avenida com Pedro e Wanderson atrás de algum boteco (aberto) com cerveja

---

<sup>10</sup> Em novembro de 2016, moradores/as da Boa Esperança produziram uma série de vídeos, cada um durando cerca de 20 segundos e gravados com aparelhos celulares. Nestes curtas – difundidos através do Facebook no grupo “Atingidos pelo Projeto Lagoas do Norte” - as pessoas pronunciam esta pergunta após uma breve panorâmica de seus quintais ou da fachada de suas residências.

gelada e comida boa. E nem precisava ser algo tão elaborado assim, um *arrumadinho*<sup>11</sup> já nos bastaria. Enquanto caminhávamos pela avenida, observávamos aqueles que parecem nunca dormir, geralmente rapazes quase da nossa idade (entre os 17 e os 30 anos) a acompanharem com olhos atentos os movimentos de quem quer que passasse... Eventualmente algum carro chique e caro demais para os padrões sócio-econômicos da maioria dos/as moradores/as da Boa Esperança reduzia a velocidade, baixava o vidro diante desses jovens e coisas eram ditas, gesticuladas e trocadas... Olhei meio apreensivo para Pedro a primeira vez que isso aconteceu. Ele e Wanderson disseram que não era nada e que ali “ninguém mexia com ninguém”, porque “todo mundo se conhece”, agora, “a pessoa também tem que ser sossegada”. Entendi e confiei.

De fato, não percebi motivo real para me preocupar, pois, apesar de já serem mais de duas da manhã, alguns meninos conhecidos dos meus primos ainda jogavam bola na rua e, por onde passávamos, Pedro e Wanderson eram cumprimentados efusivamente pelo nome. Nossa andança não durou muito e logo encontramos um bar aberto, com *Antártica* de um litro e música ao vivo sendo executada por uma estrutura de som altamente modernosa. Na calçada do estabelecimento havia um *chevete* (automóvel) branco estacionado, com o porta-malas aberto e parcialmente preenchido por caixas de som com luzes de *led* nas laterais. Fios elétricos conectavam a estrutura áudio-motora a um *tablet* devidamente equipado com *mouse* e teclado, além de um pequeno painel de som. Ah, e um microfone, obviamente. Tudo isso sobre uma mesinha de plástico branco em nada diferente daquela em que bebíamos e comíamos tira-gostos. Não consigo lembrar muito bem das músicas, mas tocou Roberto Carlos, umas cantigas da Jovem Guarda, Zezé di Camargo e Pablo do Arrocha. Esse não foi o único boteco pelo qual passamos nesse dia e terminamos a noite/madrugada num *trailer* de lanches no Mafrense, perto da casa do dindinho.

Com o sol das doze na minha cara e levantando sem vontade de levantar, eu só sabia lembrar preguiçosamente que ainda havia uma tarde inteira de compromissos pela frente: tinha combinado de ir à casa de dona Dalvina acompanhar o ensaio do Boi das crianças: o “Boi da Esperança”, criado por Baybay, músico, casado com Idalina e genro de dona Dalvina. Esta senhora de mais de 70 anos nasceu no município de José de Freitas, interior do Piauí e foi para Teresina ainda jovem e solteira, na faixa dos 20 anos de idade, morar com uma irmã sua. Em Teresina, Dalvina conheceu Antônio Ferreira de

---

<sup>11</sup> Pequena porção individual de arroz, carne assada na chapa ou na brasa, farofa feita com farinha de mandioca e creme de galinha, este, uma espécie de *fricassé* de carne de frango.

Sousa, seu Roxo, vaqueiro profissional e emigrado do estado de Pernambuco. Com ele Dalvina casou-se e constituiu família. Tiveram oito filhos (Vera, Francisco, Davi, Lúcia, Idalina, Miúda, Arnaldo e Francisca) e residiram em pelo menos três bairros diferentes na zona norte, sempre acompanhando o lugar de trabalho de Roxo.

As vacarias<sup>12</sup> onde seu marido trabalhava eram também o local de residência da família, “mas essas casas não são nossas, Roxo, a gente tem que construir nossa casa”, dizia dona Dalvina. Depois de pedir demissão de uma vacaria localizada no bairro Mafrense, Roxo, Dona Dalvina e seus seis filhos nascidos até então começaram a construção de uma casa que, inicialmente, era só um barraco onde hoje reside Dona Dalvina: a Avenida Boa Esperança. Ela e seu marido, falecido há mais de 15 anos, foram comprando aos poucos madeiras e tijolos para a construção da residência... Quando chegaram onde, hoje, é a Avenida – final da década de 1960 – as casas ainda eram poucas, sobretudo na “região dos motéis”<sup>13</sup>. Neste período, o sustento da família advinha das vazantes cultivadas por eles e elas (Fotografia 2); de uma roça que seu Roxo fazia no povoado Boca da Mata, no Maranhão; da horta plantada por dona Dalvina no quintal; além da renda obtida com o trabalho de Roxo e seus filhos homens nas olarias da região.

---

<sup>12</sup> Estabelecimento destinado à criação e abate de gado bovino (*bos taurus*) para comercialização.

<sup>13</sup> No próximo capítulo, falarei destas territorialidades constituídas a partir da Avenida.





**Fotografia 2 - Dalvina.** Ela estava a falar de sua vazante e do que ainda persiste em brotar, apesar do agosto quente e seco.

Dona Dalvina é uma das moradoras mais antigas da Boa Esperança e é na sua residência que boa parte das reuniões e encontros envolvendo o Centro e Defesa Ferreira de Sousa acontece. O ensaio do boi estava marcado para as 14h00, cheguei um pouco mais cedo e aproveitei para ficar conversando com o pessoal. É impossível, para mim, entrar nesta casa e de lá sair sem tomar, sequer, uma xícara de café. Dona Dalvina gosta de ficar na sala, balançando-se vagarosamente na rede com os dois pés para o lado de fora. Costuma acompanhar missas e novelas pela televisão e, vez ou outra – geralmente pela manhã – vai ao terraço aguardar suas plantas e acender uma vela para os seus santos, todos dispostos em um altar. Ela gostava de me repetir a história desses santos... Contar como os havia ganhado, pois a maioria deles era de uma comadre sua, “pessoa muito boa, não sabe? Minha comadre era muito boa mesmo! Ela faleceu em um acidente de trânsito, foi atropelada por um ônibus... Os santos dela ficaram para mim”.

Trago comigo a lembrança desse afeto carinhoso e triste de dona Dalvina por sua comadre.

Neste dia, cheguei tirando o chinelo antes de entrar. Fui sentando na sala e perguntando pelo ensaio do boi das crianças. Além do Santiago e da Estrela – filhos do Baybay – estava também Heloisa – filha da Francisca, todos netos de dona Dalvina e finado Roxo: só haviam três crianças ali. Achei estranho. Um batalhão mirim, antes de mais nada, requer brincantes suficientes para formar pelo menos um cordão de caboclas! Além da pancadaria, do negro Chico, da Catirina, e etc<sup>14</sup>. Como boieiro que sou, achei os brincantes poucos, mas ainda não estava na hora e – dos ensaios de boi que já participei – nenhum, nunca, começou no horário marcado. Controlei, então, minha ansiedade, mas não pude deixar de perguntar novamente:

- vai mesmo ter ensaio do boi das crianças hoje?
- Espera ainda... Ei, menino... Idalina, ei, Idalina! [gritando da sala para a cozinha de casa] Lucas, fala bem alí com a Idalina, pode entrar!

Francisca estava atarefada com os trabalhos do curso de Fisioterapia. Sobre a mesa, vários manuais de anatomia humana... Ainda assim, conversamos um pouco sobre minha pesquisa:

- Então, estou pensando em falar do trabalho nas vazantes, do que se planta e como se planta, de como essa beira de rio é produzida a partir das relações dos vazanteiros com a terra, as águas, o tempo... E se os legumes plantados são pra vender ou não... Essas coisas...
- Interessante... Tem uma menina da geografia lá da UFPI [Universidade Federal do Piauí] que fez o trabalho dela sobre os vazanteiros aqui... O nome dela é... Eu esqueci o nome dela...
- Que massa! Vou procurar... Com certeza vai ajudar muito! Eu também pretendo trabalhar essa ideia de “meio ambiente” e de como a relação das

---

<sup>14</sup> Um batalhão de bumba meu boi é composto por caboclas de fita e caboclos de pena, que brincam organizados em fila indiana ou em círculo, a depender do local de apresentação e dos passos a serem executados. Os caboclos tocam *matracas* – instrumento musical feito de madeira – e as caboclas tocam *chiadeiras* – maracás. Além destes instrumentistas, há ainda aqueles que se dedicam aos pandeirões: são os chamados caboclos de pancadaria, quase todos homens. Negro Chico, Catirina, a sua esposa, o boi, e o amo são outros personagens que constituem a brincadeira. Para mais detalhes sobre o universo do bumba-meu-boi na cidade de Teresina ver Pereira (2011).

peessoas com o meio, aqui, pode ser diferente da forma como o Projeto Lagoas do Norte entende isso nos Relatórios de Avaliação Ambiental que tem lá no *site* da prefeitura.

– Hum... Eles dizem que os vazanteiros desmatam, mas para tua pesquisa basta uma imagem de GPS, via satélite, pra mostrar o quanto a mata da beira do rio é preservada, porque do rio pras vazantes ainda tem é chão!

Achei, no mínimo, interessante a solução rápida e certa da Francisca para a pesquisa... O que eu fiz? Concordei.

– Verdade...

Percebi que já estava atrapalhando demais, Francisca conversava comigo sem tirar o olho dos papéis, dos manuais de anatomia e do *notebook*. Escutava-me mais por educação a uma visita inconveniente do que qualquer coisa.

– Eu vou ali na cozinha, tá certo?

– Rum, pode entrar, rapaz.

Entrei. Encontrei com Arnaldo, Miúda, Idalina e Novinho – todos filhos e neto de dona Dalvina - na cozinha. Perguntei pelo ensaio do Boi das Crianças e, para minha tristeza, o ensaio não ia mais ocorrer, pois Baybay estava fazendo um curso e não poderia faltar. Novinho (como é chamado o historiador Raimundo Silva por todos os seus parentes) estava preparando um doce de mamão que iria ser bingado no evento do dia seguinte. Ele e Arnaldo, seu tio, haviam construído um forno de barro e Novinho iria cozinhar o doce em um fogo aceso a carvão. Quando cheguei à cozinha, Novo estava entrando com um balde cheio de mamões verdes e, logo em seguida, sentou em um banquinho e começou a ralá-los um por um; absorto e vaidoso de suas habilidades culinárias, explicando-me o passo a passo do seu processo.

A casa de dona Dalvina é sempre agitada pelo entra e sai de filhos, netos, sobrinhos e amigos. Com ela moram Francisca, Miúda e Arnaldo, seus filhos. Na casa ao lado, construída no mesmo terreno da casa de Dona Dalvina, está a casa de Vera, também sua filha, casada e com filhos já crescidos, alguns dos quais já deram, inclusive, bisnetos a Dalvina. Ao entrarmos na casa desta senhora, deparamo-nos imediatamente

com um terraço imenso, repleto de plantas e flores, tudo cultivado por ela e por suas filhas, que a auxiliam cotidianamente nesta e em outras atividades domésticas. Este terraço é coberto por telhas, exceto na parte onde ficam as plantas e, na porção coberta, já próximo à parede da sala, há uma prateleira de mármore com várias imagens de santos e santas do panteão católico, aqueles dos quais falei no início. “A mamãe é muito apegada com os santos dela” (Miúda).

Da janela da sala – para quem está dentro de casa – é possível observar os São Franciscos, Nossas Senhoras, Jesus Cristos e Jesus Cristinhos, além das plantas no jardim – diariamente regadas... Somente a partir dessas relações cotidianas com o espaço da “casa” é que este conjunto de tijolos, paredes, telhas, concreto e madeira vai se tornando um “lar” ou, como diria Ingold (1996), vai sendo habitada e, assim, constituída por meio de um movimento contínuo de interação entre as pessoas e seus ambientes. A casa, mais do que uma construção dos humanos, só se faz enquanto tal a partir dos processos de habitação empreendidos pelos seres que a constituem: pessoas, barro, plantas, argamassa, papagaios (*Amazona aestiva*), pedras e cachorros (*Canis lupus familiaris*), para citar alguns dos seres presentes na casa de dona Dalvina.

Além da sala de estar, onde Dalva costuma balançar-se na rede, há uma sala de jantar – onde Francisa estudava -, três ou quatro quartos, dois banheiros (um dentro e outro fora) e a cozinha, onde me encontrei com Novinho. O balcão, a mesinha de madeira, as prateleiras com pratos, panelas e mantimentos e a porta que dá para uma varanda no quintal. Foi nessa varanda onde eu comecei a conversar mais detidamente com Arnaldo, que é músico profissional e toca em uma banda famosa na cidade de Teresina, o Roque Moreira. Conversamos sobre o mundo das artes na capital, sobretudo no que diz respeito à música e ao teatro. Ele me contava dos seus trabalhos recentes junto ao Coletivo Piauí Estúdio das Artes e do espetáculo “Medéia”, um monólogo desempenhado pela atriz Silmara Silva, conhecida nossa – também integrante do Coletivo –, e que iria fazer turnê em Cabo Verde. Turnês à parte, eu queria mesmo saber era das vazantes:

- E como é que estão as vazantes, Arnaldo?
- Tão indo, quem mexe mais é a mamãe mesmo. Tu quer ir lá dá uma olhada?
- Quero

Cruzamos o quintal de dona Dalvina, que estava sendo varrido por Miúda. Há uma diversidade de árvores, a maioria delas frutíferas: mamoeiros (*Carica papaya*), goiabeiras (*Psidium guajava*), um cajueiro (*Anacardium occidentale*), além de algumas pequenas palmeiras (*Dypsis lutescens*). Boa parte da vida da casa desenrola-se da cozinha para o quintal. São nessas porções do ambiente doméstico onde as pessoas da casa permanecem a maior parte do tempo, a conversar em cadeiras de espaguete<sup>15</sup>, comer frutas e falar da vida... Eles/as criam galinhas e galos (*Gallus gallus domesticus*), um casal de cachorros, um papagaio e duas cabras (*Capra aegagrus hircus*). Além das pessoas, é impossível falar do quintal sem dar conta desses outros seres que o habitam. As cabras vivem presas num pequeno curral e todas as manhãs dona Dalvina lhes dá de comer. No final do quintal, que é cercado em todo o seu perímetro por um muro de tijolos, há um portãozinho de grades, sempre fechado com um cadeado. Uma das manias de dona Dalvina é ir sozinha para a vazante, o que é visto como perigoso por suas filhas e filhos. Arnaldo abriu o cadeado, descemos a escadinha e seguimos para a vazante. O baixão (ou lagoa) estava praticamente seco, só lama, nem chegamos a atravessá-lo. Ele me contou que semana passada havia jogado um balde de peixinhos no rio, todos resgatados da lagoa, esta, em vias de secar por completo. Afinal de contas estávamos em agosto e muitos dos pés de milho, quiabos e feijões já haviam *deixado de botar*<sup>16</sup>. Sentamos à sombra de um cajueiro:

- E o bingo amanhã, Arnaldo?
- Pois é, rapaz, o Baybay nem pôde ensaiar com os meninos hoje... O Novinho tá ali fazendo um doce... As invenções dele! Eita Novinho que inventa! Um amigo meu que toca sanfona vem aqui amanhã dá uma força...
- Será que o Novinho ainda tem cartão pra vender? Ainda nem comprei os meus...
- Ah, deve ter, pergunta lá pra ele.

O Bingo estava agendado para o domingo às 15h00 e, entre uma conversa e outra, quase todos/as ali se concentravam na organização do evento. Além do doce preparado por Novinho, alguns vizinhos foram até a casa de Dona Dalvina doar mais

<sup>15</sup> Cadeira com estrutura geralmente feita de ferro ou metal e coberta por fios de plástico.

<sup>16</sup> *Deixar de botar* significa não mais fornecer frutos. Quando uma planta chega neste estágio, tem-se o fim do seu ciclo germinativo.

alguns produtos para serem bingados. Seu Valdir, vazanteiro, deu alguns quilos de feijão; uma vizinha deu uma dúzia de laranjas colhidas no quintal de casa, na beira do rio; outra moradora, agricultora, doou quiabos e maxixes semeados na própria vazante. Isabel levou alguns sacos de mangas colhidas nas mangueiras cultivadas em seu terreno. Lúcia Sousa, filha de Dona Dalvina, ex-vice-presidente da associação de vazanteiros e militante no Boa Esperança Resiste correu com o carro de som pela avenida para divulgar o bingo, não só entre os/as moradores/as “dos motéis”<sup>17</sup>, como também entre os/as “das olarias”. Ela também conseguiu duas cestas para o sorteio: uma de garrafas e jarros em cerâmica, doados pela artesã Raimundinha, presidente da Cooperativa de Artesanato do Poti Velho e outra com artefatos de umbanda ( taça, cachimbo, incensos e um CD com pontos de Pomba-Gira) doada por uma tenda umbandista da zona norte. Além do bingo, o Boi das Crianças iria brincar no evento e um grupo de teatro de uns amigos do Baybay apresentaria o “Diálogo dos bichos”.

O dinheiro arrecadado no evento seria destinado aos gastos com o registro em cartório do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, uma espécie de associação de moradores do Bairro São Joaquim que conta com a presidência de Lúcia e a vice-presidência de Isabel – Isabel Jardim de Moraes Wanderley. O centro foi criado pelo Movimento Boa Esperança Resiste com o intuito de defender e garantir a efetivação de uma série de reivindicações dos/as moradores/as. Atualmente, uma das principais pautas do “Centro de Defesa Ferreira de Sousa” e, por sua vez, do “Movimento Boa Esperança Resiste” – do qual o Centro nasceu – consiste na luta pelo direito à cidade (LEFÈBVRE, 2001; HARVEY, 2014) e pelo direito à moradia, sobretudo, perante o início das obras de “(re)vitalização e (re)qualificação urbana” empreendidas pelo Projeto Lagoas do Norte.

### **1.3. 21 de Agosto: o bingo**

Nas “olarias”, apesar de Lúcia ter divulgado o evento com o carro de som, boa parte das pessoas parecia não saber do bingo. Francisco e Lúcia – ambos/as filhos de dona Dalvina e membros do Centro de Defesa Ferreira de Sousa – conseguiram com a diretora do colégio a liberação do pátio da escola para a realização do evento.

---

<sup>17</sup> No capítulo 2 falei mais a respeito das territorialidades constituídas a partir da avenida.

Eu havia passado a manhã inteira escrevendo diário de campo na casa do dindinho e quase perdi a hora, não fosse Daniele<sup>18</sup> ter-se comprometido em dar-me carona de moto até a escola. Com isto, acabamos chegando lá um pouco mais cedo do que o horário combinado. O lugar fora liberado, mas justo no dia do bingo, as salas de aula estavam todas fechadas e moradores/as da Boa Esperança depararam-se com uma carência estrutural, no mínimo, preocupante: a ausência de bancos para os presentes. A solução foi vizinhos/as cotizarem-se com as cadeiras que tinham em casa. Saímos, então, pegando assentos nas residências próximas a escola Dilson Fernandes. Fizemos várias viagens atravessando a Avenida Boa Esperança com bancos e tamboretas nas costas.

Depois de levarmos as cadeiras, foi a vez de transportarmos as mesas: cerca de três ou quatro. Uma das maiores ficou posicionada ao lado do palquinho do pátio da escola e com as cestas organizadas por Novinho e Idalina. Eram cerca de quatro cestas. Exceto a de garrafas cerâmicas e a de artefatos afro-religiosos (que também eram advindas de coletivos da zona norte), todos os outros arranjos eram compostos por frutas, legumes e vegetais produzidos ou coletados pelos/as próprios/as moradores/as nas suas vazantes e quintais. “Produtos da terra”, como eles e elas me repetiam. Havia aquele doce de mamão (delicioso!!!) feito pelo Novinho, feijão (*Phaseolus vulgaris*), maxixe, quiabo, mamões, mangas (*Mangifera indica*), cajus e laranjas (*Citrus sinensis*) cultivadas nesta beira de rio. Coisa mais linda de se vê! Idalina, irmã de Lúcia, contava-me o quanto queria ganhar uma cesta daquelas: “o feijão tá tão caro e nessa cesta tem bem dois quilos de feijão, tudo plantado aqui na vazante. Isso aqui é uma riqueza!”. As outras mesas – também posicionadas próximas ao palco, mas do lado oposto ao da mesa com os produtos a serem bingados – continham panelões com creme de galinha e mungunzá (também denominado, em Teresina, como mingau maranhense).

No pátio, pregamos os cartazes que o movimento costuma utilizar nos seus protestos pela cidade: a faixa com “não existe lagoas do norte sem moradores” além de vários cartazes: “lagoas do norte pra quem???”; “Firmino<sup>19</sup>, o demolidor, quer tomar as casas de três mil famílias”, “prefeito quer limpar expulsando moradores”, “Firmino está matando os idosos da boa esperança. Estamos de luto”, “prefeito, queremos segurança,

<sup>18</sup> Daniele do Carmo, assistente social e mestranda em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí, que tem realizado pesquisas junto ao povo de terreiro da zona norte. Hoje, ela também faz parte da diretoria do Centro de Defesa Ferreira de Sousa.

<sup>19</sup> Atual prefeito da cidade de Teresina pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Firmino Filho está no seu quarto mandato, iniciado em 2017. Antes disso, assumira o governo da cidade nos quadriênios de 1997 a 2000; de 2001 a 2004 e, por último, 2013 a 2016.

saúde e educação e não desapropriação”. Esses cartazes compunham o mural do pátio junto com a pintura de uma criança em tamanho real sob uma árvore frondosa. Acima de tudo isso, outra faixa: “Parabéns a todos pelo resultado IDEB [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica], 2015”.

Baybay ligou a caixa de som. As músicas eram toadas de bumba meu boi. Minhas irmãs – pois eu as havia convidado para o evento – chegaram quase atrasadas. As pessoas foram chegando aos poucos, já havia pelo menos 30 ou 40 pessoas no pátio da escola. O bingo já estava prestes a começar, sentei-me em um dos bancos da escola e iniciei conversa com um morador da Boa Esperança, chamado Reinaldo, que mora próximo aos motéis. Ainda não sabia, então perguntei se Reinaldo morava na Boa Esperança.

- Humrrum. Eu moro aqui.
- O senhor mora onde?
- Eu moro ali perto dos motéis... Alí a primeira casa depois dos motéis
- Ah... E, assim, lá vocês têm documento da casa?
- Não, aqui ninguém tem documento das casas... Aqui ninguém tem documento... No máximo, você ainda encontra alguém com título de aforamento...
- Você tem título de aforamento?
- Lá em casa a gente tem. Mas tá no nome do ex-patrão da minha mulher. Foi ele quem deu o terreno pra nós e ficou de transferir para o nome dela, mas não deu certo e o título de aforamento continuou no nome dele.
- E lá vocês recebem conta de água, luz...
- Sim, sim. Conta de água, luz, IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano], tudo a gente recebe e paga<sup>20</sup>!
- E o que o senhor me diz desse negócio de quererem tirar as casas daqui?
- Eles dizem que aqui é área de risco, mas é mentira... Do quintal da minha casa pra beira do rio ainda tem é chão. É uma distância muito grande

---

<sup>20</sup> A situação de moradia dos habitantes da Área 2 do programa é relativamente diferente daquela dos residentes na Área 1: diferente destes, a maior parte os moradores da Área 2 apresentam um histórico de ocupação mais antigo e pagam contas de água, luz e IPTU. O caso de Reinaldo traz uma forma particular de acesso a terra na Avenida Boa Esperança. Esta questão será retomada no capítulo 3.



Não demorou muito e o bingo começou. Isabel Jardim (também chamada de Bel, não só por mim, mas por quase todos os seus amigos/as e vizinhos/as da Boa Esperança) pegou o microfone, agradeceu a presença de todos e disse da intenção do bingo:

- Bom, gente, o dinheiro arrecadado nesse bingo vai ajudar no processo de registro cartorial do Centro de Defesa Ferreira de Sousa. Esse bingo também marca a posse da nova diretoria do Centro de Defesa.

Depois, a Lúcia Sousa, presidente do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, foi convidada a falar. Lúcia disse da importância do Movimento e de todos estarmos unidos:

- Porque esse prefeito não vai conseguir tirar as nossas casas! Eu quero agradecer a todos os companheiros que se juntaram ao Movimento, que se juntaram à nossa causa, à nossa luta. Agradecer ao promotor Fernando Santos e ao pessoal das universidades e das faculdades que tem se juntado aqui à gente. Agradecer a Natasha [professora substituta do curso de direito da Universidade Federal do Piauí] e ao companheiro dela, ao companheiro Lucas, à companheira Daniele e todos vocês que procuraram se fazer presentes aqui

Após a fala, Lúcia convidou outras pessoas da comunidade, e também apoiadores do Boa Esperança Resiste a tomarem o microfone. As falas eram das mais variadas, mas ficava evidente o caráter de afirmação da luta: eram odes ao que já foi feito, ventos de força e esperança ao que ainda seria executado e injeção de ânimo frente às vitórias já conseguidas. Lúcia e Bel alternavam-se como mestras de cerimônia, anunciando as atividades da tarde bem como as pessoas que iriam falar. Depois das falas, elas chamaram Baybay ao palco para que ele desse início as apresentações. De longe, a atração principal era o boi organizado por ele.

O boi, batizado como “Boi Esperança” era composto só por crianças. E elas também foram chamadas ao palco, posicionaram-se uma ao lado da outra próximas à parede onde os cartazes estavam fixados e começaram a tocar toadas em latas de metal e garrafas de plástico. Gravetos de madeira faziam as vezes de baquetas. Baybay puxava as toadas. As crianças eram todas da comunidade: os dois filhos de BayBay e Idalina:

Santiago e Estrela; Ângelo: filho de Bel; Heloísa: filha de Francisca e Júlia, neta de Vera. Tirando Ângelo, todas as outras crianças eram netas ou bisnetas de dona Dalvina. Novinho *brincava de miolo do boi*<sup>21</sup>. “O meu boooooi é do Piauí, o meu boooooi é do Piauí...”. O boi (artefato) era improvisado, feito pelos/as próprios/as moradores/as com papelão e madeira e coberto por um tecido preto sintético. Adornavam-lhe uns enfeites, umas pedrarias, lantejoulas e EVA colorido. Depois dessas primeiras toadas cantadas por Baybay, o microfone ficou livre: uma senhora pediu pra cantar e assim fez.

Além das crianças com as latas e tambores plásticos improvisados, Arnaldo estava tocando zabumba, juntamente com seu amigo, também músico, que havia se comprometido de tocar sanfona na festa. Pedi para Lúvia – cantora, musicista, graduanda em Música pela Universidade Federal do Piauí e minha irmã – puxar algumas toadas lá na frente. Ela relutou, mas eu insisti e, no final das contas, acabou indo para o microfone. Lúvia começou a cantar e os moradores – que estavam muito bem comportados à espera do bingo, assistindo à apresentação – levantaram-se sob a interpelação de Lúcia e foram dançar no centro do pátio junto do boi, fazendo-lhe uma roda em volta. A energia era contagiante...

As pessoas brincavam, cantavam, riam, davam-se as mãos formando uma roda... Lúcia pediu o boi para Novinho e dançou-se a *baiar* ( dançar) sob o brinquedo como miolo. Lúvia cantou algumas toadas do Boi Estrela Dalva – grupo do qual somos brincantes –, mas lembrava de poucas e, por fim, quem acabou tomando conta da cantoria fui eu. Subi no palco puxando um: “Meu senhor São João, ele é fazendeiro, meu senhor São João, ele é fazendeiro, ele é meu patrão; eu sou vaqueiro dele; ele é meu patrão; eu sou vaqueiro dele! E viva o povo das águas. Eu sou vaqueiro dele”. Minha voz já estava falhando, percebi que Arnaldo maneirara na batida da Zabumba e, do palco, eu admirava as movimentações de Lúcia embaixo do boi... Seus movimentos eram rijos e cadenciados num ritmo mais lento... Arnaldo parou a zabumba, mas seu amigo continuava na sanfona e eu insistia em puxar as toadas, apesar de perceber um descompasso horrível entre o meu tom e os acordes executados pelo sanfoneiro. Decidi, então, finalizar a cantoria. Os/as brincantes-de-improviso bateram palmas e riram satisfeitos, mas também cansados.

---

<sup>21</sup> No universo do bumba-boi piauiense, assim como em outras partes do Brasil, não se *dança* boi, mas se *brinca*. Miolo é como chamamos a pessoa responsável por brinca sob a carcaça do artefato e, assim, dar vida ao boi (artefato).

Bel, então, subiu no palquinho, pegou o microfone e anunciou que o bingo iria ocorrer em poucos minutos. Todos nos sentamos até que Arnaldo foi chamado para gritar o sorteio das pedras. Ele e Novinho pegaram uma mesa e colocaram-na em frente ao palco com o globo de sorteio dos números e um tabuleiro para organizar as pedras já sorteados. “56, Cin-quen-ta e seis. Pedra de número 56. Quatro! Pedra de número ze-ro qua-tro! 22, dois patinhos na lagoa. Pedra de número 21. Vin-te e um! 80, de rombo!”. As pessoas marcavam apressadas os seus cartões, algumas preenchiam as cartelas de parentes e amigos não presentes e a exigência era de que se preenchesse uma cartela inteira (“cartela cheia”) para ganhar qualquer uma das cestas sorteadas. Eventualmente alguém reclamava que Arnaldo estava indo muito rápido com o sorteio das pedras, sobretudo quem estava com mais de um cartão para marcar. Eu e minhas irmãs – Lívia e Lara – olhávamos nossas cartelas e comparávamos tristes e irônicos os nossos cartões sem esperança alguma de ganharmos qualquer um dos prêmios. Lastimávamo-nos de serem exatamente os nossos números aqueles que nunca eram chamados.

Umás cinco ou seis pessoas ganharam e, infelizmente, eu não estava entre elas: “passei batido” (leia-se: fiquei com aquela sensação horrível de quando se descobre que os números que te faltavam na cartela já haviam sido sorteados há muito e você sequer se dera conta disso). Depois do bingo, houve a apresentação da peça teatral “Diálogos dos bichos”, desempenhada pelo grupo KiMulengos. Mas o evento estava esvaziando... Já era noite.

A partir desta descrição, pontuo como as festas e os bingos são agenciados enquanto importantes lugares de articulação política do movimento. Soube de outros bingos também ocorridos na Boa Esperança. Contudo, nesses bingos “comuns”, os produtos bingados eram, geralmente, jogos de panela, bicicletas, caixas de cerveja, dinheiro e eletro/eletrônicos de maneira geral. No bingo do Boa Esperança Resiste, os produtos eram cestas compostas por “produtos da terra” doados pelos/as próprios/as moradores/as para a feitura da festa. O feijão que Idalina ansiava ganhar era um feijão de qualidade, antes de tudo, porque era um feijão cultivado nas vazantes da Boa Esperança, oriundo *daquela* terra, das mãos e do suor dos parentes e amigos/as seus/suas, enfim, das pessoas *do lugar*, que, por sua vez, “é uma verdadeira riqueza!”. Ao optar por bingar elementos e produtos da terra, moradores/as-militantes diziam para si mesmos e para os outros que não se precisa sair de casa – mais especificamente – e da Zona Norte – de maneira mais ampla – para se ter acesso a produtos extremamente benquistos e necessários no cotidiano de uma série de famílias da região.

Mais do que o evento em si, o processo de organização, de divulgação e de arrecadação de jóias para o bingo articulou um conjunto de idéias-força<sup>22</sup> crucial na luta do Movimento. As frutas organizadas nas cestas remetem as vivências e afetações experienciadas em um ambiente muito específico das casas: o quintal, espaço-afeto geralmente subsumido nas residências dos conjuntos habitacionais construídos pelo Estado: destino inevitável de boa parte das famílias desapropriadas na execução da Área 1 do Projeto e contra o qual luta grande número de moradores/as da Área 2. Nos quintais, além das árvores frutíferas, algumas famílias da Boa Esperança criam animais de pequeno e médio porte, como galinhas, cabras, bodes e porcos (*Sus scrofa domesticus*) para consumo único e exclusivo do grupo doméstico. Além de estenderem as roupas para secarem ao sol e conversarem animada e festivamente com as visitas mais íntimas à sombra das árvores.

Os quiabos e maxixes dizem respeito a outro domínio, adjacente ao quintal em alguns casos, mas, em hipótese alguma, confundido com ele: as vazantes. Mais próximo ao rio, este espaço é reiteradamente afirmado como o lugar da fartura. “Criei todos os meus filhos trabalhando na vazante”. “Comprei este terreno e esta moto com o dinheiro das vazantes”. “Essa vazante é como um vício! Não consigo passar um dia longe dela”. Frases recorrentes na boca de vazanteiros/as e que, engendradas no Movimento Boa Esperança Resiste por agricultores e não-agricultores, corroboram no sentido de (re) afirmar a *beira do rio* enquanto geradora de todas as riquezas e realizações materiais, espirituais e afetivas das famílias de vazanteiros/as e tantas outras.

Além de produtos do quintal e das vazantes, artefatos em cerâmica doados pela Cooperativa de Artesanato do Poti Velho dialogam com a tradição oleira e ceramista amplamente vivenciada por um grande número de homens e mulheres da/na zona norte. A contribuição do povo de terreiro para o bingo – uma cesta com objetos-rituais afro-religiosos – aciona um fato incontestável nas experiências e nas narrativas agenciadas pelos/as habitantes desta região da cidade:

Vista como um espaço de rica atividade cultural ligada aos cultos afro-brasileiros, a zona Norte de Teresina concentra um vasto número de terreiros, tendas, barracões e/ou salões, como são chamados os espaços sagrados dedicados ao culto afro-religioso pelo/as membros das comunidades de terreiro da região. Apesar de não existir consenso quanto ao número de terreiros na zona Norte de Teresina, estima-se, haver aqui, mais de 200 templos religiosos de matriz africana. Majoritariamente, encontramos nesta

---

<sup>22</sup> Esta categoria de análise, inspirada em Moraes (2013), designa termos que acionam sistemas ideacionais mobilizadores de práticas e efeitos reais no mundo da vida.

parte da cidade terreiros e congás de Umbanda, mas também podemos encontrar na zona barracões de Candomblé e/ou casas que mesclam práticas culturais e religiosas da Umbanda e do Candomblé. (CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA, 2016:1)

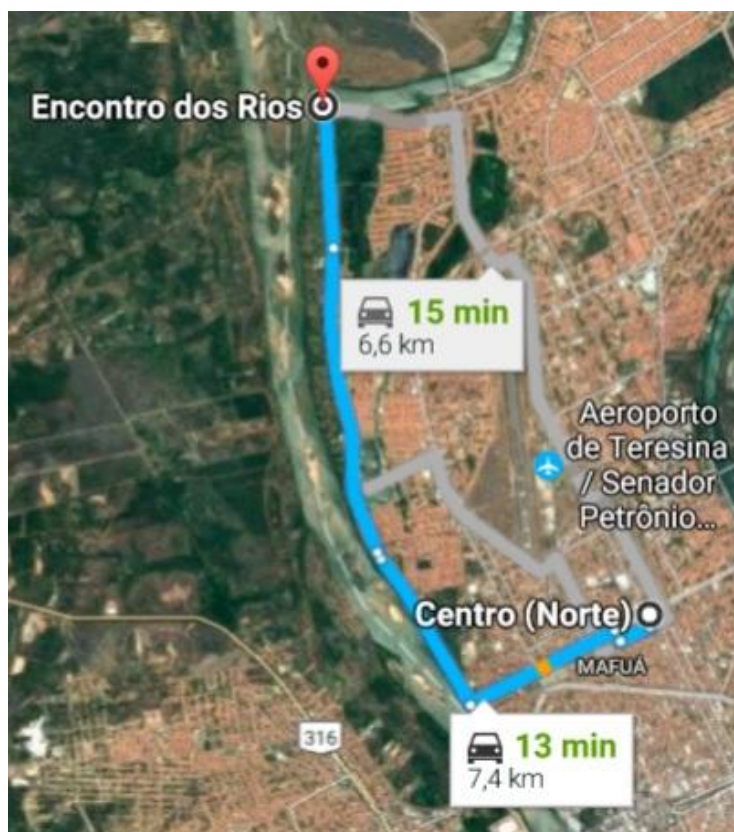
A atuação do Boa Esperança Resiste, portanto, efetiva-se como uma militância pautada no *lugar*. Trata-se de um enfrentamento que se finca político e afetivamente no território dos bairros – ou melhor, da Avenida Boa Esperança e seu entorno – e o articula como catalisador das movimentações de moradores/as na cidade de Teresina. No bingo, “quintal”, “vazante”, “argila” e “religiosidade”, enquanto ideias/forças/afetações presentes no cotidiano dos/as moradores/as da zona norte, ganham materialidades outras a partir dos prêmios a serem sorteados no evento e na atuação dos/as moradores/as na luta por permanecerem em suas casas diante da política de desapropriações do Projeto Lagoas do Norte.

Espetáculo findo, eu e os/as organizadores/as do evento pegamos as cadeiras e saímos devolvendo os assentos para cada uma das casas de onde eles tinham saído. Depois dessa correria, eu e as meninas (minhas irmãs) ainda comemos do doce feito por Novinho na casa de dona Dalvina. Sentamos no terraço, perto das plantas, junto com Lúcia Sousa e Francisco. Enquanto comíamos, conversávamos sobre nossas impressões a respeito do bingo. Éramos só elogios à festa, às comidas, ao doce, ao boi... Porque, de fato, havíamos gostado muito de tudo o que ocorreu naquela tarde. Lúcia estava esperançosa, feliz, sorria muito, elogiando e agradecendo nossa presença... Agradeceu, sobretudo, à Lívia, por ela ter ajudado com as toadas e contagiado a todos/as com seu cantar. Axé! Lúcia mostrava-se realmente fortalecida com a repercussão do bingo e me dizia: “eu sinto, Lucas, eu sinto que nós vamos vencer essa luta... Olha o que nós já conseguimos... Porque a gente já andou demais, meu irmão, a gente já andou demais... Desde 2010 nessa peleja! Mas as coisas estão dando certo, porque a gira é bem girada! Essa gira é muito bem girada, tu vai ver!”. E ela se inicia no caminhar pela Avenida...

## CAPÍTULO 2

### Boa Esperança

O Poti Velho, (re)conhecido como o bairro mais antigo e localizado onde hoje se convencionou administrativamente chamar de “Zona norte de Teresina”<sup>23</sup>, é um dos principais pontos de movimentação turística na cidade. Por lá transita quem vai visitar o Parque Ambiental Encontro dos Rios<sup>24</sup> ou quem quer levar da cidade *souvenirs* em argila confeccionados e comercializados no Polo Cerâmico do Poti Velho – um importante centro de artesanatos produzidos localmente. De carro, pra quem sai do centro de Teresina em direção a esses dois pontos, um dos caminhos possíveis e mais rápidos de alcançá-los é através da Avenida Boa Esperança – conforme previsão de trajetos do Google Maps.



**Mapa 1-** Avenida Boa Esperança do começo ao fim: trajeto do Centro ao Encontro dos Rios

<sup>23</sup> Utilizo esse termo entre aspas como parte de um esforço em não o reificar. Penso com Patriota de Moura (2013) que “cidade” não é algo dado em si, mas trata-se de uma categoria que deve ser apreendida etnograficamente, configurando-se por meio das relações travadas pelos agentes que a vivenciam e significam. É neste sentido que “cidade”, assim como, “bairro” e, no caso específico, “zona norte”, adquirem sentidos distintos a depender do contexto.

<sup>24</sup> Parque localizado na desembocadura do rio Poti e criado no final da década de 1990 através da Lei Municipal nº 2.265 (MORAES, 2013)

É de carro, também, que boa parte de turistas e famílias teresinenses mais abastadas – geralmente residentes na Zona Leste da cidade – deslocam-se rumo ao Polo Cerâmico a fim de, entre outras coisas, comprarem anões, corujas, sapos, jarros, luminárias e uma variedade de artefatos em argila para a decoração de suas salas, quartos, escritórios, jardins e quintais. Aqui, procurarei muito mais focalizar o “caminho” do que esses “pontos finais de rota”. É neste sentido que a própria idéia de caminho – enquanto um lugar de passagem e acesso a outros lugares – pode ser matizada: “caminho” para quem? Quando? Como? Junto de vazanteiros e vazanteiras com quem convivi no campo, a Boa Esperança é muito mais do que um “canal” pelo qual circulam pessoas, pois é também lugar de vida, morada, trabalho e luta.

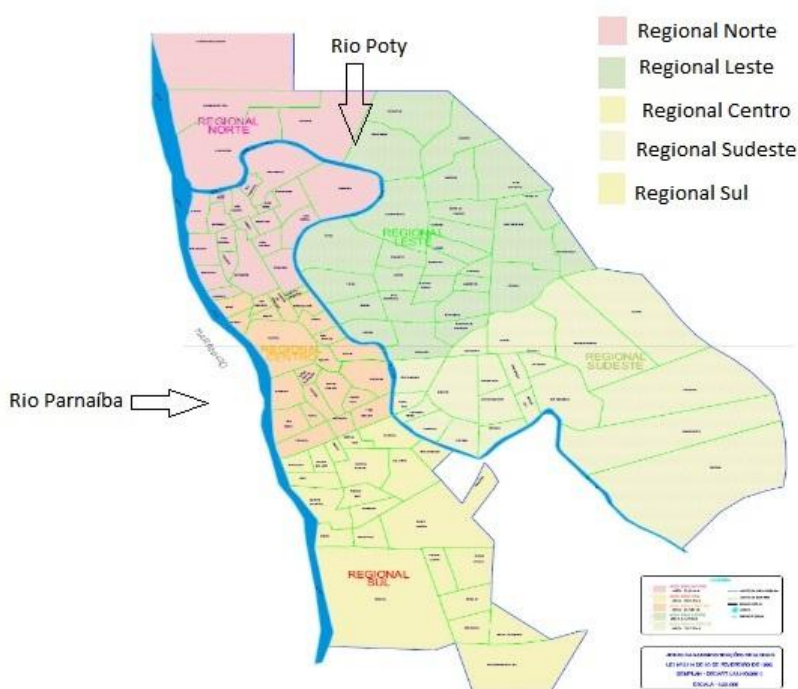
As composições das *paisagens* que apresento no decorrer da dissertação inspiram-se na idéia de *ritmo*, conforme proposta por Lefebvre (2004), onde *ritmo*, longe de ser mero movimento ou algo “empiricamente” dado e observável, configura-se como poderoso instrumental teórico-metodológico e, eu acrescentaria, etnográfico. *Ritmo* - lefebvreanamente concebido na inter-relação entre *tempo, espaço e energia* – passa a funcionar, portanto, como ferramenta analítica. É neste sentido, que os sons, ruídos, silêncios, cheiros, imagens, letreiros e cores da Avenida, em seus múltiplos planos e tempo-espacialidades, são de fundamental importância para se constituir e pensar Boa Esperança político-narrativamente. Aqui, farei o trajeto proposto acima, partirei do centro em direção ao Encontro dos Rios. Ao fazer isso, recorto e apresento a *paisagem* da avenida tal qual um retrato frontal das casas e do que se mostra por trás das habitações, pelo menos neste primeiro momento. A noção de uma etnografia pautada no caminhar (KUSENBACH, 2003; CARDOSO, 2016) guia narrativa e esteticamente boa parte deste capítulo, onde procuro percorrer a avenida a partir de diferentes perspectivas. E o trajeto feito a pé, andarilhando pelo asfalto, apresenta apenas mais um dos diversos engajamentos perceptivos com o lugar.

Utilizo, por vezes, o termo *paisagem* no singular, muito embora reconheça que ele é, por excelência, múltiplo (BASSO, 1996; CARDOSO, 2016; CARDOSO e MODERCIN, 2012; HIRSCH, 1995). *Paisagem vis-à-vis com Avenida Boa Esperança* serão pensadas como compósitos a serem percebidos neste capítulo, onde – em três movimentos - procurarei descrever alguns dos diversos níveis de composição e constituição da *Boa Esperança*. Primeiro, trago Boa Esperança (e parte da zona norte) através de um panorama aéreo, pensado-a a partir de caracteres sócio-econômicos,

geofísicos e hidrográficos que geralmente são agenciados pelo estado na feitura de políticas públicas e na classificação e ordenamento do espaço urbano na região. Depois, realizarei o movimento de “andar” pela avenida, captando a organização das casas em diálogo com as territorialidades empreendidas pelos/as moradores/as do lugar. Por fim, considerando que estes dois engajamentos perceptivos com lugar não esgotam as suas possibilidades de composição, parto para outro domínio da Avenida: as vazantes e, assim, desenvolvo a agência da *luta* no processo de constituição das paisagens.

## 2.1. Hidrografias, geofísicas e demografias

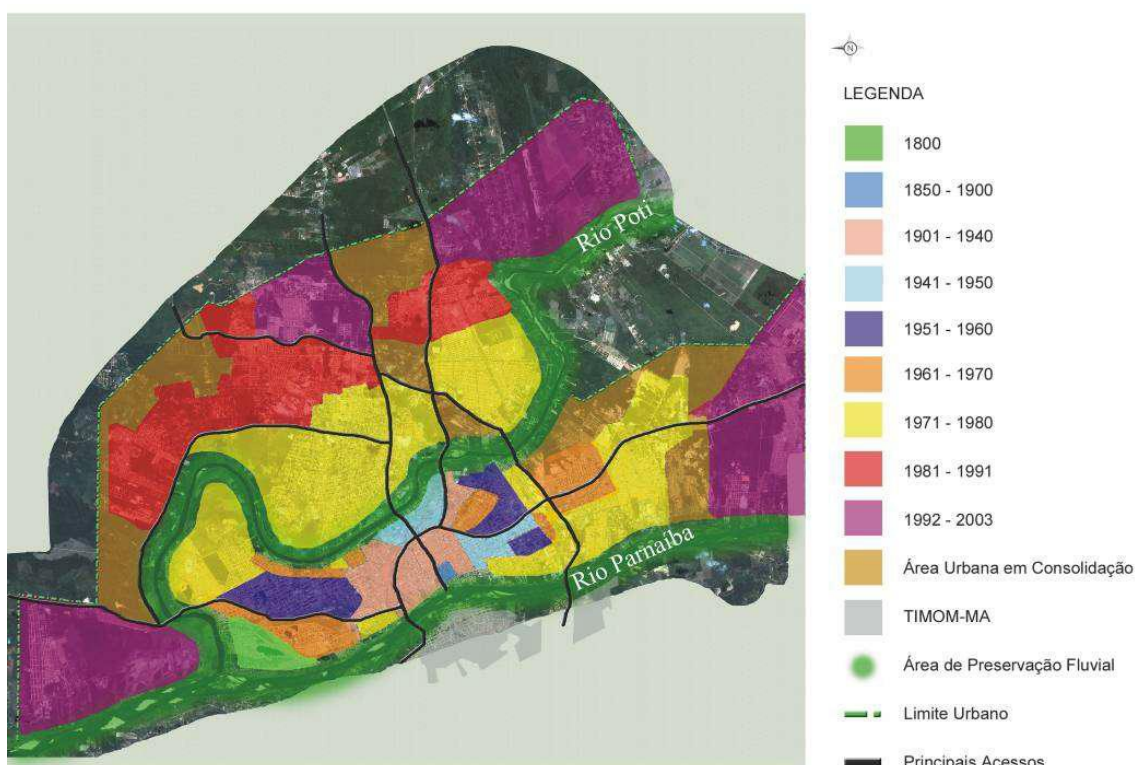
Conforme Lima (2010), a zona norte congrega alguns dos bairros mais antigos de Teresina e apresenta uma das maiores concentrações demográficas da cidade. Esse *boom* populacional na região teria ocorrido na década de 1970, quando o fluxo migratório campo-cidade intensificou-se consideravelmente. Ainda de acordo com a autora, a expansão urbana para esta área da cidade relaciona-se com os baixos preços da renda da terra e dos alugueis, o que atraiu muitos migrantes pobres para a região, caracterizando o lugar como área de forte vulnerabilidade social (LIMA, 2010)



**Mapa 2** – Mapa da cidade de Teresina, com destaque para as regionais administrativas demarcadas pela prefeitura, com adaptações minhas. Fonte: SEMPLAN (2008)



De acordo com, Moraes (2013), o aumento populacional na Zona Norte – durante as décadas de 1960 e 1970 – pode ainda ser atrelado a um fator bem específico, a saber, o crescimento do setor de construção civil na cidade. Neste momento, pessoas oriundas de bairros mais abastados de Teresina apossaram-se de alguns pedaços de terra, tornando-se “donos de olaria” e utilizando-se indiscriminadamente e sem qualquer proteção trabalhista da mão-de-obra de moradores e moradoras locais. Algumas pessoas do lugar, contudo, chegaram a possuir barreiros próprios, nos quais trabalhavam junto com a família na produção de tijolos. Contudo, a posse de barreiros por pessoas de maior poder aquisitivo – inclusive congregando-se na Associação dos Oleiros de Teresina (ASSOUTER) – era<sup>25</sup>, de longe, prática preponderante na zona norte da cidade (PORTELA, 2005).



**Figura 2-** Processo de expansão populacional e do “perímetro urbano” da cidade de Teresina. Fonte: Moura (2006: 80)

<sup>25</sup> Atualmente, por conta das ações do Programa Lagoas do Norte, empreendido pelo poder público municipal em parceria com o Banco Mundial e o Governo, a extração de barro para a feitura de tijolos fora proibida desde o início dos anos 2000. Por ora, ainda é permitida a retirada de argila para a produção de artesanatos, em virtude de ser considerada por técnicos e funcionários da prefeitura como de menor vulto. Neste contexto, emergem diversas controvérsias no que diz respeito à definição – por parte da prefeitura- de um novo local de extração de argila. Assim, se a extração de argila ainda segue sendo permitida, isto só ocorre pelo fato de a Prefeitura Municipal de Teresina não ter conseguido equacionar a própria proposta de encontrar outra área para extração do barro. Mais detalhes sobre esta política de urbanização e suas interfaces com o artesanato e artesãos/ãs locais, ver Moraes, Monte e Pereira (2014), Monte e Moraes (2015) e Monte (2016).

O histórico de povoamento da capital piauiense, iniciado na região norte, pode ser observado na representação gráfica acima, que acompanha o processo de expansão populacional urbana a partir do século XIX, quando Teresina é fundada. Seguindo as cores da figura e a passagem linear do tempo, temos que: a década de 1940 (em azul claro) vivenciou a expansão (da população) e do sítio urbano em direção ao que hoje é a área central da cidade, uma vez que o núcleo urbano originário de Teresina compreendia somente parte da região em verde claro (1800 – antes da fundação da cidade) e azul-turquesa (1850-1900), após a criação de Teresina, que data de 1852<sup>26</sup>. De 1901 a 1940 (cor rósea) e de 1941 a 1950 (azul-claro), há um contínuo aumento populacional nas áreas centrais e marginais ao centro da cidade (esse pequeno quadrado azul-turquesa citado acima). É o que, hoje, chamamos de zona centro-norte e zona norte que vão se gestando... Na década de 1950, a expansão urbana na cidade ganha sentidos bem específicos e se direciona para a zona sul – influenciada pela construção de uma série de equipamentos públicos e, sobretudo, da rodovia BR-316. A zona leste é hoje considerada a “área nobre” da cidade e está localizada na margem direita do rio Poti – ela corresponde à maior porção em amarelo próxima a zona norte e diz respeito ao crescimento populacional e ocupação do espaço urbano nas décadas 1971-1980. O estabelecimento das pessoas nesta área deveu-se, entre outras coisas, à construção da Avenida João XXIII e da ponte Juscelino Kubitschek sobre o Rio Poti, conectando, assim, zona leste e zona norte (MOURA, 2006). Destarte, de acordo com Lima (2010), Teresina também experiencia um movimento de migração intra-urbana, com as famílias mais ricas – antes residentes no centro da cidade – movimentando-se em direção à zona leste.

Apesar de a ocupação na zona leste ter sido mais acentuada quando comparada com outras regiões, as décadas de 1970-1980 vivenciaram um movimento de grande crescimento demográfico em todas as áreas da cidade, sobretudo naquelas de ocupação mais antiga, como a zona norte, que, em virtude da grande especulação imobiliária nas zonas sul e leste, tornou-se o lugar “preferencial” de vida e habitação tanto para as famílias de baixa renda já residentes em Teresina, quanto para aquelas recém-emigradas do interior do Piauí e de estados vizinhos (LIMA, 2010; MOURA, 2006). Paralelo a

---

<sup>26</sup> Nas considerações finais, falarei mais do processo de construção da cidade e de como essas narrativas sócio-históricas são agenciadas e (re)atualizadas na luta presente dos/as moradores/as por permanecerem no lugar.

esse *boom* populacional iniciado na década de 1960, há um crescimento no setor de construção civil na cidade:

O reflexo desse crescimento pode ser percebido tanto pela organização do espaço quanto pela expansão de diversos setores das atividades urbanas. **No caso do setor Industrial voltado para a construção civil, observa-se que houve rápido crescimento, evidenciado pela produção de cerâmicas, telhas e tijolos para atender a esse setor.** Somente em 1960 foram construídas mais de 3.000 casas, seguindo-se, nas décadas de 70 e 80, a intensificação da construção de conjuntos habitacionais, em Teresina (MOURA, 2006: 82). [grifos meus]

Não por acaso, tem-se uma intensificação das atividades oleira e ceramista na zona norte da cidade, com os moradores e moradoras dessa região trabalhando arduamente no processo de feitura de tijolos e artesanatos cerâmicos (MORAES e PEREIRA, 2012a, 2012b, 2013a, 2013b; MORAES, 2013; PEREIRA, 2014; MONTE, 2016; PORTELA, 2005; SCABELLO, 2012; SERAINE, 2009; SILVA e SCABELLO, 2013). A partir dos relatos destes processos de expansão e consolidação da ocupação habitacional em diversos lugares da cidade, é possível depreender das análises de Lima (2010) e Moura (2006) que a presença do Estado no suprimento de serviços e equipamentos públicos dá-se, primeiro, no sentido norte-sul e, posteriormente, avança no sentido da zona leste. Enquanto isso, a zona norte vai seguindo como lugar de moradia de pessoas pobres, não raro, expulsas dos locais de especulação imobiliária dessas duas áreas da cidade (LIMA, 2010). A população da região da Boa Esperança, então, vai crescendo juntamente com a produção de tijolos que, muito provavelmente, ajudaram na edificação de creches, lavanderias públicas, escolas e teatros em outros locais de Teresina, mas não ali. “Aqui, a gente sempre se virou como pôde”, Lúcia falou-me uma vez.

A proximidade com as águas dos rios e lagoas é uma constante na vida dos habitantes da zona norte e engendra uma série de práticas e processos de constituição mútua das *pessoas* e do *meio* a partir das relações estabelecidas, como pudemos observar por meio das atividades pesqueira, oleira, ceramista e da própria agricultura de vazantes. Neste contexto, cabe ressaltar que as categorias “vazanteiros” e “oleiros” – até o cessar da atividade oleira com o início do PLN – não designavam grupos sociais rígidos, bem definidos e estanques. Havia certa circularidade entre estes ofícios na trajetória de diversas famílias da região. Apesar de alguns grupos familiares trabalharem exclusivamente em apenas uma destas duas atividades – como ocorre, majoritariamente, hoje – existiam famílias que revezavam sua mão de obra entre o trabalho nas vazantes e a lida nas olarias. A escolha por uma atividade, em detrimento da outra, dependia de

uma multiplicidade de fatores como o período do ano, intensidade das chuvas e grau de rentabilidade de cada uma dessas ocupações na época em questão.

O cultivo nas vazantes é considerado uma atividade tão antiga quanto a extração de argila nas olarias da região e acompanha o próprio processo de habitação de alguns moradores no lugar. O mesmo não ocorre com a prática das hortas comunitárias, que passa a constituir as paisagens da zona norte a partir da década de 1980 como uma política de combate à delinquência infanto-juvenil empreendida pelo poder público municipal<sup>27</sup>. Contudo, mesmo sendo basilar na elaboração do projeto, a ideia de uma terapia ocupacional para jovens não veio a se efetivar por completo, tendo em vista que a maioria dos/as horticultores/as são mulheres, geralmente mães de família (MONTEIRO, 2005).

Diante destas considerações, trago, agora, outra dimensão perceptiva da paisagem da Boa Esperança – especificamente – e da zona norte, de um modo geral. Pontuarei, brevemente, algumas considerações a respeito da geofísica e da hidrografia da região norte da cidade tendo como base as contribuições de Portela (2005) e Moura (2006). Esta forma de se conceber e constituir a paisagem desempenha um papel importante na produção de práticas e discursos empreendidos pelo Estado na elaboração e execução de políticas de intervenção urbanística na zona norte.

Descrever algumas características do solo, do relevo e da hidrografia da região não se trata de comprar a ideia da existência de um mundo físico-natural inerte, empírica e inquestionavelmente dado, a espera de humanos que o “construam”, “signifiquem” ou “simbolizem”. Com este posicionamento, inspiro-me em Escobar (2010) ao dizer que não há um “mundo natural” domínio da “natureza”, por excelência – e um “mundo social” – domínio da “cultura” – a lhe atribuir significados, mas – isto sim – instâncias que se co-produzem em malhas relacionais nas quais não é possível pensar um “polo” sem a presença do outro ou – o que faz mais sentido – não há necessariamente dois pólos em interação, mas a composição de agregados auto-organizados de elementos diversos. Estas considerações farão ainda mais sentido no próximo capítulo, de todo modo penso com Escobar (2010:51) que

A história não é só uma propriedade do humano e dos processos biológicos (“evolução”), mas também do físico e do químico; segundo alguns biólogos, a linguagem e o significado são uma propriedade de todos os seres vivos (Markos, 2002, Goodwin, 2007). Em última instância, a história é um traço da intensidade de matéria e energia quando se atualizam, produzindo as

---

<sup>27</sup> Para análise da política de horticultura urbana em Teresina, ver Vilela e Moraes (2013a; 2013b; 2015) e Monteiro (2005).

formas particulares que vemos no mundo. Alguns argumentam que os mesmos mecanismos básicos estão envolvidos na historicidade de estruturas geológicas, biológicas e sociais, mesmo quando operam de diferentes maneiras e adquirem formas distintas nos diferentes domínios. Com frequência, estas estruturas mostram propriedades emergentes que são o resultado da imprevisível interação entre as partes. As intensificações de matéria e energia alimentam dinâmicas não lineares que resultam na geração de novas estruturas e processos, tipos diferentes de acumulação de materiais, configurados e solidificados pela história<sup>28</sup> [tradução feita por mim]

Assim, este arcabouço teórico-etnográfico, ao constituir o “orgânico”, o “inorgânico” e o “social” como agregados de composições, abre espaço para pensarmos a produção do *lugar* a partir de múltiplas dimensões (ESCOBAR, 2010).

Boa parte da zona norte encontra-se na porção de território localizada entre a confluência dos rios Parnaíba e Poti. O Parnaíba localiza-se na divisa entre o Piauí e o Maranhão. Sua principal nascente, localizada na Chapada das Mangabeiras, ao sul destes dois estados, é perene e, de acordo com Portela (2005), possui bacia hidrográfica de cerca de 330.000 Km<sup>2</sup> e abrange 75% do estado do Piauí. Teresina, por sua vez, está completamente inserida nesta bacia. Nas palavras de Moura,

[...] o Parnaíba é perene em todo o seu curso, alimentado por aquíferos do planalto e pela contribuição de importantes tributários. Sua vazão é regulada a montante de Teresina pela barragem de Boa Esperança [...] Ao chegar em Teresina o Rio Parnaíba recebe o seu principal afluente, o rio Poti. (MOURA, 2006: 52)

O Poti nasce na Serra da Joaquina – Ceará. Trata-se, conforme exposto acima, de uma sub-bacia do Parnaíba em território piauiense, com área aproximada de 55.300 Km<sup>2</sup>.

Em Teresina se localiza a foz desse rio, numa altitude de 60m, onde acontece o encontro com o Rio Parnaíba, no bairro Poti Velho. O rio Parnaíba tem o leito raso preenchido por sedimentos areno-argilosos; o rio Poti tem seu leito achatado, também está preenchido sobre sedimentos areno-argilosos. O rio Poti é caracterizado por planícies fluviais que variam na altitude entre 60 a 80 metros, apresentam formas planas que margeiam as calhas fluviais dos cursos d’água e são locais rebaixados sujeitos a inundações periódicas. (PORTELA, 2005: 55).

---

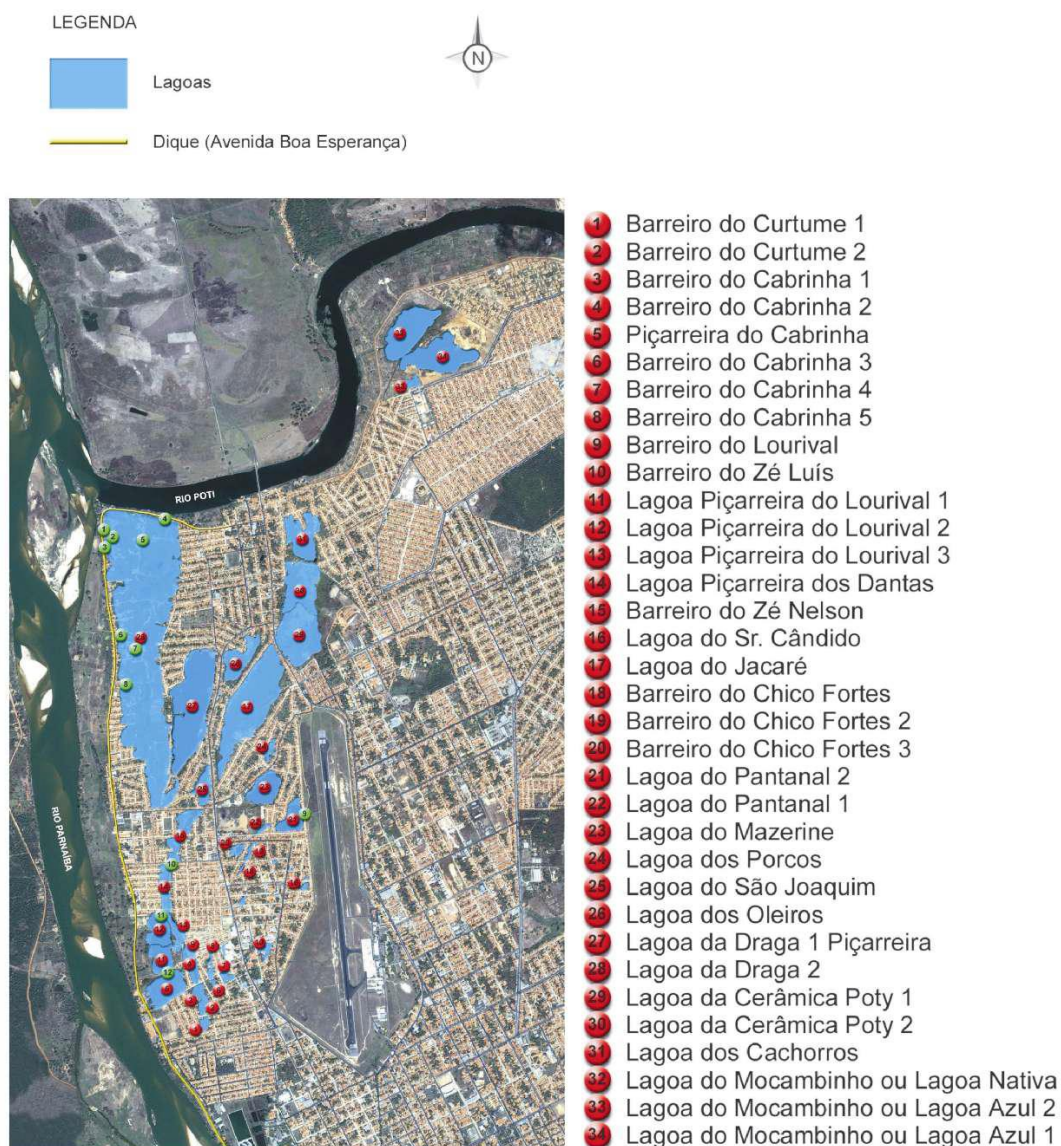
<sup>28</sup> “La historia no sólo es una propiedad de lo humano y los procesos biológicos (“evolución”) sino también de lo físico y lo químico; según algunos biólogos, el lenguaje y significado son una propiedad de todos los seres vivientes (Markos 2002, Goodwin 2007). Em última instancia, la historia es un rasgo de la intensidad de materia y energía cuando se actualizan, produciendo las formas particulares que vemos en el mundo. Algunos argumentan que los mismos mecanismos básicos están envueltos en la historicidad de estructuras geológicas, biológicas y sociales, aun cuando operan de diferentes maneras y adquieren formas distintas em los tres dominios. A menudo, estas estructuras muestran propiedades emergentes que son el resultado de la imprevisible interacción entre las partes. Las intensificaciones de materia y energía alimenta dinámicas no lineares que resultan en la generación de nuevas estructuras y procesos, tipos diferentes de acumulación de materiales, configurados y solidificados por la historia.” (ESCOBAR, 2010: 51)

Esta conformação geofísica da região do Encontro dos Rios, leva Portela (2005: 56) a afirmar que

O rio Poti é fornecedor de argila e outros recursos minerais, sobretudo para a construção civil, devido a sua extensa várzea de solos aluviais profundos, de cor castanha escuro, silico-argilosos e férteis.

Mais uma vez, no processo de constituição da paisagem geofísica da zona norte, é estabelecida conexão entre “construção civil” e as “qualidades terrosas” da região. Além dos rios, as autoras destacam a forte presença de lagoas nesta área da cidade que, conforme Moura (2006), contabilizavam cerca de 34 no início dos anos 2000. A construção de barreiros para a retirada de argila no leito do rio Poti ocorria, principalmente, nas margens destes corpos hídricos.





**Figura 3-** Hidrografia da zona norte: Rios Parnaíba, Poti, suas lagoas e barreiros (Fonte: MOURA, 2006: 103)

Esta maneira de se recortar a paisagem, tomando como parâmetro suas características hidrográficas e geofísicas – amplamente utilizada pela geografia, biologia, ecologia e diversas ciências ambientais –, não raro, é instrumentalizada pela linguagem estatal a fim de se pensar o lugar e instituir territórios, no sentido clássico da geografia ratzeliana, tendo em vista que é exatamente este o prisma utilizado pelo Projeto Lagoas do Norte a fim de embasar uma série de intervenções urbanísticas na área. Mais do que um lugar de *peças* – geralmente consideradas um elemento perturbador ao meio –, a região passa a ser vista como um agregado de “planícies

aluviais”, “solos silico-arenosos”, “jazidas minerais desgastadas” e uma grande quantidade de “corpos hídricos”. Perpassando estas “constatações”, há o desenvolvimento de uma ideia-força constantemente afirmada nas narrativas a respeito da zona norte: tanto Portela (2005) quanto Moura (2006) (re)atualizam a descrição desta área enquanto um conjunto de planícies fluviais baixas, propícias, portanto, a enchentes frequentes. As cheias – intimamente relacionadas com a noção de “vulnerabilidade ambiental” da região das Lagoas do Norte – são agentes presentes desde as narrativas de fundação da cidade até os Relatórios de Avaliação Ambiental emitidos pelo PLN no início dos anos 2000. No capítulo 4, mostrarei como a noção da zona norte enquanto uma das regiões mais baixas da cidade é, também, foco de disputas e apresenta controvérsias quando colocada em perspectiva com as percepções de moradores/as a respeito dos seus lugares de moradia.

Agora que captamos a avenida a partir de uma percepção constituída *de fora e do alto*, convido-os/as a descer do *drone* sobre o qual estávamos e colocar os pés no asfalto. Andarilhemos.

## 2.2. No ritmo do caminhar

A Avenida Boa Esperança ladeia a margem direita do Rio Parnaíba, que faz a divisa entre os estados do Piauí e do Maranhão. Maranhão, inclusive, é como a avenida se chama até passar pelo bairro Matadouro, quando seu ritmo deixa de ser cadenciado pelos gritos enérgicos, rápidos e calorosos dos inúmeros lavadores de carro e seus fregueses na beira do rio. Ainda na Avenida Maranhão, a calçada é um calçadão por onde trafegam homens e mulheres vestidos com trajés de academia e tênis de corrida logo nas primeiras horas do dia e ao entardecer; e algumas pessoas passeiam com seus bebês em carrinhos; outras guiam cachorros pequenos, peludos e barulhentos. Mas este trecho pouco ou quase nada diz do que está por vir. Além do Iate Clube, há uma porção enorme de terrenos ocupada por uma central de tratamento e distribuição de águas da Companhia de Águas e Esgotos do Piauí S.A. (AGESPISA); depois, tanto de um lado da via como do outro – separados por um meio fio e em sentidos contrários - há ainda dois bares, um de cada lado: é quando a Maranhão termina e dá lugar a uma única via de mão dupla: a Avenida Boa Esperança.

Do lado esquerdo, sentido norte para quem vai ao Encontro dos Rios – Poti Velho –, há um supermercadinho e mais alguns bares. Os botequins conferem um tom



festivo à avenida em quase toda a sua extensão e, como boa parte das casas e estabelecimentos não possui calçadas (ou as possui em proporções exíguas para as socialidades transcorridas nelas), não é difícil encontrarmos mesas e cadeiras de bares na beira da avenida, sobretudo nos fins de semana. Alguns estabelecimentos não permitem o uso de carros de som – e exibem isso em letras garrafais logo na entrada – outros, contudo, não fazem essa restrição e quando a noite vai caindo e o sábado-domingo se aproximando, os homens abrem os porta-malas e exibem – vaidosos - seus equipamentos de som e *playlists* variadíssimas que, a depender da emoção no momento, contemplam do *reggae* à *sofrência*, passando pelo *forró* e pelo *sertanejo universitário*. Falo homens porque somente com outros homens frequentei estes espaços que, invariavelmente, eram cheios de nós. Quando estava em campo não dei conta de trazer esta informação para o diário, mas lembrando, agora, penso que devam existir de dez a vinte botecos (se eu também incluir no cálculo os *pontos de encontro*<sup>29</sup>)

O asfalto segue e, acompanhando o fluxo deste movimento inicial, deparamos-nos com o primeiro conjunto de hortas comunitárias (localizadas na margem do Parnaíba). Verdinhas, cebolinhas (*Allium schoenoprasum*), coentros (*Coriandrum sativum*), alfaces (*Lactuca sativa*) e pimentões (*Capsicum annum Group*) crescem sob os cuidados de mulheres horticultoras, em sua maioria. Porque se boa parte das vazantes que conheci faz-se a partir das relações com eles, as hortas se constituem por e para elas. Quem passa rápido (de carro ou de moto), só observa um muro baixo, com cerca de arame farpado e concreto a conter tapetes verdes milimetricamente arranjados. Em frente à horta, algumas placas advertem para o/a motorista da possibilidade de animais silvestres lhe atravessarem o caminho. Cobras, sobretudo jibóias (*Boidae*), jacarés (*Alligatoridae*), camaleões (*Chamaeleo chamaeleon*) e iguanas (*Iguana iguana*) podem eventualmente transitar pela Avenida, mas – em quantidade maior do que todos estes – são os cágados (*Phrynosops geoffroanusos*) os que mais padecem triturados sob rodas de automóveis. Eles saem devagarzinho das lagoas, parecem carregar toda a preguiça do mundo no casco, caminham meio atrapalhados e, infelizmente, nem sempre conseguem cruzar o asfalto com vida.

---

<sup>29</sup> Diferente do *cabaré* - onde as mulheres já estão no estabelecimento à espera dos seus futuros e prováveis clientes que, inclusive podem ser atendidos no lugar – os *pontos de encontro* quase nada se diferenciam de um bar, pois não possuem quartos e são abertos a todo e qualquer público, mas com uma única diferença: mediante a solicitação do cliente, uma ou mais *garotas de programa* podem ser contactadas pelo/a dono/a do estabelecimento a fim de prestar seus serviços. É interessante evidenciar que obtive acesso a estas definições a partir de alguns homens com quem convivi durante o trabalho de campo, falo, portanto, somente desta perspectiva.

Em 2016, mais de 30 cágados de barbicha já morreram atropelados na região [da] [...] zona Norte de Teresina. A denúncia é do Instituto Cágado de Barbicha (Caba), que atua na proteção da espécie na Capital. Com o aumento das chuvas, os animais, em período de reprodução, *saem das lagoas* e acabam atropelados pelos veículos que trafegam nas proximidades. Andando pela Avenida Boa Esperança é possível visualizar a carcaça dos animais, vítimas dos atropelamentos que acontecem diariamente nessa época do ano. Por conta da falta de sinalização, e da iluminação precária, os motoristas acabam passando por cima dos cágados, que têm em média 50 cm de diâmetro.<sup>30</sup> [grifo meu]

Não é por acaso, portanto, que uma dessas placas de “animais silvestres” encontra-se nas proximidades do Parque Linear Lagoas do Norte que, no processo de sua construção, no início dos anos 2000, vitimou um sem número de cágados. Uma moradora contou-me condoída, que, nesta época, acordava de manhã e saía com um balde a catar do asfalto as carcaças apodrecidas dos cágados.

O Parque é também um calçadão ao redor das lagoas da área e, na concepção do PLN, é destinado a lazer e turismo. Os calçadões fazem circunferências completas nas lagoas, há um anfiteatro onde grupos de capoeira, de teatro de rua e bumbas-meu-boi apresentam-se eventualmente; bancos de praça, quadras de esporte e academias ao ar livre destinadas a pessoas idosas, *playgrounds*, além de uma variedade de quiosques para a venda de lanches e bebidas. Com a construção do Parque Linear, na Área 1 do programa, uma série de famílias foi desapropriada. Dos/as moradores/as que ainda residem no que, hoje, são as imediações do “Lagoas do Norte” alguns abriram bares na parte frontal de suas casas. Outros/as vendem espetinhos, crepes e outras guloseimas, geralmente à noite, nas calçadas de casa. Contudo, passada a efervescência dos primeiros anos após a inauguração do Parque, o movimento diminuiu e moradores/as do lugar quase não o frequentam mais, o que justificaria uma etnografia mais aprofundada acerca dos usos deste espaço.

Ao lado do parque, há o 9º Batalhão da Polícia Militar, obra, assim como o Lagoas do Norte, recente e construída no bojo das intervenções previstas pelo Projeto. Ironicamente (ou não), o parque é vez ou outra referido por moradores/as como “Lagoas da Morte”, em alusão a afogamentos, desova de corpos e homicídios que tem acontecido recorrentemente na área e em seu entorno, sendo bastante noticiados nos portais de comunicação locais.

<sup>30</sup> Trecho de matéria disponível no portal de notícias O Dia: <http://www.portalodia.com/noticias/piaui/mais-de-30-cagados-ja-morreram-atropelados-na-avenida-boa-esperanca-259535.html> Acesso em 21/10/2016.

Pelos menos seis tiros foram disparados na tarde desta terça-feira (15), deixando dois homens mortos e um gravemente ferido. **Os disparos aconteceram na Vila Carlos Feitosa, ao lado do Parque Lagoas do Norte e a menos de 1 km do 9º Batalhão da Polícia Militar.** Os dois corpos ficaram a uma distância de aproximadamente 100 metros um do outro. Isso porque uma das vítimas chegou a correr para fugir dos algozes, deixando um rastro de sangue por onde passava e caindo no quarteirão seguinte. O sobrevivente foi atendido pelo Samu [e levado para o HUT em estado grave<sup>31</sup>.

Um taxista de 60 anos foi assassinado nesta sexta-feira (27) com um golpe de faca no pescoço, **crime ocorrido a 50 metros do 9º Batalhão da Polícia Militar, no Parque Lagoas do Norte, em Teresina.** Segundo o tenente Leodomir Costa, informações preliminares dão conta que o assassino se passou por um passageiro para consumir o crime.<sup>32</sup>

**Populares encontraram um corpo boiando nas águas do Parque Lagoas do Norte, na manhã deste domingo (29).** [...] **O corpo foi visto por volta das 8h30 e a Polícia Militar foi acionada.** Ainda sem identificação da vítima, os policiais aguardam a realização da perícia. [...] O capitão disse ainda que o corpo foi encontrado no quintal de uma casa, cujos fundos se encontra com a lagoa. Ainda não é possível dizer qual foi a causa da morte - se a pessoa morreu por afogamento ou se foi morta e desovada na lagoa.<sup>33</sup> [grifos feitos por mim]

Nos capítulos 3 e 4, entrarei em mais detalhes a respeito das relações de moradores da Avenida com a polícia militar. Por hora, continuemos nossa rota pela Boa Esperança que, no trecho do Lagoas do Norte, especificamente, ainda tem ares de canteiro de obras. Ao lado do 9º Batalhão e da quadra de esportes que lhe é adjacente, um descampado anuncia a construção de equipamentos que ainda estão por vir.

Logo depois do complexo parque-batalhão, está a quadra de esportes, localizada na praça do São Joaquim, junto da igreja deste bairro. Ao passar por uma pequena igreja católica, a paisagem ganha outro tom e é cadenciada pelas placas garrafais e espalhafatosas dos vários motéis localizados no lado direito da avenida (adotando-se, obviamente, o percurso que estabeleci acima). “Evans”, “Detalhes”, “Pôr do sol”, “Shopping Motel”... Para ficarmos com alguns dos nomes que preenchem letreiros e fachadas das pousadas<sup>34</sup> na Avenida, que, entre outras coisas, pode ainda ser pensada – na perspectiva proposta por Magnani (2012) – como uma *mancha* de equipamentos voltados para os encontros afetivo-sexuais. Na zona norte de Teresina, além da Avenida

<sup>31</sup> Matéria de 15/07/2014 <http://www.portalodia.com/noticias/policia/tiroteio-deixa-dois-mortos-e-um-ferido-no-lagoas-do-norte-209445.html>

<sup>32</sup> Matéria de 27/11/2015 <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/11/taxista-e-morto-com-facada-no-pescoco-na-zona-norte-de-teresina.html>

<sup>33</sup> Matéria de 29/06/2014 <http://cidadeverde.com/noticias/166654/corpo-e-achado-em-estado-de-putrefacao-no-lagoas-do-norte>

<sup>34</sup> Utilizo o termo *pousada* como sinônimo de *motel*, conforme pude observar nas fachadas de alguns destes estabelecimentos na Avenida.

Centenário, localizada no bairro Aeroporto, a Boa Esperança congrega uma das maiores concentrações de pousadas da cidade.

A presença dos motéis nessa região da avenida marca, então, uma territorialidade: a da “região dos motéis” ou “São Joaquim das Mangueiras”<sup>35</sup>. As casas localizadas “nos motéis” são quase todas construídas no mesmo nível da avenida, possuem calçadas e, em sua maioria, são muradas em todo o perímetro do terreno. Algumas fachadas são pintadas, outras são cobertas por cerâmica ou possuem só alguns azulejos fixados, conforme o gosto do/a dono/a da casa. O muro frontal da maioria das residências desta área é rebocado e quem passa pela avenida vê ainda as intervenções de moradores/as na luta pela permanência no lugar. São frases pichadas no concreto que, entre outras coisas, dizem a transeuntes desavisados/as:

“Morar é um direito, exigimos respeito! Morar, lutar, resistir”;

“Firmino, não apague a nossa história”;

“50 anos não são 50 dias/ exigimos respeito prefeito”

“Firmino tirano quer tirar/ a casa que moramos”;

“Firmino me deixe em paz/ Minha casa minha vida!/ Firmino e seu projeto tiraram a paz do meu lar com ameaça de desapropriação”;

“Lagoas do Norte sem morador, é mentira”

“Firmino/ Queremos: saúde educação, segurança e não desapropriação!”

“Não somos contra o desenvolvimento, queremos nosso direito à moradia”

“Firmino adoeceu nossas idosas com ameaças de desapropriação”

Mais alguns botecos, hortas comunitárias, outra quadra de esportes e a estética e padrão de organização das casas já é outro: a maioria das habitações não mais possui muros frontais, como boa parte das casas do “São Joaquim das Mangueiras” ou “região dos motéis”. É porque chegamos nas “Olarias”, nome que faz referência à atividade oleira antigamente desenvolvida na região. E, com exceção das residências cujos baldramas são altos o suficiente, a maioria das casas ali encontra-se em um nível abaixo

---

<sup>35</sup> Só poucas pessoas com quem convivi no campo sabiam dessa denominação a respeito dessa parte da avenida. A maioria dos moradores geralmente se refere a esta porção da Avenida como “os motéis” ou “povo dos motéis”, acionada por gentes de outros lugares para falar das pessoas que lá residem.

do da avenida. Há baldrames em todas as casas – mesmo porque isto é basicamente uma condição para a construção das habitações – mas construí-lo alto a ponto de se nivelar com a Avenida Boa Esperança é algo que exige esforços e recursos nem sempre possíveis de serem dispendidos pelos/as moradores/as. Alguém que saia de casa nas Olarias, geralmente sobe uma pequena ladeira pra chegar até a avenida. Exceto aquelas cujas casas encontram-se no mesmo nível do asfalto, como geralmente ocorre na “região dos motéis”. Tanto nesta área, quanto nas “olarias”, vale ressaltar algo sobre a localização de vazantes e barreiros. Adotando-se o sentido da rota traçada no início do capítulo, tem-se que os barreiros – de onde é extraída a argila para a feitura de artesanatos – estão localizados por trás de residências situadas do lado direito da avenida, pois é aí onde se encontra boa parte das lagoas. As vazantes, por sua vez, localizam-se por trás das casas situadas do lado esquerdo da Avenida, que ladeiam o rio Parnaíba em sua margem direita.

Nas Olarias, as residências são menores e muito próximas umas das outras... As portas e janelas já dão direto para “o mundo” e a ausência de calçadas é, às vezes, compensada por um pequeno espaço em frente às residências (também este abaixo do nível da avenida). Adultos e, sobretudo, crianças demoram-se nestes ambientes do finalzinho da tarde até às dez-onze horas da noite. *Ficar na porta* à noitinha é dispor-se a conviver mais proximamente não só com carros, mas com bicicletas, vizinhos/as, parentes e compadres/ comadres que, inevitavelmente, irão passar, cumprimentar quem está sentado e seguir caminho. *Ficar na porta* é, ainda, ter que lidar com os mosquitos, pois, a partir das 17h30, é *hora deles*. Os/as mais incomodados/das trazem consigo paninhos – uma camiseta velha, por exemplo – a fim de espantar as muriçocas (*Culex quinquefasciatus*) das pernas.

Apesar das várias quadras de esporte, geralmente utilizadas por homens adultos aos finais de semana e por jovens durante todos os dias da semana, é na rua (ou em campinhos improvisados na beira das lagoas) que crianças e adolescentes organizam a maioria das partidas de futebol. Eles preocupam-se em ocupar apenas uma das mãos da avenida. Delimitam as traves do gol com pedras ou chinelas *havaianas* e ficam atentos ao fluxo dos carros. Se o automóvel é grande – como um ônibus ou um caminhão –, os meninos param o jogo, esgueiram-se na beira da avenida e, tão logo o carro passe, a bola já está no asfalto novamente. Há muitas lombadas. Elas, inclusive, marcam espacialmente determinadas regiões na Avenida, como a “África”.

De acordo com o Mapa da População Parda e Preta no Brasil<sup>36</sup> (LAESER/UFRJ, 2011) – produzido com base no censo demográfico do IBGE de 2010 – 71% da população de Teresina se auto declara preta ou parta. Isto faz da capital piauiense a segunda do Nordeste do Brasil com a maior presença de pessoas pretas, ficando atrás somente de Salvador-Bahia. Na Boa Esperança, boa parte das pessoas com quem convivi e com quem cruzava ao andar pelo bairro, eram, assim como eu, negras. Mas a *África* ou *os negros* possuía territórios diversos a depender de onde e de quem falava. “Nos motéis”, um morador – também negro, Arnaldo – falou-me que eu estava morando na *África*.

- Mas onde fica a África? – perguntei.
- Fica ali pro rumo da casa do Jorge, onde tu tá morando, ali nas olarias.... Não tem a quadra de esportes?
- Humrrum [afirmando]
- Pois da quadra de Esportes até o Encontro dos Rios é tudo África.

Conversando com um morador não-negro das Olarias, perguntei se ele sabia da África e onde ela ficava:

- *Os nego*, que tu tá dizendo?
- É
- Ah, sei! A África fica da quadra de esporte até ali mais o menos naquela lombada da entrada do bar do Gonçalvesinho.
- Engraçado, lá nos motéis me disseram que a África era até o Encontro...
- Não, é até antes do Gonçalvesinho mesmo... Tu não vê que o povo de lá é tudo, assim... Mais escuro... Tu até conhece eles, rapaz... E próxima semana vai ter *reggae* lá no boteco do Nandim. Vamos?
- Vamos... Pois é... Eu conheço o pessoal, só não sabia que chamavam lá de África.

Em 2009, quando comecei a brincar no grupo de bumba-meu-boi Estrela Dalva, com sede no bairro Matadouro – zona norte –, o mestre Pedro Barros estava aflito na

---

<sup>36</sup> Este documento fora confeccionado pelo Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (Laeser) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com base no censo demográfico do IBGE de 2010

procura por novos brincantes, pois uma quantidade considerável dos antigos membros do batalhão havia deixado o grupo. Nos primeiros ensaios daquele ano, lembro que ele me falava de convidar umas meninas da boa Esperança para o boi, “brincantes muito boas”, contava ele, “dançam que é uma beleza! Elas já brincaram aqui comigo uma época. Vou chamar elas de novo”. E assim o mestre fez. Seu Pedro referia-se a estas mulheres como *as africanas* e as considerava exímias dançarinas e instrumentistas. Foi, então, no grupo de boi que conheci estas brincantes, todas elas moradoras da Boa Esperança. Na Cooperativa de Artesanato do Poti Velho, conheci as mães de algumas delas: dona Natália, mãe de Ana Paula; Gisele, mãe de Ivoneide; Socorro, mãe de Mayra; e a Marlene, mãe de Fernando. No dia em que conversava com Arnaldo sobre a África e a Boa Esperança – de maneira geral – como um lugar de pretos na cidade de Teresina, Lúcia interrompeu nossas falas e disse: “olha, Lucas, é só porque o povo não vai atrás, mas aqui é um quilombo urbano!”.

A partir dessas e de outras conversas, notei que a África, enquanto um lugar territorialmente demarcado na avenida, é algo controverso. Conversei com uma mulher branca que ignorava sua existência, muito embora tenha-me dito que, entre moradores/as que residem próximo à quadra de esportes logo depois “dos motéis”, há uma maior concentração de pessoas negras. No que diz respeito a “África” e aos “nego” percebi o seguinte paradoxo: todos e, ao mesmo tempo, ninguém mora na África, de modo que este lugar está sempre “mais para cima” ou “mais para baixo” do lugar de moradia de quem fala. Até mesmo quem afirma morar na África não sabe me dizer com precisão onde ela começa ou termina. E se as fronteiras são sempre fluidas e viscosas feito baba de quiabo, elas também grudam em todo canto: tive a impressão de que a África está em toda parte. De todo modo, conforme pude concluir ao conversar com alguns/mas moradores/as também negros/as, a forte presença de pretos e pretas<sup>37</sup> na Boa Esperança como um todo é inquestionável. Com isto em tela, continuemos nosso caminhar.

À medida que nos vamos aproximando do Parque Ambiental Encontro dos Rios, a sucessão de casas dá lugar a imensas extensões de vazantes, que neste trecho da Boa Esperança, fica mais visível a quem quer que passe pela rua. O que não significa dizer que “nos motéis” também não haja vazantes, mas, nas Olarias elas ficam mais próximas visualmente de quem passa e ocupam áreas maiores. “Motéis” ou “São Joaquim das

---

<sup>37</sup> Utilizo tanto negro/a quanto preto/a para me referir a homens e mulheres africanos/as e seus descendentes na diáspora. Por ora, não faço distinção entre estas duas categorias.

Mangueiras” e “Olarias” ou “São Joaquim das Olarias” são categorias de espacialização da avenida constantemente referidas e acionadas pelos/as moradores/as nas suas interações com o lugar e dizem respeito a diferentes formas de organização e constituição da paisagem na avenida. As “Olarias” acabam no Encontro dos rios, assim como a Avenida que, a partir de então, passa a se chamar rua Desembargador Flávio Furtado. Contudo, a Boa Esperança não pulsa só no ritmo do asfalto, isto é, no trafegar das pessoas e dos veículos em frente às residências e nas crianças a brincar até tarde da noite. Boa parte da vida na avenida não acontece no concreto da rua, mas fora dele. E, talvez por isto mesmo, o “asfalto” só possa ser melhor compreendido a partir dos fluxos e relações que estabelece com outras instâncias, como a lama, os barreiros, as águas e as vazantes que lhe rodeiam e povoam.

### **2.3. Vazantes saqueadas e quiabos anti-roubo: caminhando nas vazantes**

A casa de Jorge e Claudilene fica nas Olarias. Eles ganharam o terreno do pai de Jorge – o seu Dotô – assim que casaram. O pedaço de terra cedido a eles, como vários outros na Boa Esperança, não se encontrava no nível da avenida e os dois tiveram que juntar bastante entulho e comprar dezenas de milheiros de “tijolos comuns” a fim de construir o baldrame o mais alto possível. Às vezes – em virtude da grande quantidade de tijolos, pedras, cimento e argamassa necessária – construir o baldrame, isto é, o alicerce de uma residência pode sair mais caro do que a soma de todos os recursos despendidos para o restante da edificação, como a feitura das paredes e a compra de madeira e telhas para a confecção do telhado. Sem contar a mão-de-obra, “porque serviço de pedreiro não é barato”, como sempre alertava tia Claudilene.

No período em que estive em campo, eles estavam construindo um muro ao redor de toda a residência, além de um pequeno canil para os dois cachorros que Jorge havia adotado recentemente, mesmo a contragosto da esposa. A casa dos cães ficaria ao lado da residência, fora de casa e no nível da avenida, pois aproveitaria o baldrame já construído pelo vizinho e irmão de Jorge, Chiquinho.

Apesar de alto e de ter demandado de Jorge e Claudilene um grande investimento monetário para suas condições financeiras à época, o baldrame construído por ambos não chega a colocar a residência na altura da avenida. Trata-se de uma *casa baixa*. Contudo, a diferença entre o nível da casa de Jorge e o da vazante – quando comparadas ao rio – é considerável. Assim como boa parte das residências nas Olarias,



a parte traseira da casa de Jorge e todas as janelas abertas nesse lado são voltadas para o rio Parnaíba. O fim da casa coincide com o início de uma ribanceira bastante íngreme que deve ser percorrida a fim de se chegar nas vazantes. Para algumas habitações nas Olarias, o final desta ladeira leva a um descampado plano entre o término da residência e o início da cerca que marca o fim do domínio doméstico e o começo do espaço da vazante.

Este ambiente que poderia ser entendido como um *quintal* – mas, repetidas vezes, é nominado simplesmente como *lá em baixo* – é utilizado para o cultivo de algumas árvores frutíferas, especialmente, mangueiras e cajueiros, e para a criação de animais de pequeno e médio porte, como caprinos e suínos. Além disso, é *lá em baixo* que as crianças improvisam pequenos campos de futebol e confeccionam traves – não mais de chinelos ou pedras – mas de talos de madeira. A ribanceira da casa de Jorge não possui *quintal* e desemboca direto na cerca que dá início às vazantes. Agora, será a partir deste lugar e das suas relações estabelecidas com o asfalto que passarei a descrever Boa Esperança.

O trabalho na vazante inicia-se por volta das seis e meia, sete horas da manhã. Tomamos um café com cuscuz ou pão e ganhamos a Avenida rumo à pequena ladeira que fica logo ao lado da casa de Jorge. É preciso atravessar uma pequena cerca. Neste horário, o movimento da avenida ainda é pequeno. Alguns *vazanteiros* e *trabalhadores* estão saindo de casa para suas vazantes, outros estão chegando da Central de Abastecimento do Piauí (CEAPI) carregados de caixas vazias, o que nem sempre é um sinal de que as vendas foram boas, mas, simplesmente, de que se vendeu tudo. (Às vezes, especialmente em tempos de safra, é preciso “quase dar” os quiabos para não voltar para casa com mercadoria, o que seria prejuízo ainda maior. Mais vale, em determinadas épocas, vender os produtos a um preço muito abaixo do estipulado).

Ao passo que os *vazanteiros* fazem o movimento de descida para o rio, isto é, da Avenida para a vazante, os outros moradores fazem o movimento no sentido contrário. As crianças saem de casa banhadas e penteadas para a escola, com suas mochilas coloridas e os cadernos na mão. Algumas vão de bicicletas acompanhadas de irmãos/irmãs, primos/as e amigos. Há, ainda, aquelas cujos pais levam e trazem. É de manhã e muita gente na Boa Esperança precisa levantar para esperar o ônibus ( de horário sempre incerto) e rumar na direção do trabalho, seja como balconistas de Farmácia, funcionários públicos municipais, comerciantes, vendedores ambulantes, artesãos, seguranças de lojas no centro da cidade, auxiliar de serviços gerais em

diversos estabelecimentos<sup>38</sup> e etc. Além do fluxo de pessoas, são também as motocicletas – muito mais do que qualquer outro tipo de automóvel – que ganham a avenida logo nas primeiras horas do dia. Pra facilitar meus deslocamentos no campo, consegui uma bicicleta emprestada com meu avô e as pessoas riam de mim – sobretudo Claudilene e os meninos (seus filhos Wanderson e Andrea) – pelo fato de eu não saber pilotar uma motocicleta que, caso eu quisesse, poderia facilmente pegar emprestada com alguém.



**Fotografia 3** – Jorge e seu irmão Filho entre os quiabeiros.

À medida que eu e Jorge vamos descendo a ladeira em direção à vazante, o ritmo do lugar assume outros tons, pois a relação entre os diversos elementos da paisagem já é outra (Fotografia 3). O vai e vem das pessoas, carros e motos transforma-se em um barulhinho ao fundo e dá espaço para o ranger das nossas botas de plástico sobre o chão de terra úmida e o barulho que as folhas de cana fazem ao serem remexidas por nós adentrando a vazante. É preciso saber pisar. Uma vez na vazante, eu

<sup>38</sup> Em Teresina, o funcionalismo público e o setor terciário são os ramos que mais empregam. E isso está relacionado com o processo de expansão urbana da cidade que, diferente, do eixo sul/sudeste, não se deu através da indústria, mas do comércio (“formal” e “informal”) e da prestação de serviços (LIMA, 2010)

tive de (re)aprender a colocar os pés no chão e esse aprendizado passa por saber diferenciar uma muda de legume<sup>39</sup> ainda jovem e em pleno desenvolvimento de outras espécies vegetais, grosso modo, chamadas de “mato”. Não há crime maior do que matar um pé de quiabo, é preferível que se corte um dedo “ porque ele ao menos cicatriza, o pé de quiabo não” ( Seu Valdir). Disso decorre que o simples ato de pisar requer uma série de cuidados, sobretudo quando as mudas de legumes ainda estão no início dos seus ciclos de desenvolvimento. Mas esta preocupação, confesso, era muito mais minha do que de Jorge que caminhava rápida e despreocupadamente. O que não significa dizer que não observava meus passos. Observava. Tanto os meus como os do seu jovem trabalhador, Pedro, que repetidas vezes era repreendido por ter pisado onde não devia. “Pedim, rapaz, deixa de ser desengonçado!”. Seja como for, também entendia aquilo como um recado para mim.

De qualquer lugar da vazante de Jorge e seus irmãos – desde que se esteja antes das mangueiras e jenipapos do *alto*<sup>40</sup>, que se encontram bem mais próximos do rio – é possível ver o movimento da Avenida. Bem como, da Avenida, é possível enxergar o desenrolar da vida naquelas plantações. Ao chegar à vazante, Jorge dividia as tarefas entre seus trabalhadores. Depois disso, eu decidia quem ia acompanhar mais de perto, entre conversas e silêncios, pois entabular conversações longas demais com quem quer que seja enquanto o outro está trabalhando é, inevitavelmente, *empaiar*<sup>41</sup> o serviço alheio. Exceto quando é hora da pausa, seja para descansar, beber água, fumar um

---

<sup>39</sup> A categoria “legume” pode assumir conotações distintas a depender do caso etnográfico em tela. Heredia (1979), em diálogo com camponeses da zona da mata pernambucana, define “legume” com relação ao tempo exigido pelo ciclo agrícola de desenvolvimento do vegetal. Assim, “legumes” seriam vegetais de ciclo agrícola maior, quando comparados com as “verduras”, – alface, tomate e repolho, por exemplo – que demandam menos tempo para amadurecer e devem ser consumidas dentro de poucos dias após a colheita, isto é, ainda “frescos”/ “verdes”. “Legumes”, por outro lado, podem ser conservados por bastante tempo depois de colhidos, apresentando maior resistência ao armazenamento; o que lhes permite, inclusive, serem consumidos “secos”. Seguindo a lógica dos camponeses da zona da mata pernambucana, o milho seco, o feijão preto e a mandioca são considerados legumes. Moraes (2000), em pesquisa com lavradores nos cerrados piauienses, define “legume” enquanto designação geral dada aos produtos vegetais alimentares, mas entende essa categoria com relação às dinâmicas de provisão alimentar familiar. Assim, antes de mais nada, o que definiria determinado vegetal como legume seria a importância assumida por ele em termos de volume produzido “e, portanto, de sua capacidade para alimentar a família e proporcionar alguma troca monetária” ( MORAES, 2000: 251). No que diz respeito a vazanteiros do médio Parnaíba com quem tive contato, toda e qualquer produção agrícola originária da vazante é nomeada como “legume”, exceto a cana de açúcar e outros vegetais considerados como “fruta”. Assim, legume parece dizer respeito a todo vegetal que, potencialmente, pode vir a tornar-se “comida”, seja na mesa dos próprios vazanteiros, seja na mesa dos futuros compradores da produção, tendo em vista que a maior parte dos legumes cultivados na vazante é comercializada em feiras agrícolas locais

<sup>40</sup> No próximo capítulo falarei mais detidamente a respeito destes processos de classificação e constituição do *lugar* na vazante.

<sup>41</sup> Atrapalhar, dificultar, atrasar, criar empecilhos.

cigarro ou amolar os ferros à sombra das mangueiras e ficar a conversar sobre quem passa no asfalto.

Não raro, as pessoas se comunicam a metros de distância uma da outra, aos gritos. Mas geralmente as conversas entabuladas neste registro são curtas, com perguntas e recados rápidos. Alguém para na beira da avenida diz alguma coisa, faz piadas com os trabalhadores – os conhecidos seus, é bom ressaltar – e quem está a trabalhar nas vazantes olha para cima, reconhece quem fala, e grita respondendo. Da vazante, tem-se noção de tudo (ou quase tudo) que ocorre na rua e é sobre essas movimentações que, entre outras coisas, conversamos quando o trabalho dá uma pausa.

Onze e meia. Hora do almoço. Os homens guardam as ferramentas em cima da mangueira e seguimos para a avenida. As crianças e adolescentes que estavam de saída logo nas primeiras horas do dia fazem, agora, o caminho de volta para casa. Cantando, falando alto e, por vezes, brigando no meio do caminho enquanto cruzam com os colegas do turno da tarde e que, somente agora, dirigem-se para as salas de aula. Passada essa pequena movimentação do meio dia, a Boa Esperança silencia. Na casa de Jorge e Claudilene, depois do almoço, quase todos tiram um cochilo.

Pedro, *trabalhador*<sup>42</sup> de Jorge e sobrinho de tia Claudilene – meu primo –, almoça na casa da tia e logo depois segue para a casa da mãe, também na avenida. Todas as tardes, antes do cochilo, eu Jorge e Claudilene sentávamos na sala e ficávamos alguns minutos comentando as notícias do jornal vespertino. Leia-se: um daqueles noticiários sensacionalistas que servem o telespectador com doses homeopáticas de sangue, violência e medo. Após essas inquietações televisivas quase todas as nossas conversas giravam em torno de roubos, assaltos, bocas de fumo e assassinatos. Mas – como esse cochilo da tarde era sagrado e, antes de voltarmos para a vazante, Jorge (ou eu) tínhamos que deixar Claudilene no trabalho – acabávamos por ir dormir com as conversas inconclusas. Contudo, na sala, no carro, na rua ou nas vazantes estes temas eram recorrentes, não somente nas conversas com Claudilene e sua família, mas, também, com outros vazanteiros.

A casa de Jorge pode ser vista como uma materialização estética do medo urbano que se configura em diversas cidades brasileiras. Apesar de não possuir muro, a fachada da casa toma parte da calçada e uma laje de concreto conecta a parede da sala

---

<sup>42</sup> No próximo capítulo falarei a respeito das relações de trabalho nas vazantes. Por ora, destaco que a categoria *trabalhador* é sempre utilizada no masculino pelo fato de eu não ter tomado conhecimento de nenhuma mulher *trabalhadora*, no sentido que desenvolverei no capítulo três.

com a fachada. Os tijolos só vão até a metade inferior da parede frontal e a parte superior de toda a fachada é constituída por um gradeado. Essa intervenção na residência fora motivada pelos inúmeros assaltos que a casa já havia sofrido, “a gente não podia nem deixar a porta aberta” (Claudilene). O gradeado na frente de casa e o “portão de correr” são frequentemente trancados à chave e cadeado. Um empecilho a mais ao ladrão que se aventurar invadir a morada. O medo, o perigo iminente de ser assaltado e as estratégias a fim de lidar com isso, portanto, ocasionaram certas alterações estruturais e estéticas na residência. No que diz respeito às vazantes – falarei logo mais – um processo semelhante pode ser observado. Assim, o *trabalho* e a *peleja* na interação com um ambiente potencialmente hostil é aqui entendido não somente como um fator de alterações estéticas nas casas, por exemplo, mas enquanto uma categoria-força mais ampla capaz de articular outros tipos de relação e co-constituição das pessoas com o meio o que, conseqüentemente, engendra outras conformações de *paisagem*.

O cultivo de vazantes na beira da Avenida Boa Esperança, isto é, “nas margens” do rio, apresenta algumas diferenças quando comparado com as vazantes das “coroas” (ou ilhas). Trarei isto com maiores detalhes no próximo capítulo, mas, por ora, destaco os diferentes tipos de legumes cultivados nestes dois ambientes que, em última instância, colocam em perspectiva o que era plantado *antigamente* e o que se cultiva *hoje*. Nas coroas há quem cultive melão (*Cucumis melo*), abóbora (*Cucurbita spp*), melancia (*Citrullus lanatus*) e milho (*Zea mays*) em quantidades relativamente grandes, legumes que, no *passado*, eram fartamente plantados, inclusive na margem. Há, assim, um paralelismo entre as práticas agrícolas distantes no tempo (*antigamente*) e aquelas distantes território-espacialmente (*coroas*) dos vazanteiros de *hoje*. Acompanhando estes dois movimentos, tanto no *tempo* como no *espaço*, percebo uma supervalorização narrativa do *passado* (vis-a-vis com o *distante*) enquanto uma temporalidade mais segura para se plantar e colher (bem como para se viver), pois não havia tantos ladrões quanto *agora*.

Não há mais *bons trabalhadores* como *antigamente*, a *bandidagem* aumenta a cada dia e a relação entre o crescimento da criminalidade e o medo-raiva de se perder a produção para um “noiadozinho<sup>43</sup> desses” confere às vazantes uma atmosfera de luta,

---

<sup>43</sup> Designação pejorativa para se referir a pessoas dependentes de *crack*. Adiante, falarei um pouco mais sobre isso.

trabalho e enfrentamento. Isso provoca mudanças, sobretudo, na escolha dos legumes a serem plantados e, conseqüentemente, nas configurações do lugar vazante.

Abóbora, milho, melancia e melão são legumes e frutas facilmente roubadas e, uma vez surrupiada, a planta fica inutilizada, pois se tratam de vegetais de apenas um ciclo agrícola, ou seja, uma vez que se chega à safra e se colhe a produção, a planta não *bota* mais fruto algum.

– Rapaz, hoje em dia não compensa a gente plantar essas coisas não... A gente planta, aí vem uns moleques e roubam. Olha, um pé de milho dá numa faixa de três espigas. Se chega um garoto e rouba as três, ali eu já posso até cortar o pé porque não vai dá mais nada” ( Seu Mamede, vazanteiro)

– Eu não me incomodo de a pessoa chegar e pedir: “Jorge, deixa eu apanhar uns feijão” ou “Jorge, deixa eu pegar aí uns quiabos pra colocar num cozidão”. Eu deixo! Agora, a pessoa vir roubar já é outra história! Antigamente a gente plantava melancia, abóbora... Tudo isso a gente deixou porque não tem mais condição. (Jorge, vazanteiro)

Os legumes e frutas citados por Jorge e Mamede, a depender da época do ano, podem ser bem mais rentáveis que o quiabo, legume amplamente cultivado hoje entre os vazanteiros da Boa Esperança (mais especificamente, das Olarias). Assim, se o presente é um momento de aumento da criminalidade, é também o tempo dos quiabos, com outras conformações da paisagem, das temporalidades e das relações com os vegetais e a terra.

– É muito mais seguro plantar quiabo, porque mesmo se a gente for roubado, como a gente é aqui!, o prejuízo não é tão grande porque o quiabo não dá todo de uma vez.

– Não dá todo de uma vez? Eu perguntei diante da fala do seu Mamede.

– Exato! Os quiabos de um pé amadurecem em tempos diferentes. Hoje eu estou quebrando esses quiabos aqui, como o senhor está vendo, mas, só nesse pé, ainda tão faltando, um... três quiabos pra amadurecer! Daqui uns dois dias eles estão no ponto! O caboclo que vem roubar já não leva esses quiabos todos e, pra ele, não compensa.

– Ah, entendi, não compensa...

– Não compensa! Daqui que ele vá inteirar um cento de quiabo pra vender em qualquer frutaria dessas, já tem chegado alguém e pego ele no flagra!

O tempo de maturação do quiabo, suas características germinativas e a quantidade de unidades necessárias a fim de tornar o produto minimamente rentável para quem o comercializa são elementos observados por vazanteiros com relação aos espécimes cultivados na *luta* contra saqueadores de vazantes. Quiabo também é malandragem, eu acrescentaria. Mas, como canta o sambista, “é ladrão que não acaba mais/ Você vê ladrão quando olha pra frente/ Você vê ladrão quando olha pra trás”<sup>44</sup>. E se a estratégia de plantar quiabos dificultou que o principal legume cultivado fosse roubado<sup>45</sup>, não impediu que outros vegetais tivessem a mesma sorte. Além do quiabo, os vazanteiros com quem convivi *na margem* produzem, macaxeira, maxixe, abóbora – em pequenas quantidades – feijão, pimenta-de-cheiro e cana de açúcar. A maior parte do que é produzido destina-se à comercialização na CEAPI ou em pequenos comércios e frutarias locais, mas isto não é válido para todos/as os vazanteiros da Boa Esperança, e talvez só ocorra entre os agricultores das Olarias, conforme veremos no próximo capítulo. De todo modo, ter a vazante saqueada implica em um prejuízo de tempo, trabalho, sementes, equipamentos investidos nos legumes e na terra. O que, entre outras coisas, reflete-se em uma perda financeira considerável.

– Olha, uma época chegaram na vazante e saíram arrancando até as macaxeiras! Como eles não sabem se *está no ponto* ou não, e não estava!, eles levaram uma parte e o que sobrou ficou destruído... Foi um prejuízo grande! Mas eu sabia quem tinha feito isso! Quando foi no outro dia, eu estava passando de carro aqui na Avenida e eu vi o cara com o saco de macaxeira nas costas. Ah, rapaz, mas eu não contei conversa: parei o carro e fui pra cima dele. Peguei minhas macaxeiras! Ai ele ficou com coisa, dizendo que ia pagar depois... Rum! Ia nada, aquilo é um *noiado*, todo mundo aqui conhece (Jorge, vazanteiro)

---

<sup>44</sup> Excerto da letra do samba “É ladrão que não acaba mais”, de Bezerra da Silva.

<sup>45</sup> Sei que conforme o Código Penal Brasileiro há uma diferença jurídica entre *roubo* – quando há apropriação de bens alheios acompanhado do uso de violência - e *furto* – quando não há violência grave e alguém se apropria das coisas de outro prescindindo, inclusive, da sua presença. Se fôssemos seguir o Código, a maioria dos assaltos nas vazantes deveriam ser enquadrados como *furto*. Contudo, apresento os termos da forma como eles me apareceram etnograficamente e, neste registro, *furto* e *roubo* são constantemente usados como sinônimos, sendo o último termo utilizado para se referir tanto à uma situação quanto à outra.

Atrelada à *luta* com os *noiados*, a raiva e a agressividade são afetações impossíveis de serem desconsideradas quando roubos e saques são experienciados nas vazantes. A ira-indignação de Jorge ao encarar frente a frente o ladrão levou-lhe a arriscar a própria vida em um enfrentamento corporal com o assaltante. Porém, vale notar, que não se tratava de um assaltante qualquer, mas de um *noiado*. Esta designação genérica para se referir a pessoas usuárias e dependentes de *crack* é amplamente utilizada na Boa Esperança para se referir aos possíveis ladrões. Longe de serem assaltantes profissionais, para seu Mamede e Jorge, os/as *noiados/as* agem única e exclusivamente para *sustentar o próprio vício*. Não se trata de um roubo para fazer fortunas ou qualquer outro fim, mas, simplesmente, para *comprar pedras*. Isto, contudo, não livra *noiados/as* de serem alvo da raiva e da desconfiança dos agricultores.

O processo de constituir uma vazante implica e é atravessado por uma série de relações com diversos modos de existência e de habitação no lugar, sejam eles humanos ou não-humanos, conforme mostrarei no decorrer da dissertação. Neste contexto, a relação dos vazanteiros com os/as *noiados/as* assume um caráter de adversidade e violência. E pessoas estranhas a estes agricultores, ao adentrarem suas vazantes sem prévia permissão, são geralmente vistas com animosidade e desconfiança. A ideia e a presença (real ou imaginária) de um “outro” que está sempre a espreita para pilhar, espancar ou ameaçar de morte dá o tom de algumas relações empreendidas nas vazantes que vão desde a *escolha* por se plantar quiabos até a maneira como pessoas desconhecidas são abordadas. Cuidado e cautela são palavras de ordem. Vale ressaltar que nem sempre os *noiados* são *estranhos*, pelo contrário, na maioria das vezes são amplamente conhecidos por moradores/as do bairro e deles não se tem tanto medo quanto dos *traficantes* – igualmente conhecidos e reconhecidos, mas potencialmente mais perigosos a depender das relações que se estabeleça com eles.

Apesar das *bocas de fumo*, alguns moradores disseram que os grandes traficantes da região ou estão presos e foragidos ou foram mortos. Quando estava na avenida em fevereiro de 2016, uma dessas pessoas identificadas como traficante – e cujo poder já estaria a decair – fora assassinado. Tripa, como era conhecido. Contam que ele bebia com alguns amigos e jogava sinuca em um bar próximo à quadra de esportes da Boa Esperança quando um homem numa motocicleta disparou contra ele dois tiros. Antes disso, Tripa ainda tentou correr, mas fora alvejado e continuou correndo após ser baleado, até cair desfalecido na cerca de uma horta comunitária. Assim, noticiou-se na imprensa local:



Um jovem de 27 anos foi assassinado a tiros na noite deste sábado (27/02) em um bar na avenida Boa Esperança, bairro São Joaquim, Zona Norte de Teresina. Francisco Ribeiro, conhecido como ‘Tripa’, foi morto com pelo menos três tiros e há suspeitas que teria sido um acerto de contos, pois a vítima já tem passagens pela polícia e seria envolvido com tráfico de drogas e assaltos. Segundo informações de testemunhas, dois homens chegaram em uma moto no bar por volta de 21h e um deles desceu, e efetuou os disparos contra o peito da vítima. A perícia foi realizada no local e o corpo foi enviado para O Instituto Médico Legal (IML). Até o momento não há informação sobre suspeitos de terem cometido o homicídio.<sup>46</sup>

Situações como esta – apesar de deixarem alguns/mas moradores/as da Boa Esperança alertas e cautelosos/as nas relações que estabelecem com *noiados* e/ou *traficantes* – não necessariamente implicam em uma situação de tensão e horror permanente, uma vez que *todo mundo conhece todo mundo*. Neste cenário, o *medo*, apesar de ser um afetação acionada eventualmente, não é mais poderosa que o *sossego*. A Avenida é um *lugar bom para se viver* porque, antes de tudo, é um *lugar sossegado*.

– Rapaz, se tu for perguntar pra cada um dos moradores da Boa Esperança, tu vai ver que a maioria deles não quer sair daqui. A Boa Esperança é um lugar sossegado, todo mundo conhece todo mundo e não tem muito roubo e assalto. Aqui todo mundo sabe quem é envolvido com o tráfico, todo mundo sabe! Não são muitos. E ninguém mexe com ninguém. Mas a polícia generaliza e diz que aqui é um lugar de bandidos. A gente mora em um lugar que a gente deve ter mais medo da polícia do que dos traficantes (Pedro, 20 anos, trabalhador)

Pedro é *trabalhador* na vazante de Jorge e mora na Boa Esperança desde que nasceu. O *sossego* acionado por ele está associado ao fato de todos se conhecerem e, mais do que isso, *ninguém mexer com ninguém*, o que significa a construção de uma relação entre vizinhos/as pautada na *consideração* e no *respeito*. Na região “dos motéis”, andando pela vazante de dona Maria Campos e de dona Sinforosa, essas senhoras repetiam inúmeras vezes afirmações sobre o sossego que era morar “nessa beira de rio”. No dia em que fui visitá-las, Dona Sinforosa estava muito empolgada e parávamos em quase todas as mangueiras e cajueiros de sua vazante para ela colher algumas frutas. Ela mostrava, vaidosa, as criações de animais empreendidas por seus vizinhos e o quanto era prazeroso se demorar à sombra daquelas árvores. Assim, além

---

<sup>46</sup> Disponível em: <http://www.360grauspi.com.br/2016/02/28/jovem-e-assassinado-com-3-tiros-na-zona-norte-de-the/> Acesso em 29/08/2016

do fato de todos se conhecerem, a ideia de uma vivência harmônica e equilibrada com as águas, os animais e as plantas do lugar eram articuladas por elas no sentido de compor a principal afetação e vantagem em se habitar a Boa Esperança: o *sossego*. Retomarei isto no quarto capítulo.

Muita gente costuma ficar na porta de casa logo nas primeiras horas da tarde, às 14h00, horário em que eu, Jorge e Pedro voltamos para a vazante depois do almoço ao meio dia e daquela sesta sagrada... Da vazante, observo que o movimento na avenida vai aumentando à medida que a tardinha vai caindo... O fluxo das motocicletas expande-se num crescente, com homens e mulheres voltando do trabalho. A *diária* na vazante, se encerra às 17h00. Se é época da colheita, período de *quebrar* quiabos, nós ganhamos a avenida com caixas e mais caixas do legume. As meninas e os meninos vão chegando barulhentos nas portas de casa depois de uma tarde inteira na escola. E se no início da tarde nem todos estavam nas portas, à noitinha quase a Boa Esperança inteira descansa no sereno da noite a conversar, semi-deitados/as em cadeiras de espaguete. Os mosquitos começam a atacar, mas acho que de todas as pessoas que se sentavam à porta, nas noites em que passei na Boa Esperança, eu talvez fosse o mais incomodado com os insetos. Os vizinhos conversam banalidades sobre a vida alheia e sobre as próprias vidas. O transitar dos carros é observado atentamente... Vez ou outra uma viatura da Polícia Militar passa. Aliás, não houve um dia em que não vi carros da PM transitando por aquelas bandas...

## CAPÍTULO 3

### **Trabalho e vida nas vazantes**

Cheguei à Avenida à tarde, tive que fazer um exame médico para renovar minha carteira de habilitação. Na noite anterior, combinei com Jorge que almoçaríamos juntos em sua casa. Assim foi. Eram onze e alguma coisa quando cheguei por lá. Como eu esperava, os últimos acontecimentos envolvendo o Wanderson – filho de Jorge – e toda a família foram-me relatados. Na sala da casa de Jorge, estávamos eu, ele, Andrea e tia Claudilene sentados no sofá. A tia me falava repetidamente da humilhação que fora toda a cena e do quanto ela ficara afetada com tudo, do quanto ela havia chorado na frente dos policiais para que não levassem seu filho preso. Jorge, com o bom senso e justiça que lhe são peculiares, foi me contando o ocorrido aos poucos. Na noite do dia 9 de agosto, Wanderson, meus tios e minha prima estavam em um bar/restaurante na zona norte. A família não demorou muito e, ao passo que pai, mãe e irmã de Wanderson voltaram para casa, ele decidira visitar a namorada, que mora no bairro Matadouro. No caminho de volta, pegou a Avenida Boa Esperança e, neste trajeto, uma viatura da polícia seguia à sua frente. Era tarde e, conforme o Wanderson contou-me depois, trafegar lentamente por aquelas vias durante a madrugada pode ser perigoso.

Wanderson, então, “jogou luz alta” no carro da polícia, sinalizou avisando que iria ultrapassar e tomou a frente da viatura. Depois disso, ele só lembra de que, ao estacionar o carro na porta de casa e descer do veículo, fora abordado brusca e violentamente por quatro policiais. É aí que Jorge entra mais uma vez na história, pulando assustada e rapidamente a janela do quarto ao ouvir gritos e sirenes na porta de casa: “O Wanderson foi assaltado!”, pensou. Logo depois, tia Claudilene e Andrea, ambas vestidas em roupas de dormir, foram para a rua, assim como boa parte da vizinhança. Os policiais sequer pediram o documento do veículo ou carteira de habilitação e já partiram apontando armas e imobilizando o Wanderson violentamente. Jorge, contou-me que ficou extremamente nervoso e agitado, e, saindo de casa, gritava aos policiais que seu filho era um cidadão, um trabalhador e que os policiais deveriam respeitar-lo por isto! E, ao falar essas coisas, avançava para os militares, que seguravam Wanderson algemado. “Rapaz, se cada grito de vagabundo, fela da puta, miserável e bandido que eu dava correspondesse a um tiro, aqueles policiais já estavam mortos!”. Mas quem corria mesmo um risco real de morte era Jorge, que teve uma arma apontada para si: “Se tu der mais um passo, eu atiro”. “Pois atira, porra! Eu não tenho medo de

morrer não, atira, fela da puta!”, gritava Jorge. Andrea, temendo o pior, puxou o pai, afastando-o da cena.

Estes eventos foram-me contados repetidas vezes por todos na casa de Jorge e do dindinho, inclusive, pelo próprio Wanderson, que me mostrou a gravação feita em um celular por um vizinho seu. Uma hora da manhã e muitas pessoas na porta. Os policiais pediram reforço: em menos de cinco minutos, como pude ver no vídeo, já eram quatro viaturas e dezenove militares. O vizinho-câmera narrava a cena com ênfase para o número desnecessário de militares. A despeito dos gritos de “ele é um trabalhador!”, “respeitem a família dele, eles são trabalhadores!”, Wanderson foi levado preso em flagrante por “desacato à autoridade”. As justificativas e antecedentes da prisão não eram unanimidade sequer entre os policiais que executavam a operação. Uns diziam que ele havia batido na viatura da polícia e sequer parou o carro depois disso. Outros disseram que ele vinha dirigindo extremamente alcoolizado e em alta velocidade. Houve ainda um policial que argumentou alegando que o Wanderson havia reduzido a velocidade do carro, “dado dedo” para os PM’s e os xingado de “pau no cu”. Para Jorge e Andrea, essa multiplicidade de versões eram contraditórias em si mesmas: como eles escutariam a ofensa de alguém que vinha em alta velocidade? Cadê o sinal de batida na viatura da polícia e no carro do Wanderson? Para a família de Jorge, nada disso fazia sentido, como não o fez o fato de apreenderem, também, o veículo de Wanderson.

Na manhã seguinte a este acontecimento – exatamente um dia antes de eu chegar à Boa Esperança – vi no meu celular diversas chamadas não atendidas da Andrea. Assustei. Pensei em morte, desastre, tragédia. Retornei a ligação. Foi assim que esta história veio até mim antes mesmo de eu chegar à casa de Jorge, às onze e meia, para almoçarmos.

Com este caso, alguns elementos da configuração de valores e moralidades que informam a experiência da família de Jorge com o mundo ficaram mais evidentes para mim.

Uma das maiores indignações de Jorge foi ter sido desrespeitado enquanto “cidadão”. Mais do que categorias como “homem” – tão comuns quando se reivindica honra ou moral ameaçada, como observou Cruz (2013), – Jorge indignava-se com o fato de não ter sido tratado como um “cidadão”, um “trabalhador”. Como compreendi, a categoria “cidadão” nestes discursos/práticas está intrinsecamente relacionada à outra: “trabalho” que, neste contexto, ganha status de valor moral. O cidadão faz-se a partir de uma série de valores e o principal deles é o “trabalho honesto”, aquele sem qualquer

envolvimento com furto, roubo, homicídio ou comércio de produtos e substâncias ilegais. É assim que o “cidadão” vai se constituindo em oposição ao “bandido”, “vagabundo” ou “mau elemento”. Jorge e sua família, além de criticarem a truculência da abordagem policial, queixavam-se do fato de tal violência ter sido direcionada para quem não a merecia, isto é, “cidadãos”, o que, em última instância, correspondia a “trabalhadores”. Neste capítulo, *trabalho* ganha centralidade e será utilizando-me desta categoria que procurarei esboçar algumas idéias a respeito dos modos de habitação na Boa Esperança.

\*\*\*

Jorge e seu Valdir: a narrativa, aqui, constitui-se a partir das conversas e vivências experienciadas por mim com as famílias destes dois homens, mas não somente. Colocarei em perspectiva as trajetórias e cotidianos destes agricultores a fim de pensarmos os processos de habitação e constituição recíproca entre vazantes e vazanteiros. O que nos levará a perceber um modo amplamente difundido de se habitar a Boa Esperança, tendo em vista a relação intrínseca entre o cultivo de vazantes e a construção de residências na Avenida. Assim – em um primeiro movimento – aproveito o gancho da situação vivenciada por Jorge e seu filho para discorrer a respeito da organização do trabalho nas vazantes, bem como do *trabalho* enquanto valor moral e principal modo através do qual os processos de habitação na Avenida eram percebidos a partir do meu encontro com vazanteiros/as. Depois, falo do acesso a terra tanto para o plantio quanto para a morada das famílias destes vazanteiros e, por fim – ainda pensando estes modos de habitar (INGOLD, 1996; 2002) – procurarei descrever as malhas de relações entre *agricultores* e *beira do rio* no manejo e cultivo dos legumes, o que, simultaneamente, engendra maneiras particulares de percepção do ambiente.

As famílias dos vazanteiros com quem irei dialogar a partir de agora são ambas das “Olarias”. Contudo, ao nos debruçarmos somente sobre esta região da avenida, não temos acesso a outras formas de se constituir vazantes na Boa Esperança, como aquelas que se desenvolvem “nos motéis”. Assim, a fim de pensarmos os tempos ecológicos e o destino da produção nestas vazantes no médio Parnaíba, colocarei em diálogo as experiências de Jorge, Valdir e outros vazanteiros – nas Olarias – com as de dona Sinforosa e Maria Campos, nos Motéis. Digo isto apenas para situar o/a leitor/a a respeito do que ainda virá neste capítulo.

### 3.1. A vazante como lugar de trabalho

Jorge é funcionário público municipal, tem 47 anos e trabalha no Centro de Zoonoses pela manhã como agente de endemias. Confesso que tive muita sorte ao, “por acaso”, ir morar na Boa Esperança exatamente no agosto-setembro escolhido por Jorge para tirar suas férias. Por conta disso, eu podia acompanhá-lo quase todos os dias na vazante, além de ele poder dispor-se a me apresentar vários vazanteiros amigos e parentes seus. Todos das Olarias. Nos dias em que não dormia na sua casa, chegava à vazante cedo da manhã, entre seis e meia e sete horas e o encontrava pegando os cachorros e os amarrando do lado de fora da residência, sobretudo, enquanto o canil não ficava pronto. Tia Claudilene reclamava muito disso, não entendia o porquê desses bichos se o “Jorge não tem tempo pra criar, ele vive nessa vazante! Acaba que fica quase tudo pra mim: dar água, comida, apanhar cocô... Não tem quem agüente!”. Mas, fosse como fosse, os primeiros cuidados diários com o Panda e a Bili eram de responsabilidade do Jorge. Somente depois disso ele vestia suas calças compridas, camisa de manga longa e calçava suas botinas de plástico, enfim, sua “roupa de vazante”, geralmente bastante desgastada pelo uso. Às vezes chegávamos antes, às vezes bem depois dos seus dois *trabalhadores*.

Jorge e tia Claudilene têm dois filhos, Wanderson (23 anos) e Andrea (21). O mais velho está fazendo faculdade de farmácia e a mais nova cursando preparatórios pré-vestibulares. Ambos trabalham meio expediente ao dia na farmácia do avô, pai de Claudilene. Também Jorge, além de vazanteiro e agente de endemias, trabalha como balconista no estabelecimento do sogro no turno da noite. Assim, se há uma ocupação que perpassa todos os membros da família, ela diz respeito ao ramo farmacêutico, pois tia Claudilene também atua nesta área e, vez ou outra, víamo-nos conversando – todos – sobre diferentes tipos de medicamentos.

– Tem o ético, o similar e o genérico... O ético é do laboratório que tem patente. Do ético pro similar não muda nada, é o mesmo princípio ativo, só muda o laboratório! Mas tem gente que não acredita! Tem gente que não quer saber disso: chega na farmácia e compra o ético, mesmo sendo mais caro. E eu digo “minha senhora, olha, tem esse aqui, está mais barato...”. Mas não tem jeito... Eu fico besta... – Tia Claudilene ficava realmente embasbacada com situações desse tipo.

Ao falarmos de farmácia, invariavelmente, estávamos falando de trabalho e Jorge costumava pontuar que “o nosso principal companheiro não é homem, não é mulher, não é pai, não é mãe, não é ninguém! É o trabalho!”. Com ele aprendi o quanto as vazantes são lugares de trabalho, o que não significa dizer que uma série de outras coisas também não estejam sendo gestadas nestes espaços. Diferente da família de seu Valdir – com quem dialogaremos mais adiante – Jorge não conta com a força de trabalho dos filhos que – sempre me fez questão de frisar – “não quero que cheguem na vazante nem pra me deixar água”. O caso do marido da minha tia, pessoa que conta com outras fontes de renda além daquela oriunda das vazantes, é diferente da situação da maioria dos vazanteiros profissionais com quem tive contato nas Olarias. A vazante só se torna algo economicamente viável para Jorge na medida em que ele pode contratar trabalhadores para lhe ajudarem com a labuta ou, como ele diz, lhe “ajeitarem”: “eu ajeito eles e eles me ajeitam”.

Há uma diferença entre “vazanteira” e “trabalhador”: o primeiro é *dono* de um pedaço de terra nas vazantes, o segundo presta-lhe serviços, geralmente sob duas formas de contrato amplamente difundidas na Boa Esperança. A primeira delas é o sistema de trabalho denominado de *empeleita*. Um trabalhador contratado na *empeleita* negocia previamente com o vazanteiro o preço do serviço a ser prestado. Diferente do trabalhador diarista – de quem falaremos mais adiante – o *empeleitado* já sabe antecipadamente o valor que irá ganhar na execução de determinada tarefa, independente de terminar o serviço em 5 ou em 10 dias. Antes de seguir, ressalto que “trabalhador” – em sentido estrito – diz respeito a uma categoria acionada no interior da organização do trabalho nas vazantes. Lato senso, contudo, tanto “vazanteiro” quanto “trabalhador” são, igualmente, “trabalhadores”, ou seja, pessoas íntegras que vivem de maneira *honest*a a partir de um trabalho moralmente tido como respeitável. É isto que faz com que ambos sejam *trabalhadores* quando em oposição ao vagabundo/bandido/marginal. *Escurecimentos* feitos, continuemos.

No caso do “trabalho por diária”, o trabalhador ganha por dia trabalhado e o pagamento é geralmente feito no sábado, último dia de trabalho da semana. No sábado, trabalha-se até o meio dia, diferente da carga horária exigida de segunda a sexta-feira, quando o trabalhador presta serviços de 6h30 às 11h30 durante a manhã e das 1h30 às 5h00 no turno da tarde. Há diferentes percepções do *trabalho/vida* na vazante a depender da posição que se ocupe no interior do sistema produtivo, caso tomemos a

vazante por esta ótica. Se se é um *trabalhador* a vazante é percebida quase exclusivamente pelo prisma do *trabalho*, isto é, enquanto uma fonte de recursos relativamente rentável na ausência de *algo melhor*. Em fevereiro de 2016, conversei muito com Antônio<sup>47</sup>, irmão e, na época, *trabalhador* de Jorge.

Antônio, 50 anos, trabalhava com o pai durante a infância e parte da adolescência. Ao completar 20 anos, conseguiu empregar-se como soldado na polícia militar do Piauí. Durante onze anos fora policial, até aderir ao Programa de Demissão Voluntária (PDV) a fim de receber a indenização prometida pela instituição. Depois disso, trabalhou como taxista e como motorista de caminhão na olaria de um irmão, onde executava o transporte de tijolos. Antônio é visto pela família como alguém de temperamento irascível e aventureiro, chegado à bebida e, sobretudo, a mulheres. De fato, não foram poucas as aventuras amorosas que ouvi dele, além de algumas experiências de embaraço e conflito nos empregos pelos quais passou. O último deles também fora como motorista em uma grande usina de açúcar e álcool, onde pilotava tratores na época de colheita e moagem da cana de açúcar. Em fevereiro, ele faltou algumas vezes ao trabalho para contatar antigos conhecidos da polícia militar na esperança de que eles lhe arrumassem algum emprego. E até conseguiu algumas indicações, mas nada que lhe agradasse. O trabalho na vazante era considerado algo temporário, fruto da necessidade. O único motivo que o fazia trabalhar ali eram as prestações de uma moto que havia comprado recentemente<sup>48</sup>.

Jorge paga os seus *trabalhadores* sob o sistema de *diárias* e durante o verão, também o período da colheita dos quiabos, ele estava com dois *trabalhadores*: Pedro e Raimundo, ambos moradores da Boa Esperança. Em comum com a trajetória de Antônio, eles carregam nas biografias o fato de já terem feito e de *fazerem de um tudo* quando se trata de garantir o próprio sustento e o da família. Seu Raimundo tem menos de quarenta e oito anos, mas a vida trabalhando *no pesado* dá a ele um aspecto de, pelo menos, 10 anos mais velho do que realmente é. Raimundo é natural do município de José de Freitas, interior do Piauí, e contou que sempre trabalhou com esses serviços “de grosseria, serviços de quem não tem muito estudo”. Já foi ajudante de pedreiro, mas boa parte de sua vida foi trabalhando em roças, ajudando o pai desde criança, ainda no seu município de origem. Seu pai não tinha terra e trabalhava como arrendado em

---

<sup>47</sup> Em toda essa dissertação, apenas este nome é fictício. Optei por ocultar o nome real de Antônio no intuito de protegê-lo.

<sup>48</sup> Quando retornei para as vazantes em agosto, Antônio, de fato, já não mais estava trabalhando por lá, pois havia se (re) empregado como motorista na usina de cana onde trabalhava anteriormente.



propriedades alheias. Raimundo trabalhou na Comvap (usina produtora de açúcar hoje pertencente ao grupo pernambucano Olho D'Água), onde se empregou por mais de dez anos: de 1992 até o início dos anos 2000 e, por último, de 2005-2006. Depois, trabalhou como caseiro na propriedade do dono de uma rede local de supermercados. Casou-se aos 34 anos com uma moça também de José de Freitas e com ela possui seis filhos. Raimundo veio deste município para Teresina há um ano, mais ou menos, através de um conhecido que estava a trabalhar nas vazantes dos filhos de seu Dotô. A Trajetória de Raimundo conecta-se com a de vários outros/as moradores da zona norte de Teresina – como o próprio Jorge e seu Valdir – que, assim como ele, emigraram do interior do Piauí e/ou do Maranhão.

Além de Raimundo, o outro *trabalhador* de Jorge é Pedro, meu primo e sobrinho de tia Claudilene, filho do seu irmão mais novo, Claudionor Filho. Ele tem vinte anos e seu pai morrerá quando ainda era criança, devia ter entre 6 e 8 anos, se não me engano. A partir de então, passou a ser criado somente pela mãe, esta, auxiliada pelo irmão Zezé, por quem Pedro nutre extremo respeito e admiração. Seu tio Zezé, conta-me meu primo, percebeu que desde criança ele “não gostava de estudar” e, portanto, ensinara-lhe a trabalhar. Aos onze anos de idade começou a ajudar o tio com a feitura de tijolos nas olarias da região. Trabalhou como oleiro dos 11 aos 16 anos. Até trabalhar como diarista para Jorge, Pedro empregou-se como descarregador de tijolos na olaria de Chiquinho (irmão de Jorge), lavador de carro, balconista (durante a noite) na farmácia do avô e carregador de cervejas em um depósito de bebidas. É pai e sua filha tem um ano e alguns meses.

Eventualmente, ao me falarem de suas trajetórias, trabalhadores e alguns vazanteiros traziam para o diálogo a questão do “estudo”, muito provavelmente porque eu, sempre com caderninho e caneta na mão, apresentando-me – entre outras coisas – como alguém que estava a fazer pesquisas para a universidade, trazia-lhes a memória (ou a presentificação) do ensino escolar formal. Ao passo que “estudo” era acionado, outra categoria a acompanhava subsequentemente: “trabalho” e, nesta combinação, a vazante aparecia como um “lugar de trabalho dos que não têm estudo”. Isto explica, em parte, o fato de Jorge evitar constantemente a presença de seus filhos na vazante: “eu quero que eles estudem, se formem”... O posicionamento de Jorge é diferente dos demais vazanteiros com quem convivi e isso pode ser mensurado ao trazermos certos elementos da sua trajetória de vida e da sua condição sócio-econômica perante outros moradores da Boa Esperança. Além de ter outras rendas, meu tio chegou – através do

Programa Universidade para Todos (PROUNI) – a quase formar-se em Pedagogia, trancando o curso no penúltimo período. Em sua fala, fica patente a pertinência de projetos de vida (VELHO, 2003) que levam em consideração e conferem extrema importância ao ensino escolar formal<sup>49</sup>. Não por acaso, a indecisão da minha prima Andrea em decidir qual curso de graduação escolher era vista com olhos de aflição por Jorge e esta agonia sua dava o tom de várias conversas que tivemos.

- Lucas, assim, na minha opinião... Na minha opinião! Já era pra Andrea ter decidido qual curso ela quer... Ela tem que estudar, se formar, trabalhar... Eu já te falei isso, mais para mim é uma verdade: o melhor companheiro da mulher é o trabalho, não é homem, não é ninguém! É o trabalho!
- Calma, tio, a Andrea está se decidindo... É um negócio muito complicado mesmo... Mas ela está estudando para o vestibular, está trabalhando na farmácia... As coisas estão acontecendo...

Na casa de Jorge e tia Claudilene, além das rendas provenientes das respectivas ocupações de cada um, há ainda os salários dos dois filhos, indispensável para que ele e ela “comprem suas próprias coisas”.

- Aqui é o Wanderson quem compra as coisas dele. O ingresso para ir em um *show*... Às vezes ele chega: “Pai, me empreste vinte reais”. Eu empresto! Mas assim que ele recebe o dinheiro dele, ele vem e: “está aqui, pai”. Me paga.

---

<sup>49</sup> Se estudar e trabalhar é um projeto possível no campo de possibilidades (VELHO, 2003) vivenciado pela família do Jorge e tia Claudilene, para outros vazanteiros o trabalho é uma das únicas vias de se ter acesso a uma série de bens e recursos. E isto não significa dizer que, por exemplo, os filhos de seu Valdir não possuam o ensino médio completo ou não estejam matriculados em programas de Educação para Jovens e Adultos (EJA) a fim de o conseguir. Mas que uma série de variáveis como quantidade de membros na família, raça, etc., entram em agência no sentido de fazer do *trabalho* o melhor e, não raro, o único dos caminhos dentro de um conjunto de mundos considerados viáveis. Apesar de o estudo ser algo desejável, não é demérito nenhum ser *trabalhador*, pelo contrário. Um dia no seu Valdir com o Carlos (digo, na vazante do seu Valdir com o Carlos) ele contou-me uma anedota paradigmática disso que acabei de falar. Carlos falou de dois homens que estavam numa canoa. Um deles era doutor e, em certo trecho da viagem, perguntou para o colega o que ele fazia da vida. “Eu sou pescador, não sei assinar nem o nome, mas esses rios aqui eu conheço todos, da superfície até o fundo”, respondeu o homem. O doutor então recebe esta fala condoidamente: “ô, rapaz, nem pôde estudar, que pena! Uma vida inteira perdida!”. De repente, a canoa em que ambos estavam começa a afundar e o pescador, então, olha para o doutor e diz: “sabe nadar?”. “Sei não”. “Ô, rapaz, que pena, agora quem perdeu a vida toda foi o senhor”, respondeu com pesar o pescador, mas já nadando em direção à margem. Carlos riu ao terminar de me contar essa história e arrematou: “tu tá vendo? No meio daquele rio, com o barco afundando, o que salvou o homem não foi o estudo, não, foi a vida na pesca!”.

Na Boa Esperança, assim como em diversos outros contextos brasileiros, como lembra Zaluar (1985, 1993) e Fonseca (2004), o trabalho é um valor, não só econômico, mas também moral. Nos projetos de vida agenciados por Jorge e sua família, atrelado a este valor, há ainda outro: o estudo, contudo este deve sempre vir acompanhado daquele. Neste contexto, por um lado, a vazante é vista como fonte de renda, lugar do qual tanto vazanteiros como trabalhadores retiram o necessário para si e para o seus a ponto de garantir não só o mínimo para a continuidade da vida, mas algo além disso. Com o dinheiro oriundo das vazantes, não só se come, mas também se veste, constroem-se residências, compram-se motocicletas, carros, bicicletas, cervejas, ingressos para *shows*, organizam-se festas e outras coisas mais. Por outro lado, tanto nas trajetórias de Pedro, Raimundo, Jorge e da família de seu Valdir o trabalho aparece enquanto valor moral, necessário não só ao provisãoamento individual e familiar, mas, também, indispensável na constituição de “cidadãos”, “homens”, livres do crime e da marginalidade.

Pessoa (1992), no final da década de 1980, ao pesquisar a respeito das práticas lúdicas de meninos e meninas trabalhadores/as nas olarias do bairro São Joaquim, cuja principal via é a Avenida Boa Esperança, afirmou:

O trabalho, em casa ou fora de casa, e o estudo, são articulados por essas famílias [do bairro São Joaquim] como importantes categorias de socialização da criança [...]. O trabalho representa não só melhores condições de sobrevivência para o grupo doméstico, mas efetivamente a possibilidade de reprodução física e social da criança fora da mendicância e da delinquência (PESSOA, 1992: 48)

Sem entrar na importante discussão a respeito do trabalho de crianças, ponto que a ideia moralizadora de trabalho, enquanto valor/prática capaz de afastar crianças e jovens do mundo do tráfico e da criminalidade foi acionada por seu Valdir ao falar de sua vazante. Desde pequenos, seus meninos auxiliavam-no, executando tarefas mais leves, no cultivo de legumes e também nas olarias (na época do verão), pois – durante um bom tempo, até alguns anos antes de a atividade oleira ser proibida pelo Projeto Lagoas do Norte em 2009 - seu Valdir e sua família revezavam-se entre o trabalho nas vazantes e a feitura de tijolos nos barreiros da região. Diferente de Jorge, seu Valdir, 68 anos, trabalha – atualmente - acompanhado de três dos seus filhos homens, contudo quase todos os filhos de seu Valdir trabalharam com ele durante algum momento da vida, somente deixando a atividade após conseguirem ofícios considerados mais rentáveis.

Na casa de seu Valdir e dona Maria, sua esposa, moram os três filhos que trabalham com seu Valdir na vazante, Carlos, James e Edu, este, juntamente com a esposa<sup>50</sup>; além de um irmão de dona Maria, e mais alguns netos dos dois. Trata-se de uma família numerosa: juntos eles tiveram mais de dez filhos, entre homens e mulheres. A casa de dona Maria é constantemente freqüentada por seus filhos, sobrinhos, afilhados, netos e vizinhos. Um ambiente comparável em efervescência à casa de dona Dalvina, seguindo, contudo, o padrão de habitações mais difundido nas Olarias<sup>51</sup>: casas com a porta da sala voltadas diretamente para a rua, sem terraço ou muro entre a fachada e a via pública. Quase todos os filhos já casados deixaram a casa de seu Valdir e foram constituir residências em outro local, permanecendo, todavia, na Boa Esperança, como é o caso do Luizinho, um dos filhos mais velhos de seu Valdir e, assim como o pai, vazanteiro cujos filhos – dois jovens – são também seus parceiros de trabalho nas vazantes.

A relação de seu Valdir com seus filhos no cotidiano da vazante é, obviamente, diferente daquela estabelecida por Jorge com seus trabalhadores. Contudo, vale ressaltar que os dois homens nominalmente citados aqui são, por excelência, os vazanteiros, ou seja, aqueles que, perante quem quer que seja, *possuem o direito* de cultivar as vazantes em questão. Pensando em termos de organização do trabalho, são eles que **decidem** o que, quando, como e onde determinado legume será plantado ou quais tarefas serão executadas no decorrer da semana (uso o verbo **decidir** na ausência de outro melhor, porque estas **escolhas** - apesar de serem tomadas para o alcance de certo fim, a saber, produzir quiabos, por exemplo – são **decisões** intrinsecamente relacionadas a processos de construção, percepção e, em última instância, habitação na vazante. São, pensando com Tim Ingold, engajamentos dos vazanteiros com os ambientes que os constituem e, assim, são constituídos com eles a partir de uma série de relações estabelecidas entre ambos. Voltarei a esta inquietação algumas páginas a frente, ressalto-a apenas para pontuar que a palavra **decisão** não diz respeito somente a uma ação individualizada do vazanteiro, mas relaciona-se a malhas relacionais de percepção e constituição mútua entre as pessoas e o meio. Voltemos...)

A relação de Jorge com Pedro e Raimundo, seus trabalhadores, é algo que pode ser visto pela lógica contratual, mas outras implicações estão pautadas nela, sobretudo

---

<sup>50</sup> Quando deixei a boa Esperança, no final de setembro, James e sua esposa Natália estavam trabalhando juntos na construção de uma nova residência para ambos.

<sup>51</sup> A casa de dona Dalvina, como apresentei no capítulo um, localiza-se na região dos motéis. No capítulo 2, apresento as territorialidades agenciadas na avenida a partir da relação “Motéis” e “Olarias”.

na sua relação com meu primo, tendo em vista o parentesco entre Pedro e tia Claudilene, o que fazia da interação entre ele e Jorge algo extremamente mais próximo – e espirituoso – do que a relação entre este e Raimundo. Tal fato levava algumas pessoas a dizerem que “o Pedim é o filho mais novo do Jorge”. No caso da vazante de seu Valdir, James, Carlos e Edu reconheciam no pai uma autoridade relativamente incontestada no que diz respeito à lida com a terra, mas, em alguns casos, executavam certas atividades – como o plantio de certo legume em determinado lugar na vazante ou colher primeiro esta e não aquela espécie de vegetal em um dia de trabalho qualquer – conforme achavam mais coerente, a despeito das indicações do pai. “Eles até que me obedecem, Lucas, mas gostam de teimar comigo que é uma beleza!”.

Um dos três filhos de seu Valdir, o Edu – que, diferente dos outros dois irmãos, é casado – possui a própria vazante, além de trabalhar alguns dias na semana com o pai. Seu Valdir, contudo, não lhe paga diária: a relação não é pautada na troca de dinheiro por trabalho, mas de *serviço* por *serviço*. Se Edu trabalha na vazante do pai e dos irmãos – que, em alguma medida, também é sua –, estes ajudam-no em algumas tarefas na sua vazante. Assim, além da *empeleita* e das *diárias*, há ainda outro sistema de trabalho nas vazantes: a *troca de serviços* ou, como é mais comumente chamada, a *troca de diárias*. Este sistema requer que as partes trocantes estejam no mesmo lugar hierárquico na organização do trabalho nas vazantes, ou seja, ambos devem ser vazanteiros a fim de que, revezadamente, um possa *dar uma trabalhada* nas terras do outro e vice-versa.

Tematizar a vazante como um *lugar de trabalho* e como *fonte de renda* para vazanteiros e trabalhadores não “exclui” ou “está aquém” ou “inviabiliza” outras formas de se captar e se perceber este espaço, pelo contrário. Ao falar de como o trabalho é experienciado por Jorge, Valdir, James, Carlos, Edu, Pedro e Raimundo procuro destacar como, entre outras coisas, noções de “cidadão”, “pessoas honestas” e, sobretudo, “trabalhador” – em sentido lato – são gestadas a partir das relações entre estes homens e as vazantes. Estas atuam, entre outras coisas, enquanto importantes catalisadoras do valor moral *trabalho*. Em diálogo com estas considerações, parto para pensar o processo de *aquisição de pedaços de terra* para trabalho e morada na Boa Esperança, pontuando que se, por um lado, os *terrenos* podem ser vistos como *recursos* com relação aos quais se deve *lutar, comprar* ou *pagar renda* para se ter acesso, por outro eles também podem ser percebidos enquanto lugares em um processo contínuo de habitação, iniciado – não raro – com a construção de um *barraco* que, futuramente, dará origem à *casa*.

### 3.2. Sobre antigos posseiros e lutas pela terra

Desculpe, falei de seu Valdir sem sequer apresentá-lo. Farei isso agora, bem mais rápido do que eu gostaria e do que seu Valdir – com toda certeza – merece, pois dialogarei mais com os processos de habitação na Boa Esperança pela família deste homem, do que da sua trajetória em si. Confesso que a etnografia trazida aqui também dialoga com outros vazanteiros com quem conversei nas Olarias – Luizinho, Gonçalves, Mamede, Filho e João – e procurarei trazê-los citados no texto à medida que retomar diretamente algumas das nossas conversas -, contudo, sinto-me mais seguro para dialogar com as trajetórias de Jorge e Valdir, primeiro, por conta da maior proximidade que estabeleci com ambos, depois, por considerar paradigmáticas as trajetórias dos dois a fim de pensarmos os processos de acesso a terra e, por sua vez, habitação na avenida a partir de diferentes contextos geracionais.

Seu Valdir, 68 anos, nasceu e casou-se com uma sobrinha de seu Dotô no povoado de Laranjeiras, zona rural de Timon- MA. Ele chegou a Teresina no início da década de 1970 e, graças às relações de parentesco e compadrio que possuía com seu Dotô – de quem falei na introdução, conseguiu arrendar um pedaço de terra para cultivar. Ele iniciou-se no trabalho agrícola ainda na infância, nas roças de seu pai, que, segundo ele, “não queria saber que os filhos estudassem, [queria que] só trabalhassem”. Em Timon, Valdir trabalhava arrendado para um grande proprietário de terra local conhecido como coronel \*\*\*<sup>52</sup>, a quem pagava renda anualmente. Contudo, outra figura de grande poder na região, governador \*\*\*, também reivindicava a posse da terra para si. O lavrador se viu, então, no meio de uma disputa de terra entre “os grandes”, o que lhe gerou consequências nefastas: fora expulso do seu lugar de moradia e trabalho por jagunços armados a mando de coronel \*\*\*.

O desterramento forçado de seu Valdir, portanto, levou-o a migrar para Teresina, amparando-se nas relações de amizade e parentesco que tanto ele quanto sua esposa, Maria, possuíam com a família de seu Dotô. Essas redes de solidariedade entre pessoas já emigradas para a capital e seus amigos ainda residentes na terra natal, mas movidos por diversos fatores a partirem dali em busca de melhores condições de vida, dá a tônica

---

<sup>52</sup> Não sei se estas pessoas eram oficialmente portadoras das patentes que seu Valdir lhes atribui, tendo em vista as múltiplas dimensões do coronelismo no sertão nordestino, porém apresento estas categorias da maneira como escutei. Por segurança de seu Valdir, optei por não identificar os nomes.

dos processos migratórios de boa parte das famílias residentes na Boa Esperança, ocorridos majoritariamente na década de 1960. Ao chegar a Teresina, portanto, nem a agricultura, nem o sistema de arrendamento de terras – conforme falarei adiante – eram alheios às experiências de seu Valdir e sua família que, inclusive antes de se mudarem para Teresina, já cultivavam as vazantes do Parnaíba em território piauiense. Seu processo de habitação na Boa Esperança começou com o cultivo de legumes.

Utilizo-me da ideia de habitar, proposta por Ingold (1996), para discorrer a respeito destes processos envolvendo a família de seu Valdir e de outros vazanteiros com quem dialogarei. Esta inspiração procura evitar a noção de que os humanos se movimentam em um “mundo natural dado” sobre o qual “padrões culturais” são impressos a partir da mente humana. Tal perspectiva desconecta os seres humanos da rede de relações que estabelecemos com o mundo, uma vez que este “mundo”, enquanto constructo cultural, estaria dentro das mentes individuais e coletivas, ao passo que “lá fora” estaria a realidade objetivamente dada, o “mundo empírico”. Adotando um caminho oposto a esse, Tim Ingold elabora a noção de *dweeling perspective* ou “perspectiva habitante”, através da qual o mundo torna-se um ambiente para os humanos que com ele interagem a partir de processos de habitação – e não de construção. Dizer isto não significa negar que nós, humanos, construímos coisas no universo que nos rodeia, pois, nas palavras do autor:

Nós, de fato, construímos desenhos e os impomos sobre o mundo. Minha consideração, entretanto, é que a *construção está contida na habitação, mais do que o contrário*. Em outras palavras, longe de habitarmos em mundos construídos, nós construímos nos mundos em que habitamos. (INGOLD, 1996: 95)<sup>53</sup>.

É neste sentido que os processos de habitação são, em última instância, engendrados por uma série de engajamentos dos organismos – humanos e não-humanos – com o ambiente. Nestes engajamentos, as construções são apenas momentos de um perene processo de habitação através do qual as pessoas e seus ambientes são constituídos reciprocamente: não há uma proeminência do humano sobre o meio e tampouco o contrário, mas, isto sim, uma rede de correlações mútuas. As considerações de Ingold (1996, 2002) com a sua “perspectiva habitante”, lembram-me das reflexões de Bispo (2015) a respeito dos processos de *biointeração* envolvendo as relações entre sua comunidade e os territórios de vida e morada que os constituem. Ao falar da pesca, da

---

<sup>53</sup> “We do indeed construct designs and impose them upon the world. My contention, however, is that *building is encompassed within dwelling rather than vice versa*. In other words, far from dwelling within a built world, we build within a dwelt-in world” (INGOLD, 1996:95).

produção de farinha e do cultivo de legumes na roça, Bispo (2015) apresenta um mundo inteiramente dotado de agência, onde tudo é vivo e potencialmente engendrador de conexões com os ambientes que lhe constitui e, ao mesmo tempo, é constituído por eles. Em diálogo com as pessoas, é preciso considerar as águas, a terra, as pedras, os vegetais e uma multiplicidade de outros seres – coisa que o Tim Ingold chama de humanos e não humanos. Tudo isso compõe uma paisagem viva por excelência e é neste sentido que agir no mundo é, inevitavelmente, *biointeragir*. Assim, se habitar é uma relação entre organismos e ambientes através da qual ambos vão se compondo, o conceito de biointeração (BISPO, 2015) diz respeito a estes mesmos movimentos. Quando pontuo que o processo de habitação e, portanto, biointeração empreendido por seu Valdir e sua família na Boa Esperança teve início nos agenciamentos para conseguir um pedaço de terra e, posteriormente, cultivar sua vazante, afirmo que, a partir disso, não só o *lugar* passa a ser constituído enquanto tal, mas também as pessoas que com ele interagem no curso destas dinâmicas. Nos próximos tópicos deste capítulo, estas considerações tomarão corpo por meio da etnografia dos plantios nas vazantes, especificamente.

Seu Valdir arrendou as terras de seu Dotô, que por sua vez, tinha-as arrendado de Primo Vaz. Até a década de 1980, boa parte das terras da Zona norte de Teresina, e aqui falo especificamente da região da Boa Esperança, eram de propriedade de grandes posseiros, como dona Apolônia e Primo Vaz. O uso dessas terras estava mediado pelo pagamento de uma renda anual em dinheiro – quando os arrendatários eram vazanteiros – ou em tijolos – quando as famílias residentes no lugar dedicavam-se ao ofício oleiro.

- O primo Vaz era posseiro<sup>54</sup> que nem nós. Ele não tinha documento de nada não...
- Ele ainda é vivo?
- Ih... É não! Mas tem uma filha dele que mora ali no Poti Velho.
- Ah...

E depois dessas conversas com seu Valdir eu ficava pensando a respeito desse posseiro antigo, de quem todo mundo sabia alguma coisa... Mas as conversas eram sempre vagas... Talvez porque Primo Vaz e todos os seus encarregados fossem uma presença pontual: a cobrança da renda. Ou não...

---

<sup>54</sup> Pessoa que tem a posse da propriedade, mas nenhum documento que comprove isto.



- Quem era Primo Vaz dona Maria<sup>55</sup>?
- Ele era dono dessas terras aqui, antigamente. Meu compadre, ele... Padrinho do Filho. Eita, mais ele gostava muito do Dotô! O Dotô só foi dono dessas vazantes todas porque ele arrendou e deu muita terra para ele... Primo Vaz gostava demais da gente...
- O seu Doutor pagava renda para ele?
- Pagava, mas teve um tempo que ele não quis mais receber nossa renda não, deixou por conta... Ele tinha terra demais, Lucas! Isso daqui não fazia nem falta!
- E a senhora lembra quando o seu Doutor deixou de pagar renda?
- Lembro não... Mas foi... Lembro não... Essa cabeça da gente...

Insistindo com seu Valdir, tive acesso a mais nuances da relação entre os vazanteiros e Primo Vaz e fiz questão de perguntar-lhe quando e como ele deixou de pagar renda:

- Eu acho que foi lá por... Mil novecentos e oitenta... oitenta e alguma coisa! Foi assim: eu cheguei pro Dotô e disse: “rapaz, esse negócio de a gente pagar renda pra esse homem não está certo não, ele é posseiro que nem a gente... Se for pra gente pagar renda, ele tem que dá para nós o recibo... o... o comprovante!”. “Ele dá algum comprovante?”, eu perguntei. “Dá não”. Então eu não vou mais pagar esse negócio não, falei. E os outros chegavam para mim e me perguntavam se eu tinha pagado e eu dizia que não... E outras pessoas, antes de mim, já tinham deixado de pagar falando que ia deixar de pagar porque não recebia o comprovante... Aí a gente foi deixando, deixando... Até que ninguém pagou mais.

Primo Vaz era posseiro amplamente conhecido na região e o seu poderio sobre algumas porções de terra da zona norte foi alvo de questões envolvendo antigos oleiros da Boa Esperança e o poder público Municipal, conforme aponta Portela (2005):

Durante 20 anos, o senhor Primo Vaz da Costa reivindicou a posse da terra e cobrava em até 20% do total do valor da produção para que os trabalhadores pudessem usufruir a área. Só no final da década de 80 (26 de maio de 1987),

---

<sup>55</sup> 82 anos. Agora está aposentada, mas quando era jovem trabalhava nas vazantes. É mãe de Jorge e viúva de seu Dotô.

após longa batalha judicial, a Prefeitura Municipal pôde anexar ao patrimônio público **esse pedaço de chão tão cobiçado por muitos** <sup>56</sup>(PMT, 1988 c). (PORTELA, 2005: 67)

Nesse meio tempo – paralelo às vazantes – o trabalho nas olarias crescia a passos largos na cidade de Teresina, amplamente influenciado pela crescente demanda da construção civil. Tal fato atraiu para a zona norte – sobretudo para os bairros Olarias, São Joaquim e Poti Velho, pessoas de maior poder aquisitivo – médicos, advogados, engenheiros, etc., – que se estabeleceram no lugar como donos de olarias. E, ainda na década de 1970, criaram a Associação dos Oleiros Autônomos de Teresina (ASSOUTER). Este órgão destinava-se a defender os interesses desses homens ricos, sem qualquer preocupação com a garantia de direitos trabalhistas e condições de trabalho minimamente saudáveis aos/às oleiros/as moradores da região. Em 1984, a ASSOUTER pleiteou e conseguiu junto a Prefeitura Municipal de Teresina o direito de, literalmente, explorar a área por 15 anos, “sob a condição de ser arrecadado para o poder público municipal o valor correspondente a 5% da produção. O órgão responsável pela fiscalização e arrecadação seria a Central de Produtos Oleiros Ltda, criada com recursos oriundos do IAF [International American Foundation]” (PORTELA, 2005).

Desta forma, como também conta a antropóloga Pessoa (1992), o contrato de arrendamento, antes feito com o Primo Vaz da Costa, passa ao poder público que, com os impostos arrecadados, deveria criar uma Central de Produtos Oleiros Ltda, o que nunca ocorreu. O conjunto destas violências perpetradas tanto pelos donos de olaria quanto pelo Estado contra as populações oleiras da zona norte levou alguns moradores da região a se organizarem politicamente contra arrendatários que, a partir de 1984, haviam recebido licença da prefeitura para explorar a área utilizando-se larga e cruelmente da mão de obra local. Esta luta, contou com a articulação fundamental da Secretaria Municipal de Trabalho, Cidadania e Assistência Social (hoje, SEMTCAS, antiga SEMTAC) e de um padre que, à época, fazia missão na região: Eduardo. As famílias dos oleiros pautavam a criação de uma cooperativa de produção e comercialização de tijolos e telhas, além da expulsão dos antigos e poderosos donos de olarias. Analisando o contexto, Pessoa (1992) pontua o importante papel da comunidade nestas reivindicações, sobretudo, das mulheres:

Examinando o cotidiano, vê-se que esta [a comunidade] teve um papel de resistência (9), pois, no dia a dia, convivia com os arrendatários através do trabalho do qual dependiam para viver. E não eram poucas as ameaças e

---

<sup>56</sup> A partir da perspectiva dos moradores, trabalharei no capítulo 4 a ideia da “cobiça” ou, melhor, do porquê de as terras da zona norte serem tão cobiçadas.

pressões que recebia deles para abandonar este empreendimento. Dona Delvita – presidente da Associação [de Oleiros] - não se intimidou diante das ameaças, inclusive de morte, porque tinha, na esperança de um **trabalho livre**, a sua força, que não lhe deixava fracassar.

Falando de dona Delvita, a antropóloga ressalta a numerosa presença das mulheres da região no agenciamento destas lutas pelo direito de trabalharem de forma *livre e autônoma* nas olarias do lugar. Foram elas que, majoritariamente, organizaram-se em manifestação na porta do Tribunal de Justiça quando a anulação do contrato da ASSOUTER com a Prefeitura Municipal de Teresina estava sendo votada, até que:

Em junho de 1987, a Justiça concede liminar de emissão de posse à Prefeitura de Teresina. Com a liminar, praticamente o contrato com os arrendatários é suspenso, e o direito dos oleiros trabalharem na área fica vinculado à Prefeitura Municipal. Através da Cooperativa, instituída legalmente em maio deste mesmo ano, a prefeitura estabelece a divisão de 53 hectares entre dez grupos composto de 4 famílias cada um. (PESSOA, 1992: 21)

Este processo de lutas pelo direito às olarias da Zona Norte por parte dos “verdadeiros oleiros” (PORTELA, 2005); e das concessões realizadas pelo poder público municipal aos moradores da Boa Esperança também foi contado a mim e à professora Dione Moraes pela então presidente da Cooperativa de Artesanato do Poti Velho, a artesã (e ex-oleira) Raimunda Teixeira da Silva - Raimundinha - quando trabalhávamos com as artesãs deste bairro:

Eu não sei exclusivamente, agora, a data, mas foi no governo do finado [Raimundo] Wall Ferraz<sup>57</sup> que houve essa mudança de... Ele achou que, naquele momento, quem deveria, quem precisava das terras eram os oleiros que arrendavam, né? Para poder estar ganhando em cima deles [dos oleiros]. Então, a partir daquela hora, o que é que ele fez? Esse terreno foi dividido e foi doado. As pessoas, os arrendatários que tinham o seu terreno, ficavam. Mas o outro que sobrou, ele dividiu com os oleiros que queriam botar a sua própria olaria para tirar o seu próprio sustento, entendeu? E daí... Esses oleiros já moravam todos, aqui, no Poti, Mafrense, alí, Boa Esperança, boa parte deles mesmo era, daí, Boa Esperança, Alto Alegre... (Fala da artesã Raimunda Teixeira da Silva *apud* MORAES, 2013: 108)<sup>58</sup>

E quanto aos vazanteiros, o que dizem deste processo? Como ficou evidente diante desta breve digressão, para falar do Primo Vaz e de outros antigos posseiros, embasei-me nos trabalhos de diferentes pesquisadoras ligadas a Universidade Federal do Piauí e nas análises e vivências da artesã Raimunda Teixeira. Ao conversar com seu

<sup>57</sup> “Raimundo Wall Ferraz foi prefeito da cidade de Teresina em três mandatos: de 1975 a 1979; de 1986 a 1989, e de 1993 a 1996” (MORAES, 2013: 108).

<sup>58</sup> Para quem quiser saber mais a respeito da experiência oleira na zona norte de Teresina, recomendo enfaticamente os trabalhos de Pessoa (1992), Portela (2005), Pereira (2014), Moraes (2013) e Monte (2016) e Silva e Scabello (2013), sendo as pesquisas das três últimas pesquisadoras com ênfase no artesanato cerâmico.

Valdir e outros vazanteiros a respeito destes engajamentos, suas respostas eram esparsas, algo como: “um dia deixamos de pagar” ou “foi deixando, foi deixando e ninguém mais pagou renda”. Depois de ter lido a dissertação de Pessoa (1992), indaguei a Jorge sobre dona Delvita, ele respondeu-me com “ah, sim, a dona Delvita!” e começou-me a falar dos engajamentos políticos desta moradora na região.

Posso estar errado e talvez – por questões de tempo, inclusive – o campo não me tenha proporcionado acesso às questões abordadas anteriormente, mas desconfio que o pouco conhecimento de meus/minhas interlocutores/as com relação ao caso Primo Vaz/Arrendatários/ Prefeitura tenha a ver com o seguinte: sem contar dona Maria, todas as outras pessoas com quem conversei a respeito disso eram homens e, conforme apontado por Pessoa (1992) e pela resposta de Jorge após eu perguntar-lhe sobre dona Delvita, as lutas pelo direito à terra nas/das olarias foram agenciadas majoritariamente por mulheres – o que também observo hoje nos movimentos de resistência e (re) ações dos/as moradores/as ao Projeto Lagoas do Norte – e, nas Olarias, a maioria das minhas interações foram com homens vazanteiros, é bom ressaltar. Exceto Raimundinha – entrevistada em janeiro de 2013 – e seu Valdir, que trabalhara como oleiro, não conversei com nenhum outro (ex) oleiro desta época (anos 1970-1980). Suspeito, com base ainda em algumas conversas com seu Valdir, que o fim das relações de arrendamento tenha sido reivindicado, majoritariamente, por mulheres oleiras, não por homens vazanteiros, que, de forma inevitável, acabaram beneficiados – também – pelas lutas travadas com maior afinco por suas vizinhas, uma vez que o domínio de Primo Vaz incluía terras de vazantes e de olarias.

Tanto seu Valdir quanto seu Dotô iniciaram o processo de habitação na Boa Esperança em um momento no qual o acesso a terra dava-se a partir das negociações com o antigo *posseiro* Primo Vaz da Costa – e, aqui, a terra pode ser vista enquanto *recurso*, mas não somente. No caso de seu Valdir, a habitação começou bem antes da construção da moradia e teve início com o cultivo nas vazantes, com a família ainda residindo em Laranjeiras, interior do município de Timon, Maranhão. Seu Dotô veio para o zona norte antes do compadre, a pedido de um encarregado de Primo Vaz. O agricultor ainda não possuía cultivo na região e a primeira ação da família foi a construção de um *barraco* que depois veio a tornar-se uma *casa*, ainda um pouco distante do que hoje é a avenida. Estas formas de habitar e de acessar a terra não são as únicas, pois cada vazanteiro possui histórias e entrelaçamentos particulares entre os próprios corpos e as vazantes em que habitam a depender dos contextos geracionais.

- E esse seu pedaço de vazante, tio, como foi que o senhor conseguiu? – perguntei a Jorge.
- Esse daqui foi o papai quem me deu.
- E todos os filhos ganharam?
- Assim... Quem quis, ganhou. Principalmente quem já trabalhava junto com ele... Eu, o Filho e o Luis Carlos. Desde seis anos de idade que eu labuto nessa vazante mais o papai...
- Seis anos de idade?
- Era, só que eu fazia os trabalhozinhos mais leves, aguar as sementes, jogar as sementes nas covas, essas coisas...[Jorge interrompe a fala, pensativo] Teve um dia que o papai trouxe o Wanderson, pequenininho, aqui para a vazante... Ele colocou um chapéu nele e deu uma enxadinha com o cabo menor... Quando a gente subiu para avenida ia passando um homem e ele achou o Wanderson tão engraçado vestido de vazanteiro que deu até um real para o menino... [sorrindo] Eu ri demais...
- [também sorrindo] Foi mesmo? Com seu Dotô não tinha brincadeira não, todo mundo trabalhava mesmo! [mais risos] Agora, tio, então quer dizer que, dos filhos do seu Dotô, os que quiseram vazante, ganharam? Porque o Antônio não ganhou?
- O Antônio nunca foi tão ligado nesse negócio de vazante como eu e os meninos... E nessa época, ele já estava trabalhando na polícia.
- Ah, entendi...
- O papai, não tinha coisa com ele não! Se ele visse que a pessoa queria mesmo trabalhar, ele dava um pedaço de vazante pra pessoa... Sabe ali a dona Raimunda, que mora perto da vazante do seu Mamede?
- Sei.
- O marido dela, que já faleceu, era trabalhador do papai, o papai confiava muito nele. Às vezes, era ele quem tomava de conta aqui quando o papai estava ocupado com outras coisas... Um dia o papai perguntou se ele não queria um pedaço de terra para ele trabalhar por conta própria... Nessa época, o João ainda morava no Maranhão e, aí, ele aceitou e veio para cá com a família...
- Ah... Então aquelas terras, ali, da vazante da dona Raimunda também eram do seu Dotô?

– Eram.

No caso de Jorge – tomando como base, ainda, a experiência de seu pai, mas também de seu Valdir e seus filhos – entendo que as terras são uma espécie de patrimônio da família, cabendo ao pai, não raro, a decisão de como, quando e para quem doar determinados pedaços, inclusive, para não parentes e ou compadres. Aqui, a vazante é percebida enquanto *bem* ou *recurso*. Adotando-se esta perspectiva, portanto, a transmissão das terras pode seguir a lógica da herança familiar – como no caso de Jorge e seus irmãos (Filho e Luiz Carlos, donos das vazantes adjacentes a de Jorge); e de Edu e Luizinho, filhos de seu Valdir que receberam pedaços de sua vazante após casarem. Muito embora Edu tenha me contado que não recebera pedaço de terra nenhum: a vazante cultivada por ele na coroa do Parnaíba fora *tomada* do pai, não houve doação.

– Tomada?- Eu perguntei.

– [Rindo] Foi! Fui eu que tomei do pai.

– Como assim?

– Eu cheguei para o pai e disse assim: “ei, pai, eu vou ficar com aquele pedaço de vazante bem ali”. Aí eu cheguei, rocei e comecei a plantar...

– E o quê que seu Valdir disse?

– Ele não disse nada não, só fez deixar. Ele não se importa não, porque aqui a gente trabalha todo mundo junto.

Além dessa transmissão de pai para filho, que pode ocorrer por iniciativa do pai – como no caso do seu Doutor – ou dos próprios filhos – como na experiência de Edu com seu Valdir, as terras nas vazantes também podem ser “vendidas”, embora esta não seja uma prática recorrente. Uso “vendida” entre aspas porque não se pode vender uma terra que não é “propriedade”, conforme falou seu Valdir: “essas terras não são nossas e nem são da prefeitura, elas são da união e foram cedidas a nós”. Seu Mamede<sup>59</sup>, outro

---

<sup>59</sup>Mamede, 68 anos, mora no bairro Poti Velho trabalha nas vazantes do bairro Olarias desde janeiro de 1991 e é natural do município de Oeiras-PI, onde plantava roça com seu pai e irmãos. Ele contou que veio para Teresina depois de uma safra malsucedida, em 1971. Segundo Mamede, plantar uma roça é como jogar na loteria, pode dar certo e pode não dar e quando se vive unicamente da agricultura, o resultado colheita pode ter resultados nefastos. Após a desilusão de perder quase tudo, Mamede veio para a capital piauiense para trabalhar na cerâmica Carajás. Ele casou no ano de 1977 com uma “filha do [bairro] poti” e tem com ela seis filhos, quatro homens e duas mulheres. Destes somente um, o segundo mais velho, trabalha com ele na vazante, mas possui também outro emprego (zelador no campus da Universidade Federal do Piauí). Em janeiro de 2017, quando estava finalizando esta dissertação, seu

vazanteiro, também me explicou que “essas terras da beira do rio são da União e a União permite que a gente more e trabalhe aqui. Tem lá esse documento na Associação”. Contudo, apesar de serem áreas de uso coletivo e de posse da União, as vazantes não são espaços públicos aos quais o acesso de todos é livre e irrestrito. Elas têm “donos” e é para esses donos que se deve pedir permissão sempre que se queira adentrar nas plantações e nas lagoas dos baixões. Pessoas estranhas são olhadas com suspeição e certa agressividade, tendo em vista o perigo real de a produção ser saqueada “ainda no pé” – conforme referi no capítulo anterior.

A *posse* de uma vazante – e também de uma residência na Boa Esperança - não se efetiva, então, através de “documentos”, mesmo com a maioria de moradores e moradoras da Avenida recebendo regularmente contas de água, de energia elétrica e recibos para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Neste cenário, portanto, o que se “vende” não é a “terra” em si – tomada enquanto *bem/recurso/mercadoria* – mas o direito de *usufruí-la*, ou seja, a permissão para se cultivar legumes e ou construir moradias. Falando de vazantes, especificamente, retomo que a *posse* destas porções de terra dá-se por uma forma bastante particular de habitar: o *trabalho*, ou seja, as práticas de cultivo. “Aqui, o nosso documento é o trabalho” (Fala do Jorge), pois a vazante é de quem trabalha nela. Ponto. Somente a partir das íntimas relações entre vazanteiros e *beira do rio* é que esta se faz *terra* e, conseqüentemente, *vazante de* alguém, tanto diante de outros vazanteiros quanto perante o Estado – sobretudo em tempos de Projeto Lagoas do Norte.

Por meio do *trabalho* – para utilizar o termo apresentado a mim pelos agricultores com quem convivi – vazantes e vazanteiros vão se constituindo. Nestes processos de co-produção mútua, humanos e não-humanos parecem se imbricar: a mim era impossível andar pela beira do rio e aprender sobre os cultivos com Jorge sem que, atrelado aos plantios, houvesse o nome de um vazanteiro ou vazanteira. Isto não se trata apenas de uma questão de *posse*: Jorge apresentava-me às vazantes falando “aqui é seu Valdir”, “ali é o Filho”, “acolá é o Mamede”. Fazendo isso, mostrava-me ser inevitável ensinar sobre os lugares sem conectá-los com as pessoas que estão habitando neles e com eles (Figura 4).

RIO PARNAÍBA						
Vegetação Ciliar						
Vazante Gonçalinho	Vazante seu Valdir	Vazante Filho Brito	Vazante Jorge Brito	Vazante Luiz Carlos Brito	Vazante de dona Raimunda (João)	Vazante seu Mamede
Casas						
AVENIDA BOA ESPERANÇA						

**Figura 4-** A avenida e as casas ficam ao leste das vazantes, o rio Parnaíba, a oeste. Este quadro também especifica os vazanteiros com quem tive contato nas Olarias.

No próximo tópico, procurarei dar outros contornos etnográficos aos processos de habitação (e co-habitação) nas vazantes, enfatizando as relações entre pessoas, terra, legumes e outros seres.

### 3.3. Co-habitando nas vazantes: sobre “vegetação nativa”, terras e dragas

Agosto. Cheguei à casa de dona Dalvina por volta das duas horas. Havia marcado uma entrevista com Francisco (Chico) – irmão de Lúcia e participante do movimento Boa Esperança Resiste – para as 15h30, mas ele já havia avisado para Miúda que iria se atrasar. Tirei os chinelos e fiquei na sala conversando e assistindo a transmissão de uma missa com dona Dalvina... Ela semi-deitada na sua rede, balançando-se vagarosamente com um dos pés a fazer apoio no chão... Às vezes tinha dificuldade de ouvir a televisão, então pegava o controle e aumentava o volume para escutar melhor o padre. Ficava atenta, parecia ouvir com o corpo inteiro... Mas vez por outra se cansava e voltava a descansar as costas – agora totalmente deitadas. Fazendo isso, inclinou a cabeça para onde eu estava – uma cadeira de espaguete ao lado da porta da sala, atrás da rede e – atenta às minhas reações, começou a falar.



– Hoje de manhã eu fui colocar comida para as cabras, me abaixei e fiquei tontinha, meu irmão! Tua acredita?

– Foi mesmo dona Dalvina? Eu não acredito não... Nossa Senhora...

Miúda, que estava na cozinha, vem chegando à sala:

– É porque ela tem labirintite... Rum! Essa dona Dalva é teimosa demais! Não tira o sentido desses bichos dela um minuto! Tem café ali, Lucas.

– [Dona Dalvina, sem prestar atenção ao que sua filha falara] Miúda, cadê o Arnaldo? Ele tem que botar de comer para essas cabras. [gritando para dentro da casa] Arnaldo! Arnaldo, tu já botou o de comer das cabras?

– Ah, eu aceito o café, sim, Miúda – respondi

– Tá lá na cozinha, a garrafa, em cima do balcão.

Fui entrando e encontrei-me com Arnaldo vestido de calça comprida, camisas de manga longa, botinas de plástico e chapelão de palha.

– Vai pra vazante, bicho?

– Vou só aguardar umas mudas que plantei ali, quer ir?

– Quero

Em cima da máquina de lavar, na varanda do quintal, tinha um chapéu. Perguntei se podia usar. “Claro, pega aí”. Peguei e, rapidíssimo, tomamos uma xícara de café antes de seguir para a beira do rio. Atravessamos o baixão, já completamente seco, e em certos lugares por onde caminhávamos até chegarmos no caminho que ladeia o rio, havia algumas cacimbas abertas. Arnaldo contava-me que elas haviam sido feitas por seu pai, não só para tirar água de beber, mas também para facilitar a irrigação dos legumes. Como era verão, estas covas já estavam praticamente sem água e alguns peixinhos teimavam em viver na quase-lama ainda restante. Arnaldo os alimentava com pedaços de caju colhido ali, na hora, enquanto andávamos. Ao lado da vazante de Dona Dalvina e separada desta por uma cerca, fica uma das vazantes de seu Valdir. Ele é um dos poucos vazanteiros com quem conversei que possui vazante nas Olarias, nas coroas e nos Motéis, como é o caso desta ao lado da casa de Arnaldo. As vazantes são geralmente cercadas, o que as separa umas das outras e, também, da beira do rio.

Partindo do quintal de dona Dalvina até o cercado final de seu terreno, caminhamos cerca de duzentos metros. Depois da sua vazante, deparamo-nos com uma diversidade de árvores frutíferas, como cajueiros, mangueiras, cajazeiras (*Spondias mombin*) e algumas carnaúbas (*Copernicia prunifera*) ainda pequenas.

- Essas daí fui eu que plantei... Esse pé de cajá é da época do papai, ainda...
- E esse pé de caju?
- Fui eu também... Tem um bocado...

E íamos caminhando... De repente uma porca com suas crias passa ao nosso lado e Arnaldo pega uma pedra e ameaça atingí-la. Bate o pé no chão, fazendo barulhos também com a boca a fim de espantar a leitoa e seus leitõezinhos.

- Esses bichos acabam com tudo! Nunca vi a pessoa querer criar porco e não fazer chiqueiro... Deixar as leitoas soltas pra irem aí acabando com as vazantes alheias.
- Mas vocês já foram falar com os donos?
- E adianta, por acaso? Adianta nada! Depois, se uma dessas aparece morta ou doente, o povo vem reclamar com a gente...

Entre plantas e porcos, continuamos caminhando, até chegar ao caminho paralelo ao rio. Atravessamos a cerca no espaço entre duas linhas de arame que já estavam meio soltas. Arnaldo trazia consigo um facão e um balde e ao sairmos do terreno de dona Dalvina e chegarmos à estradinha, ladeada por uma ribanceira que dá para o rio, Arnaldo fala:

- Lucas, se tu quiser esperar aí... Eu vou descer aqui no rio, aguardar esses bambus.

Ele, então, foi descendo a ribanceira e – distantes um do outro – continuamos a conversar. Os bambus que ele tinha plantado ainda eram pequeníssimos e estavam dispostos em alguns degraus daquela rampa de terra em direção ao rio. Pensei que ele fosse encher o balde de água e sair caminhando, mas as mudas haviam sido plantadas no barranco... E, da beira do caminho, eu o olhava fazer esse movimento repetitivo de

descer ao leito do Parnaíba e ir subindo, degrau por degrau, aguando... Eu também observava as coroas e a rapidez das águas vermelho-barro do Parnaíba, em quase tudo diferente das correntes do rio Poty, que possuem um tom verde escuro, mais turvas, mais profundas, mais vagarosas... Decidi descer a ribanceira e quase caio, como sempre, mas não caí: com quase dois meses morando na Boa Esperança já estava aprendendo a pisar. Mais do que nunca, lembrei dos ensinamentos do seu Pedro Barros, mestre do boi em que brinco; “eu piso no chão porque eu aprendi a pisar, eu sei!”. No meu caso, esta habilidade ainda estava em processo...

Na beira da água, o som dos pássaros, dos ventos e da correnteza era cortado pelo barulho ensurdecido de uma draga instalada a alguns metros de onde estávamos

- Aquela draga fica perto da casa do seu Luiz... Quando a gente for caminhando aqui, eu vou te mostrar...
- E ela tá muito em cima da margem, rapaz, bem perto mesmo – falei.
- Rapaz, esses dragueiros vão acabar com essa beira de rio aqui...
- Quem são os donos dessas dragas, de onde eles são?
- É tudo gente que tem construtora, essas coisas, aqui em Teresina... O pessoal da construção civil... Eles colocam o motor quase no meio do rio, ali, naquela estrutura que parece uma casinha flutuante, onde você tá vendo... E, aí, os canos puxam a areia do fundo do rio e vão jogando a areia para fora... vão jogando para fora....
- Isso acaba com o rio!
- Estou te dizendo! Vou te levar lá aonde seu Luiz e ele vai te dizer mais coisa.

Subimos a ribanceira e fomos caminhando pela estradinha... Arnaldo ia mostrando-me as árvores, falando um a um o nome das espécies e, de algumas delas, ele me dizia até quem havia plantado, quando não fora ele mesmo o cultivador.

- Olha, tá vendo? Isso daqui é angico preto (*Anadenanthera macrocarpa*(Benth) Brenan).
- E essa daqui, Arnaldo?
- Esse daí é pau d’arco (*Tabebuia serratifolia*)

Todas estas plantas estavam dispostas na beira do rio, compondo, juntamente com as árvores frutíferas, a vegetação ciliar ao Parnaíba... O caminho, inteiro, era ladeado de árvores: angicos brancos (*Anadenanthera colubrina*), mangueiras e alguns jenipapeiros (*Genipa americana*), estes, sobretudo dentro de algumas vazantes. Nós topávamos também com algumas garrafas PET e latas de sardinha...

– Toda vez que eu vejo, eu apanho... Um dia o Chico se juntou com um bucado de menino pra vir catar esse lixo aqui da beira do rio. Infelizmente, nem todo mundo tem a mesma consciência.

(Lembrei de uma vez que Lúcia Sousa me mostrara o texto de um projeto de reciclagem desse material encontrado na beira do rio, cujo público alvo eram as crianças da Boa Esperança. Ela e Novinho (Raimundo Silva) haviam elaborado o documento, mas, por uma série de motivos, a ideia acabara por não sair do papel.)

Ao chegarmos à casa de seu Luiz, o barulho da draga havia aumentado, tendo em vista o fato de o motor estar localizado praticamente em frente à sua residência. Ele tem 68 anos, é negro, assim como quase todas as pessoas com quem interagi na Boa Esperança – é bom ressaltar. Pescador profissional, nasceu no município de Luzilândia, interior do Piauí e chegou em Teresina no final da década de oitenta. Desde então, tem feito *de um tudo*. Além da pesca, trabalha na *diária* e na *empeleita* para os vazanteiros da região, constrói casas e também faz serviços de ajudante de pedreiro. Agora, estava construindo uma nova residência para si e a esposa e me falou dos planos de cultivar uma vazante nesse terreno, mas temia a degradação do solo por conta da crescente proliferação das dragas.

– Olha, essa beira de rio ainda não caiu inteira porque eu tenho plantado muito pé de planta aqui... Eu e mais os vizinhos... Está vendo aquele pau ali?

– Estou.

– Fui eu que plantei. A raiz da planta ajuda a segurar a terra... Olha, se aqui tivesse mais planta, assim, o rio não era quebrador assim não... Porque a terra, quando vem, ela agarra na raiz das plantas e fica... Ela [a planta] segura, mas se começarem a botar mais dragas aí... Porque esbarreirar, o rio esbarreira mesmo, mas...

– O que é esbarreirar, seu Luiz?

– Assim, ta vendo essa ribanceira? Quando a água do rio vem forte, na cheia, ela bate aqui e leva um pedaço dela junto, quando a cheia é grande... Ela quebra e cai para dentro do rio... A ribanceira, quando a água puxa, ela quebra abrindo o barro e caindo para o meio [ do rio]! Porque ela cai também, devido aquele batuque do banzeiro das lanchas... Ela vai abrindo! Isso é normal, quando ela cai desse jeito, é normal, acontece. Agora, quando colocam essas dragas, elas saem chupando a areia aqui de baixo da margem, onde nós estamos pisando e, aí, essa ribanceira, em vez de esbarrear para dentro do rio, ela vai baixando, vai baixando...

– Vai ficando em um nível abaixo do restante da margem, é isso?

– É isso. Ela vai baixando até que cai no rio e leva tudo junto... Viu como é diferente o jeito do rio esbarrear quando é por conta dessas dragas? Repara esse pé de planta aí, olha aí como ele está caindo, ele está descendo... Porque quando a água bate na raiz da planta não tem terra nenhuma para segurar embaixo e ela faz é descer.

– Tão tal que a árvore, quando cai, ela não desce de uma vez, ela fica, tipo assim, boiando – complementou Arnaldo.

– Lá perto da minha casa não tinha madeira não, aquilo tudo lá fui eu que plantei. Tudo, ali, na frente da minha casa fui eu que plantei. Não foi não, Arnaldo, lá na frente da minha casa lá? Fui eu que plantei! Aqui, ó, a ribanceira desceu, quebrou, ta vendo?! Mas aquela taboca (*Bambuseae*) está aguentado lá... E eu ainda vou lá, vou cortar uns quatro talos dessa taboca para meter ali embaixo, para sustentar melhor...

– Quais são as plantas que o senhor já plantou aqui nessa beira de rio?

– Olha de lá do Marcelo [próximo á casa de dona Dalvina] até aqui onde eu estou morando, tudo fomos nós que plantamos. Não foi não, Arnaldo?

– Foi!

– E quais são as plantas, seu Luiz? Tornei a perguntar.

– Aqui, foi Angico Preto, Angico Branco, Gonçalo-Alves (*Astronium fraxinifolium*)... Porque aqui não tinha nada disso, fomos nós que fomos plantando...

– Ah, não tinha?

– Existia não, senhor. Pau d'água (*Dracaena fragrans*), também, nós plantamos... E isso não tinha, porque lá no [terreno] dele [Arnaldo] tem, mas

aqui [onde eu moro] não tinha não... Porque lá tem muito [Pau d'água] encostado no terreno do seu Valdir, aí a planta joga semente... Unha de gato (*Uncaria tomentosa*) não tinha, só começou a ter depois daquele pé de unha de gato que tem, também, no seu Valdir!

– É não tinha mesmo não, ali – Confirmou-me Arnaldo.

– Lá no Maranhão o pessoal está começando a plantar unha-de-gato, também, fazendo tipo uns cercados de unha-de-gato, porque quando elas crescem, dão umas tábuas que são boas...

– Agora, que é triste ver essas dragas acabando com tudo isso... Isso é. – Comentei desapontado, ainda sob o efeito do barulho da draga...

– Olha quantas mil carradas de areia uma draga dessas não puxa por dia? Aí não puxa não é só trinta mil carradas de areia por semana, não! Anda aqui.

Seu Luiz foi, então, mostrar-me onde terminavam os canos instalados no rio. Cortamos caminhos e chegamos até bem próximo da avenida e o que víamos, logo ao lado das hortas comunitárias, era uma imensidão de areia branca.

– Tá vendo? Ela [a draga] chupa a areia e traz todinha para cá... Fica tudo empoçado, tudo cheio de água ao redor, porque ela chupa a areia, mas chupa a água também... Aí tem esse outro cano que joga a água de volta no rio...

– Meu Deus... – falei embasbacado.

– Rapaz, lugar que tem draga assim, é difícil até pra gente plantar coisa na vazante, porque fica tudo enlameado, a terra não absorve a água, os legumes morrem todos...

Voltamos para a casa de seu Luiz e ele ia contando a mim e a Arnaldo suas experiências de pesca e que fora ele quem trouxera todas as capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*) para a Boa Esperança, pois, até antes de ele ter começado a criar uma delas, não havia nenhuma espécie desse animal da região. Arnaldo ria, ria a ponto de lhe saírem águas dos olhos com esta história de seu Luiz. Eu procurava me manter meio sério diante do realismo fantástico deste pescador, pois a mim já bastava Arnaldo a se desmanchar em risos. Contudo, na medida em que ele continuava a falar das capivaras, não consegui me conter e entre gargalhadas soltei um:

– Conversa<sup>60</sup>, seu Luiz!

– Não, rapaz, não é mentira não! Eu estava pescando aqui no Parnaíba, porque minha vida inteira eu sempre pesquei no Parnaíba, e aí eu encontrei uma capivara dessas, pequeninha ainda, e comecei a criar... Criava ela solta aqui... Ela pulava no rio, andava por essas bandas, ia dar as voltas dela e tornava a vir aqui para casa... Com o tempo, ela foi chamando as outras, foi ela quem chamou todas essas capivaras que estão andando por aqui hoje.

Se foi por ação única e exclusiva de seu Luiz e da capivara criada por ele que os outros animais desta espécie fizeram-se presentes na Boa Esperança, eu não sei, mas, de fato, não duvido que eles façam parte deste processo. Afinal de contas, as dinâmicas de habitação no lugar são empreendidas não somente por humanos, mas também por não-humanos, dos quais os legumes e outras plantas são apenas uma parcela. Aproveito, então, para pontuar o quanto e como animais não-humanos, especificamente, interagem e habitam com os vazanteiros e suas vazantes no cotidiano da Avenida.

### 3.4. Na luta com os animais

As capivaras são animais, não raro, incômodos aos vazanteiros e, cada um ao seu modo, vai co-habitando nas vazantes com elas. Andando pela vazante do Jorge, encontrei um espantalho feito de talas de madeira, vestido com um macacão jeans e – fazendo as vezes de cabeça – um capacete velho. Neste dia estava acompanhado seu Raimundo, que roçava o mato ao redor de alguns pés de quiabo ainda pequenos:

– O que é isso, seu Raimundo?

– É pra espantar as capiravas, *siô*<sup>61</sup>!

– Tem muita aqui?

– Ô, demais! Elas acabam com tudo!

– E esse espantalho ajuda?

---

<sup>60</sup> Expressão comum em Teresina para afirmar espanto e incredulidade diante das histórias contadas por outrem.

<sup>61</sup> Variação de “senhor”, muito empregado em linguagem coloquial na região nordeste. É o masculino de “siá”.

– Depois que eu botei ele aqui elas ficaram por menos, mas tem umas que são mais atrevidas do que as outras, sabe, e, aí elas entram, acabam com os legumes...

Enquanto conversava com seu Raimundo, alguns passarinhos amarelos com preto acompanhavam o toque da sua enxada no chão. Perguntei se eram bem-te-vis (*Pitangus sulphuratus*), apesar de achá-los pequenos demais para tanto, ao que ele me disse que “não, são Severinos”. Os Severinos (*Tyrannus Melancholicus*), pequeninos, não se importavam com o sol inclemente da manhã (a mim, pelo menos, muito mais incômodo do que o da tarde). À tarde – por trás das mangueiras plantadas no alto mais próximo ao rio ainda na época em que seu Dotô era vivo - o sol não nos atinge tanto, sobretudo, se já for mais de três horas. Os pés de manga e jenipapo, juntamente com as árvores plantadas mais próximas ao rio, sombreiam quase toda a vazante do Jorge e dos seus irmãos Filho e Luiz Carlos com o correr do tempo após o meio dia... Mas durante a manhã – quando aprendia com seu Raimundo – a lógica é outra, pois o sol está a nascente, ou seja, iluminando da Avenida para o rio, não o contrário. E, assim, a vazante inteira fica sem uma sombra sequer.

– Os Severinos abrem a boca de sede, Lucas, mas não saem do meu pé. Às vezes eu estou aqui quebrando quiabo e não aparece um, mas basta eu bater a enxada no chão que eles começam a chegar.

– Parece que eles gostam do senhor – brinquei sorrindo.

– Eles ficam esperando eu roçar para comer os bichinhos que ficam embaixo do mato.

– Inseto?

– Humrrum. Tem um bucado, *siô*... É gangogi (*Lulus sabulosus cylindroiulus*), aqueles caramujozinho (*Littorina littorea*) também... Tudo eles comem. Dia desses, eu estava roçando aqui com o facão e o corte foi bem na asa de um Anum (*Crotophaga ani*) que estava embaixo do mato e eu não vi... Ô, *siô*, eu fiquei com pena...

– Poxa... Ele morreu? O senhor terminou de matar?

– As penas até voaram, mas eu não terminei de matar não, o facão não pegou muito forte, aí eu deixei ele ali, na sombra daquele pé de planta. Demorou pouco tempo e ele já estava caminhando aqui perto de mim.



Anuns, severinos, pardais (*Passer domesticus*) e rolinhas (*Columbina passerina*) não chegam a ser focos de conflitos e perseguições na vida dos vazanteiros e trabalhadores com quem convivi. Contudo, não posso falar o mesmo dos pombos (*Columba livia*). Repetidas vezes, seu Valdir – cuja vazante fica ao lado do terreno de Filho – reclamou-se para mim destas aves, especificamente.

– A gente tem que tomar um cuidado danado... Eu tive que replantar umas dez covas de feijão semana passada, porque os pombos chegam, vão revirando a terra e comem as sementes todinhas. Quando eu olho assim para a cova, já sei se eles mexeram...

– E olha que aqui, não tem nem tanto pombo, seu Valdir – argumentei –, porque, lá, em Brasília, é pombo que dá uma guerra!

– É, não é?

– É.

– Aqui, tem gente que faz é criar esses bichos. Nunca vi criação mais sem sentido... Só para atrapalhar a gente.

– Ô, rapaz...

– Lucas, eu vou te dizer um negócio: tem gente que não está nem aí para o serviço dos outros. Eu te falei da burra (*Equus africanus asinus*) que entrou aqui anteontem?

– Falou não.

– Eu estava voltando da coroa, aí eu passei aqui [na vazante da margem] para terminar de quebrar uns quiabos... Quando eu vi, de longe, era a burra acabando com tudo, metendo a venta, com gosto, nessas linhas de feijão aí... Me pergunta se eu apanhei pelo menos uma vagem. Me pergunta! Nenhuma, Lucas!!! Nenhuma!!! A burra comeu todas as carreiras de feijão... Rapaz, foi um prejuízo danado... E, eu vendo aquela burra dentro de minha vazante, foi me dando uma raiva, foi me dando um negócio... Já era mais de meio dia. “Espera ainda, vou dá um recado para a dona desse bicho”, pensei. Peguei umas pedras, peguei uns pedaços de pau e comecei a jogar na burra, para espantar. Quando de repente a dona chega esculhambando, dizendo que eu ia matar a burra dela e que ela ia dar parte de mim na delegacia. “Se você quer criar a sua burra, crie, mas crie presa, não deixe ela solta para vir bagunçar dentro de minha vazante não, sua sem vergonha!”. Olha, Lucas, quem me conhece sabe que eu não sou de andar com

esses nomes, mas, naquela hora, me subiu um ódio e, quando a gente faz as coisas, a gente não pode negar que fez. Não é a primeira vez que a burra daquela mulher dá prejuízo em minha vazante e eu quero é que ela vá me denunciar. Eu quero! Porque aí ela perde e ela vai ter que me pagar tudo o que eu gastei para plantar aquele feijão!

Além dos pombos e demais crias dos vizinhos, há ainda outros animais não-humanos com os quais os vazanteiros têm que lidar: as iguanas e os camaleões. Se os rios são fonte de fartura e riqueza, conforme veremos a seguir, ele *traz* consigo, ainda, outros seres, como as próprias capivaras, alguns insetos e estes répteis também. Apesar de alguns bichos adentrarem as vazantes e causarem prejuízos de diversas ordens, são também múltiplas as estratégias de co-habitar em interação com eles/as. Seu Mamede contou-me como faz para lidar com as iguanas e os camaleões:

– Aqui, no alto mais próximo ao rio, eu planto um feijão de menor qualidade, um feijão mais ruim de venda, não sabe? Porque quando os camaleões vêm, eles ficam entretidos com esse feijão aqui de perto da beira e não entram mais para comer do resto.

Com e por meio da ideia de *trabalho* uma série de outras coisas são gestadas nas vazantes. Se o cultivo de legumes é uma importante fonte de renda, as relações entre vazanteiros, terras, bichos e sementes abrem espaço – também – para pensarmos a respeito de uma série de dinâmicas de constituição mútua. Afinal de contas é somente a partir destas relações que vazanteiros e beira de rio se fazem enquanto tal. A relação de seu Luiz, Arnaldo, Raimundo e a família de seu Dotô com a vegetação ciliar – grosso modo, denominada *nativa* por observadores externos como alguns biólogos; ambientalistas; gestores e técnicos da Prefeitura – evidencia o quanto é impossível falar de *biodiversidade* sem considerar a presença humana e o seu papel ativo na constituição do *lugar* e das *paisagens* (HIRSCH, 1995; BASSO, 1996; CARDOSO, 2016; CARDOSO e MODERCIN, 2012), conforme também destacado por Escobar (1999; 2010). Ao dizer isto, não estou pautando que as relações entre estas pessoas e o meio são carregadas de romantismos e conexões sempre equilibradas e positivas, tal qual no

prisma idílico através da qual populações diversas, tidas como *tradicionais*<sup>62</sup>, foram e, em alguma medida, continuam sendo tratadas nas ciências sociais brasileiras. Figurando, assim, como espécies de museus culturais, com uma imposição normativa sobre o que é ou deveria ser a relação das pessoas com o meio (para citarmos a pertinente crítica realizada por Barreto Filho (2001)). Na esteira desta crítica, o autor arremata algo de que falei há pouco, apontando para o lugar de povos indígenas e de diversos outros agrupamentos humanos no processo de constituição de florestas tropicais na Amazônia:

Assim, se hoje há um consenso quanto à importância das florestas tropicais como celeiros de megadiversidade biológica e pilares da regulação do clima no planeta, cada vez mais se reconhece o peso dos fatores socioculturais- diferentes ondas de ocupação humana e presença mais ou menos contínua de grupos humanos em determinados sítios- na conformação atual das áreas silvestres tropicais - ao lado, é claro, dos fatores estritamente naturais, tais como paleoclimatologia, geomorfologia e relevo. **Daí porque, argumentam alguns, se todas as florestas tropicais do planeta foram virtualmente afetadas por padrões culturais de uso humano, ao se decidir que um dado atributo ecológico é digno de proteção, devem se considerar os desejos e as necessidades daqueles que contribuíram para moldar aquela paisagem particular [...]** (BARRETO FILHO, 2001: 146) [grifos feitos por mim]

No caso da vegetação ciliar aos rios Parnaíba e Poti, é inegável a contribuição e a participação de vazanteiros/as, oleiros/as e pescadores/as no processo de constituição destes ambientes, conforme tenho mostrado aqui a partir do cotidiano nas vazantes. Contudo, estas pessoas são sumariamente desconsideradas nas suas relações com o meio quando políticas de “requalificação” urbana e, pasmem, sócio-ambiental são empreendidas pelo poder público municipal via PLN. Procurarei desenvolver isso no próximo capítulo. Retornemos.

Longe de significar uma relação idílica e romântica com o lugar, as experiências de Luiz, Arnaldo, Raimundo e o *pessoal* do seu Dotô conferem mais nuances à ideia de *sossego* acionada por alguns dos/as meus/minhas interlocutores/as no primeiro capítulo, onde o *sossego* na Boa Esperança anda de mãos dadas com uma relação (discursivamente declarada) harmônica entre homens/mulheres e *meio ambiente*. Estas interações são – também – atravessadas por afecções de rivalidade, conflitos, perseguições e violências, não só entre vizinhos; entre vizinhos e noiados/as, mas,

---

<sup>62</sup> Conforme pode-se observar no trabalho de Oliveira (2005), as pesquisas entre ribeirinhos e com vazanteiros, especificamente, inserem-se no rol dos estudos de “populações tradicionais”, conceito amplamente discutido e problematizado nas ciências sociais brasileiras (BALÉE, 1993; BARRETO FILHO, 2006; CUNHA e ALMEIDA, 2009; DIEGUES, 1996; DIEGUES e ARRUDA, 2001; LITTE, 2002; POSEY, 1996; PRADO, 2012).

ainda, entre humanos e não humanos. Constituir-se e constituir ambientes *com* – tal qual apontado também por Virgílio (2014) através da noção de *peleja* em sua etnografia sobre criação de animais no interior no Ceará – envolve uma série de lutas e interações nem de longe passíveis de serem consideradas idílicas e harmoniosas. E essa *peleja*, essa *luta*, esse *trabalho*, da forma como foi captado por mim entre os vazanteiros da Boa Esperança, não passa pela noção de um enfrentamento dos “homens” *versus* a “natureza”, onde os primeiros devem triunfar, vencer, ganhar e, por fim, exercer seu *domínio* (BRANDÃO, 1999) sobre a última: o *trabalho*, antes disso, trata-se de um movimento de percepção a respeito dos modos de habitação empreendidos por outros seres que não só nós humanos. Pelejar, lutar ou trabalhar com eles/as é, portanto, habitar e constituir ambientes em diálogos com outros, inclusive, com a própria terra, como procurarei evidenciar no tópico seguinte.

### **3.5. Terra: quiabos bons e buchudos, altos e baixões**

Das janelas traseiras da casa de Jorge – as dos quartos de Andrea e Wanderson, da cozinha e da sala de jantar – é possível observar praticamente toda a extensão da vazante. Uma imensidão verde que, quem vê por fora e não é da região, diz facilmente: “é mato”, mal sabendo de tudo o que é processado nestas paragens... Boa parte das casas dos vazanteiros localiza-se na Avenida Boa Esperança, com os fundos voltados para o rio, o que permite a quem fica dentro de casa ter uma visão relativamente abrangente de tudo o que se passa na beira do Parnaíba – isso, obviamente, no caso de o quintal não ser murado, como geralmente ocorre nas Olarias. Muito embora, quando saí da Avenida – em setembro – Jorge e tia Claudilene estivessem trabalhando na construção de um muro ao redor da residência, juntamente com a casinha dos cachorros. Lembro que, não raro, a tia chamava Jorge da janela da sala de jantar, passava-lhe recado, fazia-lhe pedidos e, eventualmente, o Pedro gritava-lhe alguma piada que escarnecia da sua condição de vazanteiro: “Jorjããããã!! Esse meu patrão tem quiaaaaaaabo!!!”. Tudo isso, vale notar, é feito aos gritos, pois há certa distância entre a vazante e o fundo das casas, situadas em um nível bem acima do rio. Para se chegar à vazante, como referido, é necessário descer uma ribanceira logo atrás das residências, passar por um pequeno trecho que pode ser entendido como um quintal, – no qual estão árvores frutíferas e, em alguns casos, pequenos chiqueiros para porcos – e, depois, atravessar uma cerca de arame farpado.

A vazante é percebida e, assim, constituída com os vazanteiros como um espaço heterogêneo no que se refere aos tipos, unidades e qualidades de solo. A percepção das diferentes variações da terra está intimamente relacionada com a elaboração de uma geografia física e perceptiva do território da vazante<sup>63</sup>. Neste tópico, procurarei discutir os processos de ordenamento e constituição territorial na vazante, que estão intrinsecamente relacionados com uma percepção cognitiva e sensorial da beira do rio.

Na prática dos/as vazanteiros/as, a beira do rio constitui-se por uma sequência de *altos* e *baixões*. No todo alagável que são as vazantes, os *altos* podem ser considerados elevações não inundáveis, localizados em um nível pouco acima dos *baixões* que – a depender do volume de chuvas – podem passar boa parte do inverno sob as águas. Fato que também os fazem serem nominados de *lagoas*. Se os *baixões* são declives, os *altos* são pequenos morros e a transição entre estes dois espaços é denominada de *lombo*. Logo após a cerca que marca o início das vazantes, tem-se o primeiro *alto*, perfazendo a seguinte sequência até o curso do rio:



**Figura 5** – Desenho gráfico do espaço da vazante

(Utilizo “os/as vazanteiros/as”, expressão genérica e generalizante por captar que ao falar de *altos* e *baixões* estou lidando com categorias amplamente compartilhadas tanto nas Olarias, como nos Motéis)

A depender do período do ano, corre-se um risco real de perder a plantação ao cultivar nos baixões. Quando estive na Boa Esperança em fevereiro, estas áreas estavam alagadas, em virtude das fortes chuvas desta época, o que ocasionou a morte de todos os pés de quiabo/quiabeiros plantados nos *baixões*. Da Avenida Boa Esperança, a imagem era de uma extensa lagoa – o *baixão* – ladeada por vastas plantações. As chuvas de janeiro foram bem mais do que esperavam. De acordo com seu Valdir, Jorge e os outros vazanteiros, já fazia cerca de cinco anos que os baixões não alagavam, o que lhes

<sup>63</sup> Para outros estudos sobre modos de percepção/construção do espaço e formas de produção agrícola, ver Moraes (2000), Costa Filho (2008) e Oliveira (2005), esta última dialogando, especificamente, com vazanteiros do norte de Minas Gerais.

permitia uma boa colheita já nos meses de fevereiro e março. Mas os tempos não são mais os mesmos e certas mudanças no ciclo e nos níveis pluviais já se fazem notáveis:

–As chuvas já não são mais como antigamente... Agora, a gente já não tem muita certeza nas previsões que a gente faz. Esse ano não era para ter enchido desse jeito... E foi um negócio! Choveu uns três dias seguidos... Só pra encher os baixões e, agora, cadê a chuva? Não se vê mais. (Seu Valdir)

No começo de 2016, enquanto estava na Boa Esperança, as chuvas já haviam cessado e, de fato, parece que elas chegaram poucos dias antes de mim e foram embora tão rapidamente quanto vieram. Seu Valdir, Jorge e Filho estavam plantando quiabos e cuidando das mudas recém-plantadas nos altos, tendo em vista o fato de as *lagoas* estarem repletas de água. Nesses momentos iniciais do ciclo de desenvolvimento do legume, a terra e a semente precisam ser aguadas regularmente e é necessário cuidar para não deixar que o mato cresça ao redor do quiabo, pois, até que o legume esteja pronto para a colheita, o que leva pouco mais de três meses, é preciso cerca de três capinas nas terras que lhe ladeiam. Como disse seu Valdir, o capim *sangra* o quiabo. Além das irrigações, o quiabo também precisa do *sereno da noite* para germinar e, se tem muito capim próximo a ele, o sereno não chega ao legume, o quiabo não desenvolve e, em vez disso, *sangra*.

– Rapaz, pra cultivar numa vazante – continuava seu Valdir – é preciso muito zelo. Falando, aqui, da margem, tem gente que tem mais terra do que eu ou até a mesma quantidade, mas não consegue produzir do meu tanto.

– É mesmo, seu Valdir? Por quê?

– Eu não te falei?! Por que não tem zelo! Deixa o capim tomar de conta, demora a roçar do lado do quiabo... Mato é coisa que maltrata o legume, rapaz. A gente não pode deixar vingar não, ainda mais quando os quiabos estão assim, pequenos. Já teve gente que chegou para mim: “Seu Valdir, que quiabo bonito, esse, do senhor, qual é o quiabo que o senhor planta?”. E eu falei: é o “orelha de onça”. Aí a pessoa me pediu umas sementes. Eu dei. Os quiabos dele saíram muito diferentes dos meus, rapaz, e olha que ele estava plantando aqui, na mesma terra, no mesmo lugarzinho em que eu plantei o meu. Para saber plantar, é preciso ter zelo!

Há uma variedade de pelo menos três tipos de quiabo. Conversando com Jorge e seu Valdir cheguei nessas espécies: “orelha de onça”, porque, quando novo, esse quiabo tem uma folhinha redonda “semelhante a orelha de uma onça” (Seu Valdir). Esse tipo de quiabo é também conhecido como “normal” ou “comum”. Entre os comuns, há dois subtipos de quiabo: o orelha de onça” e o tardão (que também é conhecido como *garcinha /galcinha*). As sementes destes quiabos são trocadas entre os vazanteiros e ninguém soube me informar de onde, exatamente, veio essa semente, porém seu Mamede, cultivador do quiabo tardão, disse-me que as conseguiu com um amigo seu, morador da Santa Maria da Codipi, bairro onde também há cultivo de vazantes. Foi o máximo que consegui aprender. Além do orelha de onça e do tardão, é preciso falar do Santa Cruz, quiabo recebido pelos vazanteiros através da Associação dos Vazanteiros<sup>64</sup>.

– O Santa Cruz dá mais ligeiro, ele bota mais rápido, mas também só bota uma vez. Ele dá até duas vezes [duas safras], mas a segunda é ralinha e os quiabos não saem tão bonito. É um quiabo mais sensível, tem gente que planta ele no alto, mas eu só planto ele no baixão, porque como ele já é mais fraco a terra tem que ser boa. Agora, do tardão, esse eu posso plantar em qualquer lugar na vazante que ele cresce grande, a folha dele é diferente... Repare... – (Mais à frente trarei outras nuances a respeito do par *alto/baixão*).

– E ele bota mais vezes do que o Santa Cruz, o tardão?

– Ô! Se não cortar ele fica botando, aí, uma vida inteira!

–Agora, os quiabos dele são mais clarinhos do que o Santa Cruz. Isso, na hora de vender, dá um trabalhazinho.

– Por quê?

– Porque o povo gosta mais é de quiabo mais escuro, com um verde mais escuro. Mas tudo a gente vende.

Diferente do Seu Valdir, Jorge e seus irmãos, que vendem a produção na CEAPI, seu Mamede produz em menor quantidade e vende seus produtos em frutarias e mercearias locais, no mercado do bairro São Joaquim e do centro da cidade. Nestes contextos, a relação entre vendedor e cliente é outra, pois os quiabos são vendidos *no*

<sup>64</sup> Os vazanteiros da Boa Esperança se congregam na Associação dos Vazanteiros, que reúne mais de cinquenta famílias e fora fundada na segunda metade da década de 1980.

*cento* e não *na caixa* ou *no jacá*, como são vendidos os quiabos na CEAPI. Se, por um lado, o cliente compra menos, por outro, há uma maior exigência no que diz respeito ao padrão estético dos quiabos, que não podem ser nem grandes e nem pequenos demais, nem verde-muito-claro-quase-amarelecido e tampouco *buchudo*. Essas exigências também são feitas aos *quiabeiros* que vendem na CEAPI, mas como a quantidade vendida é maior, os quiabos são analisados *só por cima*. Seja como for, em virtude das exigências do comprador, há todo um regime de cuidados com este legume.

– Mas o que é um quiabo buchudo, seu Mamede?

– [Pegando um quiabo e me mostrando] Assim, ó: ta vendo?! Pega aqui, ó: sentiu?!

– Senti.

– Isso é um quiabo buchudo.

Para quem não pôde pegar no quiabo, tentarei explicar em palavras o que aprendi físico-sensorialmente: o *quiabo buchudo*, diferente do *quiabo bom*, possui uma superfície rugosa, pois suas sementes, em vez de ficarem escondidas atrás da casca, fazem questão de mostrar suas anatomias em pequenas protuberâncias. O quiabo buchudo é mais seco que o normal, possui extremidades finas e o seu meio é avantajado, com as carreiras de sementes perceptíveis aos olhos e ao tocar na casca. Para evitar um quiabo buchudo é preciso ter *zelo*, aguar-lo no e pelo tempo certo, capinar ao seu redor, não deixar que o mato o *sangre* e chupe toda a vitamina da terra. Retomo a conversa com seu Valdir.

– É, eu vejo que o senhor e os meninos estão aqui todo dia, capinando o mato antes mesmo de ele pensar em crescer – sorri. E por que o senhor usa a enxada e não o facão para capinar ao redor?

– Tem que ser na enxada mesmo, porque o facão trabalha só por cima e a enxada, além de capinar, remexe a terra, faz a umidade circular de baixo pra cima e de cima para baixo. Porque para o quiabo dar bom, a terra tem que tá úmida.

– E será que hoje chove? Lá para a Santa Maria da Codipi tá *bonito para chover*... Olhe ali o céu, seu Valdir.

– Mas essa chuva não vem pra cá não. Esse inverno está ruim demais, rapaz.



E os dias, em fevereiro, passavam-se assim, ficava *bonito de chuva*<sup>65</sup> em outros lugares da cidade; no centro de Teresina, inclusive, choveu repetidas vezes, mas nem uma gota sequer caía na Boa Esperança. As tardes e manhãs na vazante se revezavam entre as atividades de plantar novas sementes, capinar ao redor dos legumes e olhar para o céu, na esperança de chuvas que não vinham. Perder as plantações por conta disso era um risco real. “Eita, Lucas, desse jeito nós vamos ter que ligar os irrigadores. Esses quiabos não agüentam mais dois dias sem chover, não” (Seu Valdir). E, mesmo no segundo mês do ano, os irrigadores eram ligados tanto na vazante de seu Valdir quanto nas vazantes dos seus vizinhos, Jorge, Filho, Luiz Carlos e Mamede.

### 3.6. Ciclos: inverno, verão, bombas hidráulicas e paisagens genderificadas

O ano se divide em dois grandes períodos: *inverno* e *verão*. O primeiro se caracteriza pela constante recorrência de chuvas e compreende os meses de janeiro a maio/junho. O segundo é dotado de um nível pluviométrico bastante baixo que vai de junho/julho a meados de dezembro<sup>66</sup>. Cada uma dessas épocas implica em comportamentos e práticas distintas de relação com as terras e as sementes por parte dos vazanteiros. Até o início da década de 1990, somente se plantava no inverno. Contudo, após os vazanteiros (alguns poucos) adquirirem bombas de irrigação através da Associação dos Vazanteiros, o plantio é realizado durante todo o ano, inclusive nas épocas mais secas. Quase nenhum vazanteiro, hoje, possui bombas recebidas desta época e, as que possuem atualmente, foram adquiridas com recursos próprios, como é o caso de Luizinho, filho de seu Valdir e ex-oleiro. Ele comprou sua bomba hidráulica e começou a dedicar-se e investir tempo, *trabalho*, e dinheiro, exclusivamente, nas vazantes após receber a indenização da Prefeitura Municipal de Teresina através do Lagoas do Norte<sup>67</sup>. Além dos quiabos, as bombas, canos de irrigação e aspersores são foco cotidiano de atenção desses vazanteiros. Jorge ficava verdadeiramente preocupado

<sup>65</sup> Diferente dos telejornais no sul e sudeste do país, que informam chuva como “mal tempo” ou “tempo ruim”, em Teresina, se está prestes a haver precipitação, diz-se que está “bonito de chuva”.

<sup>66</sup> Vale ressaltar, como pontuou professora Dione Moraes em comunicação pessoal, que a classificação *inverno/ verão* aqui apontada não é universal. Em diferentes lugares do Brasil, os meses correspondentes a cada um desses períodos variam consideravelmente. Destarte, embora essa delimitação vigore em grande parte do nordeste brasileiro, há certas diferenças quanto aos meses de chuva e estiagem no próprio estado do Piauí, caso coloquemos em comparação semi-árido e cerrados, por exemplo.

<sup>67</sup> A produção de tijolos nas olarias da região foi interrompida em 2012 com a execução das intervenções propostas pelo Programa Lagoas do Norte. Trabalhadores e trabalhadoras das olarias receberam indenizações que variaram entre dois e cinco mil reais.

quando sua bomba quebrava, ou quando o sistema de energia elétrica na vazante sofria alguma pane.

- Lucas, tu pode ir lá na ENGECOP [Engenharia Comércio e Representações Ltda] comprar um disjuntor trifásico?
- Posso, mas... Disjuntor trifásico... Como é isso?
- Vem aqui.

Estávamos na vazante e Jorge levou-me até o poste de energia elétrica onde a bomba hidráulica – localizada bem na beira do rio para puxar água – é conectada.

- É isso aqui, ta vendo?
- Estou. Disjuntor trifásico. Vou gravar no celular [pegando o celular e ligando o gravador de voz]: disjuntor trifásico.
- Isso.
- E o problema da bomba, tio, o senhor disse que os aspersores não estão jogando água com tanta força... O senhor resolveu? Não é pra eu comprar nada pra isso também não?
- Acho que o rotor da bomba esta sujo, deve ter entrado barro e galho de árvore, essas coisas... Se não for isso eu não sei o que é não, mas essa bomba ainda está na garantia, comprei do Genésio não está nem com um mês.
- O senhor vai chamar ele aqui?
- Vou. O pior é que eu perdi o telefone dele, vou ter que ir lá no [bairro] mocambinho atrás desse homem, rapaz... Mais tu entendeu, aí, né, Lucas?
- Entendi, vou lá.
- Tá certo, a chave do carro tá com a Claudilene.

Vale ressaltar, porém, que nem todos os vazanteiros possuem bombas hidráulicas. Estes equipamentos são uma realidade apenas para os vazanteiros das Olarias com quem conversei. A maioria dos vazanteiros com bomba hidráulica cedida pela Associação, portanto, são desta região da Avenida e produzem, majoritariamente, para a venda, seja na CEAPI, seja nas frutarias e mercearias do lugar. As bombas de irrigação implicaram uma nova temporalidade na relação dos vazanteiros com o solo, gerando mudanças nas épocas de plantio e, conseqüentemente, alterando a configuração

da paisagem no decorrer do ano, pois, somente depois das bombas, planta-se durante o ano inteiro. O mesmo não ocorre com os vazanteiros, ou melhor, as vazanteiras da região dos Motéis.

Boa parte desta dissertação é fruto dos diálogos estabelecidos por mim com outros homens – agricultores – quase todos residentes na região das Olarias. Foi com e através deles que tive acesso a Boa Esperança, fazendo contato com suas famílias e seus vizinhos, indo para shows de forró com seus filhos homens e para os bares e botecos na avenida com eles – vazanteiros. Inicialmente, fiquei incomodado com isso: como falar da Boa Esperança e, assim, produzi-la narrativamente se o meu acesso a ela era extremamente parcial? Como falar da vida na Avenida de maneira geral se eu só estava a interagir com homens, velhos e jovens e todos, de alguma maneira, relacionados à produção agrícola no lugar? Como? Numa noite insone na casa do dindinho, liguei para a Cíntia<sup>68</sup>, minha companheira, e falei desta inquietação. Ela me respondeu dizendo não haver problema nenhum nisso, que eu largasse da mania megalomânica de falar da Boa Esperança “como um todo” e deixasse clara a parcialidade do material etnográfico produzido por mim. Falou para que eu dissesse, então, que a maioria dos meus interlocutores são homens e a que tipo de caminhos essas interações levaram-me a percorrer na Avenida e fora dela. Fiquei pensando... E, não fosse essa provocação, eu talvez começasse este texto assim: “o trabalho na vazante é uma atividade eminentemente masculina” e blá blá blá blá blá blá... Muito porque, nos meus primeiros meses em campo, era basicamente isso que se mostrava a mim:

- As mulheres não trabalham na vazante não, Jorge?
- Antigamente, elas até trabalhavam, mas hoje em dia só quem trabalha na vazante são só os homens mesmo. Elas trabalham mais é nas hortas.
- Ah entendi.

E, conforme os dias iam passando, eu não via uma mulher sequer adentrando as vazantes. Éramos todos homens e nossas conversas e comportamentos, com certeza, não seriam os mesmos caso houvesse uma mulher entre nós. No intervalo do trabalho, à sombra dos pés de manga dos *altos*, falávamos sobre bebedeiras, partidas de futebol, brigas de murro e de faca, desafetos – também com homens – que não nos encaravam

---

<sup>68</sup> Cíntia Engel. Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS/DAN-UnB.

nos olhos, traições femininas (*chifres*), além de aventuras erótico-afetivas passadas e presentes com mulheres. E, até então, a presença delas nas vazantes parecia reduzir-se a isso. Em setembro, soube de uma reunião da Associação dos Vazanteiros. Peguei minha bicicleta (sim, aquela que, na verdade, é do meu avô) e passei na casa do seu Valdir para irmos juntos. Chegando à reunião, seu Valdir e Luizinho, seu filho, eram não só algumas das poucas pessoas que eu conhecia no lugar, mas, também, um dos poucos homens presentes ali, pois boa parte dos presentes eram mulheres. Tentei conversar com algumas, mas o diálogo não rendia.

– Você trabalha na vazante?

– Trabalho.

E ficávamos nisso, nem nos nomes chegávamos. No final da reunião, o presidente da Associação, Ananias, deu-me a palavra para eu falar da pesquisa. Falei e, como havia combinado com seu Valdir previamente, convidei todos e todas para uma conversa no final de semana seguinte, na casa do seu Valdir, a fim de que eu falasse mais da pesquisa a todos/as e, juntos, fizéssemos uma oficina, onde eu falaria para eles sobre o cenário da agricultura familiar no Brasil e, juntos, conversaríamos mais sobre o trabalho agrícola nas vazantes. Disse que era uma tarde de conversa e que eu levaria bolos e sucos para merendarmos. Carlos, vazanteiro, comprometeu-se em levar caldo de cana e, um a um, os/as vazanteiros/as foram confirmando presença no encontro.

A oficina ocorreu e, no próximo capítulo falarei um pouco mais sobre ela, mas retomo este episódio para pontuar que, foi aí, que conheci as vazanteiras Maria Campos (Fotografia 4) e Sinforosa e combinei de ir visitar as vazantes das duas. Diferente dos vazanteiros homens, com quem convivi nas Olarias, Maria e Sinforosa não possuíam bombas hidráulicas e essa parecia ser uma realidade em toda a região dos motéis, onde cultivam a maioria das mulheres vazanteiras. Se nas Olarias a produção é majoritariamente encabeçada por homens, nos Motéis são sobretudo mulheres as pessoas que lidam com a terra, as águas, os legumes, os bichos e a ausência de bombas hidráulicas, ressalto. Tal fato dialoga com algo que eu e Cíntia havíamos conversado: as vazantes e paisagens na Boa Esperança são, também, paisagens genderificadas e isto implica em diferentes temporalidades e formas de se relacionar com os ambientes.



**Fotografia 4-** Dona Maria Campos.

- Vocês não receberam bomba da associação não, dona Sinforosa?
- Recebemos nada, quando foi para o recurso chegar aqui, a verba acabou, porque começou lá das Olarias para cá.
- Mais tem postes de energia elétrica, aqui, na beira do rio, caso a senhora queira comprar uma bomba?
- Tem não. Aqui a gente não tem bomba não e nem poste de energia na beira do rio, é por isso que a gente só planta no inverno.
- Ah é?
- Aqui é assim, agora [era setembro de 2016 quando fui visitá-las], como tu tá vendo, a gente não está plantando nada. Porque nada vinga nessa secura, mas quando for outubro-novembro, a gente vai capinar, vai limpar tudo, que é pra começar a plantar com as primeiras chuvas de dezembro-janeiro . Olha aqui, vem ver, de tudo a gente planta. – E dona Sinforosa foi me levando vazante a dentro, junto com dona Maria Campos.
- E quem capina, dona Maria?
- Somos nós mesmas.

– Só trabalham vocês duas aqui?

– Nós duas e mais uns parentes dela, aí, que trabalha junto com a gente – tornou a responder dona Maria Campos.

– Olha aqui, moço, – falou dona Sinforosa – a gente planta de tudo! Milho, quiabo, abóbora, feijão, pepino, melancia... De um tudo a gente planta! Agora já acabou tudo, porque a gente começa a plantar em dezembro e, quando chega, maio junho, já tem acabado tudo. Porque o verão começa e a gente não tem bomba.

– E o que vocês produzem é pra vender ou é para consumir em casa?

– É só pra nós mesmo, a gente só planta pra gente mesmo, aqui – Dona Sinforosa respondeu rápido.

– É para nós comermos dentro de casa – complementou dona Maria Campos.

Dona Maria mora na Boa esperança há 36 anos, chegou à Avenida aos 15 anos de idade, em 1979. O terreno onde está construída a casa de sua mãe, e também a sua, foi conseguido por seu pai em troca de uma geladeira e alguma quantidade de dinheiro. O pai de dona Maria trabalhava como vigia e residia na propriedade de um fazendeiro localizada no bairro Aeroporto. Lá, era uma quinta – conforme ela me disse – com inúmeras árvores frutíferas, mangas, cajus, etc., que eram vendidas pelo dono. O pai de dona Maria não era caseiro, ele trabalhava em outro lugar (como vigia), e sua morada tinha por objetivo também vigiar a propriedade alheia e impedir que eventuais ladrões roubassem as frutas.

– Mas aí o [bairro] Aeroporto foi crescendo, foi crescendo e ficou difícil para o papai controlar os ladrões. Eram demais. Só que o dono da quinta não entendia e brigava muito. Foi aí que o papai mandou, ele mesmo, o dono, tomar de conta das frutas dele e saiu de lá pra vir pra cá, pra Boa Esperança. Quando a gente chegou aqui, eu, meu pai, minha mãe e mais meus cinco irmãos, não tinha quase ninguém. Só umas duas, três casas. A energia elétrica chegou logo depois daquela enchente grande, década de oitenta, mas a água encanada foi o que mais demorou

Dona Maria tem duas filhas, uma de dezenove e outra de 20 anos e uma neta. Casou-se perto dos 30 anos e foi morar na rua 3 – também na Boa Esperança – em um

terreno de ocupação, posteriormente regularizado pela prefeitura. Mas, como veio a separar-se do marido, voltou para a casa da mãe e alugou sua antiga casa. “Mas eu sempre ficava mais era aqui na casa da mamãe”. No mesmo terreno, há duas casas, uma colada na outra: a de dona Isabel, mãe de dona Maria ( 52 anos) e a sua. O terreno ao lado da casa de dona Maria é de dona Sinforosa, ou melhor, do irmão dela. De acordo com dona Maria, o irmão de dona Sinforosa é o terceiro comprador daquele pedaço desde seu Manoel “vendeu/trocou” o terreno com seu pai.

Dona Sinforosa é natural do município de Piracuruca e veio para Teresina quando tinha mais ou menos uns vinte anos de idade, sendo que, desde os 13, trabalhava como agricultura no seu município de origem. Ao chegar a Teresina, na Boa Esperança, quis se cadastrar na associação dos vazanteiros e o presidente da associação, à época, disse que ela, sendo mulher, era melhor envolver-se com horticultura. Ela negou!

– Não, eu não quero trabalhar nas hortas não! Eu quero ser é vazanteira! Plantar nessas vazantes daqui! Pode fazer o meu cadastro! Não foram dois dias e meu cadastro já estava pronto!

Dona Sinforosa tem 56 anos e mostrou-me orgulhosa a declaração dada pela Associação de Vazanteiros a fim de que ela *desse entrada* em sua aposentadoria.

– Olha, me aposentei, tudo direitinho! São cinquenta e cinco anos de idade e, no mínimo, 5 anos de contribuição. Todos os meses tanto eu como a Maria pagamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Associação. Eu já estou ensinando tudo para a Maria bem direitinho, que é pra quando ela for se aposentar também. Porque a vazante é também um meio de a gente tirar o nosso aposento.

Um ano depois que dona Sinforosa começou a trabalhar nas vazantes, convidou dona Maria, que prontamente aceitou. Antes disso, dona Maria havia trabalhado com várias outras coisas: vendia espetinhos de carne na porta de casa, trabalhava com crochê, produtos cosméticos da marca Avon, mas sua ocupação mais duradoura fora, e ainda o é, de cuidadora. Assim, ela alterna o trabalho nas vazantes com os cuidados com a casa e com a mãe.

Fui à vazante destas senhoras através do quintal de dona Maria. Ele é pequeno, tem uma pia e varais para a lavagem e secagem de roupas, além de uma bananeira que ameaçava cair no chão sob o peso dos cachos de banana. O muro do seu quintal fora construído recentemente, o cimento ainda estava novo. Ao abrir a porta do quintal, deparamo-nos com uma ribanceira que nos leva à vazante. Caminhamos por esse declive até chegar a um terreno mais baixo e plano, cheio de pequenos matinhos verdes. Aquela é a área da *lagoa*, o *baixão*, disse-me dona Maria. Na lagoa não se planta, porque, obviamente, no inverno, ela está cheia: são, portanto, nos seus arredores que os cultivos acontecem.

Saindo do terreno da lagoa, chegamos no primeiro *alto* das vazantes dessas duas senhoras. Dona Maria chamava minha atenção para as árvores frutíferas desse trecho da beira do rio: “olha aqui o pé de jenipapo, já está quase dando”. Saindo desse *alto*, chegamos a uma porção de terra mais próxima ao rio, repleta de mangueiras, pés de cajá e cajueiros. Dona Sinforosa pegou uma vara e começou a colher mangas, dona Maria colhia os cajus que via pela frente e ambas colocavam as frutas em um saco plástico trazido por dona Sinforosa. Dona Maria, ao me mostrar as plantas, acentuava o quanto desta beira de rio fora cultivada pelas mãos dos/as próprios/as moradores/as e dizia que poucas dessas árvores estavam lá quando ela chegou àquele lugar. Algumas das mais antigas, por exemplo, já haviam sido mortas.

A terra da lagoa é úmida, “friinha”<sup>69</sup>, e possibilita a vida para uma infinidade de capim e mato. Foi sobre essas plantas que dona Sinforosa e dona Maria levaram-me até a vazante de outra amiga e vizinha: dona Dalva. Sua vazante estava repleta de feijão, os feijoeiros belíssimos com folhas e vagens enormes e verdíssimas. Dona Dalva estava apanhando seus feijões e era acompanhada por seus netos pequenos, Davi Merlon e Esmeralda, que devem ter entre 3 e 6 anos. Mas, além dessas crianças, haviam outras e também uma filha de dona Dalva (de mais ou menos uns 25 anos).

Dona Sinforosa, muito falante e empolgada, apontou meu olhar para isso: “olha, Lucas, o tanto de criança, a família inteira!”. A vazante de dona Dalva conta com um poço tubular, construído pelo marido (mas cavado pelas filhas, como soube com seu Fernando), e é isso que permite à sua família cultivar a vazante no verão. “Também porque o feijão, diferente dos outros legumes, pega menos água” (Dona Dalva). Aproximei-me da senhora para fotografá-la, ela fez poses, gostou. Perguntei se ela

---

<sup>69</sup> Ver Moraes (2000) a propósito das classificações dos diversos terrenos em sistemas de conhecimentos camponeses.



plantava para consumo próprio ou para vender nos comércios locais. De acordo com ela, toda a produção era só pra consumo familiar<sup>70</sup>. Logo após a vazante, mais perto da residência familiar, havia um canteiro de hortaliças – coentro e cebolinha – feito em cima de um giral de talas de coco e telado com arame, para que as galinhas não invadam.

O cultivo das vazanteiras da região dos motéis – e nisso incluo, também dona Dalvina – é mais diversificado do que o dos vazanteiros das olarias, que produzem, majoritariamente, quiabo e feijão. Apesar das diferenças de legumes produzidos, tanto nos Motéis quanto nas Olarias a constituição do *lugar* vazante é trabalhada a partir da relação entre *altos* e *baixões*. Quando os *baixões* enchem – no inverno – planta-se nos *altos*, mas à medida que as águas dos *baixões* vão secando, o solo é preparado para receber novas sementes. A ideia de “tempos ecológicos”, proposta por Evans-Pritchard (1978), é interessante para pensarmos nas inter-relações entre práticas sociais e constituições/percepções do ambiente.

Na vazante, cada uma dessas temporalidades – “inverno” e “verão” (abordadas no tópico anterior) – implica no desenvolvimento de práticas e habilidades específicas na relação com a terra. Assim, estes dois períodos são o que são não somente por conta da presença ou ausência de chuvas, mas, também, pelas formas de habitar a vazante a partir do cultivo de legumes. No início do “inverno”, juntamente com as primeiras chuvas, há o plantio das primeiras safras, tanto nos Motéis, quanto nas Olarias.

Falando das Olarias, especificamente, – tendo em vista que a maior parte do material etnográfico trabalhado aqui diz respeito ao diálogo com os vazanteiros daquele lugar – é neste momento – no inverno – que as covas são feitas para o cultivo do quiabo que, na lógica de consorciamento das plantas – conforme veremos adiante – é o primeiro vegetal a ser plantado. Neste processo de manejo das sementes, uma série de práticas de habitação e percepção da terra nas vazantes são empreendidas.

### **3.7. A fertilidade da lama: alto fraco, baixão forte**

---

<sup>70</sup> Na Boa Esperança, até onde pude conhecer, percebi que a produção feminina está majoritariamente voltada para o consumo familiar, diferente da produção feita por homens nas vazantes. Este fato dialoga com uma estatística nacional. De acordo com dados de 1993, 2004 e 2013 do IBGE a respeito da população nacional engajada com a produção agrícola, a maior parte dos trabalhadores que atuam na produção para o próprio consumo são mulheres (PESQUISA NACIONAL DE AMOSTRA DE DOMICÍLIOS/IBGE, 1993, 2004, 2013). Assim, as vazanteiras que conheci, portanto, cultivam para auto consumo, ao passo que os vazanteiros destinam a maior parte de sua produção para o comércio. Com isto em tela, vale ressaltar que é sobretudo na esfera do comércio que o epônimo “reis do quiabo” é acionado, conforme falarei nas considerações finais.

Seu Valdir e Filho falaram-me que a terra dos baixões é uma terra *forte*<sup>71</sup>. A terra forte possui coloração escura e aspecto argiloso, ao passo que a *fraca* é mais clara e de características mais arenosas. É interessante notar que *forte* e *fraco* não são categorias estanques. Melhor pensá-las como dois extremos de um *continuum* em constante transformação, tendo em vista que um solo *fraco* pode vir a ser *forte* e vice versa. Neste processo, a água do rio e das chuvas desempenha um importante papel: é ela que lava a *terra* e origina a lama, fertilizando-a. A cheia do rio não é entendida como uma catástrofe, mas como evento que traz consigo um imenso potencial de renovação do solo. A água lava a terra e, à medida que seca, deixa uma “capa de lama” sobre o solo. É a lama que dá a *força*. As enchentes características do *inverno* fazem parte do ciclo hidrológico que rege o trabalho nas vazantes. Planta-se no baixão sabendo-se que ali tem grande potencial de alagar em determinadas épocas. Todavia, isto não é um impeditivo para o plantio. O cálculo do vazanteiro leva em consideração que, antes da cheia, a quase totalidade da plantação poderá ser colhida e o que se perde, quando se perde, nem de longe é comparável ao que ainda se poderá ganhar.

Assim que cheguei à Avenida – em fevereiro – costumava usar a plantação de quiabo perdida como um recurso para iniciar as conversações, tendo em vista que este também era um tema recorrente nas interações que alguns vazanteiros e seus familiares travavam comigo inicialmente. Era comum falarem do espanto perante a cheia inesperada: “há mais de cinco anos os baixões não inundavam desse jeito”. Fazendo referência ao que, a meu ver, parecia uma grande tragédia, eu também iniciava timidamente alguns diálogos com um desprezioso e condoído: “Tinha muito quiabo aí, não era?”.

- Era! A água matou um bocado... – respondeu-me Filho.
- O prejuízo foi muito grande?
- Só não foi mais porque a água não cobriu os *alto*... E, também, depois que essa água secar, o quiabo vai dar bom!
- É mesmo?
- Olha, quando essa água secar, a terra vai ficar melhor do que era antes, vai dar mais legume ainda!

---

<sup>71</sup> É interessante notar que a classificação dos solos de acordo com categorias de “força” e “fraqueza”, mas também de “quente” e “frio” é prática recorrente entre diversos camponeses brasileiros (WOORTMANN e WOORTMANN, 1997; WOORTMANN, 2008, COSTA FILHO, 2008)

- A terra fica mais forte?
- Fica.
- E as terras, aqui, na vazante, e maneira geral, são boas?
- São. A terra toda, aqui, é muito boa, mas ela está meio cansada...
- Cansada?
- Humrrum, devido ao uso, porque já é de muitos anos que a gente trabalha com essa terra...

O trabalho contínuo com o solo provoca o enfraquecimento da terra. Nesta perspectiva, a terra da margem do rio, apesar de boa para o plantio, é considerada como terra *fraca*<sup>72</sup>. Para fortalecer a terra, a água, além de adentrar a vazante, precisa permanecer nela por um tempo relativamente longo, cerca de dois meses ou mais. Só assim a terra cria *lama* e é fertilizada. Uma terra *fraca* não necessariamente é uma terra ruim, alguns legumes, inclusive, somente germinam com o solo nestas condições. A terra *forte*, quando forte demais, pode não cooperar com o desenvolvimento de certos legumes.

Seu Valdir conta que, certa vez, plantou um feijão em um dos baixões de sua vazante, o primeiro depois da cerca: “o feijão cresceu, enfulorou [floresceu] mas não deu de jeito nenhum. A terra ali ainda era muito forte. Porque para o legume dar bom a terra tem que ser forte, mas não muito”. Percebi, então, que, em oposição ao *forte não-cultivável* há, ainda, o *forte cultivável*, no qual os legumes além de crescerem, germinam. A terra *fraca* é, por excelência, a terra *cansada* em virtude dos plantios recorrentes. *Cansada*, contudo, não é sinônimo de improdutiva, apesar de os vazanteiros reconhecerem que uma terra com vários anos sucessivos de uso não produz legumes abundantemente, como nos *tempos de antigamente*.

No processo de constituição da terra na vazante, portanto, entram em interação vários seres, dos quais o vazanteiro é apenas mais um a habitar o solo juntamente com a água, as sementes, a lama e, sendo composto e envolvendo a tudo isso, a *umidade*, sobretudo, se estivermos falando em uma *terra boa*. A *terra boa* é *terra úmida*. Tal fato é condizente com a ideia de que *terra boa* é “terra lavada e coberta de *lama*”, tendo em vista que a renovação do solo é percebida como algo que ocorre por meio das cheias do

---

<sup>72</sup> Costa Filho (2008) mostra que os gurutabanos, quilombolas do norte de Minas Gerais, também classificam seus solos com base em um sistema de “força” e “fraqueza”. Tanto lá, como entre os vazanteiros de Teresina, há uma correlação entre como o solo é identificado e o tipo de legume a ser plantado.

rio. Contudo, a água apresenta um duplo aspecto no entender dos vazanteiros com quem convivi: se por um lado traz fertilidade, por outro traz uma série de pragas e insetos que “vem com o rio”. Alguns vazanteiros cultivam tanto na margem quanto nas coroas do Parnaíba. Para seu Valdir – um dos únicos vazanteiros que conheci com terras nestes dois domínios – estes espaços são nominados, respectivamente, como *vazante da margem* e *vazante do leito*.

Há diferenças consideráveis na percepção do solo e na organização do espaço entre esses dois ambientes. No primeiro, a terra é *cansada* (apesar de *boa*) e as vazantes dos diferentes donos são nitidamente delimitadas por cercas de arame farpado, a não ser que se tratem de propriedades de pessoas ligadas por meio de relações de parentesco e/ou compadrio. Jorge, Filho e Luiz Carlos – irmãos – herdaram a vazante de seu Dotô e os pedaços de terra deles não são separados por estacas de madeira ou cercas. O mesmo ocorre com a terra de seu Valdir que, contígua à de Filho, não possui qualquer separação física desta, tendo em vista as relações de compadrio e parentesco entre Valdir e Dotô. “É tudo uma família só”, como dona Maria (mãe de Jorge) me disse uma vez. Somente existem cercas na divisa entre a vazante de Luiz Carlos e a de dona Raimunda, bem como da vazante de dona Raimunda e a de Mamede (ver figura 4), pessoas que não possuem qualquer vínculo familiar ou de compadrio.

As vazantes de leito – também chamadas de ilhas – são cultivadas por ribeirinhos do Piauí e do Maranhão. Lá, não há separação física entre os pedaços de terra de cada vazanteiro: a demarcação dá-se por meio do inter-reconhecimento dos espaços pertencentes a cada um. As ilhas passam boa parte do ano cobertas, somente quando o rio vai secando, as coroas “sobem”. No momento em que as coroas são recém-descobertas pelas águas, há uma preocupação especial em demarcar o que pertence a cada um. Certo dia, fui com dois dos filhos de seu Valdir para a coroa e, no meio do percurso, eles tiveram a ideia de passar pelo “beiradão”, um pedaço de terra que estava coberto há semanas. Para a alegria deles, a água tinha baixado, deixando à mostra uma porção considerável da coroa. Com isto, amarramos a canoa na margem e adentramos na ilha. A primeira atitude de James e Edu foi pegar umas estacas de madeira e fixá-las no chão, demarcando o terreno que, a partir de então, seria cultivado por eles. As estacas eram o aviso claro e patente de que aquele pedaço tinha dono. Ilhas recém-descobertas pelas águas são espaços bastante disputados, pois o solo tem muita lama (o que é visto com bons olhos) e não se precisa capinar para iniciar o plantio.

O espaço da vazante é constituído continuamente através dos constantes movimentos de habitação empreendidos pelos vazanteiros. A lógica do plantio está intimamente relacionada com o modo como os ribeirinhos constituem e habitam – juntamente com um conjunto de outros seres – as diferentes porções de terras na vazante. É graças a isto que a paisagem do lugar vai sendo processada. Neste sentido, penso com Escobar (2010) que o “mundo natural” não é algo simplesmente dado e sobre o qual as pessoas atribuem sentidos: em última instância, o que há é um a co-produção recíproca entre “mundo natural” e “mundo social” (caso queiramos manter essa dicotomia). Por outro lado, também é interessante notar que a maneira como o ambiente é constituído tem implicações diretas nas formas como ele será vivenciado e manejado (ESCOBAR, 2010), como apontarei adiante ao falar da relação entre tipos de legumes e tipos de solos. Assim, pontuo que a vazante só é constituída enquanto tal a partir da atuação dos vazanteiros e suas famílias que, neste processo, também acabam por constituírem-se a si mesmos enquanto pessoas, na lida com a terra, as águas e os legumes.

### 3.8. Plantando

Quiabo, maxixe, macaxeira<sup>73</sup>, feijão e cana de açúcar são as principais espécies cultivadas pelos vazanteiros das Olarias. Há uma acurada percepção do solo no plantio de cada um desses vegetais. Terras com qualidades mais argilosas, lamacentas e escuras são percebidas como melhores para o plantio de quiabo e maxixe, ao passo que solos arenosos são vistos como mais propícios para feijão e macaxeira, sendo a cana de açúcar plantada indistintamente em qualquer um destes tipos de solo. Seguindo esta lógica, o quiabo e o maxixe são geralmente plantados nos *baixões*, ficando os *altos* destinados ao plantio das outras espécies. Dizer, portanto, que determinado tipo de legume será plantado em determinado tipo de solo é, invariavelmente, localizar o plantio em algum lugar específico da vazante. As unidades de paisagem (COSTA FILHO, 2008; OLIVEIRA, 2005) que compõem a vazante, portanto, são constituídas/percebidas a partir do processo de plantio dos vegetais.

Apesar da heterogeneidade das terras, toda a beira do rio é boa para plantar. Assim, nos períodos em que os *baixões* estão alagados, os legumes destinados a estes espaços também podem ser cultivados nos *altos*. O baixão é o lugar dos quiabos, por

---

<sup>73</sup> Quando sai da avenida, em setembro de 2016m seu Valdir estava começando a cultivar mandioca para a feitura de farinha.

excelência. Todavia, com alguma frequência, – mesmo quando os *baixões* não estão inundados – quiabos também são plantados nos altos. “O quiabo se dá bem com todo tipo de terra, aguando direitinho, ele vinga”.

Os quiabos são cultivados em linhas retas – chamadas de *carreira* – e é guardada a distância de mais ou menos um metro entre uma *cova* de quiabo e outra. Esta distância é calculada com a medida de um passo. O quiabo é o principal produto cultivado. O plantio deste legume define sobremaneira a constituição da paisagem na vazante, tendo em vista que boa parte das outras espécies vegetais são cultivadas em relação a ele, não o contrário.

O quiabo é o primeiro legume a ser plantado e somente quando ele atinge cerca de vinte centímetros de altura é que se inicia o cultivo dos legumes que irão se consorciar a ele. O feijão e o maxixe são os principais legumes inseridos neste processo e suas carreiras são feitas entre as de quiabo. O quiabo cresce rijo e verticalmente, mas tanto o feijão como o maxixe crescem para os lados e em ramas. A justificativa de plantá-los depois do quiabo é que, se semeados anteriormente, eles podem prejudicar o desenvolvimento deste legume que, de longe, ocupa grande centralidade na produção dos vazanteiros desta região da Avenida. A macaxeira e a cana, comumente plantadas nos *altos* mais próximos ao rio, são espécies cultivadas solitariamente. Estes vegetais apresentam uma série de particularidades quando comparadas com as outras plantas cultivadas. Ambas levam bem mais tempo para germinar e amadurecer. Além disso, uma vez plantada, a cana não precisa mais ser replantada, como todas as outras espécies, pois suas mudas não morrem com o corte.

Terra, legumes, luta, vazantes, homens, mulheres, vazantes, olarias e dragas. Neste capítulo procurei aproximar-me etnograficamente da beira do rio a partir de várias frentes. A ideia de *trabalho* apresentou-se como ferramenta analítica a partir da qual procurei descrever alguns dos processos de habitação empreendidos pelos vazanteiros na Avenida Boa Esperança e nas suas imediações, passando pelo acesso a terra e pelas malhas de relações constituintes e constituidoras tanto dos humanos como dos não-humanos no ambiente das vazantes. Este lugar, longe de ser a expressão de um domínio dos vazanteiros sobre o solo, as capivaras, as sementes e outros não-humanos, é fruto de um processo de habitação conjunto, pautado na diferença entre os diversos seres que compõem o ambiente.

Assim, tem-se uma configuração de paisagem bem específica, que guarda diferenças cruciais com aquela empreendida pelas políticas de *revitalização* e

*reurbanização* empreendidas pela Prefeitura Municipal de Teresina. Nesta última, idéias-força como *meio ambiente* e *natureza* entram em cena agenciando práticas e conhecimentos que, em última instância, produzem paisagens nas quais as pessoas do *lugar* – a despeito das relações biointerativas com as águas, a vegetação, etc. – são categorizadas enquanto vítimas e algozes de si mesmas, espécies de “criminosos ambientais” nocivos não somente a si, mas ao meio do qual *fazem parte*. Mas isso é tema para o próximo capítulo. Sigamos.

## CAPÍTULO 4

### **A morte dos quiabeiros? Os riscos do discurso da qualidade de vida**

No capítulo anterior procurei aproximar-me das formas pelas quais a genérica, abstrata e clássica relação “homem/ natureza” desfaz-se e, assim, ganha – literalmente – corpo no cotidiano da beira do rio. Procurei destacar as multiplicidades de engajamentos entre humanos e não-humanos que, em conjunto, co-habitam na tessitura contínua do lugar *vazante*. Tentei fugir da dicotomia entre “mundo natural” – enquanto realidade empírica e objetivamente dada – e “mundo social” – enquanto construtos culturais e simbólicos sobre o primeiro. Em vez disso, percebi nas vazantes interações várias entre organismos diversos a se constituírem mutuamente com os ambientes. Algo semelhante, como referido, ao que Bispo (2015), intelectual quilombola piauiense, chamou de *biointeração*.

A partir deste conceito, Bispo (2015) apresenta uma série de processos entre as pessoas – leia-se pessoas negras e indígenas – e o meio, pautados – não pela ideia de *domínio* ou de *proeminência* da *força humana* em relação à *natureza* – mas pela noção de *comunhão*: ou seja, uma sintonia dos modos de ser e agir em conexão com o mundo em seus múltiplos processos de habitação (INGOLD, 1996, 2002). Neste contexto, o meio apresenta-se como aquele com o qual (ou quem) se interage: *inter-age* – conferindo, assim, agência a todos os organismos envolvidos no processo. Agora, como esta relação aparece nos Relatórios de Avaliação Ambiental e nas cartilhas de apresentação do Programa Lagoas do Norte? Como o par “homem/natureza” é gestado em documentos emitidos pelo Estado, enquanto Prefeitura Municipal de Teresina? Quais idéias-força – nestes textos – estruturam esta formulação clássica no pensamento ocidental? Que ações e ambientes são engendrados no cenário urbano *com e a partir* disso? E as pessoas, os vazanteiros – serão eles esse “homem” genérico? Como eles ficam aí? Eles estão aí? Que corpos eles são? Que lugares ou “lugares de que” eles constituem na cidade? Seguindo estas inquietações, procurei dar sentido à narrativa empreendida neste capítulo.

#### **4.1. O risco e a culpabilização dos moradores nos Relatórios de Avaliação Ambiental**

A fim de captar como a relação das pessoas com o lugar é gestada nos documentos emitidos pela administração estatal, irei deter-me nos dois Relatórios de



Avaliação Ambiental (TERESINA, 2007, 2014) publicados pela Prefeitura Municipal de Teresina (PMT), através da Secretaria Municipal e Planejamento. Tanto um como o outro trazem um panorama geral das intervenções a serem executadas pelo Projeto. O primeiro (TERESINA, 2007) com ênfase nas ações executadas na Área 1 e o segundo (TERESINA, 2014) diz respeito à segunda etapa do Programa, onde o foco recai nas áreas 2 e 3, com algumas intervenções previstas para área 4 ( ver figura 1). Como referido, a Zona Norte é composta por cerca de 23 bairros, dos quais 13 estão inseridos nas ações executadas pelo PLN. O perímetro total dos bairros inseridos na política do Projeto perfaz uma área de 1.198 ha, com um total de mais de 92 mil habitantes (dados de 2010) cujas médias das rendas familiares não excedem três salários mínimos, de acordo com material de divulgação do PLN (TERESINA, 2015). Estes bairros foram categorizados e organizados pela coordenação do Programa em quatro áreas:

Área contemplada com o PLN I			
Área 1 Canal do Padre Eduardo	Bairros	População 2010	Área ha
	Acarapé	3.018	44,90
	Matadouro	5.530	84,00
	Alvorada	5.387	53,20
	São Joaquim	10.558	11,32
<b>Total área 1</b>	<b>24.493</b>	<b>193,42</b>	
Áreas contempladas com o PLN II			
Área 2 Lagoa dos Oleiros São Joaquim	Bairros	População 2010	Área ha
	Nova Brasília	6.780	71,69
	Poti Velho	3.730	38,23
	Mafrense	6.492	73,01
	Olarias	1.561	101,02
<b>Total área 2</b>	<b>18.563</b>	<b>283,95</b>	
Área 3 Alto Alegre Aeroporto	Bairros	População 2010	Área ha
	Aeroporto	7.567	236,41
	Itaperu	2.166	30,64
	Alto Alegre	5.389	85,42
<b>Total área 3</b>	<b>15.122</b>	<b>353,47</b>	
Área 4 Mocambinho	Bairros	População 2010	Área ha
	São Francisco	5.453	39,48
	Mocambinho	28.385	327,70
<b>Total área 4</b>	<b>33.838</b>	<b>367,18</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>92.016</b>	<b>1.198,02</b>	

**Figura 6-** Áreas de intervenção do PLN com destaque para o número de pessoas afetadas.

Para a segunda etapa do Programa – iniciada oficialmente em novembro de 2016 – calcula-se um investimento de quase 400 milhões de reais, dos quais 50,1% serão financiados pelo BIRD e o restante como contrapartida da Prefeitura Municipal de Teresina e do Governo Federal. Com a execução desta fase, estima-se que cerca de 1730 imóveis sejam desapropriados, o que culmina na expropriação direta ou, melhor, no “reassentamento involuntário” – para usarmos os termos do Programa - de mais de duas mil famílias (TERESINA, 2014b). Ações como esta se inserem no bojo de uma série de outras que, ao constituírem o Programa Lagoas do Norte – também nominado como Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental de Teresina – objetivam “o incremento das condições ambientais, urbanas e desenvolvimento econômico e social da região conhecida como Lagoas do Norte” (TERESINA, 2007: 9).

Esta região, que chegou a contar com mais de 25 lagoas (MOURA, 2006), hoje possui 12, cada uma delas inserida na atuação do Programa, com a previsão de criação de parques ciliares nos seus entornos, como foi feito com as Lagoas da Piçarreira da Cabrinha e a Lagoa da Piçarreira do Lourival, na área de intervenções 1 do PLN. A construção destes Parques está contida no primeiro dos três componentes que estruturam as atividades do programa:

**Requalificação Urbano-Ambiental:** Este componente contempla projetos e obras (a) em saneamento básico, micro-drenagem urbana, urbanização das margens das lagoas nos treze bairros que formam a área de intervenção do Programa; (b) obras em infra-estrutura regional como de proteção às enchentes, tratamento de esgoto, reforço do sistema de abastecimento d’água, que darão suporte às infra-estruturas locais e beneficiarão, também, outras populações e partes da cidade; (c) atividades de reassentamento para remoção de moradores da região que estejam em risco de inundações e outros riscos.

**Desenvolvimento social, comunitário e econômico** – este componente tem intervenções que complementam as do Componente 1 tais como (a) fortalecimento das associações e grupos comunitários, melhorando o acesso das famílias elegíveis aos programas sociais oficiais, à educação infantil e ao atendimento básico de saúde, (b) iniciativas que fomentam oportunidades de trabalho e renda; (c) obras que visam reforma/ ampliação e construção de alguns equipamentos sociais necessários e (d) planejamento das ações sociais e elaboração de projetos executivos.

**Gestão Municipal e Gerenciamento do Programa** - Este componente objetiva instrumentalizar e modernizar setores da administração orçamentária e financeira, de educação e de meio ambiente da Prefeitura de Teresina. Apoiará a administração municipal na obtenção de instrumentos de planejamento e programação considerados indispensáveis para o desenvolvimento ordenado do município. O componente abrange, também, o gerenciamento do próprio Programa, incluindo monitoria, avaliação e auditoria externa do mesmo. (TERESINA, 2007:11)

Em diálogo com as intervenções propostas em cada um desses pontos, o Programa Lagoas do Norte aciona pelo menos cinco salvaguardas do Banco Mundial:

avaliação ambiental; proteção a ambientes naturais; reassentamento involuntário; segurança de barragens; recursos físicos-culturais, também entendida no RAA do PLN como “proteção ao patrimônio cultural” (TERESINA, 2014). As salvaguardas acionadas pelo Lagoas do Norte junto ao BIRD tem como objetivo declarado pelo Programa a proteção 1/ do meio ambiente; 2/das pessoas e 3/ das suas práticas e expressões culturais. Não por acaso uma das atividades da segunda etapa do programa - dentro da salvaguarda de “Proteção ao Patrimônio Cultural” – é a construção de uma praça – a Praça os Orixás – com imagens de elementos, orixás e guias espirituais das religiosidades de matriz africana (CARMO e MORAES, 2016). Isso tem gerado uma série de controvérsias entre agentes da prefeitura, representantes do banco mundial, moradores pertencentes a segmentos religiosos de matrizes não-africanas e o próprio povo de terreiro<sup>74</sup> da zona norte, alguns deles com suas tendas e barracões *selados* pela administração do projeto<sup>75</sup>.

As intervenções, em curso, do PLN apresentam um largo espectro e cada um dos três componentes traz ações que vão desde medidas de cunho *sócio-ambiental* – como a despoluição das lagoas, saneamento básico, construção de sistemas urbanos de macrodrenagem, áreas de lazer e turismo – até medidas anunciadas como de *desenvolvimento* social, comunitário e econômico das populações locais. O declarado *fortalecimento* das associações e grupos comunitários; incrementos nas possibilidades de emprego e renda por parte das famílias atingidas (contempladas?) pelo projeto entram, então, como complemento às medidas de *requalificação urbana e ambiental*. Por fim, no texto do RAA (2007), todas estas práticas andariam juntas com medidas de modernização de diversos *setores da administração orçamentária e financeira, de educação e de meio ambiente da Prefeitura de Teresina*. Neste cenário meio-ambiente é palavra de ordem, ideia-força que orienta, baliza, dá o tom e, sobretudo, justifica diversas atividades empreendidas pelo Programa. Meio ambiente é percebido, não raro,

<sup>74</sup> Destaco que também ouvi de algumas pessoas pertencentes a religiões de matriz afro-brasileira na região a expressão “povo de santo” para se referirem a coletividade de adeptos.

<sup>75</sup> A quem se interessar, especificamente, pela situação dos terreiros frente às políticas de urbanização empreendidas via Projeto Lagoas do Norte, recomendo o diálogo com Lúcia Sousa – umbandista, técnica em segurança do trabalho, moradora da zona norte e militante no Boa Esperança Resiste - e Daniele do Carmo – assistente social e socióloga cuja dissertação de mestrado dialoga com os embates e negociações envolvendo a construção desta Praça e os modos de vivência e constituição do espaço urbano pelo povo de terreiro da região norte de Teresina. Diversos/as pesquisadores tem se debruçado sobre a zona norte de Teresina em tempos de Programa Lagoas do Norte. Neste contexto, destaco ainda o trabalho de Nayra Sousa (2016), que tem trabalhado com freqüentadores do Teatro do Boi, bairro Matadouro, após a reforma deste equipamento, realizada no bojo das atividades do PLN. Esta intervenção, assim como a construção da praça dos orixás, insere-se na salvaguarda de “proteção ao patrimônio cultural” acionada pelo BIRD.

como um *bem*, um *cenário-recurso* apartado dos humanos e contra o qual perpetramos – corrijo – os habitantes da zona norte perpetraram uma série de práticas nocivas. Voltemos aos relatórios.

Essa região se constitui de um conjunto de lagoas interligadas, localizadas entre o rio Parnaíba e o rio Poti, cuja ocupação desordenada e irregular **traz riscos à saúde humana** e não contribui para gerar um tecido urbano dinâmico e provido da infra-estrutura necessária. Trata-se de região ocupada por população de baixa renda em **condições precárias e insalubres, com habitações em risco permanente de inundação** e sem provimento de serviços básicos de saneamento, que se beneficiará das obras e ações contidas no Programa. (TERESINA, 2007:9).

A região das Lagoas do Norte, localizada na confluência dos rios Poti e Parnaíba, configura um contexto de **grande vulnerabilidade ambiental**, ditado pela conjunção dos seguintes fatores: (i) acentuada dinâmica de deposição de resíduos - planície flúvio-lacustre; (ii) extensa área plana inundável; (iii) solos arenosos permeáveis; (iv) grandes corpos d'água, rasos e interligados pelo sistema de lagoas. (TERESINA, 2007: 10) [grifos feitos por mim]

De acordo com os relatórios (TERESINA, 2007; 2014), a forma irregular de ocupação e uso do solo engendrou uma série de problemas, inclusive, no sistema viário da região. Com a execução do Programa, tais mazelas tenderiam a ser erradicadas.

O sistema viário na região das lagoas apresenta alguns pontos de estrangulamento. Verificando-se as condições da operação atual do tráfego usuário do sistema e, considerando as características físicas das vias e da ocupação lindeira (residencial, comercial, industrial, de lazer, de serviços, etc.), concluiu-se que há aspectos relevantes a considerar quanto à qualidade da operação das vias com um maior carregamento, ou seja, aquelas que contribuem de maneira preponderante para a acessibilidade à região das Lagoas do Norte. (TERESINA, 2007: 14).

Não por acaso, uma das principais intervenções do Lagoas do Norte na segunda etapa consiste na duplicação da Avenida Boa Esperança, do que falarei adiante. De todo modo, trago este desdobramento das ações do Programa para pontuar como a relação das pessoas com o meio (aqui entendido como meio ambiente) engendra uma série de complicações, tendo em vista que – na ótica dos documentos emitidos pelo Estado e pelo BIRD – o *uso desordenado do solo* é apontado como o principal fator de desequilíbrios sociais e ambientais:

Dentre os **muitos problemas gerados pela ocupação desordenada e precária que prevaleceu na região em estudo**, destacam-se: (i) aterramento parcial de lagoas e construção de habitações nessas áreas, sem condições de saneamento básico; (ii) ocupação dos diques marginais dos rios Parnaíba e Poti, com residências e pequenos negócios; (iii) uso inadequado do coroamento das margens dos rios – APP, para prática de esportes que propiciam deslizamentos e/ou compactação inadequada, podendo ser comprometidos na época das chuvas; (iv) **ocupação privada de APP [Área de Proteção Permanente] para plantio de hortaliças**; etc. (TERESINA, 2014b: 70) [grifos feitos por mim]

É interessante notar que em nenhum dos dois Relatórios de Avaliação Ambiental há referência direta a vazanteiros e vazanteiras. Estas categorias, amplamente comuns na zona norte para se referir a agricultores e agriculturas que cultivam na beira do rio, não são, sequer, mencionadas. Porém, fazendo justiça ao empenho da Prefeitura Municipal de Teresina com a *melhoria da qualidade de vida* dessas pessoas – do que também falarei adiante – penso com Monteiro (2005) que o *plantio de hortaliças*, obviamente, relaciona-se às hortas comunitárias existentes na cidade. Conforme o Manual do Horticultor (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA 2004a *apud* MONTEIRO, 2005: 16), estes plantios subdividem-se em dois tipos: 1/ hortas do tipo convencional, praticados em pequenas áreas com uso de poços tubulares e irrigação manual e 2/ hortas do tipo campo agrícola: “que se caracteriza por utilizar as águas superficiais de rios e lagoas, por possuir um sistema de irrigação mais moderno (com o uso de aspersores), necessitando, assim, de maiores perímetros de terra para o cultivo” (MONTEIRO, 2005:16). Com estas definições em tela, sou levado a crer que, para a Prefeitura, as hortas do tipo campo agrícola corresponderiam aos cultivos de vazanteiros e vazanteiras, embora tanto Jorge quanto seu Valdir e dona Sinfrosa tenham me dito repetidas vezes que “vazanteiro é vazanteiro, horticultor é horticultor”. “O nosso trabalho aqui, de vazante, é bem antes do das hortas”. Cabe ressaltar ainda o fato de, nas vazantes, não se cultivar *hortaliças*, mas *legumes*. Mal entendidos resolvidos? Quase me perco nesse malabarismo! Voltemos, então, para os relatórios a fim de captar mais nuances sobre como a relação das pessoas com o lugar engendra uma série de perturbações ao *meio ambiente*.

**O processo de ocupação da área e sem infraestrutura de contenção de cheias levaram a perda de biodiversidade das lagoas.** Entretanto, essas ainda são uma fonte de pescado para a população carente de região - fato detectado na Lagoa Azul, situada no bairro Matadouro. (TERESINA, 2014: 68)

A Área I do PLN, especificamente, a região do Canal da Vila Padre Eduardo, que interliga os bairros São Joaquim, Matadouro e Olarias, apresenta um contexto de grande vulnerabilidade ambiental e habitacional. **O problema foi ocasionado, principalmente, pela existência de moradias nas margens das lagoas e em áreas abaixo da cota de inundação** (passíveis de alagamento no período chuvoso), **além de significativo número de habitações inadequadas e insalubres.** (TERESINA, 2011:11). [Este trecho, especificamente, não é de nenhum dos relatórios, mas do Projeto de Melhoria Habitacional e Domicílios na Área 1]

A situação de precariedade da região das Lagoas do Norte em Teresina apresenta algumas vertentes, como a deterioração das condições naturais, associada a uma **ocupação urbana irregular, de risco e de impacto sobre o**

**meio ambiente natural. Os problemas se sucedem atuando em ciclo, um contribuindo para agravar o outro;** a drenagem comprometida por ocupação irregular e desordenada gera inundações, atingindo uma população que vive precariamente às margens dos cursos d'água e os compromete, com a poluição gerada por resíduos líquidos e sólidos. **Essa população que polui, é a mesma que vive precariamente dos recursos naturais ainda existentes** (mineração, artesanato, pesca artesanal de subsistência) e que não tem a sua disposição os equipamentos de infraestrutura necessários para a melhoria das condições urbano-habitacionais nas bacias em questão, ou seja: água, esgoto, coleta regular de resíduos, etc. O quadro de fragilidade do ambiente natural se complementa com essa população também vulnerável, que não sabe como atuar de maneira menos impactante em seu ambiente construído, carecendo de ações que propiciem geração de renda, educação ambiental e sanitária, etc.(TERESINA, 2007: 22) [Todos os grifos são meus]

Neste contexto, a *ocupação urbana irregular* está intrinsecamente relacionada a uma série de problemas – não somente sociais e econômicos – mas, sobretudo, ambientais. A relação entre as pessoas e o meio ambiente é percebida como geradora de consequências nefastas para ambos os polos desta interação. Assim, é elaborada uma narrativa na qual os moradores do lugar são invisibilizados enquanto pessoas portadoras de uma relação histórica particular com as águas e o solo – conforme procurei pontuar no capítulo anterior – para, em última instância, serem representados unicamente como vítimas e algozes<sup>76</sup> de si mesmos, parasitas-suicidas ou como espécies de “criminosos ambientais” (RIBEIRO, 2010) em decorrência das relações estabelecidas com o meio ambiente. Eles e elas – fazendo referência aos trechos citados acima – poluem as lagoas e prejudicam a sua biodiversidade ao mesmo tempo em que necessitam delas para suprir suas necessidades mais básicas de existência. Cultivam *hortaliças* na beira do rio – seja em hortas, seja em vazantes – e, assim, *apropriam-se* de Áreas de Proteção Permanente por meio de uma *ocupação irregular e desordenada* do solo urbano, que tanto faz sofrer, maltrata e degrada não somente ao meio ambiente, mas à eles/as próprios/as. Afinal de contas, essa “população que polui é a mesma que vive precariamente dos recursos naturais **ainda** existentes”. Nesta paisagem, portanto, delineiam-se relações nas quais, de um lado, há os humanos, do outro, o meio ambiente e, conectando ambos, uma relação agônica cujo fim inevitável é a morte, não só do ambiente, mas das pessoas que, ao *utiliza-lo* indiscriminadamente, colocam-se em *risco*, também.

#### 4.2. Degradação ambiental e qualidade de vida

<sup>76</sup>Com estas expressões, inspiro-me em Saraiva (2014).

Nos discursos da Prefeitura Municipal de Teresina e do Programa Lagoas do Norte, o *risco* às pessoas dá-se tanto por conta das práticas inescrupulosas dos moradores – poluição às lagoas, plantio na beira do rio, extração de barro para a feitura de tijolos e artesanatos –, quanto pela localização geográfica da região das Lagoas do Norte: citando os relatórios, trata-se de um área de planícies flúvio-lacustres, com uma vasta área inundável, o que acarreta extrema vulnerabilidade ambiental aos seus habitantes. De acordo com cartilha de apresentação do Programa, área de risco

é a área ou situação que apresenta risco para a vida humana sendo, portanto, imprópria para moradia. Essa condição é definida por lei federal de 10 de abril de 2012. As áreas de risco são assim consideradas por representar perigo por vários fatores. No caso do Lagoas do Norte, as áreas de risco representam perigo de inundação (TERESINA, 2015)

Assim, é no sentido de proporcionar uma melhor sorte às pessoas residentes nestas áreas que uma série de ações foram pensadas no intuito de retirá-las de locais como estes. A ideia declarada é melhorar a qualidade de vida destes homens e mulheres, genericamente nominados como *pobres* ou *pessoas de baixa renda*. Pois, em última instância:

**O Lagoas do Norte** é um conjunto de ações integradas desenvolvidas pela Prefeitura de Teresina e que **visa resolver problemas sociais, ambientais e urbanísticos que causam riscos**, afetam a saúde, **degradam o meio ambiente, comprometem a qualidade de vida** e impedem o desenvolvimento sustentável da zona norte de Teresina (TERESINA, 2015: 5)

Meio ambiente aparece, então, enquanto recurso, ou seja, algo utilizável, gasto, finito, apartado das pessoas e, concomitantemente, prejudicado de forma visceral por elas. Com esta paisagem,

A solução prevista no Lagoas, para o tratamento ambiental e urbanístico desta área, consiste na **construção do Parque Linear**, que contemplará obras de drenagem, reposição da vegetação e recomposição paisagística das margens das lagoas e do canal. **Adicionalmente a estas melhorias, serão instalados equipamentos públicos, como: calçadão, ciclovia, área de convívio com conjuntos de mesas, pista de skate, anfiteatro e quiosques.** Estas ações visam contribuir para a preservação do ambiente, melhoria da segurança da população, além de melhorar as condições de vida dos moradores, pela utilização do espaço para o lazer contemplativo, esportivo e cultural. **Neste contexto de diversas intervenções previstas, o PLN implementou o Plano de Reassentamento de 466 famílias que moravam em casas localizadas nas margens das lagoas, em áreas passíveis de inundação e que, portanto, necessitavam de novas moradias.**

(TERESINA, 2011:11). [Continuação do trecho do Projeto de Melhoria Habitacional e Domicílios na área 1]<sup>77</sup>

A *degradação ambiental*, portanto, e a ideia de *risco* consistem nas principais idéias-forças justificadoras dos “reassentamentos involuntários”. Neste cenário, construção de parques lineares – dos quais o presente na Área 1 é apenas o primeiro – apresenta-se como solução para os descaminhos sócio-ambientais nos quais se enredou a zona norte da cidade. Através dos parques, por um lado, anuncia-se a *recomposição paisagística nas margens das lagoas, a vegetação é reposta, calçadas, ciclovias, pistas de skate, anfiteatros e quiosques* são construídos. Por outro, as pessoas do lugar são retiradas dos seus locais de vida e morada – primeiro – sob a justificativa de proteção ao meio ambiente – depois (e ao mesmo tempo) – para garantir-lhes *melhores condições de vida* em uma área livre de inundações. Falarei sobre esse segundo movimento mais adiante, contudo, perpassando a ambos, pergunto: que concepções de *cidade e meio ambiente* estão implicadas aí?

A criação de Parques Ambientais – atividade que só é possível numa percepção branca-ocidental de mundo onde os organismos correspondem a indivíduos contidos em si mesmos a *agirem sobre* um ambiente externo – ganha proeminência no século XIX, com a instauração do primeiro Parque Nacional do mundo, o de Yellowstone, nos Estados Unidos. O parque tinha como objetivo declarado a preservação de uma área de extremas riqueza e beleza naturais, um mundo virgem e selvagem ainda intocado pelo homem. Catalisador palpável das idéias de um paraíso perdido após a expulsão dos humanos. Qualquer semelhança com os ideais românticos, de pureza, beleza, tranquilidade e viagem ao interior da alma humana não é mera coincidência (DIEGUES, 1996; RIBEIRO, 1992). Com esta narrativa canônica a respeito do surgimento do(s) Parques Ambientais no mundo ocidental, Diegues (1996) apresenta as reverberações reais da noção de *wilderness/vida selvagem/vida natural*. Estas categorias aparecem como a materialização daquilo que deve ser contemplado e usufruído em sua beleza estética *natural*. Acontece que Yellowstone não era um todo desocupado, mas território dos povos indígenas Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock. Estes povos, tomados, à época, como “selvagens, demônios vermelhos, comedores de búfalos, de salmão e de tubérculos”, não deixaram a área do parque espontaneamente, como sugere Aubrey Haines” (DIEGUES, 1996:27). Eles foram desterrados.

<sup>77</sup> “Este Plano beneficiou 327 famílias com novas moradias no Residencial Zilda Arns, e indenizou 139 imóveis (que foram destruídos), permitindo a **mudança pacífica** [sic] destas famílias para outros lugares.” (TERESINA, 2011:11).



É significativo que em 1º de março de 1872, quando o Congresso dos EUA criou o Parque Nacional de Yellowstone também determinou que a região fosse reservada e proibida de ser colonizada, ocupada ou vendida segundo as leis dos EUA e dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo; e que toda pessoa que se estabelecesse ou ocupasse aquele parque ou qualquer de suas partes ( exceto as já estipuladas) fosse considerada infratora e, portanto, desalojada (Kenton Miller, 1980) (DIEGUES, 1996, p. 27)

Unidades de conservação neste modelo – amplamente ancoradas político-ideologicamente no preservacionismo norte-americano – trazem no seu bojo a ideia de que humanos são criaturas nocivas ao meio ambiente e, mais do que tudo, é preciso protegê-lo de suas ações. A beleza estética destas paisagens naturais deve ser vivenciada de maneira contemplativa, proporcionando paz de espírito e tranqüilidade aos seus observadores. As pessoas, então, somente podem frequentar esses lugares na condição de visitantes, não de morador/a e, em nome da proteção à *natureza* “contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 1996: 31), uma série de povos seguem sendo desterrados. No caso Lagoas do Norte, os parques lineares são apresentados, além de tudo, como novas oportunidades de lazer, turismo e contemplação de *belezas naturais* em Teresina, um outro *cartão postal* para a cidade

“O Programa Lagoas do Norte está proporcionando **melhor qualidade de vida** para a população da zona Norte de Teresina. **Uma área degradada se transforma em espaços de grande beleza, com a natureza preservada e com oportunidades para muitas pessoas. Este é o novo cartão postal de Teresina**”, disse o prefeito Firmino Filho ao comemorar o sucesso do programa.<sup>78</sup>

Neste cenário um dos grandes poderes deste ambientalismo, como destacado por Ribeiro (1992) e Fuks (2001), é o fato de ele colocar-se como um sistema ideacional politicamente neutro e universal, uma vez que advoga em favor de um bem cujo usufruto estaria, indiscriminadamente, à disposição de todos. A ideia é a seguinte: ao falar de meio ambiente, estar-se-ia falando de algo para além das diferenças de classe, raça e gênero, pois o meio ambiente é de todos. Independente das nossas diferenças, cuidar dele é uma obrigação minha, sua e de quem quer que seja, pois os benefícios disso também são compartilhados. Nesta premissa está o trunfo e o poder das práticas pautadas neste sistema de ideias.

Pode-se argumentar que uma das razões do sucesso relativo do ambientalismo como um todo é que ele tende a ser percebido e divulgado, inclusive pelos órgãos de comunicação de massa, como uma ideologia cega às contradições de classe. [...] Esta pode ser uma das razões porque políticos

<sup>78</sup> “Firmino Filho entrega nova etapa do Programa Lagoas do Norte”. 22/08/2013. Disponível em: <http://www.portalmpt.teresina.pi.gov.br/noticia/Firmino-Filho-entrega-nova-etapa-do-Programa-Lagoas-do-Norte/650> Acesso em dezembro de 2016.

e todos os matizes aderem ao discurso ambientalista [...]. ( RIBEIRO, 1992: 11)

Em conexão com estas considerações a respeito desta vertente do ambientalismo – pois, nem de longe, este sistema ideacional é algo uno e estático no tempo e no espaço –, temos que, apesar de o PLN agir diretamente sobre a vida de pessoas majoritariamente pretas e pobres residentes na zona norte, o Programa apregoa que seus benefícios serão sentidos por toda a cidade:

Como esperado, a maior parte dos impactos negativos é decorrente da fase de implantação das obras de engenharia para os sistemas de infraestrutura – saneamento básico, macrodrenagem, sistema viário e readequação urbanística – e que são transitórios e inerentes às tipologias das obras previstas. [...] **As intervenções, todavia, deverão gerar um considerável contingente de famílias a serem reassentadas, que atualmente se encontram em áreas de risco, áreas de preservação ambiental e na faixa de obras. [...] As intervenções alterarão as condições sociais e ambientais da Área de Influência Direta, bem como promoverão efeitos benéficos para toda a cidade** (AII). (TERESINA, 2014: 32)

Nesse discurso, o legado do Lagoas do Norte, portanto, extrapolaria sua *área de influência direta*, pois não só o cuidado com o meio ambiente, mas a criação de novas áreas de esporte e lazer trazem, em si, benefícios para todos os habitantes da cidade. Arelado ao cuidado com o meio ambiente, há ainda uma declaração de investimento na *melhoria da qualidade de vida* das pessoas do lugar. São os moradores da zona norte os que mais sofrem com a vulnerabilidade ambiental da região das Lagoas e, em virtude disto, a solução concomitante à criação dos parques e sistemas de infraestrutura urbana e macrodrenagem é o reassentamento das famílias que se encontram em *área de risco*.

Contudo, o alto número de desapropriações gera um clima de revolta e desconfiança entre os/as moradores/as *atingidos*<sup>79</sup>, conforme desenvolverei mais a frente. Se, por um lado, esta política voltada às populações levada a efeito pelo PLN representa um governo que se declara preocupado com a *qualidade de vida* e o *bem estar* de seus governados, por outro, ela também engendra um processo de expulsão destas *famílias de baixa renda* para localidades cada vez mais distantes dos equipamentos urbanos localizados no centro da cidade. O discurso-prática de *melhoria da qualidade de vida*, não raro, caminha junto – e, ao mesmo tempo, legítima e oculta discursivamente – práticas violentas contra uma série de minorias, no caso em tela, afro-

---

<sup>79</sup> “Atingidos pelo Projeto Lagoas do Norte”, grupo do facebook.

indígenas ou afro-pindorâmicas<sup>80</sup>, genericamente nominados nos Relatórios de Avaliação Ambiental como pessoas de *baixa renda* ou *pobres*.

Os reassentamentos, antes de tudo, são anunciados como fazendo parte de um esforço da Prefeitura Municipal de Teresina em parceria com o Governo Federal e o Banco Mundial no sentido de melhorar a “qualidade de vida” das pessoas e garantir-lhes “melhores oportunidades” e recuperar-lhes a “auto estima” (TERESINA, 2014: 17). Todavia, do que, especificamente, a Prefeitura está falando quando aciona a categoria *qualidade de vida* ? *Qualidade* para quem? E como?<sup>81</sup>

A relação entre “qualidade de vida” e “questão ambiental” não é nova nas discussões empreendidas por movimentos ambientalistas e certos setores do planejamento urbano (SEIXAS e CINTRA, 2012; SEIXAS, 1996). Seixas e Cintra (2012) apresentam o ano de 1988 como paradigmático para pensarmos o acirramento mundial desta temática, apontando para a realização de diversas conferências internacionais a respeito do tema. Neste cenário, Seixas destaca a polissemia desta categoria, contudo, a autora observa que, em linhas gerais, “melhorar a qualidade de vida significaria viver melhor, tanto no sentido objetivo, quanto subjetivo do ser” (SEIXAS, 1996:126). “Objetivo” estaria relacionado a indicadores sociais como taxas de mortalidade, de desenvolvimento humano, etc.; e “subjetivo” teria a ver com a “percepção que os moradores constroem do seu viver cotidiano no meio ambiente urbano” (SEIXAS, 1996, 126). Digo isto para pontuar que, partindo destas categorizações, a expressão *qualidade de vida* passa a ser acionada – não somente pelo Estado, mas também por Organizações internacionais e instituições relacionadas à saúde, à segurança e ao planejamento urbano (ALMEIDA, GUTIERREZ, MARQUES, 2012) – enquanto uma política voltada ao gerenciamento, controle e *bem viver* das populações.

Através do Programa Lagoas do Norte, a Prefeitura Municipal de Teresina executa ações que, em última instância, objetivam agir diretamente no bem estar das pessoas atingidas. Trata-se de um poder que tem a vida como objeto político

---

<sup>80</sup> Bispo (2015) pontua que as categorias “negro” e “índio” são nomações exógenas e impostas pelo branco colonizador. Em um exercício contra-colonizador, para usarmos o termo deste autor, Antônio Bispo aciona identificadores mais próximas do universo sócio-cultural dos povos subjugados no processo de colonização. É quando “negro” se torna “afro” – em referência à África – e “índio/indígena” é substituído por “pindorâmico”, em alusão à forma como os povos de língua tupi chamavam a terra que viria a dar origem ao Brasil: Pindorama. Assim, “coletivos afro-pindorâmicos” é um outro nome e uma estratégia de resistência contra nomações impostas pelo branco.

<sup>81</sup> Devo este movimento analítico às conversas que tive sobre o tema com Cíntia Engel, citada no capítulo anterior

(RABINOW e ROSE, 2006). Em nome da vida, portanto, são justificadas e realizadas uma série de intervenções presentes nos Relatórios de Avaliação Ambiental. É neste sentido que, pensando com as inquietações de Hardt e Negri (2000 *apud* RABINOW e ROSE, 2006), O PLN pode ser entendido como expressão de uma forma de poder que regula e lida com a vida social a partir de dentro e, assim, assume o caráter de uma política que depende fundamentalmente da dominação, expropriação e até mesmo – em alguns casos – da eliminação da existência vital do outro ou da coletividade dos sujeitos sobre quem esta dominação é exercida. Na crítica a estes autores, concordo com Rabinow e Rose (2006) que estas políticas pautadas na vida – biopolíticas, para usarmos o termo – não necessariamente implicam em práticas genocidas e de profunda dominação contra certas populações e – ainda em consonância com eles – penso que esta forma de operar pode ser acionada, inclusive, por agentes não-estatais. No caso do Lagoas do Norte, contudo, estas estratégias de intervenção pautadas no implemento declarado de melhores condições de bem viver têm engendrado processos de expropriação territorial contra coletivos majoritariamente afro-índigenas e são também estes coletivos, reforço, que têm apontado para a lógica expropriatória e etnocida articuladas no PLN – conforme desenvolverei adiante.

Sob a égide da *melhoria da qualidade de vida*, amplamente instrumentalizada por um discurso sócio-ambientalista que define como *área de risco* a região das Lagoas do Norte, as políticas de reassentamentos seguem seu curso... Contudo, sigo perguntando: *área de risco* para quem? E como? A resposta rápida seria: para os/as moradores/as da zona norte, obviamente, afinal de contas os Relatórios de Avaliação Ambiental são enfáticos em (re) afirmar o perigo de inundações na zona norte. Mas... Como os habitantes da região das Lagoas são interpelados por esta afirmativa?

#### **4.3. Uma cidade de altos, baixões e percepções que desafiam o risco**

– Eu não sei o que fazer com essa história, com essas ameaças que estão surgindo aí. Com essas ameaças... Que tira esse povo daí [da Avenida Boa Esperança], que eu acho uma perversidade, certo? (Seu Fernando)

Conheci seu Fernando – 78 anos, morador na Boa Esperança desde o início da década de 1970 – através de dona Maria Campos. Ele e a esposa, dona Dalva, são

vazanteiros e têm uma pequena criação de porcos. Não residem na beira da avenida propriamente, mas um pouco mais recuados, próximos ao rio. Moram na região dos motéis e, assim como parte dos seus vizinhos vazanteiros, não possuem bombas hidráulicas. Era Agosto. No dia em que os conheci, dona Dalva estava apanhando feijão acompanhada por dois netos pequenos, um menino e uma menina entre quatro e seis anos. Apesar do verão e da seca do clima, os feijoeiros estavam repletos de vagens, frondosos e extremamente verdes. É que seu Fernando e suas filhas haviam construído um poço para que dona Dalva regasse não só sua vazante no verão, mas também uma pequena horta suspensa cultivada por ela.

– E porque a senhora só planta feijão, dona Dalva?

– É que está no verão e feijão pega menos água do que os outros legumes... Resiste mais à seca.

– Entendi. E o seu marido trabalha na vazante também?

– Trabalha, ele tem esse problema na perna dele aí, mas roçar, aqui, tudo quem roça é ele.

Dona Dalva e o marido trabalham juntos na vazante e se orgulham dos cultivos, das criações, do quanto *trabalham e pelem* em meio às adversidades que vão desde as ameaças de desapropriações pelo poder público municipal – “essas ameaças aí” – até a ausência de bombas hidráulicas. Retomemos, então, a conversa com seu Fernando que dá abertura a esta seção:

– Eu não sei o que fazer com essa história, com essas ameaças que estão surgindo aí. Com essas ameaças... Que tira esse povo daí [da Avenida Boa Esperança], que eu acho uma perversidade, certo? Uma marcação, até! O cara trabalha tantos anos... Leva quase a vida [inteira] trabalhando no negócio dele, como muitos vazanteiros... Do Poti para cá, [você] vê que tem muita coisa! Tem muito homem trabalhando! Muita pessoa trabalhando, horta, esse negócio todo... E pouco tem ajuda de prefeitura pra cá, pouco tem! Não é como a [horta] do Itararé<sup>82</sup>, aqui não tem nada! A força mais é dos vazanteiros.

---

<sup>82</sup>Um bairro da zona sul de Teresina.

– E eu vejo que, ali, do [bar] Gogó da Ema pra cá, ainda tem menos ajuda do que o povo de lá [das Olarias]. Porque lá ainda tem as bombas, né? E desse lado de cá não tem bomba – falei.

– Exatamente. Não tem, não! Nem seu Valdir eu acho que não tem bomba.

– Tem não, na vazante daqui [dos Motéis] ele não tem não – respondi.

– O seu Valdir! É um dos veteranos dessa vida de vazante, desse movimento... Criou a família toda como vazanteiro... E [a prefeitura] vai fazer uma perversidade dessas? Por que não procura fazer uma coisa melhor, né?

– O que eles dizem lá é que aqui é uma área de risco... O que o senhor diz disso, daqui ser uma área de risco?

– Rapaz, hoje em dia, eu acho que só não é área de risco no céu, entende? No céu não há risco, porque pra lá é só bondade, né? Mas, das nuvens pra baixo, nada está mais prestando! Entende?

Seu Fernando, a partir disso, começou a me falar do aumento da criminalidade e do banditismo na região, destacando o fato de – com este cenário – o risco ser algo generalizado e atribuindo um caráter eminentemente moral à ideia de risco.

– Não vê o [parque] Lagoas do Norte? O pessoal já apelidou até de Lagoas da Morte.

– Lagoas da Morte? – perguntei surpreso.

– Sim, ninguém tem nem coragem de andar ali, virou lugar de desova de corpo, e o povo vai lá só pra se matar de bala, de faca... Quando eu ia para o hospital com a minha cadeira de rodas, eu passava alí zinindo<sup>83</sup>!

Há nesta fala uma importante conexão entre “segurança no parque linear” e o aumento da mortandade na área, do que falarei mais adiante. Neste contexto, risco independeria de intervenções urbanísticas, construções de parque ou o que quer que se faça, pois a despeito disso, há apenas um lugar a salvo dessas intempéries, inseguranças e desassossegos: o céu. O céu seria o único território livre de todo o mal e perigo, morada de Deus, dos anjos, dos/as santos/as, Nossa Senhora e Nosso Senhor Jesus Cristo. Logo, se Teresina não está situada acima das nuvens, como pontuou seu

---

<sup>83</sup> Muito rápido, quase correndo!

Fernando, o risco está em toda parte<sup>84</sup>. A ideia de um risco generalizado e que se estende a tudo e a todos também me foi acionada por Lúcia, mas com outras nuances.

– Se for assim, Lucas, Teresina inteira está construída em cima de uma área de risco, porque a cidade toda está perto desses dois rios bem aqui. E sabe uma coisa que eu acho engraçado? Os Shoppings são todos construídos na beira do rio e ninguém nunca falou nada, a prefeitura não move uma palha... Cadê que fala em desapropriação? De jeito nenhum!

[...] Dois shoppings centers da cidade [de Teresina], Teresina [Shopping] e Riverside [Walk Shopping] [...], foram construídos sobre lagoas, agora aterradas. Estas áreas serviam para controlar o escoamento do rio, especialmente no período de chuvas. A construção dos shoppings não foi acompanhada por um estudo sério sobre o impacto ambiental, de modo que uma das consequências ambientais do aterramento dessas lagoas foi poluição do rio [...] Por fim, o Teresina Shopping e seu sistema de drenagem de águas tem sido responsável pela erosão nas margens do rio [Poty] dentro do Parque Ambiental Floresta Fóssil, ao lado da Potycabana, em clara representação da convivência do poder público, que mesmo diante deste fato público, não toma nenhuma providência para proteger a área (CARVALHO, 2015: 123)

Os *shoppings centers* citados estão localizados na Zona Leste da cidade, conhecida e reconhecida como *área nobre*. Lá, além destes dois importantes centros de compras e do campus universitário Petrônio Portela (Universidade Federal do Piauí), estão boa parte dos condomínios verticais existentes na cidade – morada de pessoas com poder aquisitivo relativamente alto – e alguns prédios comerciais com escritórios, consultórios médicos, clínicas de estética, clínicas veterinárias e outros serviços. Parte destas construções – vale ressaltar – foi edificada sobre lagoas aterradas única e exclusivamente para tal fim, conforme ressaltado por Carvalho (2015) no caso dos *shoppings*. Destarte, além do histórico de habitação; de algumas características geofísicas e morfológicas do solo e dos corpos hídricos e da existência (ou ausência) de equipamentos e serviços públicos urbanos, o que diferencia a zona leste da zona norte, obviamente, é a clivagem de classe de seus/suas habitantes (e de raça, do que falarei adiante). Subsumindo-se estas diferenças tão sutis quanto uma pedrada na vidraça, temos que certos *impactos ambientais* e *soluções* para eles previstas nos Relatórios de

---

<sup>84</sup> A forma de lidar com o risco acionada por seu Fernando dialoga, em alguma medida, com a produção de sociólogos e antropólogos que tem se debruçado sobre esta questão. Aqui, entre aproximações e distanciamentos com a maneira como desenvolvo a categoria *risco*, destaco as produções de Mary Douglas (1992), Ulrich Beck (2006) e Giddens (1991; 2002).

Avaliação Ambiental do PLN poderiam facilmente ser direcionados a outras áreas da cidade.

No bairro São Cristovão, Zona Leste da capital, a água subiu e chegou a invadir alguns estabelecimentos comerciais e residenciais. Algumas pessoas que voltavam do trabalho ficaram isoladas. Um dos pontos mais críticos foi no cruzamento da avenida Homero Castelo Branco com a rua Eustáquio Portela. A empregada doméstica Maria Eulálio Ribeiro disse [que] o local é problemático e que mesmo com uma pequena chuva as ruas ficam alagadas.<sup>85</sup>

Contudo, partindo da inquietação de Lúcia, pergunto: “cadê que [se] fala em desapropriação?”, por que a retórica do *risco* só é acionada pelo Estado na relação com os moradores de apenas uma dessas regiões? A noção de *risco*, apesar de generalizada – para citarmos seu Fernando e Lúcia –, é processada de formas particulares a depender das populações em questão e engendra (ou não) (re) ações bem específicas por parte do Estado. Se, na zona leste, o poder público municipal mostrou-se conivente com a construção de *shoppings centers* em áreas de proteção ambiental, na zona norte – caracterizada enquanto lugar *de risco* (TERESINA, 2007; 2014) por conta da *ocupação desordenada do solo* – uma das ações previstas (e inescapável) para boa parte das famílias residentes na região consiste no *reassentamento involuntário*.

Partindo desta ideia de um risco generalizado em toda a cidade e em diálogo e negação à ela, captei com alguns moradores da Boa Esperança a percepção de que este lugar é “um dos mais altos de Teresina”, o que o resguarda a salvo das enchentes mais rigorosas. As formas de se perceber o ambiente empreendidas por habitantes na Avenida apresentaram-me, portanto, outros modos de engajamento, não somente com o lugar, mas com as relações assimétricas de força e poder no contexto da cidade – do que falarei em breve. Mas o que o senhor diz disso, seu Valdir?

– Teve a [enchente] de oitenta e cinco [1985]... Tirando a de setenta e quatro [1974] e a de sessenta [1960], quando eu tinha doze anos. A de sessenta [1960] foi uma enchente muito grande! Eu tinha doze anos de idade, em sessenta [1960]. Em oitenta e cinco [1985], eu passei bem aqui nessa casa [na Boa Esperança]. Botei a Maria pra ir pra casa de uma comadre minha lá na

<sup>85</sup>“Ruas e Avenidas da Zona Leste de Teresina ficam alagadas após chuvas”. 20/01/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/01/ruas-e-avenidas-da-zona-leste-de-teresina-ficam-alagadas-apos-chuva.html> Acesso em janeiro de 2017.



Vermelha<sup>86</sup> e eu fiquei. Nessa época, a maior parte do povo do [bairro] Mafrense saiu todo por aqui, por essa Boa Esperança. A maior parte, mais de oitenta por cento, saiu por aqui, pela Boa Esperança! Por isso é que eu digo que aqui é uma área que eles dizem que é área de risco, mas aqui não é área de risco! Porque se fosse área de risco o pessoal do Mafrense não tinha saído por aqui, tinha saído era por lá, não era não? E eles saíram por aqui foi pelo chão!

A Boa Esperança como um todo – assim como certas porções de terras nas vazantes – é percebida enquanto um grande *alto* e isso é potencialmente gerador de vida e de extrema importância na lida com as cheias do rio, mas ao mesmo tempo, é um empecilho a certas coisas. Em um desses dias de setembro, quando estava na Avenida, o abastecimento hídrico da cidade cessou por conta de uma pane elétrica no sistema de captação de água. Passamos os dias 11 e 12 deste mês sem uma gota d'água. Pesquisando no *site* da Agespisa (Águas e Esgotos do Piauí S.A.) soube que o fornecimento de água havia sido regularizado na cidade logo no dia 11, com a distribuição ficando comprometida somente na zona sul por conta de outra pane elétrica ocorrida na Estação de Tratamento desta região. Contudo, ao passo que o fornecimento de água já se havia regularizado em quase toda a zona norte, a Boa Esperança ainda sofria com a sua falta, sobretudo, moradores/as das Olarias. Estava na casa do Jorge e depois de uma manhã inteira na vazante, tia Claudilene recebe-me na cozinha com a seguinte notícia:

- A água ainda não chegou, Lucas.
- Acredito não, tia.
- Rum, estou te dizendo!
- O negócio é pesado...
- É que aqui, na Boa Esperança, é alto! A água quando chega, vem fraquinha e ainda não tem força pra subir os canos até aqui.
- Ah, entendi...

De todo modo, as cheias de 1960, 1974 e 1985 são amplamente conhecidas e lembradas (inclusive nos Relatórios de Avaliação Ambiental citados) como as

---

<sup>86</sup> Bairro de Teresina localizado no centro da cidade

maiores cheias que atingiram a cidade. Elas causaram angústias e contratempos não só aos habitantes da zona norte – apesar da relativa altura desta área, quando comparada com outros lugares da cidade –, mas também a moradores/as do centro de Teresina. As águas do Parnaíba chegaram a cobrir a Avenida Maranhão, uma das principais vias locais. Na graduação, tive a honra e a alegria de entrevistar<sup>87</sup> dona Luzia Aguiar, uma das moradoras mais antigas do bairro Poti Velho, adjacente à Boa Esperança e, quando conversávamos, ela falou-me algo muito parecido com o que seu Valdir disse:

– Aqui, no meu caso, nós sofremos enchentes até oitenta e cinco, nós iam embora. Só que este lugar, aqui, é o lugar mais alto. Olha, quando inunda aqui... Olha, já não tem mais Itaperu, Nova Brasília, nem Mafrense, nem nada! Porque a enchente vem de lá para cá, não é daqui para lá, o rio [Poty] é bem aí, né? Quando inunda tudo aí é que a água vem, vem juntando porque tem as lagoas desse lado, não tem as Lagoas do Norte? Que são as lagoas desse lado... Vai enchendo, a chuva, vai transbordando e o Parnaíba entra nas lagoas e das lagoas vai transbordando, aí, a água vem, vem chegando... E o rio vai bem devagarzinho subindo... [...] Eu sei que aqui é o lugar mais alto!

As falas de seu Valdir, dona Luzia e tia Claudilene corroboram para uma percepção que vai de encontro àquela amplamente presente nos Relatórios de Avaliação Ambiental: longe de ser uma das áreas mais baixas da cidade – “planície flúvio-lacustre” – a região da Boa Esperança é percebida como um alto ao ser comparada com alguns bairros adjacentes – Mafrense, Nova Brasília, Itaperu – e com o próprio centro da cidade. O andar das enchentes vai das lagoas para os rios, num movimento simultâneo de expansão ocorrido em ambos: as lagoas vão enchendo à medida que o rio também enche e estes corpos se encontram. Quando isso ocorre e áreas altas como a Boa Esperança alagam, boa parte da cidade já está sob as águas. Esta percepção do ambiente – longe de ser gestada por observadores externos que, em última instância, categorizam as inundações única e exclusivamente enquanto *calamidades* – é engendradora a partir de uma relação íntima entre as pessoas e os ambientes que as

---

<sup>87</sup> Entrevista realizada por mim em 2012 no âmbito do projeto “Mulheres do Poti: gênero, identidade, memória: arte cerâmica e economia da cultura” enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), sob orientação e coordenação da professora Maria Dione Carvalho de Moraes (Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí. DCS/UFPI).

constituem. Eventualmente, as cheias são fortes, pois, como também falou dona Luzia, “naquela época os invernos eram bons” e era preciso sair dos seus locais de moradia ou hospedar parte da família em casas de parentes residentes em outros bairros, como o fez seu Valdir. Isto porque as consequências de uma grande cheia em bairros habitados por pessoas pobres são bem mais nefastas quando comparadas com aquelas nos bairros do centro ou da zona leste, tendo em vista as diferentes condições de habitação e infraestrutura urbana presentes nestas diferentes regiões da cidade. Passada a época das águas, contudo, voltar para casa era retornar ao *alto* e – no caso da família de seu Valdir – retornar também às vazantes, agora extremamente férteis por conta da *lama* decantada com as cheias.

Estas outras percepções do *risco*, ou melhor, a contestação da noção de *risco* da forma como ela é apresentada nos Relatórios de Avaliação Ambiental (TERESINA, 2007, 2014) nem de longe deve ser entendida como uma crítica às propostas de saneamento básico, coleta regular do lixo, *tratamento* das lagoas e melhoria nos sistemas de macro e micro drenagem disponíveis a moradores/as da zona norte. Pensando com os/as habitantes da região, percebo o quanto estas *benefitorias urbanas* foram e são amplamente reivindicadas. Todos estes equipamentos e serviços públicos, que, em alguma medida, acompanharam o processo de expansão urbana da cidade nos sentidos sudeste e leste (MOURA, 2006; LIMA, 2010) – conforme apontei no capítulo 2 – foram sistemática e historicamente negados à maior parte dos/as habitantes da zona norte. Estes/as, relegados/as e eclipsados/as em áreas passíveis de inundação e – o que é verdadeiramente problemático – com um esforço tímido do estado em lhes garantir melhores condições de vida e morada. Hoje, ao culpabilizar homens e mulheres pela *degradação sócio-ambiental* “constatada” nas Lagoas do Norte, os discursos e práticas produzidas pelo Estado não levam em consideração as décadas de “esquecimento” pelas quais a região passou e apresentam os “reassentamentos” enquanto principal solução-salvação a todas as dores, aflições e *vulnerabilidades* vivenciadas pelos/as habitantes do lugar. Contudo, há nisso um “pequeno detalhe”: a maioria dos/as moradores/as não quer sair dali.

[...] Pedimos que o programa venha sim sanear a região, garantindo os direitos sociais defendidos em Constituição Federal. Desejamos também que o poder público confira aos moradores/as a documentação oficial/regular das casas e promova, de fato, iniciativas que venham a melhorar as condições de vida do/as habitantes dessas terras, mas que não os retirem de suas casas, arrancando e matando assim suas raízes á medida em que, com suas ações, causam enormes transtornos/danos pessoais, familiares, sociais, psicológicos, afetivos, biológicos, financeiros aquele/as que residem nas áreas de

intervenção do programa. Os efeitos negativos do PLN refletem na vida da cidade. Acreditamos, que não há necessidade real para que removam as pessoas de suas casas. A remoção e o reassentamento não constituem-se em alternativas que nos representem no processo de negociação com a PMT. Desejamos, pois, permanecer em nossas residências! (CARTA DO CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA DIRECIONADA AO BANCO MUNDIAL)

A luta pela moradia empreendida por moradores da Boa Esperança – além de acionar formas particulares de se envolver com o lugar – reivindica equipamentos e serviços públicos compreendidos no bojo do Programa Lagoas do Norte, ao passo em que lida com uma desconfiança constante frente à política de desapropriações executadas pelo PLN. Neste cenário a noção de risco ganha novos contornos: 1/ Tem-se uma percepção ampliada de risco, tomado enquanto algo estendível a tudo e a todos – da zona norte à zona leste –, em virtude da própria localização geográfica da cidade. 2/ Em diálogo com este primeiro engajamento temos que: se Teresina é um todo inundável, há porções de terra mais alagáveis que outras – algo semelhante com a dinâmica de *altos* e *baixões* no cotidiano das vazantes. Transplantando-se, então, esta lógica e estética da beira do rio para a forma como o espaço urbano é processado geofísica e territorialmente entre os habitantes da avenida, a Boa Esperança é concebida perceptivamente enquanto um *alto*, ou seja, um todo não inundável em meio a porções de terras mais baixas e, conseqüentemente, alagáveis.

Isto nos apresenta outros matizes para falarmos em *risco* nestes contextos, sem deixar de ressaltar o fato de que – além das duas percepções desenvolvidas até agora – há ainda uma terceira. Esta última relaciona-se com a desconfiança dos/as habitantes frente à política de desapropriações do Lagoas do Norte e com a percepção – engendrada por eles e elas – das relações assimétricas de força, raça, classe e poder no ambiente urbano. É quando *risco*, rápida e sagazmente, transforma-se em *ricos*, tal qual nos cartazes e pichações nas portas das residências: “dizem que aqui é área de risco, mas o que querem é transformar aqui em área de ricos”. Não posso, portanto, desconsiderar esse *risco*. Sigamos.

#### **4.4. “Lagoas do Norte pra quem?” Sobre retórica do risco, expulsão dos pobres e atração dos ricos**

Havia marcado a oficina com vazanteiros/as para as 17h00. Neste dia, um sábado, decidi passar a manhã na casa dos meus pais organizando o material a ser

apresentado na conversa de logo mais à tarde. Organizei o encontro em dois momentos. Primeiro, falaria sobre as políticas voltadas para agricultura familiar no Brasil, destacando dados, números, gráficos e tabelas a respeito da importância do pequeno produtor agrícola no cenário nacional, além de trazer imagens e experiências de cultivo agrícola em diferentes cidades no mundo. Depois disso, a dinâmica do encontro mudaria: em vez de falar eu os escutaria – agora – sobre os cultivos deles e delas, sobre o que se planta, como e onde, desde quando moram na Avenida, etc. Coisas que as quais eu já havia conversado com alguns deles individualmente, mas, mais do que tudo, o que eu pretendia era proporcionar uma conversa entre eles e elas a respeito dos temas que eu lhes sugeriria, de antemão.

Comprei uns bolos doces e salgados, algumas petas e minha mãe (Maria de Lourdes, professora da rede pública estadual de ensino do Piauí e agente de saúde) – muito linda e solícitamente – fez três litros de suco para eu levar. A ideia era que o tom da oficina fosse mais uma conversa de fim de tarde na porta da rua do que uma oficina, propriamente (muito embora, vi dias depois que alguns vazanteiros se referiam ao nosso encontro como “reunião”, algumas vezes se justificando até: “Lucas, rapaz, eu nem pude ir lá na reunião porque tinha que ajeitar os legumes pra vender no mercado”. “Não, que é isso?! Tá tudo certo”, respondia).

Seu Valdir, gentil e calorosamente, ofereceu-me o espaço do seu bar para o encontro – pois ele, além de vazanteiro, construiu um ponto comercial na parte frontal de sua residência, onde funciona o boteco, mas somente aos finais de semana e para um público restrito, geralmente amigos e familiares. Cheguei lá um pouco mais cedo do que o combinado. Entreguei os bolos e o suco para dona Maria – dona de casa e esposa de seu Valdir – e depois fiquei a conversar com os meninos, seus filhos, enquanto seu marido banhava-se.

Os vazanteiros demoraram e as primeiras pessoas a chegar foram elas, as vazanteiras: dona Maria e dona Sinforosa. Depois veio Antônio Carlos, agricultor cujo principal cultivo é cana-de-açúcar e filho de um antigo vazanteiro da região, seu Félix, que fora presidente da Associação dos Vazanteiros por dois mandatos. Carlos trouxe uma jarra imensa com garapa de cana gelada e, assim como eu, entregou para dona Maria guardar na geladeira até a hora do lanche, que só foi ocorrer por volta das seis e meia. Além de dona Maria e Sinforosa, Carlos, seu Valdir e seus dois filhos, James e Edu, veio outro vazanteiro, um senhor. Éramos oito. Digo isto para situar um pouco o contexto de produção de algumas falas a seguir e apresentar pessoas que ainda tomarão

a palavra nesta dissertação. Retomemos, então, a discussão sobre *risco* em sua interface com a noção de *ricos*.

**Eu** – E sobre as enchentes, como foi, dona Maria?

**Maria Campos** – Na enchente de oitenta e cinco [1985], que foi uma das mais pesadas que teve aqui, a única coisa que água não cobriu foi a Avenida. Na avenida a água não passou. Essa cheia foi a primeira que eu peguei.

**Eu** – E porque eles dizem que aqui é área de risco? O que vocês dizem disso?

**Seu Valdir** – Não sei porque eles dizem que é área de risco... Aí, essa Lagoa aí... Eles estão dizendo nesse Projeto que, nas reuniões que nós fomos... A conversa deles é que vão tirar a gente daqui dessa área pra fazer a avenida...

**Eu** – Fazer a avenida?

**Seu Valdir** – Pra fazer mão e contra-mão. Fazer a avenida, né? Mas nunca falaram em vazanteiro que vão sair daqui... Os vazanteiros vão sair... Porque se eles tirarem o povo daqui, tiram as vazantes! Porque eles querem tirar logo as casas, os moradores que trabalham de vazante. Porque se eles tirarem o povo... A gente tem que entender... Ver o que eles querem fazer... Porque se eles tirarem o povo, a vazante é moleza pra tirar, não é não?

**Maria Campos** – Verdade

**Seu Valdir** – O problema é esse: se tirar o povo, a vazante é moleza!

**Maria Campos** – [falando para mim] Você precisava ver o projeto que mostraram pra gente, não tem nenhuma casa nossa aqui não! É condomínio, é ponto turístico, se você vê, é a coisa mais linda! Mas não tem nossas casas.

**Dona Sinfiorosa** – Porque eles querem tirar pra botar só os ricos! Pra fazer hotel, essas coisas tudo!

**Seu Valdir** - Olha, Lucas, essa terra aqui, essa terra aqui todinha se chama o novo Jockey<sup>88</sup>! O que foi mesmo que eles disseram lá, rapaz... Deixa eu lembrar... Essa terra é...

**Maria Campos** – Terra nobre?

**Seu Valdir** – Isso!! Isso mesmo!! Falaram que essa terra aqui é uma terra nobre!

**Eu** – Quem foi que disse isso?

---

<sup>88</sup>Bairro rico na zona leste – área nobre - da cidade.

**Seu Valdir** – Foram eles lá da prefeitura, nas reuniões.

**Eu** – Ah, o pessoal do Lagoas do Norte?

**Maria Campos** – Eles mesmos.

Um dos – vários – pontos de conflitos e controvérsias na execução da área 2 do Programa Lagoas... é a duplicação da avenida Boa Esperança, a qual atravessa diversos bairros da Zona Norte. No início dos anos 1950 ela era só um caminho, uma “vereda”, como me disseram uma vez, até que em 1964 a Avenida foi construída como a conhecemos hoje, funcionando também como um dique para auxiliar no represamento das águas do Parnaíba durante as cheias. Hoje, a avenida é foco das atuações do PLN o que, inevitavelmente, acarretará no reassentamento involuntário de um grande número de moradores (TERESINA, 2014; TERESINA, 2014b). O discurso balizador desta prática é o mesmo discutido até agora: a região é *área de risco* e é preciso fazer algo a fim de *melhorar a qualidade* de vida das pessoas. A duplicação da Avenida é parte de um conjunto de práticas cujo principal objetivo – atrelado ao anterior – é garantir investimentos na área do turismo e do comércio de serviços e produtos. O que movimentaria a economia local e – teoricamente – geraria emprego e renda às pessoas. Quais pessoas? – pergunto – pois boa parte delas serão/estão sendo reassentadas involuntariamente. A desconfiança dos/as vazanteiros/as citados/as acima reside exatamente nisso: “eles querem [nos] tirar pra botar os ricos, pra fazer hotel, essas coisa tudo!”; “disseram [lá na reunião] que essa terra é terra nobre”.

Monte (2016) refere uma das reuniões entre agentes e técnicos da prefeitura municipal de Teresina e moradores/as das áreas abarcadas pelo projeto. É, portanto, da dissertação desta pesquisadora que trago a seguinte fala de Erick Elyσιο, então coordenador da Unidade de Gerenciamento do Programa Lagoas do Norte:

**Está no projeto, fazer um Mirante, no Encontro dos Rios, para as pessoas tirarem fotos, pensando mesmo no complexo turístico, inclusive, a gente já está deixando espaços reservados para conceder para a rede privada construir hotéis, centro de convenções... pavilhão. Não podemos pensar apenas no setor público fazendo tudo, então a gente tem que encontrar parcerias. Então a gente imagina que aqui vai ser uma região com potencial turístico e de negócios [...] Para ter esse complexo turístico e esse avanço, é importante a questão do acesso para a região, assim como também a questão da mobilidade urbana, por isso estamos com o projeto da duplicação, alargamento da Boa esperança, para que a gente tenha toda essa estrutura, esse acesso que temos hoje se torna inviável. Não podemos pensar, por exemplo, num centro de convenções para quinze ou vinte mil pessoas com o acesso atual que nós temos, temos que deixar tudo integrado. Mas a retirada das pessoas deve ser o mínimo possível, no nosso projeto só vamos tirar aquelas famílias que estão em área de risco, risco de**

**inundação, ou [que] tenha alguma questão essencial para o contexto do projeto** (INFORMAÇÃO ORAL, ERICK ELYSIO, COORDENADOR DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DO PROGRAMA LAGOAS DO NORTE, REUNIÃO NA CASA DA CULTURA, EM 30/01/2015) (MONTE, 2016: 114) [grifos meus]

A lógica da vulnerabilidade ambiental é acionada mais uma vez a fim de justificar as desapropriações e, paralelamente a isso, anunciar o investimento na criação de complexos turísticos. Longe de serem noções opostas, a retórica do risco caminha junto com o processo de desapropriação dos/as moradores/as, afinal de contas eles/as não serão – prioritariamente – as pessoas a se utilizarem de hotéis, centros de convenção e outros serviços e equipamentos voltados à indústria do turismo. Risco e rico compõem, portanto, um mesmo campo semântico, tendo em vista o fato de ser através dos discursos e das práticas engendradas a partir da primeira categoria que o segundo elemento – o rico – faz-se possível ser e estar em lugares como a Boa Esperança. Tal fato remete à discussão do fenômeno da *gentrification* (FRUGOLI e SKLAIR, 2009; GASPAR, 2010; LEITE, 2001; NOBRE, 2003) – categoria nascida nos EUA da segunda metade do século XX e utilizada por Leite (2001) para designar “formas de empreendimentos econômicos que elegem certos espaços da cidade como centralidades e os transforma em área de investimento público e privado” (LEITE, 2001: 52). Contudo, esta atração de investimentos apresenta apenas uma faceta deste fenômeno, tendo em vista que as práticas de *gentrification* “referem-se, sobretudo, a afirmação simbólica do poder, mediante inscrições arquitetônicas e urbanísticas que representam visualmente valores e visões de mundo de uma nova camada social que busca se apropriar de certos espaços da cidade” (LEITE, 2001: 56). “Nova camada social”, nestes contextos, diz respeito às classes médias e altas.

Lembro que, uma vez, conversando com Lúcia, ela falou-me algo muito parecido com o que fora dito por dona Maria Campos há algumas páginas:

– Olha, quando eles chamaram a gente para as primeiras reuniões, a gente foi e todo mundo foi achando que ali era uma coisa boa, uma coisa pra melhorar mesmo a vida da gente aqui. A gente achava que realmente ia participar desse projeto, porque aqui já tinha associação de oleiro, vazanteiros, horticultores... Nessa época eu estava à frente da associação dos vazanteiros... Então, aqui já tinha todo um movimento pra se organizar e reivindicar coisas partir da associação, mas quando eles começaram a mostrar os mapas, os slides, aquelas



imagens de arquiteto... O Projeto já estava todo orquestrado! Lucas, parecia uma nave espacial, aqueles prédios, coisa de outra mundo! Aí eu perguntei: sim, minha gente, e cadê as pessoas? O que vocês vão fazer com a gente?

A concepção de arquitetos e engenheiros para o lugar, na percepção de Lúcia, assemelhava-se a uma nave espacial e nada é mais paradigmático para pensarmos este processo do que uma nave: meio de transporte interplanetário capaz de conectar universos extremamente distintos entre si. Pensando com quem vê o artefato a pousar, nada se pode saber de antemão sobre o que ou quem poderá sair dele. A nave é apenas uma nave e impõe-se exatamente como tal, ou seja: um objeto estranho, vindo de terras distantes, com movimentações imprevisíveis, incertas e, por isto mesmo, eventualmente destruidoras. É neste sentido que a nave – longe de ser algo completamente desconhecido e inusitado, mas pensada enquanto complexo turístico composto por hotéis, pavilhões, restaurantes e etc. – traz no seu bojo modos de habitar e constituir ambientes na zona norte potencialmente distintos daqueles engendrados por seus habitantes. Considerando-se o poder e as afetações emanadas por estas inscrições urbanísticas e arquitetônicas, a nave também pode ser percebida como um estilo de vida, uma forma particular de se envolver, engajar-se e constituir relações com o lugar. Ela se estabelece no *risco* – a despeito das enchentes, rios, lagoas e moradores/as locais – para que dela saiam os *ricos*, com seus centros de convenções e áreas de lazer.

O processo de enobrecimento da zona norte, conforme apontado por Lúcia e por vazanteiros e vazanteiras citados acima, é visto como algo em curso: se a Boa Esperança não é área de risco, ela também não se configura ainda enquanto um lugar de ricos. Eu, sem quere ser profético, mas partindo dos diálogos estabelecidos com estes habitantes, insisto no “ainda”, pois as práticas de *gentrification* iniciadas com a desapropriação de moradores/as locais acionam idéias, recursos e estratégias típicas de processos semelhantes ocorridos em outros lugares do país. Aqui, falo especificamente do caso da reforma do Pelourinho na cidade de Salvador – Bahia (NOBRE, 2003), considerado por Leite (2001) um evento precursor das políticas de *gentrification* no Brasil em virtude dos seguintes aspectos:

1. pela total ausência de uma política que leve em consideração os usuários que residem na área, cuja restrição ao uso habitacional resultou na expulsão dos antigos moradores ( Fernandes et all, 1995: 48),
2. pela concepção de criar um *Shopping Center* a céu aberto, através do incentivo aos usos comerciais do novo espaço [...],
3. pelo predominante trato do patrimônio

como mera mercadoria cultural, e não como um bem simbólico para a população. (LEITE, 2001: 66)

Neste Cenário, o Pelourinho é construído enquanto “ “Cartão postal e mercadoria turística de Salvador” ” (PINHO, 1997 *apud* LEITE, 2001: 66). Sem entrar na discussão a respeito de “patrimônio”, “indústria cultural” e “bens simbólicos” – relacionados especificamente ao terceiro ponto – procurarei delinear algumas aproximações entre o Lagoas do Norte e o caso brevemente apresentado acima a partir dos três pontos destacados por Leite.

Os Relatórios de Impacto Ambiental e o Marco de Reassentamento Involuntário da área 2 destacam em diferentes pontos o fato de o Programa Lagoas do Norte trazer no seu bojo canais de diálogo e comunicação com as populações atingidas. Cito, a seguir, quatro destas passagens:

“O Programa e Comunicação Social [ do Lagoas do Norte] justifica-se pela **necessidade do estabelecimento de canais de diálogo aberto com a população** diretamente afetada no plano local” (TERESINA, 2007: 119);

“**O Programa de Educação Ambiental** do Programa Lagoas do Norte II dará continuidade ao trabalho em curso na 1ª fase do PLN que **foi um dos fatores de êxito na interlocução com a comunidade**” (TERESINA, 2014: 36);

**A característica marcante deste particular reassentamento parece ter sido a escolha do trabalho social, pautado no diálogo e na participação direta, seja das pessoas, seja de seus entes representativos** - como o principal encaminhamento das ações. (TERESINA, 2014b: 17) [Projeto de Melhoria Habitacional da Área 1]

“Na preparação da Fase 2 do PLN, **a Prefeitura Municipal de Teresina e a UGP Lagoas do Norte promoveram reuniões com a comunidade local** apresentando e discutindo as intervenções previstas” (TERESINA, 2014: 37) [ destaques feitos por mim]

Contudo, qual a qualidade dos diálogos estabelecidos? De que forma o Programa Lagoas do Norte faz-se atento às percepções de ambiente e de risco engendradas localmente? Reuniões nas quais o projeto será apresentado e, potencialmente, debatido podem, de fato, ser entendidas enquanto canais de comunicação? Como e para quem? Em que medida estes “canais de comunicação” não se tratam de um processo através do qual determinados posicionamentos e estratégias chaves – acertadas de antemão – são apenas apresentadas ao público para que, posteriormente, relatórios e fichas técnicas aleguem textualmente a ampla participação da comunidade local? Foi em encontros como os destacadas na última citação que seu Valdir, Lúcia, Maria Campos, Antônio Carlos e dona Sinforosa tiveram acesso aos futuros rumos do projeto e desapropriações a serem realizadas na área 2. Porém, qual o espaço efetivamente dado a eles e a elas

para pensarem outras possibilidades de planejamento urbano e políticas de *requalificação sócio-ambiental* ?

A atuação do Movimento Boa Esperança Resiste – com o qual esta dissertação dialoga teórica e, portanto, política e intelectualmente – tem mostrado o quanto posicionamentos e propostas contrários à forma como o programa tem sido executado são facilmente eclipsadas, tachadas de loucura ou algo tecnicamente inviável de ser executado. Neste cenário, o posicionamento de técnicos e gestores públicos, em última instância, acaba por estigmatizar certos/as moradores/as como habitantes avessos/as ao bom andamento das obras e contrários ao “desenvolvimento” e à “melhoria da qualidade de vida” – o que é dito de forma acusatória e ganha um tom de ofensa moral (sobre isto, especificamente, falarei nas considerações finais). É, portanto, sob estas circunstâncias e questionamentos que tenho refletido sobre o lugar do diálogo e da participação das comunidades locais no caso em tela.

Inspirado nos tópicos elencados por Leite (2001), tem-se que, uma das principais intervenções para a área 2 do Programa consiste na duplicação da Avenida Boa Esperança a fim de facilitar o acesso a hotéis, centros de convenção e pavilhões, construídos não somente com recurso públicos, mas também privados. A futura destinação turística da região da Boa Esperança – concebida enquanto área de lazer, esportes e para a contemplação de *belezas naturais* – é algo pública e abertamente declarado, não somente nas falas dos gestores – como apontei –, mas em cartilhas explicativas do Programa:

**O [...] Lagoas do Norte vai transformar a área do encontro dos Rios Parnaíba e Poti em uma atração turística integrada à qualidade de vida e ao desenvolvimento econômico da região. O Parque Encontro dos Rios será ampliado e ganhará uma nova concepção arquitetônica e ambiental com mais áreas verdes, fontes luminosas, pistas de caminhada, quadras esportivas, playground. A revitalização do Polo Cerâmico, espaços para feiras e eventos e a atração de empreendimentos vão gerar mais empregos, negócios e criar uma nova perspectiva de desenvolvimento sustentável. (CARTILHA, 2015) [ grifos meus]**

O investimento na criação, implementação e reformas de parques ambientais como o do Encontro dos Rios e os outros ainda a serem criados no entorno das lagoas da região é visto como uma “atração turística integrada à qualidade de vida” e ao “desenvolvimento econômico”. A instalação de “*playgrounds*”, “pistas de caminhada” e constituição de espaços com “fontes luminosas” engendram formas de habitar o ambiente urbano amplamente pautadas no consumo estético das paisagens e na ampla utilização de serviços e equipamentos públicos voltados para o lazer. Neste cenário, as

“concepções arquitetônicas e ambientais”, com a implementação de “mais áreas verdes” – vale destacar – agenciam a constituição de ambientes nos quais *natureza e meio ambiente* são tomados como *belezas naturais* e – tanto quanto isso – *recursos* a serem *usufruídos* pelas pessoas na condição de visitantes, não de moradores – conforme destaquei há algumas páginas. O risco, então, – a partir dos Relatórios de Avaliação Ambiental – é articulado à justificativa de desapropriação de famílias, que, nesta conjuntura, serão reassentadas em conjuntos habitacionais cada vez mais distantes de suas residências iniciais e, conseqüentemente, do centro da cidade.

A riqueza da Boa Esperança dá-se, também, em virtude da sua proximidade de equipamentos e serviços situados em áreas comerciais da cidade, a saber, os bairros do centro e da zona leste, onde estão situados dois dos *Shoppings Centers* de Teresina. Ao criar áreas de lazer amplamente ancoradas no discurso de proteção ambiental, melhoria da qualidade de vida e garantia de desenvolvimento econômico e sustentável às pessoas do lugar, a Prefeitura Municipal de Teresina – em Parceria com o Governo Federal e o BIRD – engendra um processo de expulsão sistemática de moradores/as da zona norte destes ambientes de riqueza, dos quais a Boa Esperança, também, é pretendida como mais um, conforme afirmado por seu Valdir. A partir do Lagoas do Norte, tem-se efetivado uma política por meio da qual homens e mulheres negras, negros e descendentes de povos indígenas – genericamente nominados como pobres ou famílias de baixa renda nos RAA’s – tem sofrido um perverso processo de segregação étnico-racial no espaço urbano.

#### **4.5. Os lugares da gente negra em Teresina e as políticas mortíferas de reassentamento**

**Maria Campos** – Eles querem botar a gente lá pro rumo da Santa Maria<sup>89</sup>

**Seu Valdir** – É verdade. Olha, o Antônio Carlos, ele tem a cana dele aqui, porque ele trabalha de cana! Digamos que aconteça um fogo, a pessoa cai pra dentro dessas canas, gente rouba, entra animal dentro... E com um homem desses indo morar lá na Santa Maria? Quando ele chegar aqui, ele acha mais nada?

**Maria campos** – Só o chão!

---

<sup>89</sup> Bairro localizado na zona norte de Teresina, mas diferente da Boa Esperança, na margem direita do Rio Poti e, conseqüentemente, mais distante do centro da cidade.

**Seu Valdir** – É como eu! Eu morando aqui é do jeito que está: animal come, bagunça tudo! E eu indo lá pro Monte Verde, pra Santa Maria? Pra um rumo daquele lá! Pois o problema que eu digo é esse: eles querem tirar porque se tirar a gente daqui, a vazante é moleza. É como no dizer: mata no can-sa-ço! Eles vão cansando, cansando, cansando... Até a gente deixar de trabalhar e eles tomarem de conta! Olha, ontem, eu e meus meninos nós quebramos [colhemos] catorze sacos de quiabo. Catorze sacos é saco! Sacão! Costurado a boca!

**Antônio Carlos** – No mínimo dá vinte e oito milheiros de quiabo.

**Seu Valdir** – Dá mais! Dá mais de trinta milheiros, dá uns trinta e pouco milheiros de quiabo. Aí o camarada vai morar em outro lugar, ele tem condição? Eu tenho condição? Eu tenho minhas canoas, meus canos de aguar... Eu tenho como ficar levando e trazendo isso tudo lá para a Santa Maria?

**Antônio Carlos** – Porque, assim, Lucas, nós trabalhamos, nós moramos próximos das vazantes, nós já enfrentamos o que a gente enfrenta, é um enfrentamento constante, é uma peleja, não é seu Valdir? E, nós vazanteiros, morando longe das vazantes aí seria bem mais difícil.

**Seu Valdir** – Essa terra aqui é uma terra muito rica! É por isso que eles querem tirar o povo daqui. Lucas, você bem vê: de bem daqui pra você ir no mercado velho [centro da cidade] você vai fazendo uma caminhada, vai lá compra um quilo de carne, um quilo de feijão, um quilo de arroz e traz no dedo! Chega em casa de manhã cedo e ainda dá pra você ir trabalhar em qualquer serviço. Você vai bem aqui no mercado do São Joaquim tem as lojas de vender de tudo! Você compra um guarda roupa, você compra um fogão, você compra tudo! Está dentro da cidade! Por que... Qual distância é essa daqui? Você vai a pé, não vai de ônibus não. Por isso que eles querem tirar e eu faço é dizer mesmo! E isso, se eu viver, eu digo é pro prefeito e ainda digo até pro governador: eles querem tirar a gente daqui pra jogar lá pro rumo da Santa Maria, da Comvap, lá, porque pobre só é escarrado, só presta pra morar é dentro das matas mesmo! Tão só expulsando!



**Fotografia 5-** Seu Valdir entre os quiabeiros de sua vazante.

Ter uma vazante, como pontuado por Carlos e seu Valdir (Fotografia 5), é uma peleja, diversos seres precisam ser atendidos no processo de cultivo dos legumes: tem-se que estar atento ao fogo que, eventualmente, pode queimar todo o plantio de cana; há os animais dos/as vizinhos/as a entrar nas plantações destruindo pés de quiabo, comendo vagens de feijão e pisoteando tantos outros legumes; pessoas entram e roubam. Além dos cuidados com pragas, capivaras, pombos, camaleões, ervas daninhas e a irrigação dos cultivos. Os canos, aspersores, cabos de eletricidade e bombas hidráulicas custam caro e podem muito facilmente ser furtados. Neste cenário, a desapropriação dos lugares de morada de boa parte dos habitantes da Boa Esperança – e aqui falo especificamente de vazanteiros e vazanteiras – é também uma desapropriação dos seus lugares de trabalho, dos seus modos de reprodução social e material – se quisermos pensar por esta chave – mas, também, é a quebra de vínculos e de formas particulares de se engajar com o ambiente e, portanto, de se constituir enquanto pessoa na interação com as águas, a terra, os legumes e todos os outros não-humanos que – em parceria com os humanos – co- habitam as vazantes do lugar.

Seguindo a política das desapropriações a partir da perspectiva de vazanteiros e da vazanteira citada acima, primeiro tira-se as pessoas das casas. Depois disso, para os/as agricultores/as manterem o cultivo dos legumes – caso ainda lhes seja permitido continuarem com suas vazantes – ser-lhes-á demandado tempo, esforços e recursos desmedidos a fim de se executar uma atividade praticamente inviável frente à distância das (novas) residências em relação ao (antigo) lugar de trabalho. Paulatinamente, portanto, sob a justificativa do risco, vazanteiros/as vão sendo forçados a abandonar seus locais de trabalho, até eles – os ricos – “tomarem de conta”. O pobre é, assim, “escarrado”, ou seja, expectorado tal qual um catarro preso a sair da garganta para bem longe de quem o cuspiu. Neste cenário de expulsão de pobres urbanos para regiões cada vez mais distantes da “cidade”, a categoria “cansaço” foi acionada por seu Valdir ao se referir a processos empreendidos pelo Estado que acabam levando ao desgaste, à morte e adoecimento de corpos como os seus, um corpo velho e negro, adoecido por experiências e políticas que acabam por ir “cansando, cansando, cansando...” até matarem. Ao conversarmos sobre as desapropriações, a sensação de morte – sua presença e fim quase inevitável – era uma afetação recorrente por diversos caminhos e metáforas... Continuemos com seu Valdir:

– Criei essa família todinha trabalhando de vazante e pescando... A gente chegou nesse lugar sem nada e – depois de ter arrumado alguma coisa nesses trinta anos – ter que mudar para outro lugar, começar de novo, do zero, ir cuidar de outra vida... Não tem condição! Porque aqui, se chegarem a me tirar daqui, pra onde eu ir eu vou começar do zero e já na minha idade! Tem condição um negócio desses? Porque muda [de planta], nem que seja pra colocar de bem daqui pra bem ali, ela tem que murchar. Pode pegar qualquer uma planta, mesmo que ela esteja naquelas estufas... Corta da estufa, depois pegue ela e bote no chão que ela ainda sente! Assim como é tirar uma pessoa daqui pra botar ela em qualquer lugar que seja. Não é fácil pra gente falar isso...

A metáfora da planta – a qual ainda retomarei para falar da relação *reis do quiabo/ quiabeiros* – diz respeito a um processo de constituição mútua entre humanos, não humanos e os ambientes em que habitam. Retirar uma muda de um local para replantá-la em outro implica em um processo de dor, adoecimento e re-adaptação deste ser a um novo *lugar* que, não raro, pode levá-la a morte, pois a *planta sente*. Nisso

reside a dificuldade de *começar de novo, do zero, ir cuidar de outra vida*. O corpo – pensado enquanto planta – inevitavelmente irá murchar e depois – quem sabe?! – pode reerguer-se e reconectar-se ao outro local, mas também pode murchar e morrer, tendo em vista o *trabalho, a peleja* e, portanto a *luta* que é constituir-se em interação com este novo mundo quando a muda só se fez planta a partir da relação com o meio do qual fora retirada. O corpo-planta pode morrer, e da mesma forma ocorre quando se retira “uma pessoa daqui [Boa Esperança] pra botar ela em qualquer lugar que seja. Não é fácil pra gente falar isso...”. Realmente não é fácil – concordo com seu Valdir – porque falar sobre políticas e experiências de “reassentamentos involuntários” é também falar de políticas e experiências de morte.

No processo de selagem das casas da Avenida Boa Esperança pela Prefeitura Municipal de Teresina – abordado no capítulo 1 – a aproximação de funcionários e técnicos da prefeitura fora vista com desconfiança pelos moradores. Ao acompanhar pessoas desconhecidas entrando em suas casas, fotografando, medindo e anunciado que mais nenhuma alteração estrutural poderia ser feita no imóvel, a situação de incerteza e instabilidade frente ao anúncio possível de desterramento fez-se ainda mais presente para boa parte dos/as habitantes. A agonia causada pelo medo de uma desapropriação iminente agravou o estado debilitado de saúde de alguns/mas idosos/as, o que culminou na morte de dona Bela. O falecimento desta senhora e a instabilidade psíquica e emocional de diversos/as idosos/as na Boa Esperança está gritada na pichação em frente a uma residência na Avenida: “Firmino adoeceu nossas idosas com ameaças de desapropriação”. Dona Maria Campos contou-me sobre quando selaram sua casa e dos cuidados que teve de tomar nas conversas com sua mãe, uma mulher com mais de setenta anos.

- Vieram, entraram aqui e selaram. O selo está bem aí atrás da porta! Disseram que eu não podia mais mexer em nada na casa... Muitos idosos aqui ficaram agoniados, Lucas, muitos mesmo! Aqui em casa, eu tive que conversar com a mamãe direitinho... Dizer que a gente não ia sair daqui, não, que essa casa é nossa e ninguém vai tirar nós daqui.

Somada ao desassossego, adoecimento e tristeza de idosas e idosos residentes na Avenida, a morte de dona Isabel é reflexo de uma política de governo perpetradora de violências contra populações pobres residentes em periferias Brasil a fora. Nestas



circunstâncias, vidas como a de seu Valdir, dona Dalvina, Jorge e seus familiares não importam, são existências passíveis de serem mortas sem que isso desemboque em punição alguma para quem quer que seja, vidas nuas, para utilizar-me da apropriação feita por Gupta (2012) deste conceito desenvolvido por Giorgio Agamben. Pois como falar que o Estado tem cometido homicídios e gerado adoecimentos? Como falar que a Prefeitura Municipal de Teresina não tem chamado as pessoas para *participar* do Programa se algumas reuniões têm ocorrido? Afinal de contas, a Prefeitura Municipal de Teresina trabalha contínua e arduamente na *melhoria da qualidade de vida* destas pessoas e – sob a alegação do *risco* – famílias têm sido não desterradas ou apartadas de seus lugares de vida e morada – já que isso pode soar forte – mas “reassentadas involuntariamente” para o seu próprio bem. Neste processo, sofrimentos e óbitos proliferam-se num movimento crescente. Com isto em tela, em que medida pode-se falar do Programa Lagoas do Norte enquanto uma política de *revitalização urbana* racista, etnocida e perpetradora de segregações étnico-raciais no ambiente citadino?

A região norte de Teresina, aqui tomada metonimicamente a partir da Avenida Boa Esperança, foi o lugar para onde se direcionaram famílias pobres e de baixa renda oriundas de municípios do interior do Piauí e do Maranhão, sobretudo no final dos anos 1960. Além disso, tendo em vista a grande especulação imobiliária nas regiões sul e leste por volta da primeira metade do século XX – e, conseqüentemente, o alto custo de se obter um terreno nessas áreas –, pessoas de outras regiões da cidade migraram rumo à zona norte. A Boa Esperança, mais do que uma *opção* – no sentido de livre escolha entre várias possíveis – configurava-se como uma das únicas *condições* – fim quase inevitável às diversas pessoas na luta para se acessar um local de moradia no espaço urbano.

Neste cenário, serviços e equipamentos públicos consolidaram-se e foram implementados com o auxílio do Estado em outras zonas da cidade, ao passo que o que, hoje, compreende boa parte da região norte fora/tem sido constituído narrativa, estrutural e esteticamente enquanto um *lugar de pobreza* (MORAES e PEREIRA, 2012a; MORAES, 2013; MACHADO, 1976). Com habitações precariamente edificadas, péssimas condições de higiene e sujeita a febres e doenças endêmicas – largamente atribuídas à proximidade com os rios e lagoas em narrativas sócio-históricas que remontam à própria construção da cidade (CHAVES, 1998; MELO, 1993) – a região é apresentada como local que não acompanhou o desenvolvimento sócio-histórico de Teresina (FAÇANHA, LEAL e CHAVES, 2003). Não por acaso, a zona

norte chega ao início dos anos dois mil como alvo de uma série de políticas e práticas de desenvolvimento urbano (MORAES, 2013).

Noto que muito se tem falado a respeito da região das Lagoas do Norte como um lugar de pobres. No entanto, pouca tinta tem sido gasta para se pontuar esta região como um *lugar de negros* e, sobretudo, um *lugar negro*<sup>90</sup> (GONZALEZ, 1984; RATTS, 2012; SANTOS, 2012) e de descendentes de povos indígenas que na historiografia local só aparecem em relatos relativos ao século XVII (CHAVES, 1998, MELO, 1993; LIMA, 2014) para depois sumirem sumariamente das narrativas sócio-históricas a respeito da cidade. Contudo, no que se refere à Zona Norte – especificamente, e às periferias de Teresina, de maneira geral – enquanto lugares marcados pela presença de pretos e de expressões culturais de matriz africana, destaco os trabalhos de Carmo e Moraes (2016), Silva (2008) e Lima (2014). Este com importantes reflexões para pensarmos ajuntamentos de pretos e indígenas na região.

Conforme ressaltei no capítulo 2, mais de 70% da população do município de Teresina autodeclara-se preta ou parda, o que faz da cidade a segunda capital do nordeste com o maior número de pretos/as, ficando atrás somente de Salvador- Bahia. Na Zona Norte, a presença de cerca de 300 terreiros de matriz afro-religiosa (CARMO e MORAES, 2016; CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA, 2016) – sobretudo de Umbanda – e da maior parte dos grupos de bumba-meu-boi da cidade (PEREIRA, 2011) são expressões paradigmáticas para pensarmos a região enquanto um *lugar negro* e de descendentes de povos indígenas. Um *lugar afro-indígena* na cidade de Teresina. Diante disto ressalto: são estas minorias étnico-raciais as populações atingidas diretamente com as desapropriações em curso através do Projeto Lagoas do Norte.

Uma parte da Boa Esperança também é nominada de África por alguns de seus moradores em virtude da presença preponderante de negros e negras. O que vem ao encontro de uma constatação bastante *escura* para mim: assim como eu, a maioria das pessoas com quem interagi é preta – seu Valdir e toda sua família; Dona Dalvina e seus filhos/as, netos e marido; Jorge e alguns de seus irmãos e irmãs; as brincantes do bumba-meu-boi Estrela Dalva; as artesãs Marlene, Socorro, Gisele e tantas outras e outros. A inefabilidade disto leva-me a uma reflexão já bastante conhecida e

---

<sup>90</sup> Inspiro-me em Alex Ratts para pontuar que, se existem os *lugares de negros*, marcados pela segregação racial e espacial, estes espaços, não raro, também podem se constituir enquanto *lugares negros*, no sentido de “locais com os quais indivíduos e grupos negros se identificam [e] nos quais se reconhecem e são reconhecidos” (RATTS, 2012: 220). Nesta dissertação, por vezes, utilizo a expressão *lugares de negro* (GONZALES, 1984) como sinônimo de *lugares negros* (RATTS, 2012)

reconhecida no pensamento negro sobre contextos urbanos: a de que os diversos espaços constituintes da cidade são racialmente marcados (SANTOS, 2012).

Velho (1989) uma vez falou que o mapa da cidade é um mapa social através do qual as pessoas definem a si e aos outros a partir dos seus locais de moradia. Há, assim, uma hierarquização entre bairros e é no emaranhando dessas relações desiguais de força, poder e prestígio que as pessoas percebem, habitam e se situam dentro da cidade. Somente em sistemas de percepção do ambiente urbano amplamente informados por gradações de poder e prestígio é que é possível, em Teresina, a criação de espaços como o Jockey e o Bairro dos Noivos, assim como Copacabana, Ipanema ou Barra, no Rio de Janeiro. Conforme destacado por Gilberto Velho a respeito da constituição destes lugares, há nisto “uma identificação entre local de residência e prestígio social, mesmo não havendo alterações na ocupação ou na renda das pessoas em pauta” (VELHO, 1989, p.89).

A esta percepção, inspirando-me em Santarém (2012), Ratts (2012) e Gonzales (1984), acrescento que o mapa da cidade também é um mapa racial. Assim, se determinados lugares na cidade podem e são corriqueiramente categorizados enquanto *ricos* ou *pobres*, *nobres* ou *populares*, estes ambientes também são atravessados por uma série de questões étnico-raciais que irão definir determinados ambientes enquanto *lugares de brancos* e *lugares de negro*. Fortemente ancorada na ideia de *lugar natural* proposta por Aristóteles, a noção de *lugares de negro* – desenvolvida por Gonzales (1984) e reelaborada por Ratts (2012) enquanto *lugares negros* (vide nota de rodapé na página anterior) – reflete a respeito das paisagens de força e poder marcadas no espaço urbano a partir da raça:

Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. **O lugar natural do grupo branco dominante** são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e **devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída**. Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. **Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...)** (GONZALES, 1984: 232) [grifos meus]

A Boa Esperança, enquanto um lugar negro na cidade, contrasta com os lugares de branco que, em Teresina, compreendem especialmente a Zona Leste e seus bairros tidos como nobres: é lá onde se situam os principais *Shopping Centers* da cidade, o

*campus* da Universidade Federal do Piauí, clínicas veterinárias e de estética, além dos condomínios de luxo onde residem famílias de classes médias e altas. A Avenida periférica, passível de alagamento, fruto de invasões e da *ocupação desordenada do solo* urbano, localiza-se na região entre os rios Parnaíba e Poti – zona norte. Contudo, apenas 15 minutos de carro separam a Boa Esperança do Bairro dos Noivos – onde está o Teresina *Shopping*. De carro, é bom ressaltar, pois para boa parte dos habitantes da Boa Esperança que não contam com este tipo de transporte a espera por um ônibus da Avenida até o centro de Teresina e do centro ao *Shopping* torna este trajeto impossível de ser realizado em menos de uma hora e meia.

Até o ano 2000, os moradores da Avenida Boa Esperança e entorno eram servidos por uma linha de ônibus que fazia o percurso Poty Velho, Mafrense, Olarias, São Joaquim entre outros bairros, até o centro. Os ônibus passavam com frequência e a comunidade era assistida de forma razoável pelo transporte público. Após o ano 2000 houve uma modificação na linha que passou a abranger os bairros da região do [conjunto habitacional] Nova Teresina, além disso houve uma redução da frota, que passou de 4 pra 2 ônibus, sendo que aos finais de semana e feriados essa frota se resume a apenas um veículo. Observando que de 2000 até o presente momento houve um aumento da população, ao passo que a qualidade e frequência do serviço público diminuíram. Nessa situação os moradores tem que se deslocarem grandes distâncias. Caso eleito, quais as alternativas para solucionar esse problema? [Pergunta elaborada e lida no debate dos candidatos à prefeitura pelo morador Raimundo Silva, o Novinho]

Esta pergunta foi feita por um morador da Boa Esperança no debate entre candidatos à Prefeitura de Teresina, realizado em 2015 na zona norte e organizado pelo Centro de Defesa Ferreira de Sousa. A queixa, expressa em forma de questionamento aos candidatos, evidencia o quanto *lugares de negros* e *lugares de brancos* encontram-se apartados por uma série de mecanismos que, em última instância, acabam por segregar e limitar as experiências de pessoas negras e pobres em diversos espaços da cidade. A precariedade do transporte público fornecido para a região da Avenida dificulta a presença de seus/suas moradores/as nestes espaços de uso e consumo privilegiado da branquitude, como os são os *Shopping Centers*. Porém, o contrário não ocorre com tanta frequência: partindo da zona leste, pessoas de maior poder aquisitivo pegam seus automóveis e se dirigem à zona norte nos finais de semana – geralmente com amigos e parentes de outras cidades – a fim de visitar o Encontro dos Rios, almoçar no seu Restaurante Flutuante e, quem sabe, passar pelo Polo Cerâmico e comprar alguns enfeites em argila para o jardim à beira da piscina.

A divisão racial do espaço urbano, portanto, opera no sentido de “proteger” os lugares de brancos da presença de negros. E – como se não bastasse a precariedade do

transporte público fornecido para regiões como a Boa Esperança – políticas de “reassentamento involuntário” tornam o acesso de pessoas pretas e pobres a estes outros espaços da cidade cada vez mais rareados, tendo em vista que suas presenças são vistas com olhos de medo, desconfiança e hostilidade nos *lugares de branco*. Diante disto, acrescento mais uma nuance à noção do *risco*: se, por um lado, estas pessoas são desapropriadas por se encontrarem em áreas consideradas de *risco*, elas também são seres potencialmente causadores de *risco* ao bem estar e, sobretudo, à segurança dos usuários e freqüentadores dos lugares da gente branca, espaços dos quais eles e elas – os pretos e/ou pobres moradores da Avenida – encontram-se tão perto e, ao mesmo tempo, tão distantes. Peço licença para uma digressão.

Em Teresina, assim como em diversas capitais no Brasil, jovens das periferias da cidade – e aqui falo especificamente de alguns jovens da zona norte, onde está situada a Boa Esperança – saem de suas casas aos finais de semana na busca por diversão. Geralmente acompanhados por primos e amigos, vestem suas melhores roupas, capricham no penteado, no calçado, na maquiagem e no perfume. Um dos destinos possíveis nos trajetos destes jovens é o Teresina *Shopping* que, no seu entorno, conta ainda com uma vasta área pública de lazer: o Parque Potycabana, localizado à beira do rio Poti e – a exemplo dos Parques a serem edificadas na região das Lagoas do Norte – contém pistas de ciclismo, rampas de skate, *playgrounds*, quiosques e quadras de esportes. Em 2014, um fato acontecido nestes espaços ganhou os portais de notícia teresinenses: contou-se que alguns adolescentes – amplamente categorizados nas matérias jornalísticas enquanto “aqueles dos rolezinhos”<sup>91</sup> (leia-se pessoas inegavelmente pobres e/ou pretas para observadores inegavelmente ricos e/ou brancos) – estariam no Parque Potycabana a se divertir com amigos até que, em dado momento,

---

<sup>91</sup> No início dos anos 2010, tornou-se difundida nacionalmente uma forma bastante particular de jovens de periferia se apropriarem de espaços de poder e prestígio tão caros às classes médias e altas dos grandes centros urbanos, a saber, os Shopping Centers. Este fenômeno, largamente nominado como “rolezinho” (PINHEIRO-MACHADO, 2014), foi visto com incômodo pelos tradicionais freqüentadores dos Shoppings, que sentiam-se invadidos com a presença de garotos e garotas – em sua maioria negros e negras - a transitarem pelas praças de alimentação, lojas de roupas, óculos e tênis de marcas. Na etnografia apresentada por Pinheiro-Machado (2014) com garotos/as da periferia de Porto Alegre, os/as jovens contavam do quanto preparavam os próprios corpos e os figurinos com certas blusas, bonés e sapatos caros para irem aos Shoppings e, assim, serem vistos enquanto gente e – pelo menos esteticamente, acrescenta a autora - resolverem uma profunda tensão entre a visibilidade de suas presenças e existências e os padrões de raça e classe hegemônicos em ambientes como aqueles. A despeito de toda esta produção, contudo, estes meninos e meninas não deixavam de ser alvo dos olhares desconfiados dos donos e vendedores dos estabelecimentos comerciais por onde passavam: “[...] os donos da loja se assustavam e cuidavam para ver se eles não roubavam nada. Um funcionário disse à Lucia [Scalco]<sup>91</sup> a mais honesta frase de todas (uma honestidade que corta a alma): “não adianta eles se vestirem com marca e virem pagar com dinheiro. Pobre só usa dinheiro vivo. Eles chegam aqui e a gente na hora vê que é pobre”. (PINHEIRO-MACHADO, 2014)

decidiram passar no Teresina Shopping, logo ao lado, e lá ter-se-iam envolvido em um conflito armado. Esta cena foi narrada à exaustão em diversos meios da imprensa local<sup>92</sup>.

Nas notícias, destacava-se que os jovens envolvidos no ocorrido realizavam um rolezinho no Teresina Shopping. Além dessa informação, pouco ou quase nada se diz a respeito deles, quem eram e se, de fato, nominavam como rolezinho esses passeios ao Teresina, pois a categorização de que os dois seriam deste “movimento” fora acionada por pessoas presentes na cena, não pelos próprios jovens. A eles, portanto, fora designada uma constatação que, neste contexto, transformou-se em sentença: ambos eram os meninos do “rolezinho”. Na mesma velocidade com que estes adolescentes apareceram no *Shopping* e nos portais de notícia da cidade, eles também sumiram sem maiores informações sobre suas vidas, corpos e trajetórias. Menos de duas semanas depois, contudo, a Justiça Estadual do Piauí emitira uma liminar proibindo crianças e adolescentes de entrarem no *Shopping* desacompanhados de adultos<sup>93</sup>.

**Nos pontos de ônibus haverá viaturas da polícia para garantir a ordem e a segurança da população.** [...] Os clientes do Teresina Shopping enalteceram a decisão da Justiça Estadual em adotar medidas que garantam o direito a segurança de circular e efetuar compras no local. **A Justiça, de maneira rápida e eficiente, entendeu a situação e respondeu ao chamamento da sociedade que espera ter sempre garantido o seu direito de ir e vir.** [...] **A medida permite que as famílias tenham comodidade e tranquilidade ao circularem pelo centro de compras.** ( Portal “Capital Teresina, 12/05/2014) [grifos feitos por mim]

Pergunto: a quem ou, melhor, a quais corpos especificamente esta liminar se dirige? Todo/a e qualquer menino/a estaria igualmente passível de ser barrado por guardas, seguranças e oficiais de justiça ao tentar entrar no Shopping? A quem a viatura da polícia protege fazendo ronda nos pontos de ônibus e impedindo adolescentes de se aproximarem de certos espaços de lazer? A quem a viatura da polícia ameaça e reprime? Que pessoas estão tendo o seu direito de ir e vir assegurado? Quem está sendo violentamente tolhido e limitado neste mesmo direito? O ato de categorizar aqueles jovens enquanto garotos adeptos do “rolezinho” e, na sequência, a expedição de uma liminar proibindo a entrada de crianças e adolescentes desacompanhados nas dependências do Shopping é a expressão nefasta de uma política de gerenciamento do

<sup>92</sup> Para mais detalhes ver: <http://oglobo.globo.com/brasil/adolescente-baleado-durante-rolezinho-em-shopping-de-teresina-12377338> ; e <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2014/05/adolescente-diz-que-atirou-porque-jovem-esbarrou-nele-em-rolezinho.html> Acessadas em janeiro de 2017.

<sup>93</sup> Para mais informações ver: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/teresina/menores-so-podem-entrar-no-teresina-shopping-com-acompanhantes-adultos-11813.html> Acesso em janeiro de 2017.

espaço urbano extremamente racista e classista. São jovens negros e/ou pobres oriundos dos *lugares de negro/lugares negros* – dos quais a Boa Esperança é apenas mais um em Teresina – as pessoas a serem expulsas, humilhadas e escoltadas pela polícia do Bairro dos Noivos, tradicionalmente um *lugar de brancos*. Certos corpos nestes espaços, portanto, abalam a “comodidade e tranquilidade [das famílias] ao circularem pelo centro de compras”, pois lhes constituem um *risco*.

Neste cenário, a precariedade do transporte público em regiões periféricas da cidade é apenas mais um dos modos através dos quais os *lugares de negros* vão sendo gestados de forma espacialmente segregada. Atrelada a esta dificuldade de locomoção na cidade, destaco – com base na discussão a respeito do rolezinho no Teresina Shopping – outro fator de segregação e de reprodução de violências contra pessoas oriundas de *lugares negros*: a saber, a constante ameaça da polícia, que subjuga, humilha e oprime pessoas pretas e/ou pobres (nem de longe “protegendo” ou garantindo a “segurança da população” como ocorre nos *lugares de brancos*). Continuo, então, com a fala de Lélia Gonzales ao referenciar – por contraste – os *lugares de negros*:

No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. **Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar.** É por aí que se entende porque o outro lugar natural do negro sejam as prisões. **A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão.** (GONZALES, 1984: 232)  
[grifos feitos por mim]

Na Boa Esperança, é impossível passar um dia sem cruzar com alguma viatura da polícia. Elas passam vagarosamente pela Avenida, olhando (ou fingindo olhar) tudo atentamente, como que para deixar sua presença clara aos moradores. Algumas vezes, quando eu ia retornar a vazante do Jorge à tarde, por volta das 13h30-14h00, deparava-me com jovens negros sendo revistados por policiais fardados para, logo em seguida, serem liberados. Iniciei o capítulo passado com o Wanderson sendo abordado violenta e intempestivamente por viaturas policiais ao voltar à noite da casa da namorada. O filho do Jorge – meu primo – fora retirado do seu carro e, em seguida, algemado e levado preso em flagrante por desacato à autoridade. Detalhe: ele sequer fora solicitado a apresentar carteira de habilitação ou documentos do veículo. Apesar dos gritos de Jorge e dos vizinhos ao falar que todos ali eram *trabalhadores*, os policiais levaram o rapaz. Tia Claudilene e seu esposo passaram a noite na delegacia resolvendo os trâmites para a soltura do filho. A quem o Estado – através da polícia, mas não somente – protege? A quem ele sistematicamente nega os direitos de ir, vir e, sobretudo, viver?

Wanderson, jovem de periferia, com seu cabelo crespo, nariz largo e de ponta arredondada, auto-declarado “pardo” – mesmo reconhecendo o seu *DNA negro*, como ele me disse –, aponta mais alguns caminhos para pensarmos a respeito disso:

– Eu acho que hoje tudo é questão de lógica, Lucas, entendeu? Eu acho que se eu viesse num [automóvel] Corola ou numa Hilux o tratamento ia ser diferente... Eu acho que, vamos supor... Eu tivesse numa zona leste, por exemplo, num Café Del Mar<sup>94</sup> da vida ou em frente, ou ali por perto... Se eu viesse passando em frente à facide (FACID<sup>95</sup>) ia ser diferente de eu tá na zona norte, aonde os policiais agem como se fossem Deus do mundo, entendeu? Aqui na zona norte! Quando, lá na zona leste, a gente não vê um carro sendo parado... Baculejo lá não rola e aqui, na zona norte, é direto [automóvel] Honda Civic sendo parado... Porque, pra polícia, quem anda de Honda Civic aqui na zona norte é traficante, agora, quem anda de Corola, Honda Civic lá na zona leste, é doutor, é médico...

Na zona norte, portanto, longe de proteger, a polícia tem por “objetivo próximo a instauração da submissão” (GONZALES, 1984: 232), a criação de ambientes onde todos estão sob constante suspeita. O discurso/prática que baliza a presença de militares nestes lugares é a noção de segurança, mas segurança para quem? Ao lado do Parque Lagoas do Norte – concebido como uma área voltada a lazer e turismo – encontra-se um batalhão da Polícia Militar, obra recente e, assim como o Parque, presente no bojo das intervenções executadas pelo PLN. Logo, paralela aos “reassentamentos involuntários” – leia-se: desapropriações forçadas amplamente ancoradas em um discurso sócio-ambientalista que define a região das Lagoas como de *risco* – a polícia tem trabalhado no sentido de tornar o lugar cada vez mais hostil aos próprios habitantes, grosso modo tomados pelos militares como possíveis bandidos/elementos/meliantes/traficantes.

**Não por acaso**, os baculejos presenciados por mim na Avenida ocorriam com uma frequência assustadora, pois, no tirocínio dos policiais, estas pessoas – em sua maioria pretas e pardas – significam o *risco*. Tal fato deixa evidente a constituição de um saber-fazer policial que leva em consideração “um conjunto de valores e moralidades que redundam na manutenção da filtragem racial nas abordagens” (SINHORETO *et. al.*, 2014: 123). **Não por acaso**, também, o maior número de pessoas

<sup>94</sup> Boate localizada no bairro Jóquei, zona leste

<sup>95</sup> Faculdade Integral Diferencial, localizada no bairro de Fátima, zona leste.



mortas por militares em diferentes estados do país nos famigerados “autos de resistência”<sup>96</sup> são, preponderantemente, jovens negros e/ou pardos. Ainda na série dos **não por acaso**, são também as pessoas que correspondem a este fenótipo aquelas com as maiores taxas de prisões em flagrante, configurando de forma inefável a extrema vigilância policial direcionada à população negra brasileira (SINHORETO *et. al*, 2014; BRASIL, 2015) É preciso combatê-la, detê-la, humilhá-la, autuá-la em flagrante, cenas corriqueiras no Parque Lagoas da Morte, como já o apelidaram alguns moradores.

Sei que dei alguns passos na tentativa de responder em que medida pode-se falar do Programa Lagoas do Norte enquanto uma política de *revitalização urbana* racista, etnocida e perpetradora de segregações étnico-raciais no ambiente citadino, mas até agora só falei da Boa Esperança enquanto um lugar de negros. O que dizer dos indígenas? Isto nos faz acessar a Avenida e esta região da Zona Norte como um *lugar sagrado* na cidade de Teresina, território dos índios Poti que, há muito, encantaram-se por lá.

#### 4.6. Coletivos afro-indígenas e nova versão da carta de Pero Vaz de Caminha

Lúcia é mulher negra e umbandista, filha-de-santo. Uma das principais intelectuais com quem dialogo nesta dissertação. Durante alguns anos ela atuou à frente da União de Mulheres Piauienses, entidade que luta contra a violência cometida às mulheres em todo o estado. Foi nascida e criada na zona norte, onde vive até hoje. Quando as primeiras reuniões entre agentes da prefeitura e moradores locais ocorreram, Lúcia, junto com sua amiga Francisca, estava na vice-presidência da associação dos vazanteiros:

---

<sup>96</sup> Apesar de ser este o termo encontrado por mim no material citado acima – publicações que datam de 2014 e 2015 – informo que, no início do ano de 2016, “Uma resolução conjunta do Conselho Superior de Polícia, órgão da Polícia Federal, e do Conselho Nacional dos Chefes da Polícia Civil publicada hoje (4) no *Diário Oficial da União* aboliu o uso dos termos “auto de resistência” e “resistência seguida de morte” nos boletins de ocorrência e inquéritos policiais em todo o território nacional.” Assim, desde a publicação desta decisão no dia 4 de janeiro de 2016, é de incumbência do “delegado responsável pelo caso avaliar se os agentes envolvidos “se valeram, moderadamente, dos meios necessários e disponíveis para defender-se ou para vencer a resistência”. O texto determina que, a partir de agora, todas as ocorrências do tipo sejam registradas como “lesão corporal decorrente de oposição à intervenção policial” ou “homicídio decorrente de oposição à ação policial.” (Portal da EBC Agência Brasil, 04/01/2016, disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-01/resolucao-determina-fim-dos-autos-de-resistencia-em-registros-policiais> Acesso em Janeiro de 2017)

- Quando eu fui pras reuniões, eu pensei que a gente fosse conseguir alguma coisa pros vazanteiros, cursos, bombas de irrigação, semente... Eu pensei que a gente fosse participar do projeto de alguma forma. Aí quando eu cheguei lá que eu vi que não tinha espaço pra gente, pros pobres, aí eu me indignei! Quando eu cheguei aqui em casa que eu vi... Porque, até então, o discurso da prefeitura era que aqui era uma área insalubre, que aqui era uma área de pessoas necessitadas, que aqui era uma área de pretos<sup>97</sup>... O discurso deles era esse! Aí quando eu vi essa situação, de que a gente não ia ter espaço pra falar eu fiquei triste... Os anos foram passando e muita coisa aconteceu, criaram o Comitê Lagoas do Norte, que era pra defender os interesses das comunidades atingidas – o que foi uma mentira – e me tiraram da organização, disseram que eu atrapalhava mais do que ajudava, que eu era boa pra mobilizar as pessoas, mas não servia pra coordenar... Lucas, eu fiquei muito triste... Aí eu estava no terreiro e conversei com \*\*\*<sup>98</sup>, com a entidade, e ela me perguntou: “você vai desistir dessa luta?”. Foi quando ela me falou o seguinte: “muito sangue já correu nessa beira de rio, muito sangue de índio já passou por ali... Essa luta não é só por vocês, é pelos indígenas e pelos antepassados que vieram antes de vocês e por quem ainda está por vim”.
- Ah, os índios...
- Humrrum, aqui era terra de índio, muitos deles morreram, mas outros estão encantados por aqui.
- Encantados? – perguntei.
- Sim, alguns não morreram e estão encantados aqui... Se encantaram nas águas desses rios, nessas plantas, nessas pedras, nas lagoas e nesses animais aqui da região... Eles até se aproximam de algumas pessoas mais antigas pra deixar alguma mensagem... Nem todo mundo pode ver... É por isso que eu te digo que esse lugar aqui é um lugar sagrado!

---

<sup>97</sup> Aqui, Lúcia Sousa fala “área de pretos” no sentido do que Lélia Gonzales (1984) nomina “lugares de pretos”, ou seja, lugares tomados pelas elites como subalternos, sujeitos, pobres, decrépitos e marginais. Espaços dignos, a um só tempo, de raiva e pena. Percepções como estas trazem no seu bojo ideacional categorias que remetem à noção de “caridade” ao analisar políticas voltadas para a população negra. A indignação de Lúcia com a fala de técnicos e gestores da Prefeitura Municipal de Teresina quando estes se referem a Boa Esperança como “área de pretos” reside, portanto, no incômodo em como – muito facilmente – políticas voltadas para regiões marcadamente caracterizadas pela presença de pessoas negras são acionadas discursivamente como “favor” ou “boa vontade” por parte dos/as gestores/as. Nunca como uma obrigação do estado em garantir direitos e melhores condições de vida a certos corpos.

<sup>98</sup> Não foi dada permissão para revelar o nome do/a guia espiritual em questão.

Os encantados, portanto, são seres espirituais que viveram, mas não chegaram a morrer como nós humanos, pois se transformaram em algum outro ser, seja uma lagoa, as águas de um rio, uma cobra, um determinado tipo de peixe. O acesso e a comunicação com os encantados não são interações possíveis a toda e qualquer pessoa: somente alguns dos mais antigos, ou seja, dos mais velhos, conseguem interagir com eles. É neste sentido que os indígenas, aqui trazidos também a partir da noção de *encantados*, articulam na experiência de Lúcia uma percepção de luta pelo direito a moradia e ao *lugar* que aciona não só o presente e o futuro, mas também o passado.

Autores como Machado (2002) e Baptista (2009), apontam para a existência de povos indígenas na confluência dos rios Parnaíba e Poti em registros que datam do século XVII. De acordo com ambos, ali era território de índios da etnia Poti, pertencentes à nação Tremembé, categoria utilizada por estes dois autores. Outro historiador, Cláudio de Melo (1993), também corrobora com esta visão e diz ainda que, por volta de 1660, tropas bandeirantes lideradas por Domingos Jorge Velho instalaram-se na Barra do Poti. Contudo a estadia de Jorge Velho na desembocadura do Poti fora tão rápida quanto nefasta, visto que, em meados da década de 1680, o bandeirante deixaria as terras, hoje, piauienses (MELO, 1993; CHAVES, 1998). Antes mesmo da fundação da cidade, em 1852, registros sócio-históricos e de moradores locais corroboram, portanto, para pensarmos alguns povos indígenas como os primeiros povoadores da região e – conforme ensinam alguns pais e mães de santo – como os verdadeiros donos do lugar (CARMO e MORAES, 2016), em uma acepção semelhante aquela acionada por Lúcia. Dona Luzia Aguiar<sup>99</sup>, já citada neste capítulo, falou-me um pouco mais a respeito dos povos indígenas que habitavam a região da Barra do Poti:

– Então, sim, a história que eu vou contar não tem nada por escrito, foi só conversando, ouvindo um pedacinho aqui, outro acolá. Minha madrinha, meu pai, minha mãe e meu tio, essas são as fontes de informação. E, então, eu fui juntando os pedacinhos aqui, os pedacinhos acolá. [...] Então, muitos não acreditam, porque não tem nada por escrito. Mas eu fico pensando: e como o pessoal tem hoje... Houve o descobrimento do Brasil, Pedro Álvares Cabral veio,

---

<sup>99</sup> Entrevista realizada por mim em 2012 no âmbito do projeto “Mulheres do Poti: gênero, identidade, memória: arte cerâmica e economia da cultura” enquanto bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), sob orientação e coordenação da professora Maria Dione Carvalho de Moraes (Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Piauí. DCS/UFPI).

né? De longe... Descobriu o Brasil e está aí nos livros e tudo... Que os habitantes da terra não eram os índios? Pois, aqui, no Poti, os moradores, em mil e setecentos, era os índios. Os índios Poti. Então, deram-lhe este nome, aqui, do lugar, Poti, por quê? Em homenagem aos índios, tanto o lugar como o rio, aí, chamaram rio Poti. Aqui só viviam os índios. Os índios eram homens pacatos, trabalhadores, eles viviam de pescar, eles viviam da pesca e da horta. Eles faziam umas vazantes plantavam nessa beira de rio era o feijão, a cana- de - açúcar, o algodão e o fumo. Eles próprios faziam o seu material de pesca, os seus landuais... Dizem que os índios eram uns índios muito bonitos, simpáticos... Tanto a cabeleira dos índios como das mulheres diz que dava na cintura.[...] Cabelo grande e eles faziam a fita com a aquela tira... O fio da palha do tucum. Diz que faziam tanto arranjo bonito, diz que viviam em paz. Quando em mil e setecentos chegou Domingos Jorge Velho.

– Mil e setecentos?- Perguntei.

– Mil e setecentos. Domingos Jorge Velho caçando braço para trabalhar nas fazendas de gado, ele pegou os índios e os índios não aceitaram porque eram pacatos, a terra era deles! Mas, aí, eles entraram em atrito, houve uma briga, houve morte. Muitos índios fugiram, muitos morreram e os que na terra ficaram foram escravizados para trabalhar nas fazendas de gado [...].

– Barra do Poti, Teresina nem existia nessa época... – Falei.

– É... Aí, como era [o rio] Poti, chamava Barra do Poti, por quê? Chamavam Barra do Poti porque existiam os dois rios, o encontro de dois rios. Esse descia e encontrava com o Parnaíba, o Poti. Aí, dava o nome de Barra, lá, na embocadura. Chamavam Boca do Rio, Barra do Poti ou, então, Bico do Pontal. Eles chamavam esses três nomes, né?[...] Tudo era fazenda de gado. Quando houve as enchentes, porque naquele tempo diz que o inverno era bom e as enchentes eram freqüentes e, então, inundava. Então, o pessoal, índio e todo mundo, corria, corria para cima... Os índios iam para um morro chamado Bandar. Morro do Bandar. [...] É, que lá eles viviam. Lá tinha um riacho, lá eles pescavam, comiam as frutas do mato e, quando as águas baixavam, eles voltavam como os moradores.

– O Morro do Bandar, a senhora sabe onde é que fica?

– Olha, o Morro do Bandar fica ali onde hoje é o Colégio das Irmãs. Onde hoje é o Memore<sup>100</sup> é que era o Morro do Bandar, lá era alto. E, então, quando as águas baixavam, eles voltavam. Nessas alturas, já tinham os coronéis, eles não agüentaram, diz que eles abandonaram... Quando as águas baixavam, os pobres vinham... Aí, foi aumentando... Já tinha os pescadores, os índios e tudo...

A fala de dona Luzia e Lúcia apontam para o seguinte: “no início, eram os índios”. Os povos indígenas, tanto nestas narrativas como naquelas relacionadas a uma sócio-historiografia a respeito do lugar, aparecem como os primeiros povoadores da região, pessoas que *existiram*, *habitavam* e, por fim, *eram*. Os verbos utilizados para se referirem a estas populações estavam sempre no passado, exceto quando estes/as indígenas eram acionados a partir das vivências e experiências de pessoas conectadas a religiões de matriz afro-brasileira e, assim, ganhavam a materialidade de *encantados*. Os verdadeiros donos do lugar, presentificados nas matas, nas lagoas e nos animais. Os índios, no presente, também aparecem como ancestrais longínquos em árvores genealógicas familiares e, se parte considerável dos moradores da Boa Esperança são pretos, um número também considerável deles rememoram tios, avós e bisavós *que eram índios*. Esses indígenas, em larga medida, aparecem pintados no tom idílico de um índio da época do “descobrimento”, que vive na mata a comer os frutos das árvores, numa relação tão simbiótica quanto harmônica com as “plantas” e os “animais”, tal qual na fala de dona Luzia. Ao passo que esse índio romântizado é acionado por alguns/mas moradores/as da Boa Esperança e trazido para dentro de uma rede de parentesco relativamente próxima, ele também é dado como alguém que iniciou uma linhagem em condições extremamente adversas e, em virtude do genocídio perpetrado pelo empreendimento colonial, morreu, ficando para sempre no passado.

Estas narrativas a respeito da espoliação e dizimação dos povos indígenas em Teresina são consoantes com um modo bastante difundido de se pensar estes povos no estado do Piauí inteiro, que, juntamente com o Ceará e o Rio Grande do Norte, era dado pela FUNAI e pelos trabalhos de antropólogos, missionários e historiadores como um dos únicos estados do Brasil onde não existiam povos indígenas, conforme pontuou Barreto Filho (1994). Sem entrar nas importantes discussões sobre “etnogênese”, “emergência étnica” ou “índios do Nordeste” (BARETO FILHO, 1994; OLIVEIRA,

---

<sup>100</sup> Bairro localizado na zona norte.

1998), destaco apenas que essa realidade tem mudado nos últimos anos, a exemplo dos Tapebas, no Ceará (BARRETO FILHO, 1994), dos Potiguara no Rio Grande do Norte e – falando de Piauí – dos kariri, no município de Queimada Nova (KOS, 2015), dos Tabajaras em Piripiri e tantos outros, pois conforme aponta o Censo 2010 do IBGE, o Piauí contava à época com aproximadamente 3 mil indígenas. Destaco isto para pontuar, por um lado, o quão perverso fora o massacre e o genocídio dos povos indígenas no Piauí e, por outro, as especificidades do processo de reconhecimento étnico no estado. É, portanto, neste cenário que falo de indígenas na zona norte de Teresina, levando a sério a forma como alguns habitantes da região acionaram para mim suas conexões com estes povos, localizando-as no passado e no universo da *encantaria* – sim! – mas também no presente, a partir dos próprios corpos, *sangue* e relações familiares. É a partir disso que tenho tentado mostrar como a zona norte não é somente um *lugar de negros/ lugar negro* na cidade, mas de coletivos afro-indígenas ou afro-pindorâmicos, para citar a expressão de Antônio Bispo (2015).

Diante disto, mais uma vez pergunto: em que medida pode-se falar do Programa Lagoas do Norte enquanto uma política de *revitalização urbana* racista, etnocida e perpetradora de segregações étnico-raciais no ambiente citadino? Continuemos, então, refletindo etnograficamente a partir dessa inquietação. Antônio Carlos, vazanteiro, uma vez me falou que na Boa Esperança, antigamente, *eram os índios* e que eles foram tirados de lá à bala e que, hoje, não se pode mais usar a bala como usavam naquela época, mas que continuam a quererem tirar habitantes locais:

– Olha, eu tenho percebido que os vazanteiros estão sendo expulsos dessa área... Antigamente eram os índios e eles tiraram na bala, hoje eles querem tirar a gente com a lei.

A percepção do Carlos com relação aos processos ocorridos na zona norte é de uma sinceridade assustadora, de tão dolorosa e palpável que é. Seu Valdir, há algumas páginas, falou do *ser escarrado*, do *pobre que só serve pra morar na mata* e, agora, este outro vazanteiro retoma outro termo deste mesmo campo semântico que é o *ser expulso*, ou seja, ser relegado para regiões cada vez mais distantes a despeito da própria vontade. Neste movimento, a arma utilizada contra ele e os seus é a lei, que, assim como a bala, mata dizima e espolia. Duas ferramentas em nada semelhantes na forma, mas potencialmente letais em seus efeitos, sobretudo para os moradores da Boa

Esperança, de ontem e de hoje. É interessante notar como reflexões desta estirpe estão presentes nas obras, experiências e trajetórias de outros pesquisadores negros, como Antônio Bispo (2015), que se propõe a refletir a respeito das aproximações e distanciamentos entre a destruição empreendida ao Quilombo dos Palmares no século XVII e os atuais e contínuos ataques perpetrados pelos megaprojetos e pelo Estado contra uma série de comunidades de pessoas negras e indígenas.

Bispo (2015) trabalha com a ideia de um processo perene de colonização, perseguição e violências perpetradas contra estas minorias étnico- raciais. No passar dos anos, passado e presente parecem confundir-se, pois, apesar de as estratégias serem outras, os processos e suas conseqüências são sempre as mesmas contra pessoas que, historicamente, têm sido categorizadas como gente “sem disciplina social, sem senso de moral e dos bons costumes, portanto, uma ameaça a integridade moral, social econômica e cultural” (BISPO, 2015: 58) dos colonizadores de diversos lugares e períodos. No período colonial propriamente dito, as comunidades negras nomeadas como Mucambos e Quilombos eram destruídas pela legislação vigente sob o pretexto de serem criminosas. Canudos, na Bahia, fora duramente reprimida por ameaçar a ordem e a integridade moral, social e econômica da República. A comunidade Pau de Colher, na divisa da Bahia com o Piauí, em 1930, ameaçava aos getulistas do Estado Novo e, por isso mesmo, fora destruída. Em todos estes eventos, pontua Bispo (2015), há um processo de invasão, expropriação e etnocídio de uma população por outra, o que os coloca no bojo das empreitadas colonizadoras efetuadas no Brasil desde o século XVI.

Quando da invasão do Brasil pelos europeus, o documento paradigmático do processo de expropriação territorial fora a carta de Pero Vaz de Caminha. Este texto descrevia as belezas do ambiente, as potencialidades da terra recém invadida e, para além dos *usos* possíveis do lugar, apresentava uma *serventia* bastante prática para as pessoas encontradas aqui:

Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal, ou ferro; nem lha vimos. Contudo, a terra em si é de muito bons ares frescos e temperados com os de Entre-Douro- e-Minho, porque neste tempo agora assim os achávamos como os de lá. Águas são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, darse-á nela tudo, por causa das águas que tem! Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar (CAMINHA, Pero Vaz de. *A Carta apud* BISPO, 2015:37)

Nesta carta, a análise do meio e a maneira de perceber as pessoas que nele habitavam deixa evidente as intenções exploratórias da coroa portuguesa desde a sua

primeira aproximação com o território que, hoje, constitui o país. Primeiro procurou-se saber se havia ouro ou prata, mas não houve sucesso nestas empreitadas iniciais. Depois, observou-se o clima, os bons ares; as águas, *muitas e infinitas* e, de tal modo, potencialmente geradoras de vida, pois capaz de fazer germinar na terra tudo o que se quiser cultivar. Por fim, o foco recai nas pessoas, que deveriam ser educadas, disciplinadas e, em última instância, feitas *gente* através do cristianismo. Neste, cenário, a salvação destes “seres” deveria ser o principal empreendimento da coroa, era preciso, portanto, fazer-lhes o melhor dos bens: salvá-los.

Nos Relatórios de Avaliação Ambiental (TERESINA, 2007, 2014) apresentados aqui, pulei e resumi algumas partes que – à semelhança da carta de Caminha ao falar dos ares, das águas e das terras recém “encontradas”– dedicavam-se à minuciosa descrição *técnico-científica* das características climáticas, geológicas, geomorfológicas, hidrológicas e pluviométricas da cidade, bem como uma extensa listagem e classificação das espécies animais e vegetais presentes em Teresina, de maneira mais ampla, e na zona norte, especificamente. Nessa descrição do *lugar*, como procurei mostrar, vai-se constituindo certa percepção da região que acaba por imbricar pessoas e meio ambiente numa relação agônica e trágica para ambos, graças às ações daquelas sobre este. Os/as moradores/as são percebidas como vítimas e algozes de si mesmos, pois, ao mesmo tempo em que *depredam e fazem mal uso* dos *recursos naturais* a elas *disponíveis* – para ficarmos no campo semântico dos RAA’s – também necessitam visceralmente deles para a própria *sobrevivência*.

Este tipo de relação entre “homem e meio ambiente” é então concebida como geradora de paisagens marcados pelo *risco*, não só à *natureza*, mas, sobretudo, às próprias pessoas. Se na Carta de Pero Vaz de Caminha a solução encontrada para as populações locais foi salvá-las, aqui, os Relatórios de Avaliação Ambiental propõem algo semelhante: retirando-as de uma área considerada de risco e colocando-as bem distante dela, garantem a estas pessoas uma considerável *melhoria na qualidade de vida*. Existe salvação melhor que essa? Na verdade, porém, tanto na carta de Pero Vaz quanto nos RAA’s (TERESINA, 2007; 2014) o que está em curso é um processo de expropriação e desterramento contra povos indígenas, no primeiro, e afro-indígenas, no segundo. Observa-se, nitidamente, dois períodos e estratégias distintas de um mesmo movimento.

O paralelo entre Estudos de Impacto ambiental e a Carta do Caminha fora apontado por Bispo (2015) de maneira extremamente sagaz:



Observando os Estudos de Impacto Ambiental [...] é possível compará-los à Carta de Pero Vaz de Caminha [...] [que], ao invés de analisarem os reais impactos socioculturais e ambientais que esses projetos causarão ao meio ambiente e as populações locais, são utilizados como instrumentos ideológicos de promoção da recolonização e é exatamente por isso que prefiro chamá-los de **projetos de expropriação**. A situação é muito grave. Será preciso de nossa parte um grande esforço de interpretação dessas novas versões da carta de Pero Vaz de Caminha, os chamados EIA/RIMAS, até porque **esses estudos são descritos em linguagem bem diferente das nossas, com o propósito deliberado de nos excluir dos processos de discussão e de tomada e decisões, quando não buscam nos iludir com falsas promessas de melhoria de vida.** (BISPO, 2015: 72) [grifos feitos por mim]

No caso do Programa Lagoas do norte, a impossibilidade de um diálogo pautado no dissenso com relação às propostas e os encaminhamentos apresentados pela Prefeitura Municipal de Teresina, marca a execução de um projeto completamente alheio e excludente às demandas e as formas de engajamento dos habitantes. Neste cenário, a política de desapropriações empreendida pelo Programa leva a cabo uma das principais ações dos empreendimentos coloniais de ontem e de hoje: ao relegar os habitantes da região das Lagoas do Norte para lugares cada vez mais afastados de serviços e equipamentos do centro da cidade, o PLN 1/ corrobora ainda mais com o processo de segregação étnico-racial perpetrado historicamente contra os/as moradores/as do lugar e 2/ destitui as pessoas de relações com o ambiente que são constitutivas não só do lugar em si, mas dos próprios corpos que são os homens e mulheres da e na região. Com desterramentos deste tipo, modos e estilos particulares de vida, como o são as vazantes, o trabalho nas olarias e o artesanato cerâmico (MONTE, 2016) são desconsiderados sumariamente. A destruição destas formas de habitar no lugar tem conseqüências nefastas a boa parte dos/as moradores/as, levando-os a diversas formas de morte e adoecimentos – dos quais o do corpo físico é apenas mais um. Tal fato, é sintomático do caráter etnocida da maneira como o Programa Lagoas do Norte vem sendo executado. Assim, foi pensando a partir de uma “perspectiva habitante” (INGOLD, 1996; 2002) ou biointerativa (BISPO, 2015) que realizei aqui o exercício de analisar os Relatórios de Avaliação Ambiental, captando como certos instrumentos de poder são utilizados em prol do etnocídio deliberado de uma série de populações.

Os RAA's (TERESINA, 2007; 2014) ancoram-se amplamente numa linguagem técnico-científica que, nestes contextos, ganha status de verdade absoluta quando comparada com as percepções e engajamentos empreendidas por habitantes no lugar. A região da boa Esperança, então, é produzida nestes relatórios como área de risco e, neste panorama, uma das principais soluções encontradas está na desapropriação das famílias

residentes na área. Famílias, cabe ressaltar, historicamente caracterizadas como “eles”, “os pobres”, “os pretos”, “os comedores de barro” (PEREIRA, 2014), enfim, sempre um “outro” decrépito e sujo com relação ao qual a cidade de Teresina vai se constituindo. Não posso concluir esse trabalho sem falar disso... Penso que as considerações finais podem ser um bom lugar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

### Os reis do quiabo

Acordei por volta de uma da manhã depois de exatas três horas de sono, pois na noite anterior fiquei ajudando o Jorge a organizar os quiabos no carro a fim de levá-los para venda no CEAPI. Saímos da Boa Esperançavinte minutos depois de termos levantado: não se pode perder muito tempo em casa quando se tem mercadoria no bagageiro. Quanto mais as horas passam e a manhã se aproxima, mais fica difícil aos vazanteiros venderem grandes quantidades de sua produção a um preço, no mínimo, razoável, tendo em vista todos os gastos envolvidos no cultivo dos legumes. Chegamos no CEAPI pouco antes das duas da madrugada, Jorge estacionou o carro e fomos tirando as caixas de quiabo, deixando-as a mostra. Muitas delas já estavam vendidas, Jorge tem *compradores certos*, como gosta de falar e foram eles os primeiros a serem atendidos quando chegamos. Eu fiquei no carro, olhando a mercadoria e eventualmente vendendo alguma caixa do legume enquanto Jorge fazia essas entregas. Vez ou outra, ele me colocava uma caixa nas costas e apontava o caminho em direção ao banqueiro ou banqueira para quem eu deveria levá-la.

Pouco depois, Seu Valdir chegou com seus legumes na Kombi de Filho, irmão de Jorge, também vazanteiro e que trabalha com frete de mercadorias para alguns agricultores do lugar. Seu Valdir, Jorge e Filho vendem os quiabos *em quantidade*, vendem na caixa – que custa mais caro porque contém mais – e também no jacá, mais barato, porque menos. Estas eram as formas como eles mediam a mercadoria e – assim como o Jorge – cada um deles já tinham seus contatos de venda previamente estabelecidos, mas, ainda assim, era preciso chegar cedo, pois a madrugada é o melhor horário de vendas tanto para estes vazanteiros quanto para os donos de banca, que vendem em menor quantidade. Chegar tarde significa *perder o banqueiro*, pois *quiabeiros* são muitos, tanto oriundos do Piauí, quanto do Maranhão e os/as banqueiros/as não esperam.

Depois que os *compradores certos* compram, cessa o vai e vem destes vazanteiros com sacas, caixas e jacás de quiabo sobre as costas e eles se juntam a outros produtores de quiabo em algum canto movimentado do Centro de Abastecimento... E ficam a espera dos compradores que não possuem banca no CEAPI. Estes vêm ao Centro... somente para comprar a mercadoria e revendê-la em seus pontos comerciais, que podem ser tanto em Teresina, quanto em outros municípios do Piauí ou outros

estados. Jorge, seu Valdir e Filho chamaram de *pedra* esse lugar de sentar e esperar os compradores, mas não se trata de uma pedra, literalmente, e tampouco de um lugar fixo e unicamente destinado a isso. A *pedra* diz muito mais sobre o ato de sentar junto a outros agricultores e aguardar pelos clientes do que propriamente a um local fisicamente demarcado. Enfim, estávamos na pedra, olhando o movimento dos carros e tomando café.

Já eram quase três da manhã e praticamente todas as bancas já estavam cheias de frutas e legumes. O movimento frenético das primeiras horas da madrugada ganhava, então, outro tom. Antes, os carros estavam a chegar – kombis, caminhões e caminhonetes trazendo mercadorias. Agora, estes mesmos automóveis faziam o caminho inverso e saíam do CEAPI vazios – quando se tratavam de vendedores – ou lotados de mercadorias a fazer o transporte dos legumes para outros locais de venda. Eu estava ao lado do seu Valdir, sentado em um tamborete. Jorge e Filho estavam sentados logo mais adiante perto de alguns vazanteiros do Maranhão, que eram, inclusive, conhecidos e parentes seus. Na pedra, as conversas eram espaçadas, algumas tinham o mesmo tom daquelas empreendidas nas vazantes, conforme falei no capítulo 3, mas a maioria delas era a respeito das vendas; de banqueiros que costumavam comprar e não pagar; de como se produzia e onde, do quanto se produzia e quem mais havia produzido:

**Jorge** - Tá vendo o seu Valdir aí, ele é o rei do quiabo!

**Seu Valdir**- Sou nada, rapaz, aqui nessa CEASA<sup>101</sup> o rei do quiabo é aquele lá que nem planta um pé de quiabo e só faz revender.

**Filho** - Verdade, seu Valdir, ele tem quiabo demais...

**Seu Valdir** - Eu não estou te dizendo...

**Jorge** - Mas de produção, seu Valdir, quem mais produz aqui é o senhor.

**Seu Valdir** – Rum...

Na conversa desses três, chamar alguém de rei do quiabo sempre vinha em um tom carregado de reconhecimento e ironia e tanto seu Valdir quanto Jorge recebiam esse elogio com risadas incrédulas, ao passo que também envaideciam-se com a aclamação

---

<sup>101</sup> Antes de chamar-se CEAPI (Central de Abastecimento do Piauí), este local de venda de produtos agrícolas chamava-se CEASA (Centrais de Abastecimento do Piauí S/A). A despeito da mudança oficial no nome, alguns freqüentadores continuam referindo-se ao lugar como CEASA.

feita por outro vazanteiro. A noção de uma aristocracia vegetal está presente, ainda, nas placas e letreiros de algumas barracas no CEAPI. Definitivamente, não é difícil encontrar bancas nomeadas como “o rei da abóbora” ou “a rainha das frutas”, por exemplo. Seguindo esta lógica e brincando com ela, esses vazanteiros também referiam-se a si como reis: reis do quiabo. E, de fato, este legume era uma presença não só nas vazantes, mas, eventualmente, em alguns diálogos estabelecidos entre os agricultores. No final deste dia – já na Boa Esperança – sentei com Jorge no bar de seu Valdir. Os filhos dele – James, Carlos e Edu – também estavam lá e começamos a falar sobre tatuagens. Edu, então, comentou brincando que estava pensando em fazer um quiabo no braço, um legume imenso, de mais ou menos vinte centímetros. Seu Valdir sorriu, olhou para mim e disse: “esses meninos são gaiatos, Lucas”. Ainda sobre a forte presença do quiabo na vida desses homens, lembro que seu Mamede, também vazanteiro, referia-se a si como *quiabeiro*:

– Diferente dos meninos aí, eu vendo minha mercadoria nessas frutarias aqui perto. Aí eu tenho que chegar cedo, chegar na hora, porque, assim, eu sou o *quiabeiro* que fornece para um comércio, certo? Se eu falhar, vem outro quiabeiro e vende no meu lugar. É assim.

Não por acaso, *quiabeiro* é uma expressão utilizada –também – para referir-se aos pés de quiabo. Tanto no epônimo *reis do quiabo* quanto no termo *quiabeiro* há uma nítida correlação entre os homens-vazanteiros e o quiabo, no primeiro, ou com a planta que lhe dá origem, no segundo. Se estes agricultores, por um lado, nominam-se como vazanteiros, eles também auto referem-se – eventualmente – como quiabeiros, revelando uma extrema conexão entre eles e a planta a ponto de estes dois corpos confundirem-se semanticamente, perfazendo o seguinte tríptico: vazanteiro – reis do quiabo – quiabeiros. Os vazanteiros – na condição de reis do quiabo – são também quiabeiros e seus corpos são corpos-planta, corpos-quiabo, ou melhor, corpos-quiabeiros. Neste cenário, desterrá-los é como arrancar um pé de quiabo já crescido e tentar plantá-lo em outro lugar, ele vai murchar, conforme analisara seu Valdir. Murchar, não raro, também significa morrer e não por uma questão de apego piegas e sentimentalóide ao antigo lugar de aterramento, mas pelo fato de que o corpo-quiabeiro é tão constituído pela beira de rio onde fora gestado quanto este *lugar* também é

resultado do seu trabalho lento de mover as raízes sob a terra, deixá-la absorver a substância de suas folhas e com ela trocar fluidos.

Ser quiabeiro é, ainda, um *meio de vida*, não só de quiabos, mas também de si mesmo – homem-vazanteiro. Graças ao plantio dos legumes, pode-se comprar comida, roupas, carro, bicicletas, motocicletas, um presente para o neto, tijolos para fazer a casa do cachorro e uma série de outras coisas. Ter/ser um *meio de vida*, portanto, é possuir um ofício, uma ocupação e *com e partir dela* acessar não só a cidade e uma série de equipamentos e serviços, mas também – no caso dos/as vazanteiros/as – engajar-se de uma maneira particular nos processos de constituição do *lugar* em que se habita, ao passo que os próprios corpos também vão sendo gestados. E, neste processo, fazer-se quiabeiro é também fazer-se majestade, é tornar-se um rei do quiabo em meio a uma terra de extrema fartura e, por isto mesmo, cobiçada por pessoas de outros lugares. A força, o poder e a riqueza da zona norte ganha maior destaque no aniversário de Teresina, quando se reconhece publicamente a “contribuição” dos coletivos afro-indígenas residentes na região como habitantes do lugar originário da própria cidade. Não por acaso, a degustação do bolo de aniversário da cidade ocorre na Praça do Poti Velho, bairro adjacente à Avenida Boa Esperança, também localizado no território entre os rios Parnaíba e Poti.

No dia 16 de agosto de 2016 – aniversário de Teresina –, havia sido armado um palanque em frente à Igreja do Poti e, como esperado, o prefeito Firmino Filho não compareceu ao evento, pois, à época, estava em campanha eleitoral. Além do palanque devidamente paramentado com caixas de som, estava armada uma tenda enorme sob a qual se encontrava o bolo de 200 quilos para os 164 anos desta “terra cristalina em chão agreste”<sup>102</sup>. Não vi o bolo inteiro e tampouco o início da festa. Chegamos – eu e alguns membros do Centro de Defesa Ferreira de Sousa – já no final, com filas imensas de pessoas de todas as idades, mas, sobretudo, crianças a esperarem por seu pedaço. Lúcia andava com os cartazes e uma faixa: “não existe Lagoas do Norte sem moradores”. Bel e Novinho seguraram-na, eu e outras pessoas participantes do protesto dividíamos-nos em tirar fotos e empunhar faixas menores. As cartolinas pintadas traziam críticas ao prefeito e vários “Fora Temer!! Senti-me contemplado, quero destacar.

Ao ver os cartazes em punho e levantados junto com gritos de guerra, o cerimonialista pediu pela paz na solenidade, solicitou que “as pessoas” terminassem o

---

<sup>102</sup> Trecho do hino de Teresina.

evento de maneira pacífica e sem conflitos. Essas pessoas, nitidamente, éramos nós, e éramos tão poucos diante daquela multidão a nos observar indiferente, às vezes até com risos e olhares escarneceadores do nosso protesto. Muita gente ficou sem bolo, dispersando-se da fila, rindo timidamente e, agora sim, com resmungos de “prefeito vagabundo”, “miserável”. Antes disso, lembro que uma das palavras de ordem puxadas por Lúcia Sousa foi “bolo uma vez no ano, taca o ano inteiro”. Na hora, achei engraçado, sorri, mas este grito ficou-me martelando o pensamento por vários dias e eu não consegui entender muito bem o sentido. Depois percebi que, nesta frase, uma reflexão profunda a respeito do *lugar zona norte* e do *lugar da zona norte* na cidade estava sendo feita.

A zona norte, aqui pensada metonimicamente a partir da região da Avenida Boa Esperança, aparece em diversos textos sócio historiográficos como palco dos primeiros povoadores da região (MELO, 1993), área onde habitavam etnias indígenas originárias da própria população teresinense (CHAVES, 1998; MACHADO, 2002; BAPTISTA, 2009), em registros que datam do século XVIII. Conforme Cardoso e Dourado (2003), já nesta época, a região apresentava um considerável contingente populacional cujas principais fontes de existência eram a pesca e o cultivo de fumo, mandioca e feijão nas margens dos rios. Além disso, a desembocadura do Poti é apresentada por estas autoras como um importante lugar de passagem para viajantes que se deslocavam para o litoral, ao norte, a partir da cidade de Oeiras – à época capital da província de São José do Piauí, localizada no centro-sul do que, hoje, é o Estado do Piau. Chaves (1998) conta que –com a efervescência sociocultural da região –os dirigentes da província conferiram a categoria de “vila” à povoação residente na barra do Poti. Desde então – 1832 –a localidade passou a se chamar Vila do Poti.

Diferente da capital Oeiras, também localizada no sertão piauiense, a Vila do Poti era vista por José Antônio Saraiva, então governador da Província, como um lugar de fácil comunicação com outras localidades do que é, hoje, o que chamamos de região nordeste. Essa facilidade de fluxo era atribuída à proximidade com os rios Parnaíba e Poti, coisa que, nem de longe, ocorria com a cidade de Oeiras. E uma sede político-administrativa que se preze, pensou o Saraiva, deve estar localizada numa região de fácil acesso, onde seja possível tanto receber gente de locais distantes quanto enviar encarregados da administração para outras paragens sem muitos contratempos. É diante desta aspiração do que seria uma sede governamental ideal que a Vila do Poti se apresenta para o presidente Saraiva como um *novo* lugar para a construção de uma *nova*

capital. E o que ele faz? Decide transferir a capital da província de Oeiras para a Vila do Poti. Bom, estou falando isso conforme aprendi com o monsenhor Chaves (1998) e é com base nos textos dele que eu vou continuar contando essa história, vez ou outra trarei mais gente que também já falou dessas coisas.

Acontece que, se a proximidade com os rios era a salvação para o isolamento da capital, a presença das águas era algo perigoso e fazia da Vila do Potium lugar insalubre, sujo, sujeito a inundações e febres endêmicas. Além disso, com uma população composta por indígenas, pretos/as (LIMA, 2014) e pessoas majoritariamente pobres emigradas de diferentes localidades, a Vila do Poti, apesar de bem situada, não agradou ao presidente Saraiva. Foi quando esse administrador teve outra ideia: com a promessa de apoiar a fundação de uma nova capital, ele conseguiu convencer parte dos moradores da Vila do Poti a transferirem-se para a Vila Nova do Poti, localizada a seis quilômetros ao sul da antiga Vila, em uma localidade denominada Chapada do Corisco (CHAVES, 1998), um lugar até então inabitado e plano – porque essa era uma de suas exigências. Em meio a uma série de trâmites burocráticos e disputas entre as elites políticas locais, conforme pontuou Silva (2008), a capital da Província é transferida para Vila Nova do Poti – na Chapada do Corisco - e, em 1852, com a inauguração de alguns prédios e estabelecimentos públicos, a cidade de Teresina é fundada.

Conforme Moraes (2013),

a cidade [de Teresina] teve como núcleo de povoamento original o local hoje denominado Praça Marechal Deodoro, ou “Praça da Bandeira”, cravada no sítio identificado como Centro Histórico de Teresina, denominado, inicialmente, Largo do Amparo, devido à Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo ali erigida. Ao redor deste largo construíram prédios públicos como mercado, assembleia, sede do governo, tesouro provincial.” (MORAES, 2013, p.32).

Para trás, ficara a antiga Vila do Poti, ou melhor, Vila Velha do Poti, hoje, um bairro de Teresina, o Poti Velho, mas não somente. Conforme pude aprender com alguns/mas moradores/as deste bairro, antigamente, a Vila do Poti era toda aquela beira de rio, englobando não só o que, hoje, é o Poti Velho, mas um conjunto de localidades adjacentes (PEREIRA, 2014).

De acordo com a historiadora Queiroz (2006), Teresina nasceu “embriagada de si mesma” e sob a égide do progresso e da modernidade. O signo do moderno e do novo, portanto, marcam o surgimento da nova capital, que se constitui em oposição a tudo o que é velho, antigo, sujo e decrépito. A região da Vila Velha do Poti, hoje, uma porção considerável do que se convencionou chamar zona norte de Teresina, ocupa,



então, o lugar deste “outro” mal-dito e contra o qual se deve lutar profundamente e, sobretudo, evitar.

No final do século XIX e início do século XX, o processo de expansão urbana da cidade dá-se no sentido norte-sul, depois, a zona leste torna-se o novo lugar de especulação imobiliária e construção de equipamentos públicos, conforme apontei no capítulo 1, ao passo que a presença do Estado com serviços e órgãos deste tipo na zona norte não ocorre na mesma proporção – exceto quando se fala da presença policial. É neste processo de um “nós” – elites locais de maneira geral – que se constitui em oposição a um “eles” – habitantes de periferias, grosso modo, chamados de “pobres” – que a “taca”, conforme ressaltou Lúcia, efetiva-se contra a população da zona norte o ano inteiro. A *taca* insere-se em um projeto civilizatório e higienizador que desumaniza o “outro” a partir da categoria abstrata e homogênea de “pobre” para tomá-lo como um ser um incompleto. E são exatamente estas ausências que trabalham no sentido de legitimar a surra, o *escarro* e a *expulsão* desses “pobres” a fim de que a “nossa sociedade” se efetive enquanto tal, ou seja, “una”, “homogênea” e com certos entes causadores de *risco*– “eles”, os pobres, pretos, indígenas, etc.–mantidos a uma distância segura. É neste sentido que “homogeneizar a pobreza revela uma condescendência das ciências sociais com a perspectiva da elite – que, de maneira alguma, “representa” a sociedade como um todo” (BORGES, 2009). Ao homogeneizar moradores/as da zona norte como *famílias de baixa renda*, *pobres* e agentes causadores de degradação sócio-ambiental, os Relatórios de Avaliação Ambiental do PLN (TERESINA, 2007; 2014) produzem uma Teresina cindida em duas e na qual uma das partes é desterrada e expropriada para que a outra aconteça de forma “tranquila”, “segura” e “íntegra”.

A pobreza e a sujeira dos “comedores de barro” (PEREIRA, 2014) contamina e é preciso dar um jeito nisso, transformá-los em outra coisa, mantê-los distante de um “nós”, a Teresina limpa, branca e rica. Não por acaso, a região da Avenida Boa Esperança chega ao início dos anos 2000 como foco de uma série de políticas de “revitalização” e “desenvolvimento”, tal qual a instauração do Parque Ambiental Encontro dos Rios, a reforma do Polo Cerâmico do Poti Velho e, mais recentemente, o Programa Lagoas do Norte, cuja consequência mais nefasta consiste no desterramento de um sem número de famílias residentes na região (MORAES e PEREIRA, 2012a; MORAES, 2013). Antes, na fundação da cidade, a retórica do “progresso” relegou habitantes da zona norte ao “esquecimento”. Hoje, o “desenvolvimento” – tão propagandeado nos textos do PLN – toma o lugar desta categoria e quem se opõe a ele

comete a mais grave das heresias e deve ser sumariamente banido/a sem sequer ser ouvido/a e levado/a a sério nas suas concepções a respeito do tema. A *taca*, então, vai se perpetrando em um movimento contínuo... Porém, se ela vem de um lado, a resistência, a vida e a capacidade de se refazer e (r)existir vem do outro. E ela vem plena, soberana e forte, **afrontando** quem disse que “isso aqui não era pra mim”<sup>103</sup>, porque sabe do poder que tem. Afinal de contas, quem construiu a cidade?

Novinho, seu Valdir, Antônio Carlos e Lúcia – todos negros/as – falaram-me uma vez que o barro e os tijolos com que foram edificados os prédios públicos municipais situados no centro da cidade saíram todos das olarias da região, feitos nos e pelos corpos de moradores do lugar:

**Antônio Carlos:** Lucas, se você chegar no centro, você não vai encontrar uma construção de 30 ou de 25 anos – aquelas construções antigas – feita com tijolo de cerâmica. Você vai encontrar aquelas construções antigas feitas com esse tijolo comum, que foi feito aqui! O mercado central, se você observar, é tijolo comum, o Mercado Velho, chamado! Foi iniciada a construção da cidade de Teresina com tijolo feito aqui, nessas Olarias.

Lúcia, no “Grito dos excluídos”<sup>104</sup>, ocorrido em setembro de 2016 na Praça João Luiz Ferreira, fez outra fala neste sentido:

- Esse prefeito [Firmino Filho] quer tirar todo mundo de lá, mas só que nós não vamos deixar! Porque a nossa força e a nossa raça não permite! Porque ali está a descendência indígena e a descendência negra daqui de Teresina! A nossa raiz é ali! Nós somos filhos de Nanã, o primeiro orixá, o barro que construiu essa cidade! O barro da zona norte, a mão oleira da zona norte construiu a cidade de Teresina. Ali [apontando para edificação construída na segunda metade do

<sup>103</sup> Trecho da música “É o poder” da *rapper* karol Conká.

<sup>104</sup> “Com o lema “Este Sistema é Insuportável: Excluí, Degrada, Mata”, baseado em um discurso feito pelo Papa Francisco na Bolívia, o tradicional Grito dos Excluídos pretende este ano criticar o sistema capitalista. O evento ocorre sempre no dia 7 de setembro e é organizado por movimentos sociais e pelas pastorais católicas” (Portal “Capital Teresina”, 02/09/2016). O grito dos excluídos acontece paralelamente ao desfile da Pátria. Contudo, a fala de Lúcia não fora feita neste evento. Diversas pastorais da Igreja católica organizaram o “Grito da terra”, realizado no dia 5 de setembro de 2016 e no bojo de um conjunto e atividades que antecederam o “Grito dos excluídos”. No evento, ocorrido na Praça João Luiz Ferreira, no centro de Teresina, houve mostra de cartazes, de fotografias, apresentações musicais, rodas de capoeira e falas de lideranças de movimentos sociais diversos.

século XIX e localizada na Praça João Luís Ferreira, no cruzamento das ruas 7 de Setembro e Eliseu Martins] , se você observar o telhado... Quem é mais antigo aqui sabe! Se você passar de avião em cima dessas casas mais antigas aqui do centro, você vai ver! Essas telhas foram construídas por aqueles oleiros! E sabe como é que essas telhas eram construídas? Na cocha! Os oleiros construíam na cocha! Bem aqui na Igreja São Benedito, aqueles tijolinhos que tem bem ali foram construídos pelos oleiros da zona norte, na mão! De quem será aquela mão que passou naquele tijolo? Então, a gente está aqui para denunciar! E aonde a gente for a gente vai denunciar sim, porque nós temos raízes e temos coragem , por que foi assim que nós aprendemos: lutando!

A zona norte aparece, então, como o lugar das origens, mas não somente: pois ela é também o *lugar da riqueza*, da força e do poder daqueles que deram o sangue e construíram a cidade a partir dos próprios corpos. É o lugar das gentes indígenas e negras que, majoritariamente, fizeram os tijolos, as telhas e forneceram a mão de obra para a edificação de casas, prédios e igrejas no centro da cidade de Teresina. Toda essa força é reconhecida no aniversário da cidade quando o *bolo* é partido no lugar das origens mas, também, no lugar da riqueza de Teresina, pois como afirmou seu Valdir, “essa terra é muito rica, por isso eles estão de olho! É terra nobre e, até onde eu saiba, terra nobre é terra de rei e rainha!”. E quem são esses reis e rainhas? Quem se faz majestade em meio a toda essa fartura, pois ciente do poder que possui? Penso estar contribuindo para pensar que estas realezas são eles e elas, os reis do quiabo, as mulheres horticultoras, os oleiros e as oleiras, os artesãos e artesãs, os pescadores e pescadoras, as crianças, os/as idosos/as, enfim, as pessoas que habitam neste *território sagrado* que é a região da Boa Esperança, esta terra de reis. E esse habitar, que passa por um aprendizado biointerativo (BISPO, 2015), dá-se através da *luta*, conforme pontuou Lúcia.

Somente lutando é que a vida faz-se possível, que as raízes são fincadas e que se aprende a ser e estar no mundo, a ter coragem, a não temer e a sempre gritar contra os genocídios perpetrados contra povos diversos. Além disso, esse aprendizado que se efetiva através da *luta* não é somente reativo. Pelo contrário, ele é criativo por excelência. Afinal de contas o que não é o *trabalho* e a *peleja* – aqui acompanhados a partir das vazantes – se não uma *luta* que se faz em conjunto com outros seres a fim de se gestar a vida naquela beira de rio? Quiabos, abóboras, hortaliças, capivaras, pombos,

camaleões, gente, águas e terra só são gestadas na *luta* que – conforme aprendi com Lúcia, Jorge, seu Valdir e tantas outras pessoas citadas aqui – também pode ser entendida como o próprio ato de se movimentar, habitar, existir e se constituir junto com o mundo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. A. B.; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida:** definição, conceitos e interfaces com outras áreas, de pesquisa. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.
- BALÉE, W. Biodiversidade e os Índios Amazônicos. *In:* Viveiros de Castro, Eduardo B. & Carneiro da Cunha, Manuela. **Amazônia: Etnologia e História Indígena.** São Paulo: Edusp: 385-393, 1993.
- BANCO MUNDIAL. Relatório nº 42668, documento do *Appraisal* do projeto sobre a proposta de empréstimo para a PMT, referente ao Programa de melhoria da qualidade de vida e governança municipal – Programa Lagoas do Norte, 2008.
- BAPTISTA, J. G. **Etno-história indígena piauiense.** Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2009.
- BARRETO FILHO, H. T. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. *In:* Adams, Cristina et. al. (eds.) **Sociedades caboclas amazônicas.** São Paulo; Annablume, Fapesp: 109-145, 2006.
- BARRETO FILHO, H. T. Tapebas, Tapebanos e Pernas-de-Pau de Caucaia, Ceará: da etnogênese como processo social e luta simbólica. **Série Antropologia**, n. 165. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.
- BARRETO FILHO, H. T. Utopias tecnológicas, distopias ecológicas e contrapontos românticos: “populações tradicionais” e áreas protegidas nos trópicos. **Sexta-Feira: Antropologia, Artes e Humanidades**, nº 6, 2001, pp. 139-152
- BASSO, K. *Wisdom sits in places. Landscape and language among the Western Apache.* Albuquerque: University of New México Press, 1996.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad.** Barcelona: Paidós, 2006.

BISPO, A. B. **Colonização e quilombos**: modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa; Universidade de Brasília; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2015.

BORGES, A. Explorando a noção de etnografia popular: comparações e transformações a partir dos casos das cidades-satélites brasileiras e das townships sul-africanas. **Cuadernos de Antropología Social**, 2009.

BRANDÃO, C. R. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA GERAL. **Índice de vulnerabilidade juvenil e desigualdade racial 2014**. Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, Ministério da Justiça e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Presidência da República, 2015.

CARDOSO, C. M. S; DOURADO, J. M. S. **Perfil dos trabalhadores em olarias do Mafrense**. Cadernos de Teresina, Teresina, ano 8, n. 16,p. 70-75, abr. 2003.

CARDOSO, T. M. **Paisagens em transe**: uma etnografia sobre poetica e cosmopolitica dos lugares habitados pelos Pataxo no Monte Pascoal. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

CARDOSO, T.M; MODERCIN, I. F. A construção da paisagem pelos Potiguara: do habitar cotidiano à ecologia política. **ANAIS...** 28ª. Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, 2012.

CARMO, F. D. S.; MORAES, M. D. C. Territórios Sociais de Povos de Terreiro em Teresina – PI (consensos e dissensos no processo de intervenção urbanística do Programa Lagoas do Norte, na zona Norte da cidade). **ANAIS...** 30º Reunião Brasileira de Antropologia ; João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2016.

CARVALHO, A. M. Áreas verdes em Teresina-PI: aspectos legais, ambientais e de gestão. **Tese**. (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Campus de Rio Claro, 2015.

CENTRO DE DEFESA FERREIRA DE SOUSA. **Comunidades de Terreiro e o Programa Lagoas do Norte**: Notas sobre a ameaça de remoção de terreiros da zona Norte de Teresina-PI. Teresina, 2016.

CHAVES, M. **Obra Completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998

COSTA FILHO, A. Os gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidades de um quilombo norte mineiro. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

CRAPANZANO, V. Diálogo. In: **Anuário Antropológico/88**. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1988.

CRUZ, C.C. Cadeia é para homem: performances, delitos e gemidos em uma penitenciária de Caxias-MA. **ANAIS...** IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. 04 a 07 de agosto de 2013.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: **Cultura com aspas**. São Paulo; Cosac Naify: 277-300, 2009.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.

DOUGLAS, M. **Risk and blame**. Essays in cultural theory. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1992.

ESCOBAR, A. El final del salvaje. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Bogotá, ICANH, Cerec, 1999

ESCOBAR, A. **Territorios de diferencia**: lugar, movimientos, vida, redes. Popayán: Enviñon Editores, 2010.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os nuer**: descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

FAÇANHA, A.; LEAL, M. N.; CHAVES, S. V. Fragmentos da realidade urbana de Teresina: Poti Velho e Vila Francisco Gerardo. **Cadernos de Teresina**. Teresina, nº 35, pp. 82-89, mar. 2003.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra*: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: EdUFRGS, 2004.

FRÚGOLI JR., H.; SKLAIR, J. O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification. In: **Cuadernos de Antropología Social**, n. 30, FFyL, Universidad de Buenos Aires, 2009.

FUCKS, M. **Conflitos ambientais no Rio e Janeiro**: ações e debates nas arenas públicas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GASPAR, S. S. Gentrification: processo global, especificidades locais?. **Ponto Urbe**[Online], 6 | 2010.

GIDDENS, A. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 233-244, 1984.

GUPTA, A. **Red Tape**: Bureaucracy, structural violence, and poverty in India. Durham and London: Duke University Press, 2012

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: o direito a cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HEREDIA, B. M. A. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIRSCH, E. **Anthropology of Landscape**: Perspectives on Space and Place. E. Hirsch e M. O'Hanlon (orgs). Oxford: Clarendon Press, 1995.



INGOLD, T. Human worlds are culturally constructed: against the motion (I). In: INGOLD, T. (Ed.) **Key debates in anthropology**. London: Routledge, 1996.

INGOLD, T. **The perception of the environment**: essays on livelihood, dwelling and skill. London: Routledge, 2002

KOS, C. V. N. M. Etnias, fluxos e fronteiras: processo de emergência étnica dos Kariri no Piauí. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2015.

KUSENBACH, M. Street Phenomenology: The Go-Along as Ethnographic Research Tool. **Ethnography**, v.4, 2003.

LAESER/UFRJ. Mapa da população parda e preta no Brasil, 2010. In: **Tempo em Curso**. Ano III, v. 3, nº 10, outubro, 2011.

LÉFÈBRVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **Rhythmanalysis**: space , time and every day. New York: Continuum, 2004.

LEITE, R.P.S. Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Campinas: Universidade de Campinas, 2001.

LIMA, A. J. **Favela COHEBE**: uma história de luta por habitação popular. Teresina: EDUFPI; Recife: Bagaço, 2010.

LIMA, S. O. (Org.) **Fiéis da ancestralidade**: comunidades de terreiros de Teresina. 1. ed. Teresina: EDUFPI, 2014.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia/322**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MACHADO, P. H. C. “Seu moço, a miséria anda de braço dado com a gente”. **Chapada do corisco**. Teresina, ano 1, nº4, p. 5, 1976.

MACHADO, P. H. C. **As trilhas da morte:** extermínio e espoliação das nações indígenas piauienses. Teresina: Corisco, 2002

MAGNANI, J. G. C. **Da periferia ao centro:** trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MELO, C. Teresina e seus primeiros povoadores. **Cadernos de Teresina.** Teresina, nº 15, pp. 12-15, dez. 1993.

MONTE, C. N. C. Artesanato ceramista e direitos culturais frente ao Programa Lagoas do Norte no Poti Velho em Teresina-PI: quais diálogos? **Dissertação.** Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016.

MONTE, C. N. C.; MORAES, M. D. C. Intervenções urbanísticas e direitos culturais: O Programa Lagoas do Norte no bairro Poti Velho, Teresina – PI. **ANAIS...** VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, de 25 a 28 de agosto de 2015.

MONTEIRO, J.P.R. Hortas comunitárias de Teresina: alternativa econômica, social, ambiental?. **Dissertação.** Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2005.

MORAES, M. D. C. *Artesanato cerâmico no bairro Poti Velho em Teresina- PI:* (rede sociotécnica, agenda pública, empreendedorismo e economia criativa). **Monografia de conclusão de curso.** (Curso de Formação de Gestores Culturais dos Estados do Nordeste). Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Fundação Joaquim Nabuco/ Ministério da Cultura. Recife: UFRPE/ FUNDAJ/ MEC, 2013.

MORAES, M. D. C.; MONTE, C. N. C.; PEREIRA, L. C. Cultura Barrial, Intervenções Urbanísticas e Direitos Culturais: quais direções? (o bairro do Poti Velho em Teresina – PI e o Programa Lagoas do Norte). **ANAIS...** III Encontro Internacional de Direitos Culturais, 07 a 11 de outubro de 2014, Fortaleza – Ceará – Brasil, pp. 1-20.

MORAES, M. D. C.; PEREIRA, L. C. Poti Velho: espaços, tempos, e itinerários de uma comunidade pesqueira e oleira em Teresina-PI. Trabalho apresentado no **Encontro Estadual de História**, de 02 a 04 de maio de 2012a.

MORAES, M. D. C.; PEREIRA, L. C. Mulheres ceramistas no Poti Velho em Teresina-PI: fazendo arte e narrando identidades de gênero. **ANAIS...** XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-alias Brasil, Teresina, 04 a 07 de setembro de 2012b.

MORAES, M. D.C.; PEREIRA, L. C. “Fazendo arte”: entre o mercado e a lágrima furtiva (artesanato cerâmico, identidade de gênero, empreendedorismo e economia criativa, entre mulheres ceramistas no Poti Velho, Teresina-PI). **ANAIS...** IV Reunião Equatorial de Antropologia/ XIII Reunião de Antropólogos do Norte Nordeste, de 4 a 8 de agosto/2013a.

MORAES, M.D.C. Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

MORAES, M.D.C.; PEREIRA, L. C. Mulheres do Poti: entre os princípios do prazer e da necessidade (artesanato cerâmico, empreendedorismo, e economia criativa). **ANAIS...** XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 10 a 13 de setembro/2013b.

MOURA, M. G. B. Degradação ambiental urbana: uma análise de bairros da zona norte de Teresina. **Dissertação** (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2006.

NOBRE, E. A. C. Intervenções urbana em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. **ANAIS...** X Encontro Nacional da Anpur. Belo Horizonte, 2003.

OLIVEIRA, C. L. Vazanteiros do rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidades no Norte de Minas Gerais. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, J. P. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998 .

PATRIOTA DE MOURA, C. O urbano e suas múltiplas dimensões. *In: PATRIOTA DE MOURA, C. (Org.). Anuário Antropológico/ 2012*, Brasília, UnB, 2013, v. 38, n.2.

PEIRANO, M. Artimanhas do acaso. *In: A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, F. S. BUMBA MEU BOI! (Cultura Popular e a Política de eventos em Teresina –Pi: encontros e desencontros na arena Pública da festa). **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Política Públicas). Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2011.

PEREIRA, L. C. **A canoa, o barro e o santo**: memória e marcadores identitários no Poti Velho, Teresina-PI. Monografia de Conclusão de Curso. (Curso de Bacharelado em Ciências Sociais) Universidade Federal do Piauí - UFPI, Teresina, 2014

PESSOA, M. L. M. N. A criança, a brincadeira e a vida: um estudo antropológico da prática lúdica de meninas e meninos trabalhadores do bairro São Joaquim na periferia de Teresina. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1992.

PIERSON, D. **O Homem no Vale do São Francisco**. Ministério do Interior/Superintendência do Vale do São Francisco. Rio de Janeiro, 1972, Tomo II.

PINHEIRO-MACHADO, R. Etnografia do “rolezinho”. **Carta Capital**. 2014. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/etnografia-do-201crolezinho201d-8104.html>

PORTELA, M. O. B. Extração de argila e suas implicações socioeconômicas e ambientais no bairro Olarias, em Teresina. **Dissertação** (Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Teresina: Universidade Federal do Piauí (PRODEMA/UFPI/TROPEN), 2005.

POSEY, D. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. In C. Pavan (org.) **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia** (volume 1). São Paulo: Memorial/Unesp: 149-157, 1996.

PRADO, R. M. Viagem pelo conceito de populações tradicionais, com aspas. *In: Cultura, percepção e meio ambiente: diálogos com Tim Ingold*. STEIL, C. A.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012, pp. 173-190.

QUEIROZ, T. **Do singular ao plural**. Teresina: Halley, 2006.

RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Política & Trabalho - Revista de Ciências Sociais**, n24, p. 27-.57, Abril de 2006.

RATTS, A. Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez. *In: SANTOS, R. E. (Org.) Questões urbanas e racismo* (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates). Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

RIBEIRO, G. L. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Série Antropologia**, v. 123. Brasília: Universidade de Brasília, 1992.

RIBEIRO, L. B. Desenvolvimento urbano econômico e sustentável: a constituição de uma nova cosmografia urbana em Uberlândia (MG). **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva. *A Cidade Brasília (DFE): conflitos sociais e espaciais significados na raça*. **Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

SANTOS, R. E. (Org.) **Questões urbanas e racismo** (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates). Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

SANTOS, R. E. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. *In: SANTOS, R. E. (Org.) Questões urbanas e racismo* (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates). Petrópolis, RJ: DP et Alii; Brasília, DF: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

SARAIVA, L. Nem vítima nem algoz: mulheres de bicicleta em Brasília. **Série Antropologia**, v. 443, 2014.

SCABELLO, A. L. M. **Oleiros e Ceramistas do Poti Velho, PI**: Um Estudo Etnoarqueológico, 2012.

SEIXAS, S. R. C. Qualidade e vida e suas metáforas: uma reflexão sócio-ambiental. **Tese** (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Campinas: Universidade de Campinas, 1996.

SEIXAS, S. R. C.; CINTRA, S. B. O Percurso da temática Qualidade de Vida e Risco na teoria social latino-americana: uma abordagem preliminar . **NUPEAT–IESA–UFG**, v.2, n.1, jan./jun., p.1–24, Artigo 17, 2012.

SERAINÉ, A. B. M. Ressignificação produtiva do setor artesanal na década de 1990: o encontro entre artesanato e empreendedorismo. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

SILVA, I. S. A.; SCABELLO, A. L. M. O Poti Velho: uma abordagem etnoarqueológica. **Revista FSA**, Teresina, v. 10, n. 2, art. 4, pp. 66-83, Abr./Jun. 2013.

SILVA, M. C. Batuque na Rua dos Negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX. **Dissertação**. (Programa de Pós-Graduação em História Social). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008.

SINHORETTO, J. *Et. al.* A filtragem racial na seleção policial de suspeitos: segurança pública e relações raciais. *In*: LIMA, C. S. L.; BAPTISTA, G. C.; FIGUEIREDO, I. S (Org.). **Segurança pública e direitos humanos**: temas transversais. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

SOUZA, N. J. S. Percepções das dimensões das práticas culturais no teatro do boi em Teresina. **ANAIS...** I Simpósio de Antropologia: Trajetória, contribuições e desafios. Teresina: Universidade Federal do Piauí, 2016.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Programa Lagoas do Norte**: Marco de Reassentamento Involuntário das Famílias e Imóveis Afetados pela Implantação da 2ª Fase do PLN. Teresina: SEMPLAN, 2014b.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Programa Lagoas do Norte: Projeto Piloto: Melhoria Habitacional de Domicílios da Área I do PLN Canal Padre Eduardo/Bairros São Joaquim e Matadouro.** Teresina: SEMPLAN, 2011.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Avaliação Ambiental do Programa de Melhoria da Qualidade Ambiental de Teresina – Programa Lagoas do Norte: Relatório de Avaliação Ambiental.** Teresina: SEMPLAN, 2007.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Programa Lagoas do Norte: Cartilha.** Teresina: SEMPLAN, 2015.

TERESINA. PREFEITURA DO MUNICÍPIO. SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO. **Relatório de Avaliação Ambiental e Social – RAAS, 2014.** Programa Lagoas do Norte (PLN). SEMPLAN, 2014

VARÃO, L. L. M.; REGO, N. K. S. O caso da luta das mulheres contra o deslocamento compulsório na Av. Boa Esperança, Teresina-PI. **ANAIS... VI Seminário do Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais.** Vitória da Conquista: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

VELHO, G. **A Utopia urbana: um estudo de antropologia social.** 5ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

VILELA, S. L.; MORAES, M.D.C. Abordagem territorial da agricultura urbana e periurbana ( a experiência do município de Teresina – PI, Brasil). **ANAIS... VI Congresso Internacional de Sistemas Agroalimentares localizados, 2013, Florianópolis.** Os SIAL face aos desafios do novo contexto global. Florianópolis: UFSC, 2013a.

VILELA, S. L.O.; MORAES, M. D. C. Agricultura urbana e periurbana: limites e possibilidades de constituição de um Sistema Agroalimentar Localizado no município de Teresina – PI. **REN – Revista Econômica do Nordeste.** Vol. 46, n. 1, jan./mar. 2015

VILELA, S.L.; MORAES, M.D.C. Produzindo e consumindo alimentos na cidade (Sistema agroalimentar localizado, circuitos curtos de proximidade, e agricultura urbana em Teresina-PI). **ANAIS...** XV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2013b.

VIRGÍLIO, N. L. “Esses bicho sugam a vida da gente”. Relações de criação e cultivo da vida no Góes-CE. **Monografia** (Curso de Bacharelado em Ciências Sociais com habilitação em antropologia). Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

WEBER, M. **Ciência e Política**. Duas vocações. São Paulo: Ed. Cultrix, 1999.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

WOORTMANN, E.; WOORTMANN, K. **O trabalho da terra**: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

WOORTMANN, K. Quente, frio e reimoso: alimentos, corpo humano e pessoas. *In*: **Caderno Espaço Feminino**, v. 19, Uberlândia, 2008

ZALUAR, A. **A máquina e a Revolta**. As Organizações Populares e o Significado da Pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, Alba. **Mulher de Bandido**: crônica de uma cidade menos musical. *Estudos Feministas*, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 135, jan. 1993.



